



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA (PPGHIS)**

**A CONSTRUÇÃO DA USINA DE ITAIPU E SUAS REPRESENTAÇÕES NO
JORNAL O GLOBO**

**ANÁLISE DA COBERTURA JORNALÍSTICA DAS OBRAS DO CANAL DE DESVIO DO
RIO PARANÁ NOS ANOS DE 1975 A 1978**

SILVIO ROBERTO DURANTE SOBRINHO

Foz do Iguaçu
2024

**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
(PPGHIS)**

**A CONSTRUÇÃO DA USINA DE ITAIPU E SUAS REPRESENTAÇÕES NO JORNAL O
GLOBO**

**ANÁLISE DA COBERTURA JORNALÍSTICA DAS OBRAS DO CANAL DE DESVIO DO RIO
PARANÁ NOS ANOS DE 1975 A 1978**

SILVIO ROBERTO DURANTE SOBRINHO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Renato Silva

Foz do Iguaçu
2024

SILVIO ROBERTO DURANTE SOBRINHO

**A CONSTRUÇÃO DA USINA DE ITAIPU E SUAS REPRESENTAÇÕES NO JORNAL O
GLOBO**

**ANÁLISE DA COBERTURA JORNALÍSTICA DAS OBRAS DO CANAL DE DESVIO DO RIO
PARANÁ NOS ANOS DE 1975 A 1978**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em História da Universidade Federal da Integração
Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do
título de Mestre em História.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Paulo Renato da Silva
UNILA

Prof. Dr. Samuel Klauck
UNIOESTE

Prof. Dra. Rosângela de Jesus Silva
UNILA

Foz do Iguaçu, ____ de _____ de 2024.

Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA - PTI

D951

Durante Sobrinho, Silvio Roberto.

A Construção da Usina de Itaipu e suas representações no Jornal O Globo: análise da cobertura jornalística das obras do canal de desvio do Rio Paraná nos anos de 1975 a 1978 / Silvio Roberto Durante Sobrinho. - Foz do Iguaçu, 2024.

237 f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História, Programa de Pós-Graduação em História. Foz do Iguaçu - PR, 2024.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Renato da Silva.

1. Usina Hidrelétrica de Itaipu. 2. História da América Latina. 3. Ditadura. 4. Relações Internacionais (Brasil - Paraguai). 5. O Globo (Jornal). I. Silva, Paulo Renato da. II. Título.

CDU 621.311.21:070(8)(091)

Dedicamos estas linhas a todos aqueles que trabalharam nas obras de construção do canal de desvio do Rio Paraná, em razão da construção de Itaipu. Parte desta pesquisa aborda como o trabalho destas pessoas foi reportado para o Brasil. Espero homenagear com minhas letras o esforço de cada trabalhador envolvido.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho só foi possível porque contei com a solidariedade de várias pessoas que tornaram minha jornada acadêmica mais leve e tranquila e infelizmente não será possível nestas poucas linhas prestar os devidos agradecimentos a todos que de algum modo contribuíram. Deixo aqui minha gratidão a todas essas pessoas.

Agradeço ao meu professor orientador, Dr. Paulo Renato da Silva, pela dedicação, paciência e confiança em meu trabalho. Fui agraciado em poder contar com um profissional tão capacitado e competente como ele, que com sua sabedoria, bom humor e disposição pôde me ajudar nos caminhos da pesquisa histórica. Os acertos deste trabalho devo a ele e, por óbvio, os eventuais erros e inconsistências são de minha total responsabilidade.

Agradeço aos professores da banca examinadora, prof. Dr Samuel Klauck e profa. Dra. Rosângela de Jesus, pelas orientações durante as etapas de Qualificação e demais contribuições indispensáveis para que esta pesquisa atingisse os níveis necessários de excelência para a Defesa.

Agradeço aos funcionários da UNILA, principalmente aos servidores do ILAACH e do PPGHIS pelo apoio durante a pesquisa, sempre prestimosos em contribuir com as solicitações apresentadas, sem as quais, todo o processo seria mais dificultoso.

Agradeço aos professores do curso de História da UNISAGRADO de Bauru/SP, em especial ao prof. Dr. Roger Gomes, então coordenador do curso, pelas contribuições e acolhimento acadêmico nas atividades realizadas durante esses dois anos de Mestrado.

Agradeço a professora Dra. Raquel Cabral, do Programa de Pós-Graduação da UNESP de Bauru/SP, pela acolhida como aluno especial em suas disciplinas e contribuições acadêmicas de alta relevância para o prosseguimento deste trabalho.

Agradeço ao professor Ms. João Francisco Tidei de Lima (*in memoriam*) pelas contribuições e orientações, bem como indicações de leitura e palpites para o aprimoramento do projeto de pesquisa. Um ser humano ímpar do qual tive o privilégio de ser aluno e amigo. Com sua humildade de caráter e grandeza intelectual ensinou a mim e toda uma geração de estudantes das Ciências Humanas o amor pela pesquisa histórica, demonstrando em suas palavras e ações o alcance social e transformador da História enquanto Ciência.

Agradeço aos amigos e colegas de trabalho, bem como os colegas que cursaram comigo as aulas da pós-graduação, que contribuíram para esta pesquisa a partir de suas participações e outras colaborações intelectuais, em especial ao meu amigo Fernando Rocha que compartilhava ideias, piadas e seu tempo comigo durante as nossas viagens para Foz do Iguaçu.

Agradeço os meus familiares, especialmente minha mãe, meu pai e irmãos que tanto ajudaram, cada um à sua maneira, cada um com suas possibilidades durante os longos dias e noites de pesquisa e escrita.

É impossível falar sobre a história única sem falar sobre poder. Existe uma palavra em idioma igbo na qual sempre penso quando considero as estruturas de poder no mundo: nkali. É um substantivo que em tradução livre quer dizer “ser maior que o outro”. Assim como no mundo econômico e político, as histórias também são definidas pelo princípio de nkali: como elas são contadas, quem as conta, quando são contadas e quantas são contadas depende muito de poder.
Chimamanda Adiche – O perigo de uma história Única

DURANTE SOBRINHO, Silvio Roberto. **A Construção da Usina de Itaipu e suas representações no Jornal O Globo: análise da cobertura jornalística das obras do canal de desvio do Rio Paraná nos anos de 1975 a 1978.** 2024. 237 páginas. Dissertação (Mestrado em História). PPGHIS – Universidade da Integração Latino-Americana (UNILA), Foz do Iguaçu, 2024.

RESUMO

Esta pesquisa analisa como foram elaboradas as representações da construção do canal de desvio do Rio Paraná, da Usina Hidrelétrica de Itaipu, nas páginas do Jornal *O Globo* nos anos de 1975 a 1978. Partindo da Nova História Cultural como referenciais teóricos e historiográficos na análise dessas representações, principalmente a partir da obra de Roger Chartier (*A História Cultural. Entre práticas e representações*, 2002), serão examinadas as relações entre Brasil e Paraguai e suas tratativas para construção da usina, que envolveu a resolução de questões de fronteiras entre ambos e considerando a dinâmica territorial da Bacia do Rio Paraná que possui rios internacionais e de alto potencial energético, devido às suas características geológicas naturais. O jornal *O Globo* é a principal fonte documental primária, por se tratar de um periódico com laços de proximidade com o governo militar de então. Sobre o trabalho com a imprensa enquanto fonte de pesquisa histórica, é importante destacarmos os trabalhos de Tania Regina de Luca (*História da Imprensa no Brasil*, 2008) e José D’Assunção Barros (*Sobre o uso dos jornais como fontes históricas – uma síntese metodológica*, 2021). O jornal *O Globo* deu amplo espaço em suas páginas para este empreendimento, construindo uma narrativa hegemônica com traços heroicos, para justificar o acerto da decisão de construir Itaipu. Também usaremos como fontes os relatórios oficiais das atividades de Itaipu, permitindo o confronto de fontes para uma análise crítica das representações desta etapa construtiva, dentro de um contexto de inserção regional na modernidade ocidental a partir do desenvolvimento econômico e a busca por novas matrizes energéticas em um momento de crise do petróleo a nível internacional, além da bibliografia produzida referente ao tema. Desse modo, nosso objetivo também é contribuir às pesquisas que utilizam a imprensa como fonte de pesquisa histórica, utilizando métodos de análise que elucidem como se dá a legitimação de ações políticas apresentadas ao público pelas representações destas nas páginas dos jornais.

Palavras-chave: História da América Latina; Relações Brasil-Paraguai; Ditadura Militar; Jornal O Globo; Usina de Itaipu

ABSTRACT

This research analyzes how the representations of the construction of the Paraná River diversion channel, of the Itaipu Hydroelectric Power Plant, were elaborated in the pages of the newspaper O Globo in the years 1975 to 1978. Starting from the New Cultural History as theoretical and historiographical references in the analysis of these representations, mainly from the work of Roger Chartier (*A História Cultural. Between practices and representations*, 2002), the relations between Brazil and Paraguay and their negotiations for the construction of the plant will be examined, which involved the resolution of border issues between them and considering the territorial dynamics of the Paraná River Basin, which has international rivers and high energy potential, due to its natural geological characteristics. The newspaper O Globo is the main primary documentary source, as it is a periodical with close ties to the military government of the time. Regarding the work with the press as a source of historical research, it is important to highlight the works of Tania Regina de Luca (*História da Imprensa no Brasil*, 2008) and José D'Assunção Barros (*On the use of newspapers as historical sources – a methodological synthesis*, 2021). The newspaper O Globo gave ample space in its pages to this enterprise, building a hegemonic narrative with heroic traits, to justify the correctness of the decision to build Itaipu. We will also use as sources the official reports of the activities of Itaipu, allowing the confrontation of sources for a critical analysis of the representations of this constructive stage, within a context of regional insertion in Western modernity from economic development and the search for new energy matrices at a time of oil crisis at an international level, in addition to the bibliography produced on the subject. Thus, our objective is also to contribute to research that uses the press as a source of historical research, using methods of analysis that elucidate how the legitimacy of political actions presented to the public by their representations in the pages of newspapers takes place.

Key words: History of Latin America; Brazil-Paraguay Relations; Military Dictatorship; O Globo newspaper; Itaipu Power Plant

SUMÁRIO

ÍNDICE DE FIGURAS	11
INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1	25
1.1 - O CENÁRIO DA HISTÓRIA	25
1.2 – OS ATORES EM CENA	35
1.3 – A FONTE DA HISTÓRIA	47
CAPÍTULO 2	55
2.1 NAÇÃO E PROGRESSO: REFLEXÕES SOBRE DOIS CONCEITOS PRESENTES NAS NOTÍCIAS SOBRE ITAIPU E DOCUMENTOS OFICIAIS DO GOVERNO.	55
2.2 – UM RIO NO MEIO DO CAMINHO PARA O PROGRESSO DA NAÇÃO.....	66
CAPÍTULO 3	80
3.1 – BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O NOSSO MÉTODO.	80
3.2 – UMA OBRA GRANDE PARA O BRASIL GRANDE: O CANAL DE DESVIO DO RIO PARANÁ NOS ANOS DE 1975-78.....	86
• 3.2.1 - O Canal de Desvio do Rio Paraná: um olhar panorâmico.	86
• 3.2.2 - 1975: Vai começar o desvio do Rio Paraná!	102
• 3.2.3 – 1976: Um fantasma ronda as obras do canal de desvio.....	119
• 3.2.4 – 1977: Entre a ciclagem da energia e a sinergia diplomática.	136
• 3.2.5 - 1978: Itaipu é irreversível e inevitável - a abertura do canal de desvio.....	172
CONCLUSÕES	216
REFERÊNCIAS	222

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Fotografia 01 – Leito primitivo do Rio Paraná e a ilha de Itaipu	91
Figura 2: Planta baixa 01 – Projeto Itaipu: implantação geral.	92
Figura 3: Fotografia 02 – O canal de desvio em outubro de 1978	93
Figura 4: Fotografia 03 – A primeira explosão do canal de desvio, 1976.....	94
Figura 5: Fotografia 04 – Resultado da primeira explosão do canal de desvio, 1976.....	95
Figura 6: Fotografia 05 – Flagrante de trabalho das escavações em rocha, 1976	96
Figura 7: Fotografia 06 – Flagrante de trabalho das escavações em rocha, 1976	97
Figura 8: Fotografia 07 – Flagrante de trabalho das escavações em rocha, 1976	98
Figura 9: Fotografia 08 – Flagrante de trabalho das escavações em rocha, 1976	99
Figura 10: Fotografia 09 – Flagrante de trabalho das escavações em rocha, 1977	100
Figura 11: Fotografia 10 – A explosão do canal em 20 de outubro de 1978.....	101
Figura 12: Diagrama dos 7 espaços de interesse do leitor do jornal	107
Figura 13: Os 7 espaços de interesse em uma página d’O Globo (I)	111
Figura 14: Os 7 espaços de interesse em uma página d’O Globo (II).....	112
Figura 15: Os 7 espaços de interesse em uma página d’O Globo (III).....	123
Figura 16: Capa de O Globo (I): o brinde de Stroessner e Geisel.	146
Figura 17: Capa de O Globo (II): Videla e Stroessner ou Corpus X Itaipu.	147
Figura 18: Página de O Globo sobre Itaipu e os detalhes da dupla ciclagem.....	167
Figura 19: Fotografia 11 – Máquinas de Itaipu: escavadeira Bucyrus 195B	178
Figura 20: Fotografia 12 – Máquinas de Itaipu: caminhão Wabco 50t, o “Sansão”	179
Figura 21 – Os 7 espaços de interesse em uma página d’O Globo (IV).....	204
Figura 22 – Os 7 espaços de interesse em uma página d’O Globo (V).....	205
Figura 23: Capa de O Globo (III): Eleição do Papa e eleição de Figueiredo.	208
Figura 24: Capa de O Globo (IV): Abertura do Canal de desvio do Rio Paraná	213

INTRODUÇÃO

A Usina Hidrelétrica de Itaipu, construída entre os anos de 1975-1984, conforme o cronograma inicial¹, fez parte de uma série de grandes obras projetadas e realizadas pela ditadura militar brasileira e se insere em um contexto de busca por fontes energéticas alternativas aos combustíveis fósseis para atender, sobretudo, a demanda do desenvolvimento industrial do país naquele período, além de um esforço diplomático caracterizada pela clara aproximação entre Brasil e Paraguai na disputa hegemônica pela Bacia do Rio da Prata.

Conforme pontuam Silva e Junior (2019, p. 8-9), essa aproximação entre os dois países, foi um longo processo histórico não isento de tensões que remetiam desde a lembrança da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), onde de um lado e de outro da fronteira havia as memórias dos vencedores e vencidos, que agora usavam outros termos mais amistosos para mobilizar e “legitimar a aproximação entre os dois países, apesar da memória da guerra”. A mesma Bacia do Prata que outrora foi cenário de discórdia no século XIX, agora seria o cenário de aproximação entre os dois países no século XX.

Havia também a questão das definições, delimitações e do aumento do controle sobre as fronteiras na região, bem como, e principalmente, o aproveitamento energético dos rios (MENEZES, 1987, p.69-76) e devida às diferenças econômicas existentes entre Brasil e Paraguai, este via nessa aproximação uma oportunidade de se tornar mais autônomo em relação à outro país de grande importância neste tabuleiro geopolítico: a Argentina. O Brasil, por sua vez, encarava essa aproximação como um elemento de consolidação de sua liderança regional (CHIAVENATO, 1980, p. 142-143).

A construção da Usina de Itaipu encontrou nas páginas do jornal de circulação nacional *O Globo* um importante instrumento de divulgação e legitimação, principalmente por meio de suas matérias referentes às diversas etapas de construção da usina, como veremos mais à frente. A legitimação desta obra não se deu apenas no aspecto de sua viabilidade material, mas culturalmente falando, foi usada de diversas formas para propagandear e firmar posições diplomáticas e políticas.

Nosso trabalho vai investigar as representações sobre uma etapa construtiva da Usina de Itaipu apresentada pelo Jornal *O Globo* em suas reportagens produzidas nos anos de 1975

¹ Desconsiderando aqui a finalização definitiva do parque gerador, com a instalação das duas últimas unidades ocorridas entre 2006 e 2007, elevando a capacidade original de 12.600 MW para 14.000 MW

até 1978. É importante citarmos os estudos da História Cultural e seus instrumentos para compreender o que significa o termo “representações”, e dentro deste campo de análise recorreremos ao historiador francês Roger Chartier em seu artigo “O mundo como representação” (1991) e principalmente em seu livro “A História Cultural: entre práticas e representações” (2002). De acordo com Chartier (2002, p. 17), as representações dizem respeito “(...) às classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social (...) sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam”. O autor defende que as representações “(...) têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus e o seu domínio” (idem, p. 17). Mais adiante, retomaremos estas definições para aprofundar a compreensão de como as representações de Itaipu e as obras do canal de desvio serão trabalhadas no arco temporal selecionado, isto é, de 1975 até 1978.

Nestes três anos de obras ininterruptas, dentre outras realizações de maior ou menor monta, foi construída toda a estrutura do canal de desvio do leito do Rio Paraná, dando assim as condições para que as obras da barragem principal fossem executadas, levando a cabo a intenção de se construir a maior usina hidrelétrica do mundo em uma das maiores bacias hidrográficas do mundo. O escopo deste trabalho em focalizar esta etapa do empreendimento é analisar e identificar como a produção jornalística se alinhou com o discurso governamental presente nos documentos oficiais (sobretudo nos Planos Nacionais de Desenvolvimento), abordando Itaipu a partir de uma perspectiva otimista com claro compromisso para com a boa recepção do empreendimento pelo seu público leitor.

Itaipu foi referenciada com sinônimo de progresso e triunfo da técnica, além de ser uma resposta encontrada pelo governo ditatorial brasileiro para o colapso das matrizes energéticas a partir de combustíveis fósseis, observada de forma acentuada na primeira metade da década de 1970 com a chamada “crise do petróleo”.

Para o historiador britânico Eric Hobsbawm (2005, pp.458-459), a crise internacional do petróleo de 1973 transformou radicalmente o mercado de energia em escala mundial, quando o cartel de países produtores reunidos na OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) decidiu cobrar o preço que o mercado poderia pagar pelo barril do petróleo, chegando a quadruplicar o valor do produto naquele ano.

Em outro trecho de sua análise, Hobsbawm (2005, pp. 258-260) pontua que os anos gloriosos do capitalismo (de 1950-1973) em grande parte foram possíveis por conta da grande oferta e do enorme aumento no uso de combustíveis fósseis para *a)* gerar energia, e, *b)* produzir

uma miríade de produtos plásticos que impactaram na substituição de estruturas naturais por sintéticas, fazendo a imensa família de derivados dos polímeros tornarem-se essenciais na cadeia produtiva, indo da indústria de base, passando por transportes, remédios e alimentos e chegando à chamada tecnologia de ponta. Na sequência à chamada “crise internacional do petróleo”, as autoridades brasileiras editavam suas metas econômicas quinquenais, nas quais a questão energética apareceria com certa relevância. Muito mais que uma lista de obras e ações, tinha também traços convocatórios para uma ofensiva rumo à “modernização” do país.

Em 10 de setembro de 1974, o governo militar brasileiro, que na ocasião era presidido pelo general Ernesto Geisel, apresentou o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND II, Lei 60151/74). Seu lançamento, realizado três dias depois do 07 de setembro, data da Independência brasileira, foi noticiado na primeira página d’*O Globo* com o título “*Hoje na reunião dos Ministérios, Geisel anuncia as metas econômicas*” (*O Globo*, 10/07/1974, p.01). O título, em letras garrafais, foi seguido de uma coluna de breve apresentação do PND II. Os grandes discursos sempre aconteciam em datas nacionais (ou próximo delas), no sentido de conferir sentimento de unidade, otimismo e vínculos com os símbolos da pátria, o que Carlos Fico chama de “*as formas de aparição do poder*” (1997, pp.53-71).

Este documento logo em suas primeiras linhas alertava sobre a crise energética mundial provocada pela alta do preço do petróleo ocorrida no ano anterior e prosseguia qualificando a situação do Brasil neste cenário. Podemos observar claramente a manifestação de como o governo, ainda que em cenário adverso, agia “reinventando o otimismo”, para citar a relevante obra de Carlos Fico (1997). Afinal, o grave problema internacional que abalou as demais economias seria enfrentado pelo Brasil, que de um lado tinha o natural potencial hidrelétrico e do outro um governo “capaz de utilizá-lo”. E assim está expresso no PND-II:

Observou-se, anteriormente, estar o Brasil situado em posição intermediária, no tocante às repercussões da crise de petróleo. Favoravelmente ao País, sabe-se que dependemos muito pouco de petróleo para produção de energia elétrica (apenas 10%), e que tal dependência não tende a aumentar. Ao mesmo tempo, o fato de ser nossa eletricidade gerada fundamentalmente por fonte hidráulica oferece ao País perspectivas de desenvolver poder de competição, mundialmente, com relação a processos industriais intensivos de energia elétrica [...] Cada vez mais, tornar-se-á importante desenvolver uma política unificada e bem definida de energia, com o objetivo enunciado. Essa política, no próximo estágio, consistirá basicamente em:
[...] III- Execução de Programa Ampliado de Energia Elétrica, no valor de aproximadamente Cr\$ 200 bilhões, capaz de realizar, no período, um aumento de cerca de 60% na capacidade instalada de geração, além das correspondentes expansões nos sistemas de transmissão e distribuição. Esse programa inclui, além de Itaipu, e outros importantes aproveitamentos hidroelétricos [...] (BRASIL, 1974, p.81-84)

Foi a primeira vez que a Usina Hidrelétrica (UHE) de Itaipu aparece enquanto uma decisão de política energética dentro de um Plano Nacional de Desenvolvimento, dando sequência a uma série de movimentações diplomáticas, econômicas e políticas em direção à sua construção expressas desde 1966 com assinatura da Ata de Iguazu. Essas movimentações se consolidaram com o Tratado de Itaipu de 1973. A Ata e o Tratado, celebrados entre Brasil e Paraguai, visavam sobretudo o aproveitamento energético da Bacia do Rio Paraná (SÓRIA, 2012, p. 81-85).

A construção da UHE de Itaipu Binacional, concluída em 1982 e inaugurada oficialmente em 1984 (ITAIPU, 2022), então sob a presidência do general João Figueiredo, está inserida em um contexto regional de aproximação diplomática de Brasil e Paraguai, como dito anteriormente, mas também está integrada em um ciclo de desenvolvimento econômico de ambos os países na busca de novas matrizes energéticas como o aproveitamento do potencial de geração de energia das bacias hídricas da região fronteira.

Durante o correr do século XX, conforme indica o sociólogo José Maurício Domingues (2009), ocorreram diversas fases de modernização na América Latina, chamadas pelo autor de “ofensivas modernizadoras”. A etapa do desenvolvimentismo, que no presente trabalho consideramos o arco temporal da década de 1950 até a de 1980, é uma tentativa de inserção da região no mercado mundial. Este período na América Latina, de acordo com Araújo (2018, p. 1087), se caracteriza pela percepção do desenvolvimento como um imperativo de inclusão na modernidade, ainda que este processo de modernização, conforme a mesma autora aponta, seja mais uma imposição alheia às peculiaridades da região do que um propósito autóctone.

Moderno, modernização e seus termos associados e derivados são palavras constantemente usadas pelos redatores do PND-II como um ideal a ser atingido pelo país, não apenas em uma perspectiva de futuro ou de vir-à-ser, mas em termos presentes graças à flexão léxica de nosso gerúndio onde é possível enquadrar o país se “modernizando” a partir das ações do governo por meio do extensivo desenvolvimento econômico. No preâmbulo do PND-II, o presidente, em sua mensagem aos ministros, conclama: “Em outras dimensões da estratégia do desenvolvimento nacional, continuar-se-á a construir toda uma comunidade moderna (...)”. No documento, um pouco mais a frente temos:

Objetivos e Opções Nacionais

Em consonância com o binômio Desenvolvimento e Segurança, objetiva a Revolução construir, no Brasil, a sociedade desenvolvida - moderna, progressista e humana. (...) Sociedade atenta à abertura de oportunidades para o grande número, sem a nenhuma classe ou região deixar à margem do processo de modernização e desenvolvimento, avessa à prevalência de interesses de grupos, classes ou regiões. (BRASIL, 1974, p.28)

Aqui observamos com nitidez o que Domingues (2009, p.83) chama de “modernidade organizada estatalmente” que, com suas particularidades, deu à América Latina as credenciais de participação nos trinta anos gloriosos do capitalismo e a consolidação da categoria do “Estado desenvolvimentista” (DOMINGUES, 2009, p.84). Esta ação do Estado nacional já era uma realidade observável nesta área do continente e o modelo brasileiro de desenvolvimento se enquadra neste cenário:

Aço, indústrias mecânicas e produtos químicos, além de petróleo e eletricidade, todas elas indústrias-chave da segunda revolução industrial, compuseram os principais aspectos da intervenção do estado na vida econômica, o núcleo dessa nova ofensiva modernizadora. (...) e o papel do estado em gerar demanda agregada combinou-se com sua participação na construção de infraestrutura para o desenvolvimento industrial. (DOMINGUES, 2009, p.84)

A construção desta UHE é o resultado da combinação de esforços humanos, energéticos e diplomáticos dos governos do Brasil e Paraguai (este governado pelo general Alfredo Stroessner Matiauda). Ambos os países estavam em evidente movimento de aproximação, cada qual com seu projeto de integração regional que, segundo Menezes (1987, p.63), se deu por motivos políticos e econômicos, que serão mais bem compreendidos no capítulo 1.2. Para além disso, como veremos adiante, Itaipu embarca no processo simbólico de modernização da América Latina. Itaipu concentrava em si tanto o símbolo material da ofensiva moderna apontada por José Domingues quanto o otimismo reinventado observado por Carlos Fico.

Itaipu foi (e continua sendo) uma peça fundamental feita de concreto e aço, na construção formativa de uma região. Mas, se nas ciclópicas muralhas de Itaipu não se observam fissuras, o mesmo não podemos dizer no tocante às rachaduras observáveis nas relações tensas causadas com a Argentina, que também reclamava direitos de aproveitamento energético na bacia do rio Paraná, tendo este país se posicionado de modo crítico e até se oposto à construção de Itaipu, como veremos adiante.

Não podemos deixar de considerar o papel geopolítico que os três governos militares instalados na região irão desempenhar durante esse processo, cada um construindo sua narrativa, por vezes conflitivas, em relação a este grande empreendimento que trouxe implicações significativas à região conhecida como *Cone Sul*. O meio natural sempre esteve presente (embora muitas vezes ignorado) nas decisões políticas humanas e, conforme nos mostra Miguel Sória (2012, pp. 62-64), as águas do mundo distribuídas em seus inúmeros rios, lagos e mares são objetos de disputas, tratados e acordos e estão em constante atualização jurídica quanto a seus usos e destino, tendo destaque a questão da soberania nacional:

A história da humanidade é prolífica em relatos de disputas por águas ao longo dos tempos, sendo o domínio – ou a manutenção da posse – de rios, lagos e mares algo almejado com tenacidade pela maioria dos povos, em busca por preservação de soberania, ou ampliação desta. (SORIA, 2012, p. 62)

A oposição argentina à construção da barragem e os conflitos de interesses com a ditadura brasileira só começaram a se desanuviar a partir de 1976 com a diplomacia militar entre as forças armadas de ambos os países, que foi seguida pelos seus respectivos Ministérios de Relações Exteriores (CASTRO, 2021, p.80). Castro conceitua a diplomacia militar, situada dentro do campo das relações diplomáticas, como o ato de integrar elementos oriundos das esferas militares dentro do espectro de ações diplomáticas estatais na atuação junto a seus pares de outras nações, considerando que no referido recorte temporal ainda não existia o Ministério da Defesa (repartição que comanda as Forças Armadas). Sendo assim, o Exército Brasileiro atuava diretamente pelos canais do Ministério das Relações Internacionais, no tocante assuntos tratados com o Exército Argentino (CASTRO, 2021, p. 22-25). Nas páginas adiante, veremos como os interesses argentinos e o projeto de construção da UHE de Corpus – a qual não saiu do papel – se inserem neste contexto e, brevemente, como essa disputa aparece representada nas páginas d’*O Globo*.

Por outro lado, o governo Stroessner sinalizava aproximação com o Brasil desde a década de 1950 por meio de acordos diplomáticos, encontros de chefes de estado marcados por discursos de amizade e cooperação materializados ora na construção conjunta, ora por iniciativa única do Brasil, das grandes obras de infraestrutura como por exemplo a BR-277, a “Rodovia do Atlântico”, a famosa Ponte da Amizade e a não tão conhecida Ponte Internacional sobre o Rio Apa (de 1971), todas inauguradas com a presença dos presidentes de Brasil e Paraguai (Menezes, 1987, p. 95-96). Itaipu entra nesse processo de aproximação, seguramente como o maior e último do período. Por estas e outras, José Júlio Chiavenato (1980, p.143), considera que Itaipu foi “a mais poderosa arma da geopolítica brasileira” na disputa pela hegemonia da região da Bacia do Prata e, de certo modo, de toda América do Sul.

A historiografia demonstra que as grandes obras de infraestrutura sempre foram muito utilizadas ao longo do tempo por governos, sejam estes de qualquer espectro político, como capital propagandístico e afirmação de sua narrativa de poder. Com a ditadura civil-militar então instalada no Brasil não foi diferente. Não por acaso, essa aspiração titânica está expressa na comunicação oficial do governo, como observamos no texto presente na cartilha informativa da campanha publicitária institucional chamada “*O Brasil que os Brasileiros estão fazendo*”, de 1978, editada pela Agência de Relações Públicas da Presidência da República (ARP), onde

o uso de termos relacionados ao gigantismo se relaciona com o que Carlos Fico chama de “anseio pelo Brasil Grande” (FICO, 1997, p. 73-85).

As obras de infraestrutura como símbolos de unidade nacional são apropriadas por grupos sociais como alguns setores do empresariado e os governos. As obras contribuem para criar um imaginário popular que visa a aceitação e legitimação do poder político vigente, a ordem econômica estabelecida e as formas de manejo das condições ambientais existentes (BRAGA, 2020, p. 21 e 22).

Essa narrativa construída para legitimar determinada prática política e econômica não se faz apenas pela propaganda oficial do governo, mas tem grande participação da chamada grande imprensa, isto é, de grupos empresariais que dominam setores da comunicação de massas, principalmente os jornais impressos de grande circulação do período como é o caso de nossa fonte primária, o Jornal *O Globo*. É importante ressaltarmos nestas linhas introdutórias a importância de se qualificar este jornal enquanto um agente integrante da “grande imprensa” atuante no cenário político brasileiro. A historiadora Tania Regina de Luca faz uma relevante ponderação sobre o sentido deste termo:

A expressão ‘Grande Imprensa’ apesar de consagrada é bastante vaga e imprecisa, além de adquirir sentidos e significados peculiares em função do momento histórico em que é empregada. De forma genérica designa o conjunto de títulos que, num dado contexto, compõe a porção mais significativa dos periódicos em termos de circulação, perenidade, aparelhamento técnico, organizacional e financeiro.” (LUCA, 2008, p.149)

A escolha da fonte de pesquisa pode determinar o sucesso dos resultados e sobre isso o filósofo italiano Humberto Eco (1999, p. 37) recomenda que as fontes atendam a pelo menos três critérios: *a*) estejam no âmbito do verificável; *b*) estejam ao alcance do pesquisador e, *c*) que o pesquisador saiba manipulá-las. Escolhemos *O Globo* como nossa principal fonte primária seguindo critérios que consideramos essenciais para nossa pesquisa, os quais citamos sua grande circulação em caráter de abrangência nacional; sua tiragem de dezenas de milhares de exemplares diários e a consequente chegada a um considerável número de leitores; sua relação com a classe política dirigente do país e o acesso a seu acervo digitalizado que se mostrou como um facilitador de nossa pesquisa, atendendo também aos critérios da *pesquisabilidade* recomendados por Eco.

Acreditamos que o arco de tempo escolhido, isto é, a fase de desvio do canal do rio Paraná (1975-78), mostra uma fase importante da obra onde diante de tal desafio técnico será posto à prova a expertise construtiva da engenharia brasileira (e, de certo modo, também estrangeira, dada a característica multinacional dos consórcios formados). A obra do canal de

desvio também é tomada como essencial pelo governo ditatorial (como veremos nos relatórios de atividades de Itaipu), o que aumenta sua relevância em nosso arco temporal escolhido. Esse recorte temporal também é representado como “momento crítico” pelo *O Globo*, pois observa-se que era lugar-comum o jornal valer-se de um tipo de narrativa que se aproveitava muito bem das possibilidades de atraso nas obras e também das façanhas e recordes da construção civil que as empreiteiras iam conseguindo no desenrolar do processo. Por fim, mas não menos importante, o recorte temporal se coaduna grande uma grande parte do período do governo de Geisel e a preparação para o período de Figueiredo, caracterizado pela historiografia como momentos da distensão de abertura do regime.

Em nossas análises realizadas no acervo digital d’*O Globo*, pudemos verificar que este veículo de comunicação trazia matérias, editoriais e reportagens sobre a construção da UHE de Itaipu com um texto francamente favorável ao governo, sendo que conforme as obras iam avançando em suas etapas construtivas, mais vezes o tema vinha à tona em suas páginas. É importante citar que nesta análise também se verificam as propagandas de empresas envolvidas na construção de Itaipu, que embora não sejam o enfoque de nossa pesquisa, denotam o uso das páginas do jornal para fins propagandísticos. É interessante citarmos que nos motores de busca do acervo d’*O Globo*, as entradas para o termo “Itaipu” e seus correlatos vão aumentando em número a partir do ano de 1975.

Nos dias que precederam a abertura do canal de desvio (feito realizado oficialmente em 20 de outubro de 1978), antes que as águas do rio Paraná inundassem as escavações da obra, o jornal *O Globo* inundava suas páginas com notícias pró-governo. A eleição do general Figueiredo pelo colégio eleitoral em 15 de outubro abriu a semana do periódico com matéria de capa na segunda-feira (O GLOBO, 16/10/1978, p. 01). Na quinta-feira a manchete era “Geisel e Strossner assistem amanhã ao desvio do Rio Paraná” (O GLOBO, 19/10/1978), com texto trazendo números recordes sobre escavações, extensão do canal, volume de terra movimentada e quantidade de dinamites utilizadas para a explosão, além de citar o emblemático protocolo de encontro dos presidentes Geisel e Strossner sobre a Ponte da Amizade. No sábado a imagem de capa era uma foto do momento da explosão, tendo logo abaixo a imagem de Geisel discursando no evento e o título “Rio Paraná é desviado para a construção de Itaipu” (O GLOBO, 21/10/1978). Mas não apenas as matérias do jornal traziam ao público o entusiasmo e interesse com as obras de Itaipu. As propagandas publicitárias de empresas do ramo da construção civil que participaram do projeto também tinham seu espaço n’*O Globo*, como veremos adiante.

É oportuno frisar a atuação dos empresários brasileiros do ramo da construção civil pesada junto aos organismos de imprensa durante a ditadura civil-militar brasileira conforme aponta a pesquisa realizada por Pedro de Campos (2018), principalmente pelo elevado interesse desses grupos empresariais pelos jornais de grande circulação no país, algumas vezes havendo a associação entre os setores e outras vezes havendo a aquisição e controle dos jornais pelos empreiteiros. Para Campos (2018, p.5), “A imprensa brasileira, como em outras partes do mundo, tem vínculo histórico com empresas interessadas na difusão de suas ideias, valores e projetos, e no uso do veículo como mecanismo político de pressão junto a agências do aparelho estatal.”

A análise da produção jornalística pode revelar a amplitude e a sofisticação dos discursos proferidos pelo governo e como foi apoiado pelo setor empresarial mais diretamente beneficiado por estas grandes construções, com a finalidade de apresentar à opinião pública nacional a “inquestionável” legitimidade de suas ações em torno da concretização desse projeto monumental (MATIELLO, 2005, p. 1 e 2). Segundo a autora (idem), a ditadura militar era portadora da chamada “cultura da tecnocracia”, um tipo de visão de gerenciamento do Estado cujo pilar central “valorizava a corrida em busca do progresso em prejuízo das diversidades culturais, sociais e notavelmente no caso de Itaipu, ecológicas”, e justificava suas ações enquadrando as contrariedades como obstáculos a serem removido “para que a concretização do empreendimento modernizador pudesse sobrevir.” (ibdem).

Considerando que a afirmação do regime militar enquanto instituição política do Estado nacional brasileiro utilizava-se de diferentes veículos de linguagem para consolidar seu discurso de ordem, segurança nacional, desenvolvimento e modernidade, acreditamos que as representações da construção da UHE Itaipu se caracterizem como elementos centrais destas expressões. O regime militar, a partir da Doutrina de Segurança Nacional e seus Planos de Desenvolvimento Nacional (no caso, o já citado PND-II), fizeram uma fusão entre os conceitos de “segurança e desenvolvimento” e a América Latina. De modo geral, na segunda metade do século XX, tinha essa concepção de que o desenvolvimento econômico levaria a um desenvolvimento social, conceito já presente também nos discursos de presidentes populistas nos anos 1950 (BUENO, 2014, p 59 e 60).

A imprensa está no cerne desta nossa proposta de pesquisa. Em seu clássico *História da Imprensa no Brasil*, o historiador Nelson Werneck Sodré faz uma importante caracterização da imprensa enquanto indústria vital participante do processo de formação do capitalismo de forma geral, reflexo de uma luta pelo controle dos meios de difusão de ideias. Segundo sua análise:

Por muitas razões fáceis de referir e de demonstrar, a história da imprensa é a própria história do desenvolvimento da sociedade capitalista (...) A ligação dialética é facilmente perceptível pela constatação da influência que a difusão impressa exerce sobre o comportamento das massas e dos indivíduos.” – (SODRÉ, 1966, p.1-9)

No final dos anos 1980, a historiadora Maria Helena Capelato (1988, p.14) destaca que “[...] observa-se no Brasil, um crescente interesse com relação a este tipo de documento. Ao repensarem o seu objeto, os historiadores vencem receios e preconceitos, passando a reconhecer a importância da imprensa nos estudos históricos.” A historiografia, principalmente após a *Nova História*, reconhece a importância do uso dos periódicos como fontes de pesquisa histórica, seja no levantamento de dados, suporte de pesquisas ou como objeto principal. Conforme observam as historiadoras Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca (2008, p. 08), a história e atuação da imprensa no Brasil guardam uma relação dialética com a própria formação histórica do Brasil, havendo um relevante poder explicativo da primeira sobre a segunda:

“(...) muitas vezes os personagens são exatamente os mesmos na imprensa, na política e nas instituições. Em outras, são no mínimo, bastante próximos, pois intervenções políticas de peso são decididas no interior das redações estabelecendo e testemunhando avanços e recuos das práticas dos governos da dinâmica do país, da formação de seu povo, do destino nacional.” (MARTINS; LUCA, 2008, p. 08)

No âmbito do político, os jornais assumem grande importância por serem responsáveis por registrar, diariamente, os acontecimentos e as mudanças ocorridas no cenário político. Esta fonte de pesquisa é resultado do alargamento do campo de investigação do historiador pesquisador e por isso “as renovações no estudo da História política, por sua vez, não poderiam dispensar a imprensa, que cotidianamente registra cada lance dos embates na arena do poder” (LUCA, 2005, p.128).

Com base nas análises que apresentaremos nas páginas a seguir, pretendemos demonstrar como estas matérias desempenharam um importante papel no conjunto de representações diante da opinião pública nacional, dentro de um contexto de construção de um discurso simbólico que lançou mão de conceitos como competência, tecnocracia, integração nacional, modernização e progresso sem perder de vista o papel que setores civis, caracterizados pelo empresariado da comunicação, também tiveram nesse processo de legitimação do projeto de desenvolvimento econômico levado a cabo pela ditadura militar brasileira.

Para além disso, a investigação pretende examinar por que as matérias sobre a construção desta UHE, particularmente em um momento decisivo como foi a etapa do canal de desvio do Rio Paraná, representam um processo sofisticado dentro da função estratégica da propagação dos valores e compromissos do governo e ajustava-se às demandas do poder, apesar

de não ser uma iniciativa oficial, caracterizando assim o discurso apologético da obra (tanto a do governo em seus Plano de Desenvolvimento quanto a da imprensa em suas reportagens) como uma cultura de combinado ocultamento e escolha de informações.

Dessa forma, nosso trabalho irá abordar no primeiro tópico do Capítulo 1, o meio natural onde a história acontece, ou o “cenário da história”, nas palavras do historiador Josep Fontana (2000, p.11), apresentando a Bacia do Rio Paraná a partir de uma escala temporal de observação vinculada ao tempo da História Natural e enquadrando tal cenário como um agente histórico. Acreditamos ser necessário lançarmos mão dos métodos de análise da teoria da *Geohistória*, tendo Lucien Febvre e Fernand Braudel como principais referenciais teóricos, não apenas por terem utilizado largamente em suas obras as contribuições da ciência geográfica, mas também por terem consolidado a história e a geografia como ciências indissociáveis (a análise do Rio Reno, no caso de Febvre e do Mediterrâneo, no caso de Braudel, onde o meio natural é visto como agente histórico, e não apenas como local onde a história acontece). Portanto, entender a formação geomorfológica da Bacia do Rio Paraná não será neste caso um exercício meramente descritivo, mas cumprirá um papel qualitativo em nossa narrativa, pois acreditamos ser de fundamental importância para o leitor compreender por que estas águas possuem singulares características que lhe conferem o maior potencial hidro energético do mundo a ponto de levar os países com territórios em sua área a disputarem seu uso.

No tópico seguinte será feito uma análise dos atores que atuarão politicamente nesse cenário, isto é, a caracterização dos países envolvidos na construção da UHE, sendo as relações entre Brasil e Paraguai colocadas em perspectiva histórica para análise de seus movimentos de aproximação política e diplomática e cooperação econômica, resgatando historicamente os problemas envolvidos com as definições dos limites territoriais da região da Bacia do Prata, tema pujante desde os tempos coloniais, passando pelo episódio da Guerra da Tríplice Aliança cujo desfecho não resolveu a questão das fronteiras e culminando na postura diplomática de aproximação observada na primeira e consolidada na segunda metade do século XX. Importante ressaltar que esta aproximação, conforme nos apresenta Francisco Doratioto (2004, p. 39-48), já estava em curso desde a década de 1930, ainda que uma parte importante desta experiência política tenha sido aprofundada sob o contexto das ditaduras militares, sendo a Usina de Itaipu enquadrada como um elemento muito importante dentro desse processo observável na média duração histórica.

No terceiro tópico analisaremos nossa fonte primária, o jornal *O Globo*, e seu papel importante como agente no âmbito do político, esmiuçando brevemente suas relações com os

poderes constituídos e as matérias veiculadas em suas páginas com reportagens sobre Itaipu. Neste momento da pesquisa faremos a revisão bibliográfica da produção histórica sobre o jornal com o clássico “A História da Imprensa no Brasil”, de Nelson Werneck Sodré, que além de ser um robusto estudo crítico sobre a história mais geral dos jornais impressos, traz importantes informações sobre as origens do jornal *O Globo*, sendo imprescindíveis as considerações apresentadas pelo autor identificando a evolução da imprensa brasileira em consonância com a evolução do próprio capitalismo no Brasil.

Da mesma forma, também lançaremos mão da já citada obra “História da Imprensa no Brasil”, das pesquisadoras Tania Regina de Luca e Ana Luiza Martins, cujos estudos enriquecem as reflexões sobre o papel da imprensa enquanto agente de atuação política e seu alcance social. Importante citar o livro de Edwaldo Costa, *Meia Culpa: O Globo e a ditadura militar* (2015). Fruto de sua tese de doutorado, o autor mostra como o jornal *O Globo* apoiou, participou e legitimou a ditadura militar no Brasil.

O capítulo 2 examinará os conceitos de Nação e Progresso com o uso da metodologia da História dos Conceitos, sendo o livro de Antoine Prost – *Doze Lições sobre História* (2008) – nosso referencial teórico juntamente com as obras de Reinhart Koselleck, em especial *Uma História dos Conceitos: problemas teóricos e práticos* (FGV, 1992) e *Futuro Passado – Contribuição à semântica dos tempos históricos* (2006), sendo importante destacar que este último estudo põe em evidência a história dos conceitos tanto como campo autônomo de investigação, quanto suporte para outros campos de análises históricas, como a história social, conforme apontado pelo autor em seus exemplos. No tópico seguinte, faremos uma breve análise de reportagens sobre o Rio Paraná nos anos anteriores a Itaipu e como o jornal trabalhou a representação do rio nestas notícias, valendo-se de conceitos depreciativos para justificar a intervenção humana de grande porte que estava sendo negociada com o Paraguai. Nesta parte, será essencial as contribuições de Vandana Shiva e sua obra *Guerras por Água. Privatização, poluição e lucro* (2006), onde é abordado casos de construções de barragens ao redor do mundo e como a água vem se tornando um bem cada vez mais cobiçado pelas grandes corporações em parceria com governos, que lançam mão de diversas estratégias que visam o controle dos cursos d’água, entre elas, a depreciação propagandísticas que se faz dos rios em seu estado natural.

O capítulo 3 se deterá na análise das matérias jornalísticas d’*O Globo*, na montagem de seus discursos, e principalmente como elas se construíram enquanto representações, onde iremos explorar como estas matérias eram escritas, em qual parte do jornal elas aparecem, quais as palavras chaves utilizadas, os termos e conceitos mais comuns, quais posições expressavam,

quais as imagens utilizadas para ilustrar estas matérias dentre outros elementos utilizados na construção das representações da obra.

Usaremos como referência as obras de Peter Burke, *Testemunha ocular: história e imagem* (2004) e Susan Sontag, *Sobre a Fotografia* (1977) para a análise das fontes visuais (imagens presentes nas reportagens) e seus usos na história e para a História, bem como as contribuições teóricas do historiador José D'Assunção Barros e seus escritos sobre metodologias do trabalho com a imprensa, principalmente as indicações de formas de trabalho com esta fonte histórica, constantes no seu artigo “Sobre o uso dos jornais como fontes históricas – uma síntese metodológica” (2021).

Acreditamos que, com estas contribuições, nosso trabalho ampliará o entendimento sobre as formas de construção e uso de discursos de legitimação de governos na imprensa escrita, em especial nos jornais de grande circulação, enquadrando estes últimos como agentes partícipes dos acontecimentos históricos. Esta pesquisa visa também oferecer suporte para trabalhos futuros que utilizam a imprensa escrita como fonte primária de pesquisa histórica, ampliando os exames sobre um de seus principais expoentes nacionais, isto é, o Jornal *O Globo*. Acreditamos também que, no campo da historiografia, traremos reforço para as reflexões que analisam a influência e importância do meio físico no desenrolar dos fatos históricos por meio da teoria da Geohistória enquanto ferramenta de análise do cenário da história, no nosso caso, a Bacia do Rio Paraná, cujo objetivo pelo uso metodológico da Geohistória é colocar este cenário também enquanto agente partícipe dos processos histórico. Por fim, não podemos deixar de frisar que nossa pesquisa, ao trabalhar o conceito de representação da História Cultural, visa fortalecer as investigações nesta área, onde o signo e o significado se relacionam nos processos que constroem o mundo como representação.

CAPÍTULO 1

1.1 - O CENÁRIO DA HISTÓRIA

I

O cenário da história é o cenário da atividade humana: o meio físico em que se desenvolve a vida dos homens e das mulheres. Seu estudo comporta um duplo enfoque: o das relações do homem com o meio que o rodeia e o da identificação de suas atividades. Antes, os historiadores ocupavam-se apenas da distribuição humana no espaço: da “geografia histórica”. Nos últimos anos, porém, aprenderam a ver a importância da relação transformadora do homem com o meio natural que o rodeia.” (FONTANA, 2000, p.11).

II

O entendimento da verdadeira dimensão e importância do homem como ser vivo e social passa obrigatoriamente pela compreensão das limitações que a rigidez da natureza impõe à sua existência. Apesar de toda tecnologia e dos avanços (...) o lugar comum dos homens é a superfície terrestre. (ROSS, 2005 p.16)

Observar o cenário da história é um gesto simples inserido na busca de um resultado complexo para a compreensão de um fato histórico. Mas apesar de ser um gesto simples, não significa que seja um gesto pequeno. Convidamos o leitor para observar a majestosa Bacia Hidrográfica do Rio Paraná a partir de sua formação geológica. Este singelo exercício é nosso ponto inicial para ajudar no entendimento dos motivos que levaram os governos de Brasil, Paraguai e Argentina a se lançarem em empreendimentos técnicos e político-diplomáticos para o aproveitamento energético de suas águas no século XX, que segundo a análise do jurista Laércio Betiol (2008, p. 21-24) tratou-se de um avançado modelo de cooperação internacional, multifacetado em sua forma bem como inovador e especial em seu conteúdo por se tratar de uma experiência singular ocorrida em uma região com um grande rio fronteiro.

Durante essa nossa observação algumas perguntas essenciais devem ser feitas: por que esta incrível região, que possui uma vasta extensão em território brasileiro de mais de 1.428.000km² (FUJITA, 2014, p.13), tem suas águas com tamanho potencial energético? O que fez o Rio Paraná ser o leito fluvial com maior capacidade de produção, estimado em mais de dezenas de milhares de megawatts de energia elétrica do mundo? Veremos a seguir que as respostas a estas perguntas começam muito antes do tempo presente e um exercício de percepção cronológica estendida se faz necessário para compreendermos o próprio tempo para além da escala humana e nos aproximarmos mais da escala natural.

Como nos alerta na epígrafe acima, o historiador catalão Josep Fontana (2000, p.11) considera que a análise do cenário da história é o ponto de partida para uma grande quantidade de pesquisas históricas, uma vez que é nesta etapa do processo investigativo que o historiador examina as trocas e interações que envolvem as bases físicas da vida e das relações humanas que se desenvolveram, ora influenciando e ora influenciada por essa dinâmica com o meio. Dinâmico, aliás, é um conceito que devemos nos atentar quando usamos na escala das ações humanas e quando empregamos em termos geológicos, pois segundo Ross (2005, p. 17), o planeta Terra é um corpo dinâmico que se transforma devido à ação de forças endógenas e exógenas atuantes e que são quase imperceptíveis para nós, ou seja, para cada categoria o dinamismo assume experiências diferentes, quer seja no plano biótico (vegetais, animais – e aqui entra o ser humano) ou no plano abiótico (as terras, as águas e a atmosfera).

A chamada “máquina planetária” (FONTANA, 2000, p.15) formada pelo conjunto de fenômenos que atuam sobre a Terra, que tantas vezes se combinam, como por exemplo a incidência de luz solar, ventos, tectonismo, correntes marítimas, estações e situações climáticas que tornam regiões mais ou menos inóspitas ou habitáveis, além da diversidade da biosfera e seus reinos biológicos fazem com que o trabalho do historiador no século XXI considere uma gama de elementos que causam (e também recebem) certa influência em seu objeto de pesquisa. Nessa perspectiva é importante nos atentarmos ao fato que:

Talvez haja quem pense que a relação do homem com seu meio físico é uma questão que deve ser considerada do ponto de vista das ciências naturais e que tem pouco a ver com a história. Não é assim. Não só porque o meio é um condicionante da evolução das sociedades humanas [...], mas também porque as sociedades influem, por sua vez, em seu meio: as relações do homem com o meio devem ser estudadas também sob o ponto de visto cultural e histórico. (FONTANA, 2000, p.33)

Também na Geografia, autores como Milton Santos (1994, p. 87-88) consideram a relação entre o ser humano e a natureza como uma relação muito íntima, pois “A relação entre o homem e o seu entorno é um processo sempre renovado que tanto modifica o homem quanto a natureza.” O autor chega ao ponto de considerar a “Geografia física” e a “Geografia humana” como uma mesma ciência.

Esta consideração sobre o meio natural em que se dão os acontecimentos históricos e sua relação com o desenrolar das ações humanas também foram observadas pelo historiador Fernando Braudel em seu “História e Ciências Sociais” (1972, p.21-22) ao afirmar que: “o homem é prisioneiro, desde séculos, dos climas, das vegetações, das populações animais, das culturas, de um equilíbrio lentamente construído de que não se pode separar sem correr o risco de voltar a pôr tudo em causa”. A preocupação com o enquadramento geográfico da

investigação histórica é notória em Braudel ao estabelecer um fecundo diálogo entre a história e a geografia a fim de atingir a “redução necessária de toda a realidade social ao espaço que ocupa” e a urgência para que “todas as ciências sociais deem lugar à uma concepção (cada vez mais) geográfica da humanidade” (idem, p. 68-69).

Aqui temos os elementos da teoria da geo-história, que Braudel já havia utilizado em seu monumental *O Mediterrâneo*, evidenciando o destacado papel que cumpre os elementos geográficos para a construção dos diversos processos históricos. A teoria da *geohistória* vista de forma mais acabada em Braudel já estava aparente na obra *O Reno: história, mitos e realidades*², de Lucien Febvre e Albert Demangeon, e neste livro já se colocava o cenário da história (no caso, o rio Reno) muito acima de um elemento físico ou geográfico qualquer, mas o passava para a categoria de elemento cultural, com finalidades políticas, diplomáticas, militares e sociais, desde a época do Império Romano.

O historiador Peter Burke (1997, p.49-50), ao analisar *O Mediterrâneo*, aponta que a *geohistória* de Braudel objetivava “demonstrar que todas as características geográficas têm a sua história, ou melhor, são parte da história, e que tanto a história dos acontecimentos quanto a história das tendências gerais não podem ser compreendidas sem elas”. Burke até se refere a esta abordagem de Braudel sobre a história da civilização n’*O Mediterrâneo* como sendo de um geo-historiador (idem, p. 61). Carlos Rojas (2013, p. 41) se refere a este feito braudeliano como “a síntese total entre geografia e história, para a construção de uma nova e radicalmente distinta ‘história geográfica’, onde os elementos da base geográfica são considerados efetivamente como protagonistas históricos”.

Continuando com a análise proposta por Rojas (2013, p. 41-43) fica evidente que a *geohistória* foi um dos suportes teóricos mais importantes utilizados por Braudel³ na composição d’*O Mediterrâneo*, pois nessa concepção de investigação historiográfica, o cenário da história (no caso, o Mar Mediterrâneo) não é visto como um elemento secundarizado e passivo das ações humanas, ao contrário, o cenário da história é reenquadrado com uma perspectiva de personagem ativo dos acontecimentos, e por conta disso é elevado à categoria

² Cf.: Ferreti (2016), onde alerta que em 1934, Albert Demangeon assina junto com Lucien Febvre a monografia sobre o Reno (Le Rhin, 1934) em que Febvre trata da pesquisa histórica e Demangeon das pesquisas geográficas. As duas partes têm sido publicadas separadas, inclusive os capítulos de Febvre tem sido reimpressos como obra autônoma intitulada “O Reno: história, mitos e realidades”, do qual usamos na presente dissertação a edição publicada pela Editora Civilização Brasileira, RJ - 2000.

³ Cf.: ROJAS, Carlos A. A. Braudel e as Ciências Sociais. Cap. III – As lições do Mediterrâneo – o autor traça um caminho intelectual bastante denso percorrido por Braudel a partir da influência do geógrafo Vidal de La Blache e Eliséé Reclus, as lições do geógrafo Albert Demangeon, passando pelos primeiros historiadores da Escola dos Annales, principalmente Lucien Febvre até suas próprias observações do mediterrâneo realizadas no período que esteve na Argélia, cuja síntese teórica da *geohistória* aparece com muito mais primor.

de participante e às vezes até determinante – mas não determinista⁴ – da história que se está escrevendo. Neste caso, Braudel chegou às fronteiras da “história global”, como aponta Peter Burke (1997, p. 54-55), ao esmiuçar a preocupação do historiador francês com uma visão histórica que abarcasse o todo, contemplando a investigação para até mesmo além das fronteiras tradicionais do Mediterrâneo (no capítulo chamado “O Mediterrâneo Maior”, agregando partes como o Atlântico, o Saara, os balcãs, etc) fazendo dessa maneira que:

O Mediterrâneo torna seus leitores conscientes da importância do espaço na história. Braudel consegue isso fazendo do mar o herói de seu épico, e não uma unidade política como o Império Espanhol, deixando abandonada uma personagem como Felipe II – e também pela constante repetição da importância das distâncias e da comunicação. (BURKE, 1997, p. 54)

Por fim, o já citado historiador catalão Josep Fontana também dedica um capítulo de sua obra “História – análise do passado e projeto social”⁵ onde se debruça na crítica da escola dos *Annales* e em partes sobre *O Mediterrâneo* de Braudel, principalmente na compreensão da temporalidade proposta pelo historiador francês que ele chama de “motor de três tempos braudeliano”, que segundo Fontana, foi onde Braudel:

“(…) ideou uma estrutura em três pisos, caracterizados pelos seus distintos ritmos de evolução. Na base estava o que se chamava de ‘geohistória’ – uma forma de geografia humana aplicada à História – à que correspondia a um ritmo mais lento: “uma história quase imóvel, a história do homem nas suas relações com o meio que o rodeia”. Por cima, um estudo estrutural, social, que recebe o título de “Destinos coletivos e movimentos de conjunto” e que por sua vez, subdivide-se em cinco planos distintos: 1) as economias (populações, preços e moeda, comércio, transportes), 2) impérios (estrutura política), 3) as civilizações (as formas de pensar), 4) as sociedades (burguesia, reação senhorial, miséria e bandidagem) e 5) as formas da guerra. A terceira parte – que recebe o título de “Os acontecimentos, a política e os homens” – era uma exposição de História política à maneira tradicional.” (FONTANA, 1998, p. 208)

O nosso exame de um cenário protagonista por óbvio possui pretensões bem menores que o notável feito braudeliano, mas a partir do que apresentamos, tentaremos aplicar parte de sua análise geohistórica em nosso cenário da história. Por conta disso deixaremos agora as tranquilas águas salgadas do Mar Mediterrâneo e voltamos nosso olhar ao caudaloso leito de águas doces da Bacia do Rio Paraná.

⁴ Cf.: BURKE, P. 1997, p. 53-54 – Burke apresenta séries de avaliações críticas d’*O Mediterrâneo* e entre elas o debate que se abriu sobre o que seria o “determinismo braudeliano” ou “um mundo insensível ao controle humano”, embora deixa evidente que a geohistória não é uma visão totalmente imóvel, como é demonstrado pela interação entre a humanidade e o ambiente.

⁵ FONTANA, Josep. *Historia: Análise do Passado e Projeto Social*. Trad.: Luiz Roncari. Bauru, SP: EDUSC, 1998.

A Bacia Hidrográfica do Rio Paraná⁶, dependendo da abordagem também chamada como Bacia Sedimentar do Paraná⁷ ou ainda como *Bacia Sinclinal Paranaica* – mas, para efeitos de simplificação chamaremos apenas de Bacia do Paraná – é objeto de estudo geológico desde o último quarto do século XIX, e de acordo com Milani (2007, p. 265) “inúmeros pesquisadores envolveram-se com a geologia da bacia, destacando-se o relatório de White (1908), que é considerado o ‘marco zero’ na sistematização estratigráfica da Bacia do Paraná”. Estas pesquisas orientavam-se na busca de minerais e prospecção de petróleo na região.

Foi nos anos 1930 (FUJITA, 2014 p. 22) que iniciaram os estudos acadêmicos mais robustos e publicados nas décadas seguintes pelos geólogos da Escola Politécnica da USP, que examinaram sua geomorfologia, com destaque, dentre outros, para as pesquisas do geógrafo Aziz Ab’Saber, do geólogo João José Bigarella e os relevantes trabalhos do geólogo Fernando Flávio Marques de Almeida (STEVAUX, 1993, p. 07-13), mas foi na década de 1990 que ocorreram as pesquisas mais detalhadas com ênfase para aquelas realizadas ou com a participação do geólogo Dr. Edson José Milani, notório pesquisador da Petrobras S/A com seus relevantes trabalhos de estratigrafia⁸ da Bacia do Paraná e uma gama de trabalhos efetivados, correalizados ou orientados pelo professor Dr. José Candido Stevaux, sobretudo nos segmentos de regiões onde foram construídas usinas hidrelétricas (FUJITA, 2014 p. 22).

As instalações destas grandes usinas sempre eram precedidas de amplos estudos geológicos em suas sondagens iniciais e durante os processos de escavações de estruturas. José Stevaux (1993, p. 72, 128-130 e 203) cita alguns destes estudos realizados. Embora haja algumas controvérsias baseadas em evidências que fogem ao escopo desta nossa exposição, estão registrados a ausência de grandes eventos de tectonismo ativo na formação da Bacia do Paraná – como veremos adiante (Capítulo 3) este argumento do tectonismo com eventos de

⁶ É imprescindível registrarmos aqui a definição dada pelo geógrafo Antônio Teixeira Guerra em seu clássico Dicionário Geológico e Geomorfológico (IBGE, 1993), sobre este termo, que se trata de “um conjunto de terras drenadas por um rio principal e seus afluentes (...). A noção de bacia hidrográfica obriga naturalmente a existência de cabeceiras ou nascentes, divisores d’água, cursos d’água principais, afluentes, subafluentes etc. Em todas as bacias hidrográficas devem existir uma hierarquização na rede potâmica e a água se escoia normalmente dos pontos mais altos para os mais baixos. (...) O conceito de bacia hidrográfica deve incluir também uma noção de dinamismo, por causa das modificações que ocorrem nas linhas divisórias de água sob o efeito dos agentes erosivos, alargando ou diminuindo a área da bacia. Além do mais a bacia hidrográfica pode ser principal, secundária e mesmo terciária, segundo certos autores, quando constituída de cursos de água de menor importância, isto é, os subafluentes geralmente (...)”

⁷ Cf.: GUERRA, Antônio Teixeira (1993, p. 48-49) – “Depressão enchida com detritos de áreas circundantes. A estrutura dessas áreas é geralmente composta de estratos concordantes ou quase concordantes, que mergulham normalmente da periferia para o centro da bacia. (...) A bacia sedimentar pode à primeira vista coincidir com a bacia hidrográfica, porém algumas vezes esta última é bem mais extensa e seus rios drenam outros terrenos, muito além da área sedimentar.

⁸ Cf.: GUERRA, Antônio Teixeira (1993, p. 170) – “Ciência que estuda a sucessão das camadas ou estratos que aparecem num corte geológico [...] A estratigrafia, por conseguinte, nada mais é do que a história física da Terra narrada através do exame dos terrenos sedimentares e dos fósseis que eles podem conter, estabelecendo-se assim a sua cronologia.

abalos sísmicos será brevemente levantado por setores contrários a barragem – sendo que sua atual formação, segundo os geomorfólogos, está ligada apenas às “mudanças climáticas que assolaram a região em toda sua história cenozóica”(STEVAUX, p. 203).

É importante salientarmos ao leitor que estamos falando de uma escala de observação bastante ampla quando nos referimos à formação geológica da Bacia do Paraná. Para contribuir no entendimento do leitor, merece destaque a observação realizada por José Candido Stevaux (1993, p. 8-9) quanto à compartimentação dos níveis de grandeza que ordena de modo hierarquizado os fatos geomorfológicos em três táxons. O primeiro táxon classificatório constitui o domínio morfoestrutural (definido pelo agrupamento de fatos geomorfológicos provenientes de amplos aspectos geológicos); o segundo é o subdomínio morfoestrutural (compartimentação regional da estrutura) e o terceiro é representado pelas unidades de relevo (compartimentos individualizados, apresentando formas de relevo fisionomicamente semelhantes em seus tipos).

Usaremos de forma resumida a bibliografia relacionada ao domínio morfoestrutural, isto é, a maior escala de hierarquização dada sua capacidade de englobar de modo geral toda a região da Bacia do Paraná, desconsiderando as particularidades das unidades menores, mas salientamos que este nosso critério de escolha se deu muito mais pelo reduzido espaço que nos cabe para a exposição do meio físico de nosso cenário da história do que pela importância geológica que cada uma das unidades menores possui em seus devidos contextos de estudos.

Então voltemo-nos ao convite inicial de observação do cenário feito ao leitor. Embora na Bacia do Paraná haja registros de rochas antiquíssimas datadas da época do surgimento das primeiras porções de terras do planeta que viriam a ser os continentes primitivos, isto é, no *Eon*⁹ arqueano, há aproximadamente 2,8 bilhões de anos (BRANCO, 2016, n.p), vamos recuar só até a não menos longínqua Era Mesozóica (250 Ma), momento em que a massa continental do planeta Terra estava praticamente toda unida na estrutura da Pangeia, o famoso supercontinente, formado há 250 milhões de anos a partir do agrupamento das porções de terras ao norte do globo, denominadas Laurásia e a massa de terras do sul, denominada Gondwana.

A Pangeia foi um colosso de terras extenso no tamanho geográfico, sendo a maior porção de terras conhecida da História Natural da Terra, mas teve um ciclo curto na sua duração

⁹ Aqui lançamos mão da divisão apresentada por Pércio de Moraes Branco em sua *Breve História da Terra*, do Serviço Geológico do Brasil (2016, n.p), sendo a mais usada pelos estudiosos do ramo que categorizam o chamado tempo geológico, para fins de estudo e de entendimento, em intervalos menores, chamados unidades cronoestratigráficas e são elas (em hierarquia da maior para a menor escala): eons, eras, períodos, épocas e idades. O autor alerta que embora haja consenso na sequência dessa periodização, o mesmo não ocorre quanto a seus momentos de início e fim, situação que os especialistas sempre apelam para as aproximações e estimativas.

temporal (apenas $\frac{1}{5}$ de tempo do período que durou Gondwana, por exemplo), tendo permanecido em unidade territorial não mais que 70 milhões de anos. Por conta de uma anomalia térmica advinda do manto da Terra, a Pangeia se fragmentou justamente no ponto de união dos dois blocos continentais que o formavam, afastando a Laurásia de Gondwana (SCHMITT; SILVA, 2022), sendo a primeira voltando a ocupar regiões mais ao norte do globo e a segunda praticamente toda localizada na região intertropical.

Mas, como Jurandyr Ross (2000, p. 17) demonstrou um pouco mais acima, o planeta Terra é um “corpo dinâmico” e na passagem entre os períodos Triássico (220 Ma) e Jurássico (180 Ma) foi a hora e a vez da separação do supercontinente Gondwana, que até então gozava de uma estabilidade tectônica de mais de 350 milhões de anos – considerando a data estimada do final de sua formação, há 550 milhões de anos até o início efetivo de sua fragmentação, estimada há 200 milhões de anos (SCHMITT; SILVA, 2022, n.p). A Bacia do Paraná, segundo os registros geomórficos, ocupava a região da margem sul ocidental de Gondwana (MILANI, p. 271, *in* BRITO, 2016). Esta separação se deu a partir de intensas anomalias térmicas, onde pontos de calor advindos do centro do planeta submeteram a crosta “a um colossal fendilhamento, associado a magmatismo basáltico de proporções sem similares na história do planeta. Neste evento rompeu-se o mega continente Gondwana e iniciou-se a evolução do oceano Atlântico Sul” (idem, p. 267). Estas anomalias fizeram com que o manto se elevasse aumentando a pressão sobre a crosta, causando sua ruptura onde “o resultado do início dos processos de rifteamento¹⁰ em diferentes pontos simultaneamente no Gondwana foi a fragmentação desse supercontinente, gerando os continentes atuais: África, América do Sul, Austrália, Antártida e Índia.” (SCHMITT; SILVA, 2022, n.p). Registros desse período de intenso vulcanismo e derramamento de magma, que são a prova da quebra e separação dos continentes, estão presentes em vários pontos da Bacia do Paraná e também na Bacia do Rio Zambeze, das Cataratas Vitória, na África.

Nos períodos seguintes, isto é, entre o Cretáceo (final da Era Mesozóica, 65 Ma) até meados do Plioceno (já na Era Cenozóica, 12 Ma), partes dos grandes fragmentos de superfícies pós gonduanicas localizadas no hemisfério ocidental do planeta consolidaram-se na formação da Placa Africana e a Placa Sul Americana (onde está o escudo brasileiro) e no espaço causado pelo afastamento entre estas duas porções continentais, formou-se o oceano Atlântico. A partir desta grande movimentação diminuem sensivelmente (mas não desaparecem) a ação de forças

¹⁰ Rifteamento é um termo originado do vocábulo inglês *rift* que na livre tradução pode ser entendido como *fenda*; em geologia trata-se de um conceito usado para descrever o processo de ruptura da massa continental a partir de fendas ocorridas na porção da crosta terrestre – Nota do Autor

endógenas, isto é, aquelas internas de caráter formativo das estruturas geológicas; as mudanças maiores se dariam a níveis mais superficiais e passamos a observar muito mais a atuação de forças exógenas, isto é, externas, de caráter mais escultórico, como é o caso das alterações de relevo¹¹, sem os colossais abalos observados quando na quebra de Gondwana.

Estas terras pós gonduanicas formaram ao longo do tempo, por meio de sedimentação e erosão um tipo de relevo de *cuestas*¹² no lineamento da Serra Geral do sul brasileiro e segundo as extensas pesquisas geológicas de Flávio Almeida (1949, p. 22 e 26) realizadas durante o correr da segunda metade do século XX, foi identificado que já no final do Cretáceo observa-se o fim da desertificação e indícios de aparecimento de sistemas de drenagem nesta região. É este primitivo sistema hidráulico pós-cretáceo que vai interagir com o relevo do novo continente e formar a futura Bacia Paranaica. Em suas sondagens pioneiras, Almeida identificou grandes áreas de basalto por toda bacia Paranaica, na maior parte dos casos recobertas por grandes camadas de sedimentos, sendo a principal porção gonduanica do continente sul-americano e uma das maiores do mundo formadas por derramamento basáltico, cuja inclinação para o interior da bacia é um traço geomorfológico importantíssimo para se compreender a evolução de seu sistema de drenagem atual (ALMEIDA, 1957, p.01 e 10).

Segundo Correa (2019, n.p), a evolução tectônica pleistocênica da Bacia do Paraná fez surgir as cachoeiras do Salto das Sete Quedas a partir do soerguimento da Serra de Maracaju, que interrompeu o curso de rios que corriam para o oeste, em direção à sub bacia do rio Paraguai trazendo estas águas para o rio Paraná, que com o aumento de volume, passou a cavar por mais de trezentos mil anos o extenso e profundo canal a jusante de Sete Quedas (por volta de 1,5 e 1,8 milhões de anos atrás). De acordo com esta autora, o sistema de drenagem assume o arranjo mais ou menos observável hoje, com a formação do divisor de águas entre os cursos dos rios Paraná e Paraguai: as serras de Maracaju e Amambaí. Com a subida abaulada do terreno, a tese de Correia se coaduna com a hipótese da aceleração das águas ao asseverar que:

“...o considerável volume de água do recém-reconfigurado (rio) Paraná adquiriu grande velocidade, provocando intensa erosão nos derrames basálticos a jusante e dando origem ao profundo *canyon* que se desenvolveu por mais de duas centenas de quilômetros abaixo das Sete Quedas, que estavam se formando. A partir dessa sucessão de eventos, começa a história da origem das Cataratas do Iguazu, quando o Rio Iguazu, do mesmo modo que os outros afluentes do Rio Paraná que passaram a

¹¹ Cf.: ROOS, J. 1.3.4 As formas e a gênese do relevo terrestre, p. 32-36 e também 1.5 Processos Exógenos na esculturação das formas do relevo, p. 42-44. – nestas páginas, o renomado geógrafo explica com rigor científico, mas com brilhante didatismo, a diferença e relações entre as duas forças que moldam a estrutura da superfície do planeta (endógena e exógena).

¹² Cf.: GUERRA, Antônio Teixeira (1993, p. 117-118) – termo de origem mexicana, corresponde a “costa” no idioma português. A *cuesta* é um tipo de relevo com suave declividade em seu reverso e abrupto corte ou declive em sua face frontal. Sua formação se dá por erosão, devido a diferença de dureza das rochas de suas camadas. A bacia sedimentar do Paraná tem grande presença de *cuestas* onde correm seus principais rios tributários.

desembocar a jusante de Sete Quedas, foi obrigado a se adaptar ao novo nível de base imposto pelo rápido aprofundamento do *canyon* recém implantado.” (CORREIA, 2019, n.p)

A maioria dos rios tributários do rio Paraná, principalmente os seus maiores afluentes, correm em áreas com formações de relevo do tipo *cuesta*, de maneira que todo o terreno se inclina de sua região de periferia em direção ao eixo da bacia. Como dissemos anteriormente, o geólogo Flávio Almeida (1949, p. 22-26) foi pioneiro na identificação de várias sequências de *cuestas* que inclinam todo o terreno da Bacia em direção ao Rio Paraná, destacando as que se encontram no Estado de São Paulo, sul de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Goiás, Paraná e Santa Catarina.

De forma resumida, o especialista separou entre *cuestas* externas sendo aquelas presentes na região mais ao sul de São Paulo, Paraná, sul de Minas Gerais e Goiás e oeste de Mato Grosso onde é destacada a importância da presença das sub-bacias do Rio Claro (sul de Goiás), Rio Grande e Rio das Velhas (Minas Gerais), Rios Tietê, Pardo, Mogí-Guaçú e Paranapanema (São Paulo), Rio Tibagi e Iguazu (Paraná), e também as *cuestas* internas, estas tendo como “coletores principais, os rios São Lourenço, Piquiri, Taquiri, Negro, Aquidauana, Miranda, Apa e os da Republica do Paraguai” (ALMEIDA, 1949, p.30).

E a partir da identificação deste relevo de *cuestas*, o autor relaciona com a enorme rede fluvial existente na bacia e conclui que:

Sobressai, na análise da rede de drenagem, o fato de os principais coletores acharem-se perfeitamente acomodados aos declives centrípetos das camadas, constituindo um sistema convergente, de rios consequentes de grande extensão, que- a norte e leste trazem suas águas de muito além dos fronts das “*cuestas*” basálticas. Tal situação só pode ser explicada se admitirmos a origem dessa rede numa região quase plana em que, durante o abatimento da bacia, os rios puderam mudar seus cursos em obediência às deformações. O processo foi tão perfeito que faltara resquícios de uma drenagem pretérita, de moldes outros que a rede hoje existente. (ALMEIDA, 1957, p. 22).

Aqui chamamos a atenção do leitor para perceber como os milhões de anos da história natural esculpiram em nosso cenário histórico estas características do relevo, que foi sendo estabelecido nos períodos pós cretáceo e criaram na Bacia do Paraná um sistema de drenagem centrípeta¹³ (ALMEIDA, 1949; STEVAUX, 1993), ou seja, é um altíssimo volume de águas correndo de forma mais ou menos acelerada graças à topografia favorável do terreno. A pesquisa de Fujita (2014, p. 16-17) aponta esse fato marcante indicando que, em nosso território, a maior parte do Rio Paraná constitui-se um rio de planalto, ou seja, possui grande

¹³ A Drenagem Centrípeta é um tipo de drenagem que se desenvolve comumente em áreas de sinclinais, havendo convergência de vários rios para um rio primário. (GUERRA, Antônio Teixeira. 1993, p. 143)

potencial hidráulico, o que maximiza a possibilidade do seu aproveitamento para mover as turbinas de geração de energia elétrica. Em terras argentinas, após a confluência do rio Paraguai, um rio de planície, torna-se um rio navegável (idem, p. 17).

Por conta de a grande maioria dos grandes rios do sul, sudeste e centro-oeste brasileiro pertencerem à bacia do Paraná, o rio que lhe empresta o nome é o responsável pela maior demanda de água para o setor industrial do Brasil, e também se enquadra como o maior em potencial energético, o qual é estimado em cerca de 100.000 MW, por meio da geração de energia hidrelétrica (ANA, 2009 *in* FUJITA, 2014). Na atual época geológica que o planeta se encontra, isto é, o holoceno, Fujita (2014, p.14) levanta uma série de evidências que levam a crer que “a calha do rio Paraná se encontra em processo de ajustamento em função das mudanças climáticas que ocorreram no Quaternário¹⁴ associada à tectônica e, atualmente, pela influência das grandes obras de engenharia”.

Como elencamos nas palavras introdutórias, o meio natural é um elemento importante para as decisões militares, políticas e diplomáticas tomadas pelas sociedades humanas e, conforme nos mostra Miguel Sória (2012, pp. 62-64), as águas do mundo distribuídas em uma miríade de rios, lagos e mares são, historicamente, objetos de disputas, tratados e acordos e estão em constante atualização jurídica quanto a seus usos e destino. Mas, uma porção de água ganha outras dimensões simbólicas quando está inserida em um determinado contexto histórico e quando interesses estratégicos estão em questão.

Vemos isso com os grandes rios do cone sul da América Latina. Eles são enquadrados nesta perspectiva de Sória e corrobora para esta observação a análise de Betiol (2008, p. 34-35). Afinal, estes cursos d’água foram escolhidos como unidades de demarcação de fronteiras, no caso dos rios “a linha limite (entre os países) é traçada segundo o canal mais profundo” e todos os países da grande Bacia do Prata – o qual a Bacia do Paraná integra – estavam desde século XIX em tratativas de acordos e ajustes¹⁵ quanto à utilização de seus rios.

Não seria possível entender como três países da América do Sul estabeleceram relações políticas e diplomáticas acerca do uso e aproveitamento de seus recursos hídricos, ora de tensionamentos, ora de flexibilização, aproximações e distanciamentos, sinais de desconfianças e acenos de amizade se não considerarmos informações tão importantes como as que remetem à dinâmica relacional dos seres humanos com o seu meio. O rio, enquanto cenário e também

¹⁴ O período Quaternário é o atual tempo geológico que congrega a época do pleistoceno (2,5 Ma até 11 mil anos) e holoceno (desde a última glaciação, há 11 mil ano até os dias de hoje) - GUERRA, Antônio Teixeira (1993, p. 152-153).

¹⁵ O jurista aponta em sua pesquisa (p. 56-58) uma lista de quase duas dezenas de tratados, acordos, declarações e convenções celebrados entre os países fronteiriços à Bacia do Prata – Argentina, Brasil, Bolívia, Paraguai e Uruguai.

agente da história, desempenha um papel através dos tempos históricos, pois como dissemos nas linhas introdutórias, em um determinado momento ele foi palco de disputas e conflitos entre os países e, no nosso recorte temporal analisado, ele servirá como elemento de aproximação. Mais uma vez Fontana (2000, p. 35) nos indica que:

Tudo isso deve servir ao historiador para que ele compreenda que a relação do homem com a natureza é muito mais complexa. Não podemos nos conformar em vê-lo como um conquistador que luta para dominá-la, nem basta deplorar o impacto nocivo de sua intervenção; devemos esforçar-nos em entender que, entre o homem e o meio há uma relação de simbiose, ou melhor, de pertencimento.

Como veremos nas páginas a seguir, o discurso de conquista da natureza, de “domar o rio” e a noção de terra vazia ou de natureza paradisíaca intocada será amplamente explorada pelos atores em cena, onde o apelo à noção de progresso se fará presente de modo otimista (FICO, 1998) em contraponto à noção de região isolada onde existe a *falta*, isto é, a imagem de uma região ainda não conectada ao processo de desenvolvimento nacional, principalmente em relação ao vizinho Paraguai cujas diferenças econômicas com o Brasil tornava o movimento de aproximação e integração um tanto quanto complexo ao associar o predomínio da natureza como um elemento associado ao atraso econômico (SILVA; JUNIOR, 2019).

Se o cenário da história, como vimos acima, levou centenas de milhões de anos para ser montado em toda sua exuberante beleza e peculiaridade e que, como bem ressaltou Jurandyr Ross (2005, p. 17), continua em sua constante e lenta transformação, os atores que entrarão em cena neste palco obrigar-nos-á uma redução sensível da escala de observação bem como uma aceleração no tempo, saindo da medição a partir dos milhões de anos da História Natural da Terra e suas Eras Geológicas para a escala das décadas e anos (e em algumas circunstâncias, meses e semanas) da História Política e Social dos seres humanos, isto é, a temporalidade de curta duração, mais precisamente na segunda metade do breve século XX que é marcada por um ciclo de “ofensivas modernizadoras” na América Latina, de acordo com as observações de Domingues (2009, cf. cap. II), caracterizando esse processo como experiências políticas da região em suas tentativas de inserção na modernidade ocidental.

1.2 – OS ATORES EM CENA

I

A História das relações internacionais na bacia do Prata tem estado marcada, por um lado, pela constância da ideia e pela concordância das opiniões de que esse imenso caudal de águas está destinado a unir os territórios que banha, sendo necessário a

conjugação de esforços de todos a fim de que possa obter o bem-estar dos povos que vivem nessa região; por outro, essa mesma história tem sido feita com base na realidade do dia-a-dia que nem sempre caminha no sentido da efetivação da comunhão de interesses e desfrute do bem comum.

(BETIOL, 2008, p. 33-34)

II

“(…) como resultado do esforço diplomático de duas décadas de aproximação brasileiro-paraguaio, lideranças militares e civis paraguaias se voltaram para o Brasil, a ponto de o presidente Vargas visitar Assunção em 1941. A diplomacia de Vargas para o Rio da Prata atuou conforme as diretrizes que vinham da época de Rio Branco: a defesa da estabilidade política regional; a não intervenção nos assuntos internos dos países vizinhos e a permanente preocupação de manter o entendimento e o diálogo fluido com Buenos Aires.

(DORATIOTO, 2014, p. 42)

Embora a delimitação espacial do nosso cenário da história tenha regredido até as priscas eras geológicas com o objetivo de nos atermos aos acontecimentos de um recorte temporal da história regional da América Latina, é imprescindível considerarmos a região, e em especial Brasil e Paraguai, como parte integrante de uma cadeia global de fatos influentes e influenciados, conforme a dinâmica que agora observaremos com as lentes da curta duração. Dessa maneira, por um lado temos a construção de Itaipu (também, mas não somente) como um elemento dentro do movimento de aproximação política e diplomática entre Brasil e Paraguai, e que ainda iria resolver a querela das fronteiras nacionais entre os dois atores em cena que remonta desde o período colonial, conforme indica Sória (2012), Weber (2008), e Betiol (2008); por outro lado temos a disputa da hegemonia política da região, onde a questão da demanda energética e o conseqüente aproveitamento da Bacia do Paraná vão aparecer como um fiel da balança, que no caso pendeu para o lado brasileiro, como acena Castro (2021), Doratioto (2007, 2014), Menezes (1987) e Chiavenato (1980).

Mas antes de seguirmos adiante é preciso considerar ainda um acontecimento de nível global que impactou não apenas a região em análise e as decisões políticas dos atores em cena, mas o mundo todo. Este acontecimento foi a crise internacional do petróleo do começo da década de 1970. Com o início da Guerra do Yom Kippur em 06 de outubro de 1973 (conflito envolvendo Egito e Síria de um lado contra Israel), o mundo voltava as atenções para o Oriente Médio. Dez dias depois do início do conflito, a Arábia Saudita anunciava a astronômica alta dos preços do barril de petróleo e dentro de três dias, 19 de outubro, a mesma medida seria adotada pelos demais membros da OPEP.

Essa crise foi a culminância de um processo apoiado no tripé formado pelo aumento da demanda por este combustível fóssil no pós-guerra, os visíveis sinais de esgotamento das

jazidas conhecidas e a reestruturação do controle da produção, principalmente pelas ondas de nacionalizações e estatizações dos poços petrolíferos localizados nos países do “Terceiro Mundo” que passaram a usar esse mineral tanto como argumento diplomático quanto como elemento de pressão econômica sob o fantasma do boicote ou corte de fornecimento (SANTANA, 2006, p. 159-160).

Conforme apontamos em nossas linhas introdutórias, o historiador britânico Eric Hobsbawm (2005, pp.458-459) assevera que a crise internacional do petróleo de 1973 transformou radicalmente o mercado de energia em escala mundial, pois a questão energética mostrou-se vital para o funcionamento do capitalismo industrial e todo modo de vida estruturado sob este modo de produção, principalmente nos anos pós-guerra, para os quais Hobsbawm usa a já conhecida qualificação de “os anos gloriosos” (1950-1973).

Destarte, a ubiquidade do petróleo na vida moderna gerou uma enorme cadeia produtiva não apenas centrada na produção de energia por meio dos combustíveis (notavelmente a gasolina, óleo diesel e querosene como os mais utilizados por motores e máquinas à combustão), mas também na produção dos derivados de polímeros, que vão desde a grande família de produtos plásticos passando pelos fertilizantes, componentes eletrônicos, embalagens, cosméticos, insumos farmacêuticos, alimentos, tintas, vernizes e artigos da construção civil e mais uma incontável lista de itens que poderíamos elencar que formam uma grandiosa rede de indústrias e serviços interligados de modo direto ou indireto em cada um dos níveis ou estágios produtivos.

Se a crise do petróleo fez muitos motores automotivos e caldeiras industriais pararem ao redor do mundo, para os nossos atores em cena ela pode ser vista também como uma mola propulsora para justificar o aproveitamento de uma matriz energética alternativa ao combustível fóssil e por consequência disso a construção do maior empreendimento hidrelétrico de todos os tempos no continente. O próprio Hobsbawm (2005, *idem*) aponta alguns efeitos de ordem econômica, por ele considerados positivos, da crise em algumas regiões do globo e para determinados segmentos sociais, indicando que este evento motivou mudanças e saídas originais conforme o contexto regional. A Nova História Diplomática nos mostra que as decisões dos Estados não são desconectadas de um contexto mundial de acontecimentos, ou, em outras palavras, a autonomia absoluta das escolhas e rumos de um país não são tomadas a partir de elementos contidos em suas próprias fronteiras nacionais.

O mesmo pensamento se aplica para as análises geográficas e Milton Santos (1994, p. 45-47) já alertava sobre a relação da região enquanto parte de um todo não isolável onde “As

crescentes relações com áreas cada vez mais distantes suprimem as veleidades de autonomia. Não há, pois, como considerar a região como categoria autônoma.” Então, longe nós apelarmos ao fatalismo histórico, mas recorrendo às perguntas reflexivas típicas do ofício de historiador, se não houvesse a urgente necessidade de se obter energia talvez as decisões dos então governantes de Brasil e Paraguai tomariam outros rumos? Em nossa opinião, uma tentativa de responder a essa questão indica que Itaipu não foi apenas uma saída local automática à crise internacional do petróleo, mas devemos percebê-la de modo dialético como uma experiência política e diplomática (e também técnica) sul-americana muito maior que uma mecânica reação à crise do petróleo de 1973 originada no distante Oriente Médio.

A esta época, a América Latina passava por sua terceira ofensiva modernizante conforme aponta Domingues (2009, p.84), e por sua vez buscava saídas para a crise do petróleo a partir de ações estatais robustas de alcance político e econômico, reformulando o modelo de lidar com suas próprias reservas. O autor aponta que “O Estado na América Latina tem sido um elemento crucial nas ofensivas modernizadoras, inclusive ao impulsionar politicamente o capitalismo na formação das classes capitalistas.” (DOMINGUES, 2009, p. 136). É justamente essa marcante presença do Estado no projeto capitalista de modernidade latino-americana que indica um caminho diferente daquele tradicionalmente adotado pelos países capitalistas pioneiros.

De acordo com Araujo (2018, p.4), “Não se pode pensar num projeto de modernização da América Latina nos moldes dos países do centro, como se houvesse uma universalização da modernidade, uma padronização onde os países periféricos deveriam se moldar.” Essa transposição não-automática de modelos à realidade regional, tanto no que tange ao desenvolvimento tanto ao que se refere a saídas para crises sistêmicas, remete novamente a Domingues (2009, p. 77) ao afirmar que “fica evidente que não pode haver uma simples reprodução dos estágios atravessados pelos países centrais”.

Para efeitos comparativos, é importante citarmos os exemplos de Venezuela e México, dois grandes produtores latino-americanos de hidrocarbonetos que tiveram experiências de exploração desta matriz energética com a forte presença estatal. O primeiro é um dos membros fundadores e integrante da OPEP. Os venezuelanos, sob a presidência de Carlos Andrés Pérez, criaram em janeiro de 1976 a Petróleo da Venezuela Sociedade Anônima (PDVSA), a gigante estatal do petróleo da Venezuela que iria nacionalizar todo controle da produção de suas imensas reservas do mineral que até então estavam sob domínio de empresas estrangeiras (MARINGONI, 2006, n.p), enquanto o México já havia feito a nacionalização das reservas em

1938, com o presidente Lázaro Cárdenas, por meio da criação da Petróleos Mexicanos (PEMEX). Nos anos 1970, o México vai conseguir enfrentar bem a crise do petróleo graças a empréstimos estrangeiros aplicados na infraestrutura e a descoberta e logo entrada em produção do enorme poço de Cantarell, no Golfo do México, que colocou o país como um dos maiores produtores mundiais não pertencentes à OPEP (SOUZA, 2018, p. 151-152).

Mas a situação um pouco mais ao sul do continente era outra. Apesar de, por um lado (assim como aconteceu na Venezuela) o governo brasileiro já ter uma situação de monopólio estatal do petróleo com a Petrobrás desde 1953, por outro lado não havia nenhuma grande jazida descoberta capaz de colocar o país em uma situação cômoda em termos de obtenção de energia de matriz fóssil (como foi o caso do México e seu super poço). A solução então foi recorrer a um outro líquido capaz de gerar energia e que não jorrava das entranhas da Terra, mas corria na superfície do planeta, especificamente em uma polêmica superfície de fronteira com o vizinho Paraguai: o Rio Paraná.

A definição da questão das fronteiras entre Brasil e Paraguai era um ponto em aberto que remonta ao passado colonial luso-hispânico da região, mas foi sepultado pelas águas do lago de Itaipu. No livro de Sória (2012) são apontados os tratados entre Espanha e Portugal envolvendo a divisão das colônias na América, sendo o Tratado de Tordesilhas (1494) o ato inicial dessa questão territorial, seguido do Tratado de Limites (ou Tratado de Madri, 1750) redefinindo os limites coloniais. A este foi seguido o Tratado de São Idelfonso (1777) que ratifica o anterior e, com a independência das colônias, pontos não especificados dos tratados entre as monarquias europeias seriam resolvidos pelos recém-criados Estados.

Conforme apresentado por Menezes (1987, p. 69-71), as questões fronteiriças de Brasil e Paraguai não foram plenamente resolvidas com o fim da Guerra da Tríplice Aliança, sendo que no ano de assinatura do “Tratado de Paz e Limites entre Brasil e Paraguai”, firmado no ano de 1872, foram iniciados os trabalhos de demarcação das fronteiras, dados por concluídos em 1874. Esse Tratado, por conta das dinâmicas geopolíticas da região, seria questionado nas primeiras décadas do século XX, com destaque para o Tratado Complementar de Limites de 1927, quando, por iniciativa brasileira, foi feita uma revisão de trechos daquele firmado em 1872, indicando que “alguma coisa não estava realmente muito certa sobre os limites entre os dois países naquela área” (MENEZES, 1987, p. 71).

Contudo, cabe recorrermos às ferramentas da História dos Conceitos para precisar a noção de fronteira, que se inter-relaciona com outros termos não menos importantes como território e região. Conforme apontamos em nossas linhas introdutórias, os estudos de

Koselleck (2006) trazem uma precisão quanto às metodologias aplicadas à História dos Conceitos e sua correlação com a história social. Este autor chama a atenção para o fato que o ato de estudar um conceito não se resume apenas à digressão histórica do termo em questão, ou seja, o exame simples de seu léxico (que aí inclui suas traduções, origens etimológicas, variantes, corruptelas etc.), mas também em qual tempo e espaço este termo era usado para traduzir um conceito. Para o autor, um termo é um vocábulo, um conceito é a leitura da ideia (ou do conjunto de ideias) por trás deste vocábulo. Segundo Koselleck (2006, p. 104), ao longo da investigação da história de um conceito é “(...) possível investigar também o espaço da experiência e o horizonte de expectativa associados a um determinado período, ao mesmo tempo em que se investiga também a função política e social deste mesmo conceito.”

Segundo a análise de Clemente de Souza e Gemelli (2011, p. 102-103), que estudaram as dinâmicas territoriais na fronteira de Brasil e Paraguai, os conceitos de território e região são indissociáveis, chamados pelos autores de “categorias de análises geográficas” e não podem ser analisadas separadamente, pois “a região é assim uma realidade que se concretiza por meio da ação de atores sociais”. Segundo estes estudiosos:

“Uma vez que o território se constitui na organização espaço-social, ele se transforma e se redefine constantemente, tendo em vista que a sociedade sempre está em movimento, o que também indica uma centralidade na relação espaço-tempo na constante redefinição do espaço e, conseqüentemente, do território. [...] Assim, o território pode ser interpretado como um espaço social, historicamente produzido e organizado, permeado por relações de poder, por redes e por identidades, que estão em constante transformação no tempo” (CLEMENTE DE SOUZA; GEMELLI, 2011, p.103)

Temos assim um importante apontamento sobre como a Bacia do Paraná se apresenta historicamente à maneira de um elemento de ligação entre Brasil e Paraguai, pois a região constitui uma territorialidade formada por transformações históricas motivadas pelas ações de ambos Estados nesta região de fronteira, ora tendo a Bacia como elemento de disputa, ora como elemento de integração regional.

Essa dinâmica regional deve ser entendida sem perder de vista que, como dissemos anteriormente conforme preconiza a Nova História Diplomática, tais ações locais mantêm um maior ou menor grau de relação com os acontecimentos globais e, embora distantes geograficamente da região, ocupam o mesmo período histórico sendo por conta disso capaz de impactar na região. Sobre o conceito de região e sua não desvinculação quanto aos acontecimentos globais, o geógrafo Milton Santos (1994, p. 46) assevera que:

“Não há, pois, como considerar a região como autônoma. Compreender uma região passa pelo entendimento da economia ao nível mundial e seu reatamento no território de um país, com a intermediação do Estado (...). É nesse contexto que o estudo

regional assume importante papel nos dias atuais, com a finalidade de compreender as diferentes maneiras de um mesmo modo de produção se reproduzir em distintas regiões do Globo, dadas suas especificidades.”

Conforme apontado acima, o estudo de Miguel Sória (2012, p. 50-52) analisa a questão das fronteiras entre Brasil e Paraguai ao remontar ao período das Grandes Navegações e expansão dos impérios espanhol e português no “Novo Mundo”, notavelmente entre os séculos XV-XVIII, quando diversos tratados foram firmados entre as duas Coroas, então potências coloniais europeias. O autor identifica duas características em todos estes tratados: a primeira é o uso dos acidentes naturais como balizas geográficas (notavelmente rios e montanhas); a segunda foi o emprego do princípio do direito romano *uti possidentis, ita possideatis* (quem possui de fato, deve possuir de direito).

Por sua vez, Doratioto (2007, p.24-25) aponta que, após a independência de ambos os países ainda na primeira metade do século XIX, as disputas pelo estabelecimento das fronteiras prosseguiram com uma série de novos tratados, sendo que o critério de *uti possidentis* fora recusado pelo Paraguai e a navegabilidade nos rios de fronteira era tema presente em todos estes acordos, o que, entretanto, não impediu que houvesse o estremecimento das relações com o Império do Brasil, que culminaria no conflito de 1864.

Foge ao escopo deste trabalho o exame das especificidades da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), mas a partir de nossa exploração bibliográfica, é oportuno registrarmos e recomendarmos alguns estudos consultados por nosso trabalho onde este tema é amplamente abordado em maior profundidade, como é o caso da obra “Maldita Guerra” de Francisco Doratioto (2007), também em *A História militar do Brasil* de Nelson Werneck Sodré (1978), o livro *A Guerra do Paraguai* de Júlio José Chiavenatto (1994) e o *Historical Dictionary of Paraguay* de Robert Nickson (1993). Da mesma forma, as décadas pós-guerra e o soergimento econômico e político do país são examinadas em maior grau na dissertação *O processo de recuperação econômica do Paraguai após a Guerra da Tríplice Aliança*, de Mário Lemes do Prado (2021), e em *Relações Brasil-Paraguai: afastamento, tensões e reaproximação (1889-1954)* do já citado pesquisador Francisco Doratioto (2012).

Interessa-nos, justamente, esse processo de reaproximação do século XX, quando as relações diplomáticas entre Brasil e Paraguai tiveram uma guinada qualitativa, notada principalmente durante a década de 1930 no governo de Getúlio Vargas, sendo que a partir da década de 1940 vários acordos foram assinados entre ambas as nações indicando além de uma aproximação, também uma cooperação, como é o caso da Missão Militar Brasileira de Instrução

no Paraguai (SOUTO, 2014) e a Missão Cultural Brasileira no Paraguai (CHEDID, 2010), criada em 1952.

Os estudos na área de Relações Internacionais de Cintia Vieira Souto (2016) apontam que as décadas de 1930 e 1940 foram cruciais para a aproximação de Brasil e Paraguai, não apenas pelas dinâmicas locais da região, mas por conta de um contexto global de disputa por áreas de influência entre os grandes blocos naquele momento consolidados, tendo os Estados Unidos de um lado, os países do Eixo de outro e a União Soviética como um terceiro polo aglutinador de poder. Para Souto (2016, p. 1-3), ainda que em um primeiro momento o Brasil tenha se colocado de modo neutro, o fato de o país logo ter se alinhado aos Estados Unidos num momento em que a Argentina ainda se mantinha simpática ao Eixo foi um trunfo importante. Essa posição também é apontada por Castro (2019) que identifica nestas duas décadas (1930-40) uma mudança de centros de poder a nível global e o declínio de influência da Argentina no *Cone Sul* coincide com o declínio do Império Britânico, ao passo que a tomada de dianteira do Brasil na região é acompanhada pela liderança dos Estados Unidos no ocidente¹⁶.

Isso colocaria o Brasil de Vargas em posição destacada na América do Sul no mesmo momento em que o Paraguai do presidente Estigarribia e, logo em seguida sob o comando de Higinio Morínigo, também entrava em alinhamento político com os norte-americanos ainda que, do ponto de vista ideológico, muitos integrantes da máquina administrativa paraguaia eram simpáticos ao nazi-fascismo. Ao mesmo tempo, o Paraguai buscava uma certa independência política e econômica em relação à Argentina, sem, contudo, almejar submeter-se ao Brasil. Conforme indica Doratioto:

“... as relações brasileiro-paraguaias se aprofundariam, como resultado do interesse comum em que o comércio exterior do Paraguai se desviasse para o Brasil e da identidade política entre os regimes de Getúlio Vargas e os de Estigarribia e de Higinio Morínigo. Durante esse período, houve notável aproximação política e cultural entre os dois países, bem como iniciativas para se criar uma infraestrutura de transporte entre ambos, para viabilizar as relações comerciais. (DORATIOTO, 2012, p.441)

Estava, portanto, formado um ambiente favorável à aproximação bilateral e, conforme aponta Doratioto (2012, p. 443), “Nas relações entre os governos brasileiro e paraguaio, o ano de 1940 caracterizou-se pelo bom entendimento e o desejo mútuo de estreitá-las”.

Para este pesquisador, naquele momento o Brasil tinha muito mais a oferecer ao Paraguai do que a Argentina, e isto não foi desprezado pelos governantes paraguaios. Ainda

¹⁶ Cf. CASTRO (2019 pp. 37-48) – o autor apresenta um período de hegemonia argentina entre 1880 até 1930, seguido do protagonismo brasileiro, de 1930 em diante. As grandes mudanças relacionadas a economia são referenciadas, bem como questões de política interna em ambos os países que levaram os dirigentes de um e de outro a tomarem decisões, no plano externo que levou o Brasil a se envolver mais em questões internacionais do que a Argentina.

conforme aponta o mesmo autor (2012, p. 447), “O movimento de aproximação entre o Brasil e o Paraguai ganhara dinamismo próprio, devido aos laços mútuos já estabelecidos e, principalmente pelo potencial das vantagens mútuas pela intensificação das relações entre os dois países”. Em 1943 é realizado um importante ato de aproximação entre as duas nações sul-americanas, com a publicação do Decreto 5458/43, no qual Getúlio Vargas declarava inexistente a dívida de guerra do Paraguai para com o Brasil, que se arrastava desde o Tratado de 1872 (DORATIOTO, 2012, p. 456-457).

Depois de Vargas, os presidentes de Brasil e Paraguai iriam se encontrar muitas outras vezes solidificando o processo de aproximação, sendo que mesmo aqueles que não tiveram encontros diretos com a autoridade-mor paraguaia (como foi o caso de Eurico Gaspar Dutra, Café Filho e Jânio Quadros) também não alteraram a política diplomática de aproximação com o país vizinho. É oportuno lembrar que o início da chamada “Era Strossner” (1954-89) no Paraguai coincide com os “Anos JK” (1956-1961) no Brasil, período em que estes dirigentes não apenas trocaram entre si condecorações magnas¹⁷ de seus países como também estiveram juntos no icônico 6 de outubro de 1956 na cidade de Foz do Iguaçu para o lançamento da pedra fundamental das obras da Ponte Internacional (futura Ponte da Amizade). Como a questão do desenvolvimento industrial e a demanda energética faziam parte do *Plano de Metas*, marca do desenvolvimentismo do governo JK, naquele momento começaram os estudos mais relevantes sobre o aproveitamento hidro energético da Bacia do Paraná.

De acordo com Menezes (1987, p. 44), Juscelino foi o presidente brasileiro que abriu as portas do Brasil para que o Paraguai tivesse uma saída em direção ao leste atlântico e foi neste momento que JK faria essa aproximação não apenas por palavras, mas por uma ligação literalmente concreta por meio da ponte. Essa foi uma construção emblemática que representaria um marco importante neste processo, sendo “(...) uma experiência que potencializou as pretensões brasileiras sobre a região” (SILVA; DIAS JR, 2019, p. 8-9). Alfredo Strossner e o presidente brasileiro ainda se encontrariam novamente em 1961, na inauguração simbólica (isto é, não oficial) da ponte, a qual somente iria de fato ser inaugurada em 1965, com o Brasil sob o comando do general Castelo Branco, como veremos adiante.

O presidente João Goulart iria ter um único encontro pessoal com Stroessner, que ocorreu em 19 de janeiro de 1964, na fazenda “Três Marias”, no Estado do Mato Grosso. Tal

¹⁷ Em 15 de dezembro de 1956, o embaixador do Brasil no Paraguai, João Luís de Guimarães Gomes, condecora Stroessner com a Grã-cruz da Ordem do Mérito Militar. Poucos meses depois, em 12 de fevereiro de 1957 - no Rio de Janeiro, então capital do Brasil, Raul Sapena Pastor, Ministro das Relações Exteriores do Paraguai, concede a Juscelino Kubitschek, o Colar Marechal Francisco Solano López. A cerimônia foi realizada no Palácio do Catete, sede da Presidência da República antes da mudança da capital para Brasília.

encontro, que aconteceu em condições quase secretas¹⁸, representa um importante passo no entendimento entre os dois países para o aproveitamento energético das águas do Rio Paraná, em especial a região das Sete Quedas. Dois dias depois seria noticiado na edição de 21/01/1964 d'*O Globo* a intenção da "...construção de uma usina elétrica de grande capacidade, mediante o aproveitamento do potencial energético da cachoeira de Sete Quedas".

De acordo com Menezes (1987, p, 69-94), embora houvesse tratativas entre os países sobre a questão energética em curso desde a administração JK, até então os estudos para o aproveitamento energético específico do Salto das Sete Quedas acontecia à revelia do Paraguai. O Brasil tinha o entendimento que a região estava dentro de suas fronteiras. O Paraguai alegava que não estavam demarcados os limites, e por isso, qualquer exploração hidro energética naquelas cataratas não poderiam acontecer.

O impasse fronteiro permanecia aberto, com autoridades diplomáticas de ambos os países emitindo notas de suas chancelarias sobre a questão (MENEZES, 1987, p. 74-76). Foi desse encontro entre Goulart e Stroessner que se chegou ao acordo em demarcar definitivamente as fronteiras na região e, principalmente, dividir os benefícios hidro energéticos de uma eventual usina que fosse ali instalada. Esse encontro foi de tamanha importância que o presidente brasileiro faz uma citação do mesmo em sua mensagem presidencial enviada ao Congresso Nacional em razão da abertura dos trabalhos legislativos do ano de 1964. Em suas páginas, Goulart dizia:

"Tive ocasião de receber, em cordial encontro, o Presidente do Paraguai, General Alfredo Stroessner, e com ele conversar, na maior cordialidade e compreensão, sobre o projeto de aproveitamento do potencial energético de Sete Quedas, cuja realização poderá proporcionar à economia da região uma oferta de energia da ordem de dez milhões de kW. Das conversações resultou um completo entendimento entre nossos dois países, dentro do respeito aos interesses mútuos. Estou convicto de que o empreendimento de Sete Quedas não só permitirá a valorização econômica da vasta área adjacente, mas também contribuirá poderosamente para a causa da fraternidade americana.¹⁹"

Pouco mais de dois meses depois, o infame Golpe de Estado capitaneado por setores das forças armadas, tiraria Goulart da presidência. A atitude diplomática de aproximação com o Paraguai é mantida pelos militares no poder e um dos episódios mais interessantes dessa aproximação aconteceria em 1965. O marechal Castelo Branco, primeiro presidente da ditadura

¹⁸ O jornal *O Globo* noticiava em 20 de janeiro (ed. 11.566) que ao apurar junto com o 1º Secretário da Embaixada do Paraguai sobre a visita de Stroessner ao Brasil, fora informado que o órgão diplomático não recebera nenhum aviso nem do Itamarati, nem do próprio Paraguai sobre a vinda do general, embora já se soubesse que a mesma iria ocorrer e o tema tratado seria a questão da usina em Sete Quedas.

¹⁹ Mensagem ao Congresso Nacional remetida pelo Presidente da República na abertura da Sessão Legislativa de 1964. Biblioteca da Presidência da República.

militar instalada no Brasil, se encontraria com o general Stroessner no dia 27 de março, poucos dias antes da “revolução de 64” completar o primeiro aniversário.

Os presidentes militares encontraram-se na ocasião da inauguração (agora sim, de modo oficial) da Ponte Internacional Brasil-Paraguai, sendo que este encontro foi manchete d’*O Globo*²⁰ em sua edição de 20/03/1965, p.01. Porém, este importante ato carregado de símbolos de aproximação e amizade entre os dois países foi seguido de uma polêmica ocupação de tropas brasileiras em uma faixa de terra na região da fronteira próximo ao Salto das Sete Quedas.

Esta querela é amplamente explorada por Menezes (1987) ao tratar da questão envolvendo o litígio contencioso de Salto das Sete Quedas e é caracterizado como um elemento perturbador dentro do processo de aproximação entre os países. A ocupação militar da faixa de terras da região de Porto Coronel Renato pela 5ª Companhia Militar sediada em Guaíra teve ampla repercussão primeiramente no Paraguai e só ganharia interesse público no Brasil no ano seguinte. O tema é examinado em maior profundidade na dissertação “Os saltos da discórdia: o impasse entre Brasil e Paraguai em torno das Sete Quedas: 1962-1966”, de Luiz Eduardo Pinto Barros (2012).

Os motivos que levaram o tema a ganhar maior ênfase no Paraguai do que no Brasil estão esmiuçados no artigo “Porto Coronel Renato em manchete: o litígio fronteiriço entre Brasil e Paraguai nos periódicos de ambos os países” (2017), do mesmo autor. Barros concorda com a visão de Doratioto ao caracterizar a celeuma como um episódio de “desgaste” entre os países, mas que, apesar disso, aponta como a ditadura de Alfredo Stroessner soube aproveitar a situação e explorar este litígio fronteiriço a favor da promoção de sua imagem como “defensor dos interesses nacionais” na grande mídia paraguaia.

O fato é que a situação posta no cenário da história pelas características territoriais da região do Salto de Sete Quedas levou nossos atores em cena ao derradeiro ato que daria um fim à polêmica questão da fronteira entre os países. A Ata das Cataratas (também chamada de Ata do Iguazu), assinada pelos governos de Brasil e Paraguai, representados respectivamente por seus chanceleres, Juraci Magalhaes e Sapeña Pastor, é amplamente explorada pela historiografia do tema.

Mas, como na apresentação de nosso cenário da história, procuramos mostrar a Bacia do Paraná como personagem partícipe da História. Mais uma vez buscamos apoio nos exercícios reflexivos da geohistória para olhar para o episódio de assinatura da Ata das

²⁰ Este exemplar, que circulou no dia 29 de março, trouxe uma grande cobertura do evento, noticiado em sua página 3, com espaço destinado a registro das falas do presidente Castelo Branco e menção à mensagem enviada pelo Papa Paulo VI, por meio de seu nuncio apostólico no Paraguai, invocando “sobre os nobres países irmãos, copiosas bençãos dos céus.”

Cataratas, ato clímax de um longo processo de tensionamento, encarando o rio como agente que influenciou as decisões tomadas pelos atores em cena. Sória (2012) aponta que a autonomia energética interessava muito ao Brasil industrializante, e que não havia nenhum indício que o país renunciaria às cachoeiras de Sete Quedas.

Sobre isso, Menezes (1987) indica que o Paraguai conseguiu jogar com essa necessidade brasileira sabendo que daquela disputa de uma faixa de terra de pouco mais de 20km poderia conquistar um prêmio muito maior que o requerido, tanto é que se aviltou a possibilidade de arbitragem internacional sobre a questão junto a organismos internacionais, o que para o Itamarati não era interessante (MENEZES, 1987, pp. 74-76). Conforme aponta Miguel Sória (2012), neste acordo havia “A possibilidade de inclusão das quedas em um esquema de produção de energia elétrica pelos níveis do Rio Paraná consta no inciso IV da Ata de Iguazu, no qual aparece a expressão “desde e inclusive o Salto Grande de Sete Quedas”. Os dois países, então irredutíveis em suas posições, optariam não por uma mudança geográfica, ou cartográfica ou qualquer outro expediente diplomático na fronteira que ficasse restrito a inscrições em mapas ou nos papéis de algum tratado. Optaram pela mudança física de toda a região, em uma clara alteração do meio natural.

Ao considerar o desnível existente em Sete Quedas, era plausível que, baseados no mencionado inciso IV, ao construir em algumas dezenas de quilômetros a frente uma barragem de altura superior àquela verificada em Sete Quedas, o lago formado pelo reservatório iria cobrir aquelas cachoeiras e a área litigiosa de Porto Coronel Renato, fazendo valer o direito sobre rios internacionais, qual seja, o compartilhamento do leito d’água e a fronteira sendo a margem localizada em cada país. O problema seria resolvido, ou melhor dizendo, sepultado para sempre sob as águas do rio Paraná.

O *know-how* técnico para tal iniciativa já era dominado pela engenharia brasileira naquele momento, cujo acúmulo em construções de hidrelétricas já somava décadas, o que mudaria seria a proporção titânica do empreendimento. Mais que isso, a mudança física da região iria impactar toda a dinâmica de territorialidade da fronteira, criando um novo território sobre o território, o que Souza & Gemelli (2011) chamam de “movimento de territorialização – desterritorialização – reterritorialização”

Como essa mudança física da região, que conforme vimos acima levou milhões de anos e eras geológicas para se formar, agora levadas a cabo por ações técnicas em algumas décadas pelos atores em cena, será apresentada para a sociedade? Como os governos e governantes comunicaram ao povo as irreversíveis medidas adotadas nas manobras para a construção da

barragem? Diversos elementos, técnicas e meios foram usados para este fim. Um deles foi, justamente, as páginas dos jornais, que naquele momento contava o Brasil com uma imprensa pujante, com periódicos diários de alcance nacional, entre ele o Jornal *O Globo*.

1.3 – A FONTE DA HISTÓRIA

I

“As invenções que tornaram os periódicos empresas industriais aparelhadas, eficientes, capazes de produzir, todos os dias milhões de jornais, seguiram-se às outras, a curtos intervalos (...). Tudo conduzia, finalmente, ao rebaixamento do preço pago pelo leitor, em difusão cada vez mais numerosa, em influência cada vez mais larga, tudo em benefício dos anunciantes (...). Quando se verifica que essa gigantesca engrenagem é simples parafuso de engrenagem maior, a que pertence, do capitalismo monopolista, ainda mais fácil é estimar seu alcance e poder.”
(SODRÉ, 1966, p. 6)

II

“a despeito do advento do rádio na década de 1920 e da inauguração da televisão em 1950, o veículo impresso manteve-se cumprindo seu papel de quarto poder, mobilizando decisivamente os destinos do país. Não sem agravantes, que determinaram escritos da imprensa que se traduziram em sangue, morte e rupturas.”
(MARTINS; DE LUCA, 2008, p.12)

III

“Há quatro décadas, os historiadores começaram a se aproximar cada vez mais deles [os jornais] como um tipo mais específico de fonte histórica, capaz de oferecer inúmeras informações, discursos e indícios para a análise das sociedades que os produziram e dos meios nos quais eles circularam. (...) Para ter de fato um ponto de vista historiográfico sobre os jornais, é preciso compreender mais a fundo o que eles são no seu dia a dia, no mundo da cultura, no interior da sociedade que os gera e reatualiza como uma forma específica de comunicação, informação, poder e instrumento de sociabilidade.”
(BARROS, 2021, p. 398)

Nossa pesquisa tem como fonte o Jornal *O Globo* e para entender como suas páginas noticiaram a construção da Usina de Itaipu, é indispensável seguir alguns caminhos propostos pela metodologia do trabalho com documentos históricos que tomam os jornais impressos tanto como fonte de informação quanto objeto de pesquisa. Nosso objetivo nesta etapa da pesquisa é fazer um resumo histórico da trajetória do jornal para contextualizar o leitor a propósito da relação construída entre o *O Globo* e o regime militar vigente, para finalmente apontarmos a convergência entre as práticas do governo com o noticiamento dos fatos favoráveis ao mesmo, deixando claro os interesses do jornal, que será visto no capítulo seguinte.

Mas, primeiramente, é importante lançarmos nosso esforço reflexivo sobre as epígrafes de abertura deste subtítulo. A primeira delas é basicamente o resumo da tese de Nelson Werneck Sodré, que identifica a história da imprensa (surgimento, evolução e dinâmica) como uma indústria inserida no capitalismo global. O autor toma os modelos clássicos de desenvolvimento das cadeias produtivas industriais, cujos esquemas se inter-relacionam dentro do modo de produção capitalista e a imprensa – ou melhor dizendo, a Grande Imprensa – enquanto indústria, se enquadraria nos padrões das grandes empresas capitalistas.

Para Sodré, é facilmente observável no funcionamento da grande imprensa o sistema de uma grande empresa capitalista modelo, com a divisão e especialização do trabalho, a inserção de novas tecnologias a cada espaço de tempo (identificadas pelo autor que ocorreram a curtos intervalos de anos nos séculos XIX e primeira metade do XX). A isso, soma-se a interdependência de outras estruturas do capitalismo moderno (fontes de energia para as máquinas, novas descobertas da química e da física, acesso a matérias-primas, meios de comunicação e transportes, legislação, trabalhadores qualificados, entre outros), tudo isso preso à lógica primária de qualquer empreendimento capitalista, mas que fica bem mais evidente nas grandes iniciativas, que é a máxima produção, ao menor custo com o máximo de lucro. A grande imprensa seguia esta lógica *ipsis litteris* e por isso o autor enquadra esta estrutura, aparentemente grande, como um parafuso dentro da estrutura maior, que é o próprio modo de produção capitalista.

Na segunda epígrafe, a força da imprensa escrita na sociedade é apontada nas palavras da historiadora Tania Regina de Luca, fazendo, inclusive, a conhecida comparação da imprensa como “o quarto poder”, o que denota o ativo (e ativo) papel desempenhado pela imprensa no âmbito do político. As novas tecnologias apontadas pela autora (o rádio e a televisão) não fizeram com que o jornal impresso perdesse sua importância social naquele momento. Ao contrário, como é demonstrado no livro “A História da Imprensa no Brasil” (2009), foi muito comum a formação de conglomerados que uniam sob um único grupo os diversos veículos, formando assim a conhecida subdivisão de imprensa escrita, imprensa radiofônica, imprensa televisiva.

Entretanto, é importante o apontamento feito por De Luca (2009, p. 154-155), ao alertar que a análise de Sodré foi feita dentro de um esquema mais geral de desenvolvimento da imprensa observável na longa duração, o que não se aplicaria sincronicamente, por exemplo, às experiências locais ou de menor porte. O surgimento da imprensa na Europa, aponta a autora, não teve os mesmos caminhos tomados pelas primeiras experiências no Brasil. Assim, a

contextualização e a caracterização de qual veículo e qual momento histórico está sendo analisado é fundamental para qualquer estudo. Por isso, em nossas linhas introdutórias, citamos De Luca quanto os diferentes usos que se faz do termo “Grande Imprensa”, que assume sentidos e significados bem como agentes diferentes conforme o momento histórico.

Por fim, na epígrafe de José D’Assunção Barros, a questão do método aparece como elemento principal, pois é fato que os periódicos constituem um campo de pesquisa para os historiadores, sejam como fontes para um determinado fato ou como objetos de pesquisa. Tais fontes foram incorporadas às possibilidades do historiador devido à expansão do campo investigativo da ciência histórica, ocorridas ao longo do século XX. É importante a observação feita por Barros quanto à necessidade de se entender a inserção dos jornais, não apenas no cotidiano material da sociedade, mas sua penetração na cultura social. O cotidiano da história é um conceito muito debatido pela historiografia e tanto Barros (2021) como De Luca (2005, p.128) entendem que os jornais são documentos importantes que retratam este cotidiano da humanidade.

Em seu “Dicionário de Conceitos Históricos”, Kalina Silva e Maciel Silva (2013, p. 75-78) examinam o conceito de “cotidiano” na história através do diálogo entre as obras do historiador francês Michel de Certeau e a filósofa húngara Agnes Heller que se debruçaram sobre a importância do cotidiano no desenrolar da existência humana, identificando o cotidiano como o local da repetição e reprodução dos modos de vida, mas também o local das mudanças e dinâmicas das transformações históricas. Portanto, os jornais são parte integrante para o entendimento do período histórico que se pretende propor, mesmo porque é um tipo de documento muito comum na vida moderna. Daí a necessidade de recorrermos às fontes do cotidiano, no caso os jornais diários, que conforme demonstra Barros (2021, p.400), possuem oito características essenciais que os distinguem das demais publicações inseridas dentro da grande categoria documental de *periódicos*, que são: a periodicidade, largo alcance, a polifonia de textos, a produção multi-autoral, a interação entre informação e discurso, a busca de vários segmentos de leitores, o efeito de realidade e, por fim, a abrangência de assuntos.

Em outro artigo, tratando dessa mesma temática, o autor considera que os jornais são muito mais que um “meio de informação” e os enquadra como “meio de comunicação”, pois:

Os jornais não transmitem apenas informações. Eles também comunicam ideias e valores, e através destas ideias e valores buscam agir sobre a sociedade, além de representarem certos interesses – não necessariamente um único setor de interesses, mas sim um campo de interesses no interior do qual diversos fatores interagem. O fato de ser um ‘meio de comunicação’ interfere na função jornalística de se propor a ser um ‘meio de informação’, e este aspecto precisa ter uma centralidade na análise dos historiadores. “(BARROS, 2022, p. 590).

É nesse ponto que Barros (2022, pp. 590-591) identifica a presença de discursos propositais dentro das páginas, afinal “os jornais também abrigam discursos que se pretendem apresentar como verdadeiros”, o que confere à esta fonte histórica o cuidado de uma hermenêutica histórica, pois “A informação transmitida pelos jornais mescla-se com a elaboração de um discurso, com a comunicação de valores e ideias, com os projetos de agir sobre a sociedade, com a necessidade de interagir com fatores políticos e econômicos.”

O Jornal *O Globo* tem por característica ser possuidor de uma história muito próxima aos poderes constituídos, quando não, a grupos muito próximos do poder – assim como diferentes poderes se aproximaram e se aproximam do jornal – e isto o coloca, do ponto de vista político, como um importante agente social no desenrolar do cotidiano da história. Quando nos referimos ao “Jornal *O Globo*” é importante deixarmos claro ao leitor que, conforme alerta Barros (2019; 2022), estamos falando do “Jornal como instituição – a empresa que produz jornais (exemplares de jornais) e os vende ao seu universo de leitores compradores – e usamos a mesma palavra ‘jornal’ para nos referirmos a esta sessão que agrega um conjunto de textos (...)”. Esta precisão de termos é imprescindível para avançarmos na posterior compreensão do jornal “como objeto discursivo, político e ideológico.”

O Jornal *O Globo* foi oficialmente formado no dia 25 de julho de 1925, sendo fundado por Irineu Marinho Coelho de Barros – jornalista carioca que teve passagens por vários jornais no início do século XX, tendo fundado em 1911 o jornal *A Noite*, que presidiu até o ano de 1924, quando ele deixa a empresa por mudanças no quadro societário. A primeira edição d’*O Globo* circulou em 29 de julho de 1925. Aos 49 anos, Irineu Marinho faleceu em 21 de agosto do mesmo ano por problemas cardíacos, tendo ficado menos de um mês a frente da nova empresa e após sua morte:

“Roberto Marinho, filho mais velho de Irineu, ainda era jovem para assumir a direção do vespertino e preferiu, a princípio, deixar o sob o comando do jornalista Eurycles de Matos, amigo de confiança da família Marinho. Com a morte de Eurycles, em 1931, Roberto Marinho assumiu o controle efetivo do jornal, como diretor-redator-chefe. Com visão empreendedora, logo transferiu a redação e parque gráfico do jornal para um prédio maior, no centro do Rio de Janeiro” (COSTA, 2014, p. 125)

Sob o comando de Roberto Marinho, o Jornal *O Globo* passa a funcionar como uma grande empresa de comunicação e mesmo empregando seus irmãos e outros parentes, rapidamente vai perdendo o caráter de um típico negócio familiar e se colocando solidamente no cenário empresarial. Em 1944, Roberto Marinho torna-se acionista da rádio *RTB* e a

renomeia como *Rádio Globo*. Era o início da formação do grupo de comunicação homônimo. O Jornal coloca a publicidade no centro de seus negócios, buscando o capital disponível na mão dos anunciantes. De acordo com Costa (2014), “foram Marinho e o publicitário Sylvio Bhering, na época diretor de O Globo e da Rádio Globo” que passaram a investir no promissor mercado de anúncios de propaganda nas páginas do jornal.

Vemos aqui mais um elemento de confirmação da tese de Sodré quanto ao exemplo de evolução da grande imprensa dentro do modelo de capitalismo industrial e o longo trecho a seguir deixa clara a ideia que os anúncios ganharão um relevante papel na imprensa escrita junto com a função noticiosa original do jornal e Roberto Marinho conseguiu perceber isso e soube muito bem aproveitar:

“O estreito vínculo entre a imprensa e a ordem capitalista aparece, também, na evolução do problema da liberdade de informar e de opinar. (...) A luta entre a informação e a opinião não foi a única que marcou o desenvolvimento da imprensa; logo apareceu a luta entre a opinião e a publicidade, que era a forma organizada que a propaganda assumia. (...) A mudança seguinte foi no conteúdo do próprio anúncio: os velhos modelos de anúncios de estabelecimentos foram substituídos pelos novos, de mercadorias isoladas, valorizadas ao máximo pelas ilustrações, ganhando relevo quase artístico quando as cores foram introduzidas. Era a supremacia do fabricante sobre o comerciante; da produção sobre a circulação, peculiar ao capitalismo plenamente caracterizado e desenvolvido.” (SODRÉ, 1966, p. 2-5)

O Grupo Globo adentra a década de 1950 alinhado a grupos conservadores nacionais, apoiando os candidatos da UDN nas eleições (Eduardo Gomes, no pleito de 1950 e Juarez Távora, no de 1955) e fazendo oposição ferrenha ao grupo político de espectro getulista/trabalhista. Nesta década o jornal já era consolidado como um dos maiores do país com tiragem superior a 100 mil exemplares. Era desse movimento de apoio e oposição política que o Jornal ia obtendo suas vantagens e aumentando sua influência política, tanto que sua postura moderada em relação ao governo de Juscelino, rendeu-lhe a primeira concessão de um canal de TV (COSTA, 2014, pp. 130-132).

Esse aumento expressivo do poderio d'*O Globo* não ocorreu sem que houvesse outra fonte de financiamento envolvida e aqui entra em cena o peso do dinheiro público nos negócios privados, isto é, empréstimos tomados pelo *O Globo* junto ao Banco do Brasil. Conforme aponta a robusta pesquisa de Sodré (1966, pp. 460-462), o jornal conseguiu levantar de modo muito fácil em um curto intervalo (menos de dois anos), valores equivalentes a mais de um milhão de dólares para equipar e modernizar seu parque gráfico. Quando da importação de avançadas máquinas (a pesquisa de Sodré cita sucessivos empréstimos, cada vez maiores, para compra de *off-sets* alemãs, além de dobradeiras, impressoras tipográficas, grampeadeiras e rotativas) e a cada novo empréstimo realizado era oferecida como garantia penhor mercantil a

própria máquina comprada na ocasião e uma velha impressora rotativa *Goss*, dada em hipoteca uma meia dúzia de vezes entre 1950 e 1952, quando estes vultuosos empréstimos foram realizados junto ao Banco.

Sodré aponta que não apenas *O Globo* fazia isso, mas outros grandes da imprensa também recorriam a essas práticas e o que causava escândalo “não eram os empréstimos, em si mesmos, mas a forma de obtê-los, os processos utilizados para isso e as condições privilegiadas que os cercavam” (SODRÉ, p. 462) e principalmente a aberração “das dívidas dos srs. Chateaubriand e Roberto Marinho, nunca saldadas, no Banco do Brasil nem nas Caixas Econômicas de S. Paulo” (idem, p.463).

Esse notável incremento tecnológico possibilitado pela enxurrada de dólares dos empréstimos contraídos e não pagos junto aos bancos públicos coincide com o contexto de ferrenha disputa, não apenas de público leitor, mas também uma disputa por mercados e de aumento da sua esfera de influência política (e sobre os políticos), travada com outros grupos jornalísticos da época, notavelmente com o jornal *Última Hora*, do jornalista Samuel Wainer, com posicionamento mais alinhado ao varguismo (COSTA, 2014, p.127). O historiador José D’Assunção Barros considera importante conhecer essa dinâmica de disputa entre as empresas de jornais consigo mesmas, o que ele chama de *redes de concorrência* (BARROS, 2019; 2022), estando inseridos duplamente no mundo capitalista, ora interagindo com um mercado de anunciantes, ora como objetos deste mercado e por conta disso:

“... um jornal relaciona-se com seu público e com os leitores possíveis, mas também interage com os demais jornais que com ele compartilham o mercado, se considerarmos o contexto já capitalista industrial da grande imprensa ou o circuito político típico da primeira fase da história da imprensa nos diversos países.” (BARROS, 2022, p.597)

Como qualquer empresa capitalista, a busca por público consumidor é parte vital de seus negócios e isso implica abocanhar parte dos leitores de um ou de outro periódico, que foi o que acontecia quando os jornais concorrentes entravam em processo de falência. A pesquisa de Edwaldo Costa (2014, p. 135) aponta que a ascensão d’*O Globo* também coincide com o declínio e fechamento de outros periódicos do Rio de Janeiro, indicando um fenômeno de migração destes leitores para o jornal, principalmente nas décadas de 1960 e 1970, período em que iriam entrar em declínio e desaparecer os jornais *Diário Carioca* (1965), *Correio da Manhã* (1974), *O Jornal* (1974) e o *Dário de Notícias* (1976).

Fato inegável é que Roberto Marinho sempre soube perceber a situação política e a partir disso negociar com os poderes constituídos aquilo que era de interesse para o crescimento de seu grupo econômico, em uma demonstração clara da aplicação maquiavélica da junção

entre a *virtù* e a *occasione*. Como dito acima, a concessão do canal TV Globo por Juscelino, em 1957, não veio como uma dádiva do político mineiro, se não como uma barganha de moderação em relação ao tom das críticas realizadas pelo jornal, uma vez que o presidente era alvo constante na imprensa principalmente por conta da mudança da Capital do país para o Planalto Central, demonstrando que a postura d'*O Globo* no governo JK estava muito mais relacionada com o interesse na concessão da TV do que com a simpatia de fato ao presidente (COSTA, 2014, p.132-133).

Como sucessor de JK, em 1961, tomava posse o advogado Jânio Quadros, ex-governador de São Paulo, na época filiado ao PTN tendo na coligação a UDN, que embora tendo o apoio d'*O Globo*, este Jornal não tardou em se distanciar do presidente devido a desacordo com a política externa independente, caracterizada principalmente pela tolerância e aproximação com países comunistas (um importante fato que destoa do anticomunismo de sua coligação partidária foi quando o Ministro da Fazenda de Cuba, Ernesto Che Guevara, um dos líderes da revolução cubana, recebeu a medalha Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul por conta de esforços diplomáticos envolvendo a liberdade a prisioneiros opositores a Fidel Castro). A prova deste distanciamento entre Jânio e *O Globo*, apontada por Edwaldo Costa (2014), foi demonstrada na absoluta falta de apoio do jornal em manter Jânio no cargo. Com a posse de João Goulart e a postura do jornal em relação a seu governo diante do cenário político brasileiro entre os anos de 1961-64 é que Costa (2014) chama a atenção para o que será o momento crucial na história d'*O Globo* e seu papel para o Golpe de Estado de 1964 e a consequente relação próxima com o governo militar que se instalou.

Não faz parte do cerne de nossa pesquisa, mas é importante registrarmos que a análise das notícias constantes nas primeiras páginas d'*O Globo* nos meses de janeiro, fevereiro e março do ano de 1964 demonstra a adoção de uma pauta nitidamente conservadora a partir da constância e permanência de temas como o anticomunismo (tanto a nível internacional, como era o caso das notícias desfavoráveis a países comunistas – principalmente a URSS e Cuba – quanto a nível nacional, como era o caso da declarada oposição à campanha e possível volta à legalidade do Partido Comunista Brasileiro), a exaltação dos Estados Unidos enquanto país modelo e da política externa levada a frente pelo então presidente Lyndon Johnson, o apelo aos valores do cristianismo com diversas matérias e fotografias de capa do Papa Paulo VI e as suas atividades sacerdotais, sobretudo os pronunciamentos do pontífice destinados contra a ideologia comunista, as críticas à gestão de João Goulart e as reformas a que se pretendia sua administração, e, por fim, a presença de matérias com nítidos apelos destinados às forças

armadas da qual citamos a edição de 31 de março de 1964, que trazia à capa um editorial intitulado “*A Nação Unida às Forças Armadas*”, cujo texto escrito em três colunas e emoldurado em um quadro de destaque, encerrava dizendo que: “**TODOS** têm a certeza de que o Brasil não poderá mais suportar que a sombra das liberdades e garantias constitucionais, os comunistas e seus auxiliares trafeguem comodamente, preparando o asfixiamento daquelas liberdades e a derrubada da Constituição”.

CAPÍTULO 2

2.1 NAÇÃO E PROGRESSO: REFLEXÕES SOBRE DOIS CONCEITOS PRESENTES NAS NOTÍCIAS SOBRE ITAIPU E DOCUMENTOS OFICIAIS DO GOVERNO.

I

“Embora o conceito seja normalmente indicado por um nome, não é o nome, visto que diferentes nomes podem exprimir o mesmo conceito ou diferentes conceitos podem ser indicados, por equívoco, pelo mesmo nome. O conceito além disso, não é um elemento simples ou indivisível, mas pode ser constituído por um conjunto de técnicas simbólicas extremamente complexas (...) a função primeira e fundamental do conceito é a mesma da linguagem: a comunicação.” (ABBAGNANO, 2012, p.195)

II

“(...) a passagem da palavra para o conceito: para se tornar um conceito, a palavra tem necessidade de incluir, *por si só*, urna pluralidade de significações e de experiências.” (A. PROST, 2008, p. 116-117)

III

“Das organizações sindicais que almejo ver dia a dia mais fortalecidas, bem como da Justiça do Trabalho, estou certo que não faltará colaboração pronta e diligente, seja para melhor ajustamento das relações entre as diversas classes sociais, indispensável à harmonia e paz que vem propiciando o *progresso da Nação...*” (grifo nosso – Trecho do discurso do presidente Ernesto Geisel, no dia 1º de maio de 1974, na cerimônia de criação do Ministério da Previdência e Assistência Social, reproduzido n’*O Globo* de 02/05/1974)

Antes de avançarmos, é importante nos determos em uma reflexão em torno de dois termos que aparecerão nas matérias jornalísticas e nos documentos oficiais analisados por este trabalho. Estes termos são Nação e Progresso. O filósofo Nicola Abbagnano, em seu *Dicionário de Filosofia* dedica várias páginas para definir o vocábulo “conceito”, uma vez que este próprio é um conceito que desde os tempos da filosofia clássica é objeto de estudo e intensos debates. Na primeira das epígrafes que usamos acima, trouxemos uma definição mais generalista utilizada pelo filósofo italiano, que toma o conceito a partir de sua natureza e sua função na comunicação humana. Quanto à natureza do conceito, ela exprime a essência e o significado de alguma coisa; quanto à função, o conceito tem uma função final (interpretar a coisa) e uma função instrumental (o uso que se faz da interpretação da coisa).

Logo, entender o que é um conceito torna-se essencial em nosso esforço, sendo um termo fundamental nas ciências, nas artes, nas linguagens e na comunicação de modo geral. O trabalho de um historiador engloba o esforço de deixar de modo claro e preciso (tanto quanto

possível for) o sentido dos termos e conceitos chaves que usa em sua pesquisa e a aplicação deles dentro do seu recorte temporal.

Neste sentido, recorremos às observações realizadas no trabalho do historiador francês Antoine Prost²¹ que traz importantíssimas reflexões sobre a necessidade de historicizar um conceito, isto é, circunscrever a relação entre conceito e realidade histórica em que ele se insere, que para este autor é um esforço que envolve entender que os conceitos não são coisas, mas sim as representações de coisas e que, por terem trajetórias e usos diversos, passam por processos de permanências e mudanças de sentidos ao longo do tempo (PROST, 2008, p. 128).

Na epígrafe acima, os conceitos, como assinala este historiador, são plurais em suas significações por conta de representarem experiências diferentes em tempos diferentes – diferentes das palavras, por exemplo, que carregam em si apenas o seu significado, mas não uma significação.

Também encontramos nas pesquisas do historiador Reinhart Koselleck os apontamentos necessários quanto a reflexões teórico-metodológicas para trabalhar a história dos conceitos e suas relações com outros campos dentro das Ciências Humanas, notadamente o texto-palestra *Uma História dos conceitos: problemas teóricos e práticos*²² no qual, dentre outros pontos, o pesquisador também aponta a diferença entre o que é uma palavra e o que é um conceito e como os conceitos ganham significados e também mudam de sentidos com o passar das gerações. Indo além, Koselleck também alerta sobre a inexistência de determinados conceitos em tempos históricos específicos, mostrando como as sucessivas gerações vão incorporando em seu universo vocabular novos conceitos a partir de suas experiências específicas (KOSELLECK, 1992, p. 135)

Em sua obra “Nações e Nacionalismos – desde 1780”, o historiador britânico Eric Hobsbawm está convencido de que os “últimos dois séculos da história humana no planeta Terra são incompreensíveis sem o entendimento do termo *nação* e do vocabulário que dele deriva” (1990, p. 11). Neste livro, Hobsbawm defende a existência das nações o longo da história da humanidade, entretanto é a aplicação moderna do termo, pós século XVIII, que interessa ao autor²³. Por outro lado, o nacionalismo, é um fenômeno típico da modernidade cujo sentido não

²¹ Doze lições sobre a história, 2008 – ver.: Cap. VI – Os conceitos, p. 115-131

²² Uma História dos conceitos: problemas teóricos e práticos. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro-RJ, v. 5, n. 10, 1992, p. 134-146. Trad. Manuel Luís Salgado Guimarães. – trata-se do primeiro texto de Koselleck publicado no Brasil, em 1992.

²³ C.f. HOBSBAWM, 1991, cap.1 – “A Nação como novidade: das revoluções ao liberalismo” onde o autor aponta as definições mais utilizadas do termo, bem como seus usos e aplicações a partir do século XVIII, com as mudanças políticas ocorridas na Europa e as contribuições intelectuais das mais diversas matizes para consolidação do termo.

é anterior ao século XVIII, notadamente por uma realidade política caracterizada pela formação dos Estados nacionais no ocidente europeu.

Mas o autor britânico, alerta-nos sobre a dificuldade de se definir o que seria uma nação, pois é um conceito que possui diversas aplicações e relações com outras dimensões do ser humano, como a cultura e a política, por exemplo. Assim, Hobsbawm nos assevera que:

As tentativas de se estabelecerem critérios objetivos sobre a existência da nacionalidade, ou de explicar por que certos grupos se tornaram “nações” e outros não, frequentemente foram feitas com base em critérios simples como a língua ou a etnia ou em uma combinação de critérios como a língua, o território comum, a história comum, os traços culturais comuns e outros mais. (HOBSBAWM, 1991, p. 15)

Fato é que o vocábulo “Nação” aparece comumente em vários dicionários de termos históricos e também nos dicionários de filosofia, uma vez que a palavra tem uma grande aplicação na área da política, da sociologia, da antropologia e outras áreas do conhecimento, tornando assim um conceito chave para praticamente todas as Ciências Humanas e Sociais, muito embora as definições são tantas das mais variadas matizes e autorias que nosso espaço não permite uma compilação ou eleger uma definição única. Também sua derivação mais famosa, isto é, o *nacionalismo*, está presente neste tipo de obras de referência, evidenciando a importância da compreensão do conceito para uma pesquisa histórica que perpassa pelos meandros de um período em que o nacionalismo parecia estar nas entranhas do discurso oficial e nas representações da autoridade estatal.

Ao escrever sobre Estado, Nação e Nacionalismo, o historiador catalão Josep Fontana assevera que “se é difícil entender o que é nação, o mesmo não acontece quando se quer identificar o que é nacionalismo” (p.252). Em consonância com outros citados em sua obra, o autor concorda que o nacionalismo – enquanto uma poderosa força política moderna – é aquilo que produz a nação, e não o contrário, chegando ao ponto que tal fenômeno gera impulsos políticos e sociais tanto de vieses emancipatórios e libertários quanto de espectros bárbaros e de opressão.

Esse seria, por exemplo, o caso da América Latina, do qual o sociólogo José Maurício Domingues (2009, p. 132-133) mostra que a Nação, enquanto identidade moderna, foi um conceito chave utilizado pela elite local para superar o pluralismo existente na região, calcado em profundas divisões sociais, de classe, raça e etnicidade. Por óbvio, o autor alerta que os caminhos que forjaram a construção do conceito de “nação” na América Latina seguiram as dinâmicas próprias da região, não podendo tomar emprestados de modo mecânico os modelos de surgimento dos nacionalismos europeus. O nacionalismo latino-americano, potencializado pelos processos de independência do século XIX, serviu como um propulsor emancipatório

contra o domínio colonial onde o Estado teve um papel de primeira grandeza na criação das novas nações²⁴. O autor vai apontar que os nacionalismos latino-americanos do séc. XX estarão inseridos na construção do projeto de modernidade da região (observados no arco temporal de 1930 até meados de 1980), que ao retomar elementos emancipatórios de independência, incorporava também a pauta do desenvolvimento econômico (DOMINGUES, 2009, p. 134-135).

No período em questão, é importante citarmos que os esforços do presente trabalho serão destinados no sentido de apresentar ao leitor, a partir de um recorte temporal, como o nacionalismo da ditadura militar brasileira foi trabalhado junto ao público leitor de nossa fonte histórica – o jornal *O Globo* – no momento da etapa de construção do desvio do canal do Rio Paraná para a construção da grande barragem de Itaipu.

O historiador Nelson Werneck Sodré em sua *História Militar do Brasil* faz uma importante indicação do uso do conceito, caracterizando o período pós-revolução de 1930 como o “período nacional das forças armadas brasileiras” e coloca um debate sobre o papel desta instituição na concepção que se tinha sobre *país* e *nação*. Em sua obra, Sodré (1968, p. 405-406) aponta que as Forças Armadas tinham o conceito de nação ligado àquele que emergiu com as revoluções burguesas do século XVIII e que a realização deste país enquanto nação deveria se dar pela expansão do desenvolvimento econômico brasileiro. Considerando que Sodré escreve em pleno regime militar, sua obra está inserida no contexto da construção de um termo que seria amplamente utilizado pelo regime então instalado. Por isso identificamos que o autor usa amplamente no decorrer de seu texto a distinção entre os termos *país* (enquanto unidade territorial ligado a características medievais) e o de *nação* (este, sim, ligado à modernidade observada no pós-absolutismo) para ressaltar a passagem de um conceito a outro, o que, no caso brasileiro, seria realizado mediante desenvolvimento material das bases econômicas de um país que se tornaria nação, projeto a ser levado adiante contando como impulsionadores também as próprias Forças Armadas.

O futuro exerce um fascínio sobre os seres humanos e toda projeção que se faz sobre ele parte de uma perspectiva quase fatalista – o destino manifesto – desde que esse futuro, seja brilhante e grandioso, remetendo à visão otimista de um tempo por vir de felicidade, bonança e

²⁴ A construção da nação na região latino-americana foi diferente dos processos observados no continente europeu, mesmo que tenham ocorrido quase contemporaneamente, sendo considerado um nacionalismo defensivo emergido principalmente das guerras de independência. Domingues assevera que a nação foi um conceito chave na construção identitária da América Latina, uma vez que ela era capaz de ir além do nível de abstração e isolamento individual e, também, além da subjetividade coletiva da família ao mesmo tempo em que superava a diversidade social do subcontinente. O autor considera a nação na América Latina como a *subjetividade da modernidade*. (2009, p. 132-133)

outros elementos que façam mover as pessoas em direção à este futuro, não importando quais as condições do presente. Em nossa opinião, esse fatalismo em relação a um futuro está carregado de presente, ainda que de forma velada e insensível, ou, como diria Raul Seixas — em plena censura da ditadura — “quem não tem presente, se conforma com o futuro”²⁵.

A ditadura militar brasileira, em seu tempo presente, parecia que tinha colocado o Brasil neste futuro imaginado. Em sua já citada obra *Reinventando o Otimismo*, Carlos Fico dedica todo um capítulo²⁶ para analisar sobre como as representações do Brasil como uma nação destinada a ser potência era uma constante nos documentos e discursos dos dirigentes. Essa ideia é identificada por Fico como uma estratégia de projetar o futuro em tempos de êxito do presente (1998, p. 77) e complementa que:

A persistência da ideia de um futuro promissor só se explica pela crença em uma predestinação. Exuberância da natureza, tamanho continental, riquezas minerais – estas seriam algumas das características do Brasil que o fariam único. O vigor do discurso sobre o futuro é sustentado pela unidade de ideia, pela identidade que propicia essa convicção quanto à singularidade. O *futuro promissor* há de vir para um país tão especial – essa imagem tem força suficiente para situar-se como foco de referência de auto reconhecimento social: “brasileiros” são os que vivem no “país do futuro”. (FICO, 1998, p.78)

Dentre vários trechos de documentos pesquisados pelo autor, Fico cita um discurso de Ernesto Geisel no qual o general proclama seu otimismo “*no futuro desta nação*” (p. 77), reforçando a tese que o termo “nação” estava em alta não apenas nas ideias, mas também nos pronunciamentos e documentos oficiais.

A edição d’*O Globo* do dia 02/08/1975 traz em sua manchete de capa uma foto do presidente Geisel em razão de seu pronunciamento realizado no dia anterior, onde é destacado o esforço levado a cabo pelo governo em combinar medidas de distensão política com ações voltadas ao desenvolvimento econômico propostos nas metas do II PND. Segundo o presidente, era “Com esse desenvolvimento é que alcançaremos a distensão, isto é, a atenuação, se não a eliminação, das tensões multiformes, sempre renovadas, que tolhem o progresso da Nação e o bem estar do povo”. O discurso era tema abordado no editorial do jornal (também publicado na primeira página) e depois aparece na íntegra na página 6 da presente edição. Importante citarmos que, neste discurso, Geisel cita o início das obras de Itaipu – uma das poucas obras nominalmente elencadas pelo presidente – qualificando a usina de Foz do Iguaçu como “de natureza vital para o país”, dentro do programa energético.

²⁵ SEIXAS, Raul. COELHO, Paulo. “Como vovó já dizia” (Óculos Escuros). O Rebu. 1974, Philip Records.

²⁶ Op.cit.: Cap. 3 – O anseio pelo Brasil grande, p.73-87

Não apenas nos discursos, mas o conceito de Nação fazia parte da construção teórica da ditadura militar brasileira e também de seu corpo jurídico, buscando a formatação de uma identidade que unisse a população às instituições, aproximando aqui ao ideal positivista de Spencer²⁷, que conforme veremos adiante, terá influência sobre o desenvolvimento do pensamento político militar brasileiro. Conforme demonstra Braga (2020, p.17-18,) o próprio regime baseado na Doutrina de Segurança Nacional (DNS) emitiu quatro Leis de Segurança Nacional ao longo de sua existência, sendo a primeira delas em 1967 (Decreto-Lei 314, de 13 de março de 1967), a segunda em 1969 (Decreto-Lei 898, de 29 de setembro de 1969), a terceira em 1978 (Lei 6.620, de 17 de dezembro de 1978) e a última em 1983 (Lei 7.170, de 14 de dezembro de 1983) nas quais constava a responsabilidade do cidadão e das pessoas jurídicas para com o zelo da segurança nacional, chamando todos para essa grande unidade nacional.

Conforme aponta a mesma autora:

“As Leis de Segurança Nacional tiveram consequência direta na estruturação do Programa de Integração Nacional, da Lei de Imprensa e do Sistema Nacional de Informação, entre outros, que foram condutores das políticas públicas e dos investimentos governamentais em infraestrutura.” (BRAGA, 2020, p. 27).

Fica claro que o conceito de *Nação* dentro dos postulados da Doutrina de Segurança Nacional está amalgamado com a ideia de unidade na ação entre todos os entes que compõem o tecido social de então, uma vez que na construção desta artificialidade, segundo Silva (2009, p.310), “a identidade cultural é apresentada como natural e harmônica, quando nem sempre os valores desse povo tiveram tal coesão ou harmonia”, tentando-se evitar a visão de um país dividido ou superar a separação entre classes sociais dentro desta nação, pois:

Nos preâmbulos de funcionamento da DSN, não há diferenciação entre atividades militares e civis, pois ambas devem compor a execução das formas do Poder Nacional. Assim, as instituições de ambos os segmentos serviriam para um mesmo propósito, que sempre terá um fim militar, independente da função social de cada instituição, de cada atividade ou de cada indivíduo envolvido nestes processos. Toda população nacional deve se envolver, desta forma, com a Segurança Nacional(...). (BUENO, 2014, p.52)

Baseados nos postulados da DSN, se o avanço da nação está relacionado à expansão econômica do Brasil, temos aqui uma ligação direta com o conceito de *progresso*. Este termo, segundo Braudel (1972, p. 160), em sua moderna aplicação remonta ao filósofo Condorcet, no

²⁷ É Hebert Spencer (1820-1903) que vai desenvolver o evolucionismo social presente na obra de Augusto Comte, entendendo a evolução das sociedades mais simples para estados mais complexos e o próprio Estado seria um órgão integrador dos indivíduos, combinando as ações destes para a harmonia da vida social, aplicando para isso as leis da naturais observáveis nos corpos orgânicos vivos (RIBEIRO JR. 1988, p. 45-48)

bojo do Iluminismo do século XVIII, que ao contribuir na construção do conceito de *civilização* definiu o progresso como avanço intelectual, técnico, moral e social. Seria o destino otimista dos povos humanos. Esta mesma noção de progresso chegou ao positivismo de Augusto Comte no século XIX, que o utilizou em suas *Leis dos Três Estados do Espírito Humano*²⁸. Aparece no Brasil ainda no século XIX, notadamente entre os republicanos e, no âmbito militar, pela atuação de Benjamin Constant Botelho de Magalhães como resposta ao pensamento tradicionalista romântico e ao catolicismo, até então principais fontes de reflexão filosófica e política do país, mas que já apresentavam sinais de esgotamento e começavam a ser abalados pelo naturalismo cientificista (RIBEIRO JR. 1988, p 57).

O mesmo autor demonstra que o positivismo não ficou restrito apenas entre os oficiais do exército brasileiro, mas por conta de seu criticismo social, seu latente racionalismo no trato das questões políticas e econômicas traduzidas no republicanismo liberal, também vai ganhar parte da intelectualidade e setores da classe média urbana e industrial²⁹ no final do século XIX e primeiras décadas do século XX, como se observa, por exemplo, em sua ampla aceitação na Faculdade de Direito de São Paulo. Por isso “(...) o positivismo, neste contexto, modernizando o pensamento brasileiro, irá contribuir para o advento de uma nova concepção de valores.” (RIBEIRO JR., 1988, p.72-73). Portanto, o conceito de progresso seria entendido como um processo de modernização ligado não somente ao mundo das ideias, mas também ao crescimento material e estava plenamente inserido no universo vocabular político brasileiro.

No caso de Itaipu, o termo progresso será amplamente utilizado para justificar a obra, que combinado a um elaborado jogo propagandístico, usará também termos que remetem ao otimismo que o conceito de *progresso* traz consigo desde o iluminismo passando pelo desenvolvimento material do positivismo. Encontramos termos e expressões que associam a obra ao “desenvolvimento”, que se referem à usina como a “maior do mundo”, que destacam a sua “grandiosidade”, dentre outras.

Importante salientar que o termo “progresso” já havia sido amplamente utilizado nas páginas d’*O Globo* alguns anos antes, durante o processo de construção de outra grande obra de impacto binacional que foi a Ponte Internacional da Amizade (1956-1965), ligação viária

²⁸ Esta forma de conceber o desenvolvimento social humano é a Filosofia da História na visão positivista, da qual passaram as ciências e assim também seria o destino da sociedade humana. Estas leis históricas expressam o que Comte chamou de “estática social – a ordem” e a “dinâmica social – o progresso”, aqui caracterizado pelo incessante desenvolvimento moral e material da humanidade. (RIBEIRO JR. 1988)

²⁹ Conforme aponta Maria de Lourdes Janotti (1999, p. 61-65), neste período as chamadas classes médias urbanas compreendem uma categoria social formada não apenas pelas profissões tipicamente urbanas como aquelas ligadas ao comércio, serviços, indústrias, transportes, finanças, a burocracia estatal, profissionais liberais e autônomos, entre outros, mas também à elementos do operariado.

sobre o Rio Paraná entre o Brasil e o Paraguai, este último já sob a ditadura do general Alfredo Strossner (1954-1989). Termos associados ao progresso como “modernidade” e “desenvolvimento” foram amplamente explorados nas representações utilizadas pelo jornal, conforme atestam Silva e Dias Junior (2019). Neste artigo, dentre outros elementos, os autores analisam o conceito de “Progresso” e “falta” a partir de uma perspectiva da história cultural nos anos de construção da Ponte da Amizade. Identificam o uso do conceito de “progresso” como elemento que suprime o que “faltaria” e como estes conceitos, ao serem representados nas matérias do jornal *O Globo*, estabeleceram hierarquizações entre Brasil, Paraguai, Argentina e a fronteira do lado brasileiro, uma vez que a ponte representava para o Paraguai uma saída alternativa para o Atlântico a partir dos portos brasileiros e significava para o Brasil um fortalecimento de sua posição ante a Argentina e influência sobre o Paraguai.

Importante salientar que Silva e Dias Junior (2019, p. 26) enquadram esta empreitada e suas representações simbólicas como experiência integrada às bases da modernidade ocidental na perspectiva da longa duração histórica, uma vez que era um período de consolidação do poderio econômico das empreiteiras nacionais e aumento de sua influência política ao mesmo tempo que sinalizava a cada vez mais evidente aproximação diplomática dos dois países, tendo o Rio Paraná como elemento chave nesta aproximação.

O termo *progresso* aparece também em um material publicitário sobre Itaipu feito pelo governo militar intitulado “*O Brasil que os Brasileiros estão fazendo*”, de 1978, editado pela Agência de Relações Públicas da Presidência da República (ARP)³⁰. Em um de seus parágrafos, o material publicitário diz:

A região Sul/Sudeste do Brasil consome hoje 76% da energia elétrica gerada no Brasil. Esta demanda de energia, que é indispensável ao *progresso*, cresce a cada dia, em função do desenvolvimento da região, onde se concentra a maior parte da produção nacional. (ARP, 1978, p.2)

Neste trecho específico, vemos o esforço de comunicação em justificar a obra que atenderia a uma demanda crescente por energia, que por sua vez induz a imagem de um país em crescimento, e a combinação dos conceitos passando a ideia de progresso da nação é usado de forma explícita.

³⁰ A Aerp/Arp (Assessoria Especial de Relações Públicas), foi criada durante o governo Costa e Silva com o objetivo de centralizar os órgãos governamentais de propaganda dada a necessidade sentida pela cúpula militar de estabelecer um canal de comunicação entre o governo e a sociedade civil, cf. Faria (1999).

Não por acaso, essa aspiração titânica está expressa no citado material publicitário, o qual dizia que “Em ITAIPU tudo é grande. Até os espíritos dos homens, engenheiros e operários, que trabalham em sua construção.” (ARP, 1978, p.5).

Desta mesma campanha, Braga (2020, p.137) nos traz o trecho de um filmete realizado no mesmo ano de 1978 no qual o narrador com uma voz impoluta e altiva pronuncia o seguinte texto:

O rio Paraná nasce no Brasil. Depois dos saltos das sete quedas torna-se fronteira entre o Brasil e o Paraguai. É um dos sete maiores rios do mundo. Pouco acima da cidade de Foz do Iguaçu está sendo construída uma barragem de 176 metros de altura. Será a maior hidrelétrica do mundo. Brasileiros e paraguaios a estão construindo. Ela significa *energia, empregos, progresso e bem-estar*. Rio Paraná, fronteira entre dois países está unindo dois povos. Itaipu. Um gesto de união .pelo trabalho. (BRAGA, 2020, p.137).

Destacamos o trecho no qual aparece a palavra progresso, pois nesse período da narração o locutor dá uma ênfase em sua entonação de voz, claramente uma maneira de se chamar a atenção dos ouvintes/espectadores. São com estas estratégias de comunicação (um dos objetivos de existência dos conceitos, como vimos acima) que a construção de Itaipu aparece associada às representações de poder lastreadas das ideias de progresso nacional levadas a cabo por um governo que se apresentava como “eficiente” e de “imenso sucesso”.

No que tange aos discursos presidenciais propriamente ditos, notamos que os vocábulos não foram usados de modo constante apenas para o público mais geral – leia-se, o povo – mas também para os círculos mais próximos, isto é, para os participantes internos do poder, como é possível observar no discurso³¹ feito aos dirigentes da ARENA, no Palácio da Alvorada, em 29 de agosto de 1974, no qual o termo “Nação” – grafado em letra maiúscula³² – aparece quatro vezes no corpo do texto, ao passo que aparece três vezes no discurso³³ proferido aos deputados e senadores da mensagem enviada ao congresso nacional na abertura da sessão legislativa de 1975.

Mais importante do que contar as ocorrências de palavras em um discurso é fazer um exercício de reflexão sobre a importância do próprio discurso em seu momento histórico e aqui é fundamental algumas ponderações sobre os discursos, que são considerados documentos

³¹ Biblioteca da Presidência da República - Ernesto Geisel – Discursos, 1974

³² Uma hipótese levantada por nossas reflexões sobre essa forma de grafar o termo “Nação” em letra maiúscula no discurso do presidente Geisel, busca em Heidegger e sua investigação sobre o problema do Ente e do Ser. O vocábulo “Nação” designa o Ser, ou seja, aquele racionalmente estabelecido, ao contrário de “nação” que seria o Ente, de caráter universal. O Ente é abstrato e generalista, o Ser é específico e concreto. Portanto o discurso do presidente não se refere à “uma nação” (Ente), mas se refere “a Nação” (Ser).

³³ Biblioteca da Presidência da República - Ernesto Geisel – Discursos, 1975

oficiais, mas não somente isso. Destarte, o discurso é um conceito que, segundo o historiador Durval Muniz de Albuquerque Jr. (2015, p. 223-224), podem vir reproduzido dentro de outras fontes históricas, como jornais, revistas, livros, cinema, material de áudio ou internet.

Os discursos – e, com estes, também se incluem os pronunciamentos – não são meras peças oratórias, mas são fontes históricas e objetos de pesquisa histórica dos quais desde a antiguidade são usados por aqueles que escrevem a história, embora seu uso sofreu mudanças ao longo dos tempos. Ainda segundo este autor (2015, p. 226-232), o uso dos discursos bem como sua análise são peças fundamentais dentro da própria historiografia e ele demonstra essa mutabilidade comparando o antigo regime de historicidade (Heródoto, Tucídides, Cícero e toda tradição greco-romana) que usava o discurso oficial das autoridades (reis, generais, políticos, etc) como parte integrante da construção narrativa do próprio texto histórico cujo objetivo era convencer o público alvo, passando pelo moderno regime de historicidade (von Ranke, Michelet e os metódicos alemães e positivistas do XIX), que percebia o discurso como um documento oficial portador da verdade do passado.

Por fim, o autor chega aos regimes de historicidade contemporâneos³⁴ – notadamente o materialismo histórico marxista e a Escola dos Annales – que vão realocar os discursos do pedestal acrítico para o exame historiográfico, sendo que, dentre outros aspectos, o marxismo irá contribuir para o estudo do caráter ideológico e de interesses de classes por trás dos discursos, enquanto a Escola dos Annales irá enquadrar o discurso como uma elaboração do historiador pesquisador, sendo necessário a crítica a suas condições de produção, arquivamento e recepção (ALBUQUERQUE JR, 2015, p. 233).

O discurso enquanto fonte histórica, segundo Albuquerque Jr. (2015, p. 236-237), deve ser examinado a partir de duas formas de análise: a análise interna e a análise externa. A primeira relacionada com aquilo que o situa no tempo, na sociedade, na cultura, num espaço geográfico e em tudo mais que permeia as condições materiais de onde foi produzido. A segunda diz respeito a suas regras de constituição, sua estrutura, sua lógica, sua constância, sua consistência. Para além disso, como faz Roger Chartier (2000, *apud* ALBUQUERQUE JR. 2015, p. 239), o discurso não se encerra em si mesmo, mas tem um alcance pós proferimento, ou seja, por quem e como foi recebido? Qual o seu objetivo? Foi atingido esse objetivo? Quais

³⁴ Nesta passagem, o professor Albuquerque Jr. cita também as contribuições fundamentais advindas das pesquisas da História Social e mais ainda da História Cultural, principalmente os trabalhos de Paul Ricouer, Michel de Certeau, a Escola de Frankfurt – notadamente Habermas – chegando até as indispensáveis reflexões de Roger Chartier, que propõe sugestões metodológicas para utilizar discursos como fontes de pesquisa histórica.

as reações que ele estimulou? Ao analisar a relação do discurso com o domínio do político, Chartier o coloca como um dos elementos comunicacionais que legitimam o Estado, pois:

Entre textos e imagens, entre cerimônias e discursos escritos, os laços são estreitos, convindo não separá-los dos diferentes meios de expressão de comunicação através dos quais o Estado (ou aqueles que são, ou pensam ser, os seus senhores) é representado. (CHARTIER, 2002 p. 227-228)

O jornal *O Globo* tinha grande interesse na publicação dos discursos oficiais dos presidentes da ditadura. Na epígrafe de abertura deste capítulo, por exemplo, reproduzimos o trecho de um discurso presidencial publicado n’*O Globo* no Dia do Trabalho, em 1974, onde a peça oratória ocupa lugar de destaque na página 10, em um box emoldurado, logo abaixo da foto do presidente assinando a Lei 6.036/74 que criava o Ministério da Previdência e Assistência Social. Em 1975, outro exemplo: a edição de 01 de abril trazia na capa a chamada para as comemorações do 11º aniversário da Revolução e, na página 06 da mesma edição, era publicado o discurso do presidente Geisel com chamada no topo da página. Essa prática será observada no ano seguinte (edição de 01/04/1976) novamente com chamada na capa e a publicação do discurso na íntegra na página 03.

Mais uma vez, na edição de 01/04/1977, com chamada na capa para o 13º aniversário da Revolução e publicação do discurso de Geisel na íntegra dentro de um box margeado na página 06. Finalmente, no 14º aniversário da Revolução, a edição de 01/04/1978 – ano de conclusão do canal de desvio do Rio Paraná – novamente vinha com chamada na capa d’*O Globo* e o discurso do presidente aparece na íntegra na página 03, com destaque para o termo “Nação” que aparece duas vezes e “Progresso”, apenas uma. É importante citar que todas as capas do jornal aqui mencionadas traziam uma foto do presidente, em um púlpito, ao microfone, no exato momento do seu discurso.

Aqui bem cabe ao menos uma das perguntas feitas por Chartier um pouco mais acima, ou seja, com qual objetivo o jornal insistia em publicar na íntegra os discursos de Geisel? Por que o discurso era colocado em destaque na parte interna do jornal e era manchete de capa na primeira página? Também fica claro aos olhos de qualquer um que a escolha de uma data emblemática como o “aniversário da Revolução” e as respectivas publicações dos discursos e as fotografias do homem falando vem na esteira da tentativa e do compromisso do jornal em

legitimar o governo então estabelecido, dando-lhe um lugar institucional ou um lugar social (ALBUQUERQUE JR., 2015, p. 235)³⁵.

No momento em que estas linhas foram escritas, a Empresa Itaipu Binacional completava 50 anos de sua criação e o reexame de uma etapa importante de sua construção não se coloca apenas no campo da apresentação de uma notação histórica, mas também, e principalmente, no campo da pesquisa histórica enquanto denúncia sobre como os poderes constituídos e os grandes meios de comunicação com eles alinhados organizaram, montaram e propagaram as representações imagéticas e discursos com narrativas preparadas de legitimação de determinados fatos para a sociedade, a começar pela escolha das principais palavras que serão usadas.

2.2 – UM RIO NO MEIO DO CAMINHO PARA O PROGRESSO DA NAÇÃO.

I

“Sete quedas por mim passaram,
E todas sete se esvaíram.
Cessa o estrondo das cachoeiras, e com ele
A memória dos índios, pulverizada,
Já não desperta o mínimo arrepio.
Aos mortos espanhóis, aos mortos bandeirantes,
Aos apagados fogos
De Ciudad Real del Guaira vão juntar-se
Os sete fantasmas das águas assassinadas
Por mão do homem, dono do planeta.”

(Adeus a Sete Quedas, por Carlos Drummond de Andrade, 1982)

II

“Um imenso silêncio tomou conta das ruas de Guaíra em 13 de outubro de 1982, quando foram fechadas as comportas de Itaipu. O barulho constante vindo das quedas transformou-se em quietude. A dor não é só pelo que se deixou de ver, mas por aquilo que se deixou de ouvir.”

(Ana Menel, contadora de histórias – Portal do Município de Guaíra)

O crítico e melancólico poema de Drummond, reproduzido em parte na epígrafe, foi publicado em 9 de setembro de 1982 no *Jornal do Brasil*, p. 08 Sessão B, em ocasião do fechamento das comportas de Itaipu para formar seu lago artificial. Esse poema questiona de

³⁵ Para explicar sua tese, o professor Albuquerque Jr. recorre a Foucault e Michel de Certeau, cujas reflexões sugerem como os discursos têm uma relação de coexistência com outros discursos, onde existe um compartilhamento de objetivos e estratégias no uso de determinados conceitos. No caso, é facilmente identificável essa aproximação entre os interesses do governo com os do jornal, isto é, a exaltação da Revolução e a manutenção da ordem política então vigente.

modo particular o governo brasileiro por conta da destruição do Parque Nacional das Sete Quedas e, de modo geral, chama a reflexão profunda sobre o próprio ser humano “dono do planeta” e as consequências de suas ações sobre o meio natural.

Ao analisarmos o cenário da história um pouco mais acima, vimos que a região de fronteira entre o Brasil e Paraguai (e, claro, com a Argentina) constitui-se em uma área com dinâmica territorial que envolve muitos fatores além das simples delimitações geográficas. Conforme vimos nos estudos de Edson Clemente de Souza e Vanderléia Gemelli (2011, p. 103-104), um “território pode ser interpretado como um espaço social, historicamente produzido e organizado, permeado por relações de poder, por redes e por identidades, que estão em constante transformação no tempo.”

Se desde os tempos coloniais a Bacia do Rio Paraná é palco de interações políticas entre os seres humanos que habitam um lado e outro da região, a inserção desta região na modernidade ocidental vai acelerar algumas dessas dinâmicas na segunda metade do século XX. Uma delas será a atitude do governo militar brasileiro em estabelecer a chamada política da “Faixa de Fronteira, em 1974, delimitada a 150 km a partir do limite internacional, respeitando o recorte municipal. A criação desse território foi feita sob a óptica da segurança nacional, (...)” (SOUZA; GEMELLI, 2011, p. 103).

Esta faixa de fronteira, criada pela Lei nº. 6.634, de 2/05/1979 e regulamentada pelo Decreto Nº 85.064 de 26/08/1980 – já sob o governo do presidente João Figueiredo – foi gestada, dentre outros fatores, a partir das teses apresentadas ao Estado Maior das Forças Armadas, em 1974, pelos generais Joaquim Vicente Rondon e Frederico Augusto Rondon (ambos filhos do Marechal Cândido Rondon). Estes documentos tratavam principalmente da redistribuição territorial da região Norte do Brasil, com ênfase na Amazônia, e cita a extensão de 150km a partir do marco limítrofe com os países vizinhos.

O jornal *O Globo* noticiou essa questão na edição de 22/04/1974, na página 3, garantindo destaque às falas dos generais e dando ênfase à situação de “abandono das fronteiras” e à urgente necessidade de “encher os vazios demográficos”. Entretanto, a criação da Faixa de Fronteira, conforme assevera a professora Lia Osório Machado (2005), foi pensada pelo governo militar sob as bases da doutrina de segurança nacional e, no limite, um certo apreço pela exploração e desenvolvimento econômico dessas regiões, sendo negligenciado o desenvolvimento humano que ela chama de *cidadania fronteiriça*.

Esse apontamento feito por Lia Machado fica evidente quando o assunto das fronteiras volta à baila n’*O Globo* em sua edição de 14 de agosto, onde novamente é dado voz ao general

Frederico Rondon que manifesta sua preocupação em preencher os “espaços vazios e atender racionalmente os requisitos de segurança e economia do País” (O GLOBO, 14/08/1974, p. 06). A matéria, emoldurada em um box de destaque, trazia o aumento da produtividade da extração da madeira na Amazônia a partir da adoção de novas tecnologias como a motosserra e o corte a raio laser, contrapondo aos velhos serrotes e machados usados pelos povos silvícolas.

Por fim, na edição d’*O Globo* de 28 de setembro, traz a íntegra do discurso do presidente Geisel na reunião da SUDAM, onde um dos temas abordados é a questão das Faixas de Fronteiras, além de uma entrevista com o então Ministro da Agricultura, Dr. Alysson Paulinelli, onde deixam claro o esforço do governo brasileiro em dilatar as fronteiras econômicas dentro das fronteiras físicas do território (O GLOBO, 28/09/1974, p. 06).

As fronteiras do país, portanto, eram tema presente nas páginas do jornal e, como vimos acima, a construção da barragem de Itaipu envolvia também um alto volume de questões relacionadas às fronteiras entre Brasil e Paraguai. Mas como é que essa questão seria trabalhada pelo *O Globo*? Se a política de Faixas de Fronteira tinha ao Norte a exuberante floresta amazônica e suas dinâmicas territoriais a serem resolvidas pelos mandatários do país, na região sudeste temos a bacia do Rio Paraná que também se localizava dentro de uma Faixa de Fronteira e, como não poderia deixar de ser, já a partir do ano seguinte à apresentação das teses sobre fronteiras dos generais Rondon, forças políticas serão movimentadas tanto quanto as forças das máquinas para movimentar terras e pedras que desviarão o rio.

Foi, justamente, a partir da decisão política de Brasil e Paraguai em aproveitar o potencial energético das águas da Bacia do Rio Paraná – além de resolver antigas questões relacionadas a demarcações de seus limites, conforme vimos acima – que levou os governos de ambos os países a realizarem uma série de acordos e tratativas na segunda metade do século XX, culminando com a construção da, até então, maior usina hidrelétrica do mundo.

Uma obra com este porte colossal naturalmente iria gerar impactos de igual magnitude no meio em que seria instalada, afinal estamos nos referindo a um tipo de intervenção de engenharia que requer a grande movimentação de terras, o uso de maquinaria pesada, emprego de materiais explosivos, o uso de elementos químicos, a construção de estruturas auxiliares secundárias e uma série de outras ações que demandam uma mobilização enorme de recursos materiais, sem contar, é claro, o grande fluxo humano que, em última instância, é quem irá operacionalizar toda essa circulação.

Esse processo de construção da usina de Itaipu foi amplamente registrado nas coberturas jornalísticas das páginas d’*O Globo*. Vimos anteriormente que este Jornal apoiou, participou e

legitimou a ditadura militar no Brasil por meio de seu poder comunicacional. Nas páginas do jornal, o Rio Paraná é representado a partir do simbolismo contido na visão estereotipada da natureza como obstáculo ao desenvolvimento. Nas palavras do sociólogo Antônio Carlos Diegues, as formas de representar a natureza são, antes de tudo, construções culturais a partir de relações de produção e relacionamento do ser humano com o meio em que vive:

“(…) nenhuma ação intencional do homem sobre a natureza pode começar sem a existência de representações, de ideias que, de algum modo, são somente o reflexo das condições materiais de produção. Em suma, no coração das relações materiais do homem com a natureza aparece uma parte ideal, não-material, onde se exercem e se entrelaçam as três funções do conhecimento: representar, organizar e legitimar as relações dos homens entre si e deles com a natureza. Torna-se, assim, necessário analisar o sistema de representações que indivíduos e grupos fazem de seu ambiente, pois é com base nelas que eles agem sobre ele.” (2008, p.65)

Dessa forma, antes de seguirmos adiante, é importante frisarmos de novo este fato e percebermos o vínculo entre o jornal e o governo instalado no país e de que forma um ato político deste governo, materializado na execução de um megaprojeto de engenharia para fins de aproveitamento energético, será passado para o público e como a natureza sofrerá um duplo processo de agressão, primeiro pelo seu apagamento nas páginas do jornal e depois pelas mudanças que todo o território sofrerá com as transformações físicas causadas pelas obras de construção da Usina de Itaipu.

Esse apagamento da natureza, ou ainda, seu silenciamento diante do público é tema bastante presente nos estudos realizados pela filósofa Vandana Shiva³⁶, escritora indiana natural de Dehradun (norte da Índia), cidade localizada em uma bacia hidrográfica entre os vales do famoso Rio Ganges e um de seus principais afluentes, o majestoso Rio Jamuna.

As experiências vividas em uma localidade geográfica profundamente marcada pela presença desses grandes rios terá enormes influências nas futuras observações da ativista ambiental indiana sobre os cursos d'água e seus usos pelas populações locais e apropriações pelas grandes companhias empresariais e Estados, cuja culminância de suas reflexões se dará na obra *Guerra por água: privatização, poluição e lucro*, na qual destaca-se o chamado para a construção de uma “*Ecologia para a paz*” (SHIVA, 2006, pp. 12-15) em contraponto às ações de grandes corporações e disputas de governos nacionais sobre os recursos hídricos, ações estas que ela chama de “*terrorismo ecológico*”.

³⁶ Vanda Shiva é ativista ambiental com sólida atuação na área sobre geopolítica e ecologia e com muitas contribuições em pautas como biopirataria, propriedade intelectual de saberes tradicionais, biodiversidade, biotecnologia, bioética, genética e, principalmente, por ser uma das principais vozes do Ecofeminismo no mundo.

Nesta mesma obra, Shiva (p. 70-71) faz o alerta sobre como as águas são depreciadas e recebem conotações enviesadas de negatividades quando não são controladas pelas ações antrópicas e toma como exemplo o represamento de grandes rios norte-americanos, cuja execução foi realizada, dentre outros fatores, sob a justificativa de que os rios em seu estado natural são recursos em franco desperdício sendo necessária sua apropriação pelo homem.

Nesta linha de raciocínio, também como comparação, a autora toma alguns casos indianos onde foram apresentados argumentos dos mais diversos para legitimar obras de grande porte com impacto nestes leitos fluviais como é o caso das grandes barragens e desvios, ou, nas palavras da filósofa, o “controle sobre as águas”, sejam eles efetivados por grandes corporações e grupos privados ou pelos Estados (sejam eles democráticos ou não, pois não podemos excluir a possibilidade de ações de autoritárias mesmo por aqueles identificados como democráticos).

Vimos anteriormente (1.3 – OS ATORES EM CENA) que os movimentos de aproximação diplomática entre Brasil e Paraguai ao longo do século XX contarão com um ingrediente novo na segunda metade do século, que é a questão hidro energética. Nos anos JK e no governo João Goulart se delineiam os projetos de aproveitamento do Rio Paraná em seu trecho de maior potencial energético, que é o cânion situado entre a Foz do Rio Iguaçu e as Cataratas do Salto de Sete Quedas. É justamente estas cachoeiras que serão reivindicadas pelo presidente paraguaio, o ditador General Alfredo Stroessner, e farão com que Brasil e Paraguai iniciem um processo de negociação e entendimentos, não sem idas e vindas, tendo como marco histórico a já citada assinatura em 1966 da Ata das Cataratas (ou Ata de Iguaçu), na qual os governos estabelecem as regras de aproveitamento compartilhado do potencial hidro energético do rio, o que culminará na construção de Itaipu.

Esse processo foi amplamente registrado nas páginas d’*O Globo* e a partir da constatação da viabilidade e potencial energético das águas do Rio Paraná, podemos perceber como o jornal retratou o rio, construindo uma narrativa através de suas reportagens que enquadravam este curso d’água como um problema a ser resolvido, ou ainda, um atraso para o progresso, e como vimos acima nas palavras de Vandana Shiva, tal narrativa trata-se de um processo de depreciação das águas em seu estado natural para justificar o controle sobre este elemento.

As pesquisas históricas tendo a imprensa escrita como fonte primária, das quais o presente trabalho se insere, podem contribuir para mudanças de paradigmas por meio da comparação e análise dos discursos usados por estes *meios de comunicação* no passado. Um

ponto importante a se destacar é que as organizações de comunicação, ou a Grande Imprensa, para usar o termo mais conhecido, são poderosos geradores de culturas e agentes de socialização e (ainda) detém o discurso midiático hegemônico propagado pelos seus canais tradicionais de comunicação (GONZÁLEZ, 2012 *apud* SALHANI & CABRAL, 2017).

Tratando dessa mesma temática – o poder dos meios de comunicação – o historiador José D’Assunção Barros considera que os jornais são muito mais que um “meio de informação” e os enquadra como “meio de comunicação”, pois:

Os jornais não transmitem apenas informações. Eles também comunicam ideias e valores, e através destas ideias e valores buscam agir sobre a sociedade, além de representarem certos interesses – não necessariamente um único setor de interesses, mas sim um campo de interesses no interior do qual diversos fatores interagem. O fato de ser um ‘meio de comunicação’ interfere na função jornalística de se propor a ser um ‘meio de informação’, e este aspecto precisa ter uma centralidade na análise dos historiadores. “(BARROS, 2022, p590).

É nesse ponto que Barros (2022, pp. 590-591) identifica a presença de discursos propositais dentro das páginas, afinal “os jornais também abrigam discursos que se pretendem apresentar como verdadeiros”, o que confere aos periódicos o cuidado de uma hermenêutica histórica, pois “A informação transmitida pelos jornais mescla-se com a elaboração de um discurso, com a comunicação de valores e ideias, com os projetos de agir sobre a sociedade, com a necessidade de interagir com fatores políticos e econômicos.”

Destarte, ao firmar a posição do discurso hegemônico, a grande imprensa também acaba promovendo o silenciamento das demais vozes que se contrapõem, ou no mínimo destoam, à lógica deste discurso dominante. Ao analisar as contribuições do feminismo para os estudos do Jornalismo para a Paz, Salhani, Santos & Cabral (2020, p. 7) realizam uma ampla pesquisa exploratória bibliográfica e identificam que ao se determinar quais versões narrativas devem ser ouvidas – na maior parte dos casos, a partir de uma perspectiva masculina – algumas visões são deixadas de lado e as vozes femininas quase sempre foram silenciadas na escrita da história e, não somente isso, na esteira desse comportamento muitas outras vozes também o foram. Essas demais “vozes silenciadas”, segundo os autores, foram as etnias não hegemônicas e a própria Natureza.

Os mesmos autores (2020, p. 7) ainda asseveram que as contribuições do feminismo para a quebra de paradigmas no âmbito do jornalismo – que podemos estender tanto para as pesquisas históricas de modo particular, como também para as demais pesquisas dentro das áreas das Ciências Humanas em geral – vêm no sentido de evitar este ocultamento, que em

último caso, é uma das manifestações da *violência cultural*³⁷ contra grupos sociais, conforme pontuado pelo filósofo Johan Galtung, pois “Com isso, podemos conceber que o jornalismo para a paz na perspectiva feminista também se compromete a denunciar o silenciamento histórico e dar espaço à expressão e manifestação dessas vozes silenciadas [...]” (SALHANI; SANTOS & CABRAL, 2020, p.7)

Tomando esse referencial, é possível identificarmos no jornal *O Globo* uma forma de propagar e solidificar o apagamento da Natureza das suas grandes narrativas, ao retratar a Bacia do Rio Paraná a partir de uma visão idealizada de “natureza selvagem” e outras formas depreciativas que justificassem as ações humanas pelo tacão autoritário estatal. Várias perguntas podem ser formuladas a partir desta constatação: qual o objetivo de retratar a construção da Usina de Itaipu a partir de conceitos como “progresso”, “desenvolvimento” e “modernização” em contraponto a uma visão de “natureza como obstáculo”?

No dia 27 de outubro de 1970, *O Globo* noticia “Brasil e Paraguai levantam potencial de Sete Quedas”, relatando o início dos trabalhos levados adiante por meio de uma comissão técnica com a missão de avaliar a região da bacia hidrográfica e apresentar “um plano racional de aproveitamento (...)”, indicando uma certa noção do uso da razão para corrigir o mal uso da “fronteira abandonada”³⁸, reforçando assim o posicionamento de Silva e Junior (2019) ao analisar as representações de *progresso e falta* em relação à iniciativa brasileira junto à essa região de fronteira durante a construção da Ponte da Amizade³⁹.

O tema “Hidrelétricas” passa a ser recorrente nas páginas do jornal e, no dia 27 de novembro de 1970, uma matéria de página inteira é apresentada pelo *O Globo*, exaltando as construções das Centrais Elétricas de São Paulo – CESP – em suas obras de barragens do complexo de Urubupungá (que naquela década integrava as usinas de Jupuí e Ilha Solteira). Nesta matéria, que traz quatro grandes fotografias aéreas em perspectivas das obras de represamento, o Rio Paraná é apresentado como um problema causador de enchentes nos locais por onde passa no Estado de São Paulo. As barragens iriam regular a vazão do rio além de aumentar as atividades econômicas de pesca, transportes e turismo por conta da formação dos

³⁷ Aqui usamos o conceito de violência cultural proposto pelo filósofo norueguês Johan Galtung, que identifica “a *violência cultural* ou *cultura de violência*, na qual não podemos identificar claramente nem vítimas nem agressores, uma vez que ela está presente nos discursos sociais, nos produtos culturais e comportamentos socialmente apreendidos, (...). Isto significa que, por trás de um ato de violência direta, como um conflito armado, por exemplo, há fatores culturais que justificam, legitimam e naturalizam esse acontecimento” (SALHANI & CABRAL, 2017, p.2)

³⁸ Cf.: MYSKIW, Antônio Marcos. Ser colono na fronteira: a singularidade da colônia militar de Foz do Iguaçu (1889-1910). – O autor analisa a construção do conceito de “fronteira abandonada” e como esse conceito influenciou os projetos de ocupação dessa região.

³⁹ Os autores examinam o “progresso” como elemento que supriria o que “faltaria”, estabelecendo relações de hierarquia entre Brasil e Paraguai e analisando as dicotomias como “modernidade x atraso”, “desenvolvimento x decadência”, etc., no momento de construção da Ponte Internacional da Amizade.

lagos dos reservatórios. O rio enquanto problema a ser resolvido será utilizado em várias outras matérias sobre hidrelétricas, confirmando a tese de Vandana Shiva (2006, p. 22) que denuncia a tendência de desvalorizar a natureza ante os modelos de desenvolvimento econômico.

Na edição d’*O Globo* do primeiro dia de agosto, na sessão Política do periódico, traz matéria emoldurada em quadro intitulada “Brasil e Paraguai: a decisão já está tomada” (O GLOBO, 01/08/1971, p. 11), onde a construção de uma usina de grande porte a ser realizada em conjunto seria construída em algum ponto do Rio Paraná, envolvendo a região do Salto de Sete Quedas. A matéria com entrevista do presidente da Eletrobrás, general Amir Borges Fortes, que expressou: “Tudo caminha magnificamente desde o início graças ao perfeito entendimento entre Brasil e Paraguai (...) Assim, até 1990 ou até o fim do século, entre 14 e 18 milhões de quilowatts surgirão no coração *de uma área hoje ainda quase que totalmente inexplorada e deserta*” (grifo nosso). O general presidente da estatal energética brasileira nesta sua fala deixa explícita a visão que se tinha sobre a região de fronteira, como abandonada, onde existiria a falta de tudo, conforme já apresentado por Myskiw (2011) e Silva e Junior (2019).

Na mesma matéria mais adiante (p. 11), o presidente da ANDE – Administração Nacional de Eletricidade, estatal energética paraguaia –, Enzo Debernardi, completa declarando que “Não é só energia elétrica que nos interessa, mas também o desenvolvimento que essas obras irão fazer surgir, criando cidades, abrindo o mercado de trabalho, estimulando a nossa indústria”. A matéria continua com exposição de motivos e dados e se encerra com a visão de exaltação do progresso e depreciação do meio natural no trecho que diz: “E o Paraguai? Para ele, as usinas estão chegando e com elas a redenção de uma economia agrícola presa a fronteiras acanhadas [...] Ao final de tanto tempo de luta por um desenvolvimento que já tarda tanto, *é o futuro que chega das águas barrentas do Paraná*” (grifo nosso).

A emblemática edição de 05 de outubro de 1971, na sessão de Economia, página 18, traz a matéria intitulada “Sete Quedas poderá ter sua construção iniciada em 72”. Entre a apresentação de números astronômicos de bilhões de dólares envolvidos nos projetos e megawatts de potencial energético, tem uma coluna dedicada a discorrer sobre o Rio Paraná nos seguintes termos:

Os efeitos dos projetos hidrelétricos brasileiros inserem-se numa escala de repercussões mais ampla, favorecendo os demais países ribeirinhos, na medida em que se lhes assegura o regime de descargas fluviais; se obtém a recuperação de áreas periodicamente inundadas e se previne a alternância, as vezes catastróficas de cheias e vazantes se reduzem os efeitos do assoreamento de portos e se maximiza e preserva todo um conjunto de recursos naturais mediante uma utilização racional do recurso-água. (O GLOBO, 05/10/1971, p. 18)

No início de 1972, na edição de 17 de março, o jornal traz um suplemento especial intitulado “Panorama Econômico”, com matérias e informações específicas do setor e uma página inteira é reservada para publicação de uma matéria intitulada “Eletrobrás como fator de desenvolvimento econômico”, trazendo também a divulgação oficial dos balancetes econômicos da empresa e resultados do ano anterior.

Chama a atenção neste material a utilização de quatro fotografias de usinas produtoras de energia, sendo a Usina de Santa Cruz (RJ) a única termelétrica e as outras três hidrelétricas (Paulo Afonso na Bahia, Boa Esperança no limite entre Maranhão-Piauí e Volta Grande na divisa de Minas-São Paulo). O detalhe dessa matéria fica por conta do ângulo aéreo das fotos, mostrando os rios onde estão instaladas as hidrelétricas, cortados por imensas estruturas de concreto rodeadas de estruturas secundárias menores, em contraste com a paisagem natural remanescente. Estas imagens contrastantes coadunam-se com a análise de Diegues (2008, p. 44) ao apontar a visão antropocêntrica de domínio sobre o meio natural, como uma das principais maneiras de percepção da “dicotomia entre homem e natureza, e para a qual o primeiro tem direitos de controle e posse sobre a segunda, sobretudo por meio da ciência moderna e da tecnologia.”

No segundo semestre desse ano, na edição de 05 de outubro, traz o título “Médici recebe na terça-feira projeto de Sete Quedas”. A matéria pela primeira vez cita o local escolhido como marco zero das obras: uma formação insular rochosa no meio do rio conhecido como Itaipu, no idioma guarani traduzido como “a pedra que canta” devido ao barulho que as águas faziam ao passar velozmente pelas tortuosas corredeiras formadas pelas pedras da ilhota fluvial (O GLOBO, 05/10/1972, p. 16, sessão de Economia). Novamente o Rio Paraná é retratado como um entrave ao progresso econômico. A matéria trazia uma entrevista com o engenheiro Afonso Portugal, então diretor de vias navegáveis do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis (DNPVN), que apontava problemas na navegabilidade do Rio Paraná e cita um estudo que dizia:

“[...] o rio nunca ofereceu uma solução fácil para o problema. Seu canal é sujeito a frequentes mudanças de posição e é tão tortuoso que necessita enorme percurso de navegação para cobrir pequenas distâncias. As areias depositadas tornam o rio muito raso, impróprio para navegação. O Paraguai-Paraná é um rio muito pobre para navegação. [...] com as obras previstas, se teria energia elétrica, navegação franca, diminuição do efeito destruidor das enchentes, criação de riqueza e melhora do nível de vida dos povos”. (O GLOBO, 05/10/1972 p. 16)

Finalmente, em 08 de abril de 1973, a capa d’*O Globo* trazia a foto da maquete e da planta baixa da Usina de Itaipu, junto com o aviso destacado “Exclusivo: o Dossier completo

de Itaipu”, que viria nas páginas internas do jornal. Sob o título “Itaipu: assim nasceu a maior usina do mundo”, as páginas dedicadas ao dossier, ricamente ilustradas, demonstrando uma preocupação quase didática para com o leitor, traziam esquemas gráficos e desenhos sobre a usina, com destaque para um desenho de quase meia página, em escala representando o tamanho superior da barragem principal de Itaipu colocada ao lado de um famoso prédio carioca, o Edifício Avenida Central⁴⁰, ícone da arquitetura moderna na cidade do Rio de Janeiro.

O objetivo era fazer a propaganda da obra, indicando a monumentalidade da represa juntamente com um discurso de superação dos desafios naturais da longínqua fronteira pela técnica, além de tabelas com números que impressionavam pelo tamanho e um texto onde se esbanjava comparações favoráveis ao empreendimento bem como o uso de superlativos, hipérboles e outras figuras de linguagens com o objetivo de enaltecer a obra.

Chegamos em um momento interessante desta exploração da produção jornalística do período, pois o tratado final entre Brasil e Paraguai para iniciar as obras da usina seria assinado ainda em abril de 1973 e isso acarretaria a inundação de todo o complexo natural de cachoeiras que integravam o Salto de Sete Quedas por conta da formação do lago do reservatório de Itaipu. O jornal então publica uma sequência de matérias curiosas sobre este local, onde mais uma vez aparecem elementos depreciativos e de rebaixamento do meio natural com fins de justificar o acerto e os ganhos advindos do enorme empreendimento humano de Itaipu.

Na edição do dia 13 de abril, a primeira página d’*O Globo* é icônica ao combinar um texto apresentando um problema energético e outro texto contendo uma solução para obter energia. A capa trazia um editorial emoldurado intitulado “Alternativa energética” onde um texto de duas colunas discorria sobre a escassez das reservas de petróleo e os conflitos oriundos da obtenção do controle de jazidas e logo ao lado trazia uma foto aérea em perspectiva do Salto de Sete Quedas e a coluna afirmando:

“O nivelamento das águas que ocorrerá com a construção da hidrelétrica de Itaipu – fazendo desaparecer os Saltos de Sete Quedas – vai abrir o rio Paraná à navegação desde o local da represa até o seu curso em São Paulo, e teoricamente, até o Prata. O desaparecimento dos saltos, no entanto, não causará nenhum prejuízo aos países ribeirinhos, uma vez que o represamento em Itaipu manterá regulada a vazão do rio Paraná” (O GLOBO, 13/04/1973 p. 1)

⁴⁰ O Edifício Avenida Central trata-se de um grande prédio construído em concreto armado, tendo sido projetado no ano de 1957, iniciado as obras em 1959 e inaugurado em 1961, tornando-se um ícone urbano localizado na Avenida Central do Rio de Janeiro (atual avenida Rio Branco), conta com 34 andares e impressionantes 110 metros de altura, símbolo representante da arquitetura modernista e referência em se tratando de modernos arranha-céus de uso misto. (N.d.A)

A legenda da foto apresentava o “problema” que as cachoeiras trazem para a navegação, uma vez que o Rio Paraná possuía larguras em média de 6 quilômetros à montante do Salto e, após este, afunila-se em um *canyon* de menos de 200 metros de largura e sua estética apresenta as características de “terra isolada” e “natureza intocada” ou “fronteira abandonada” conforme apontada em outras imagens trazidas pelo jornal. Na matéria interna (p. 8) os textos colocam a natureza como obstáculo ao desenvolvimento ao representar o desnível de Sete Quedas em um esquema gráfico desenhado no topo da página e as informações “Os saltos hoje impedem a navegação total no rio Paraná, mas com o nivelamento das águas, os navios poderão subir por aquele rio e atingir depois o Paranapanema e Tietê”.

Três dias depois, o jornal *O Globo* vem com uma matéria intitulada “Fim das Sete Quedas é uma derrota para Guaíra”, onde a fala do então prefeito do pequeno município paranaense lamentava o fim iminente das cachoeiras *apesar* da navegabilidade, portos, indústria pesqueira e estradas que estavam por vir junto com Itaipu (O GLOBO, 16/04/1973, p.02). A matéria apresenta um cenário decadente, sem graça, apontando os problemas dos equipamentos turísticos instalados no Salto das Sete Quedas, alguns deles representando risco aos turistas, além de ter apenas o acesso a quatro delas, sendo que “a mais bonita – a quarta queda – só há um acesso parcial” (p. 2). Claramente uma representação negativa, visando o convencimento de quem lesse a matéria que perder Sete Quedas seria admissível ante os ganhos que se teria com o que viria na sequência.

O texto ainda fulmina o parque nacional de Sete Quedas dizendo que além das cachoeiras “não tem nenhuma atração a mais” e o rebaixamento e desqualificação do local chega ao ápice no parágrafo que diz “As quedas maiores são de 35 metros e agora, nas cheias, não aparecem tão bem como na seca, quando o volume de água é menor e realça mais a altura da queda. Entretanto, as Sete Quedas não são tão bonitas quanto as cataratas de Iguaçu”.

Na sequência, do lado direito da matéria, um editorial emoldurado de texto destacado com letras em negrito sob o título “Itaipu Multinacional”, enfatizando a crise dos combustíveis fósseis e que Itaipu iria contribuir para que o Brasil economizasse 250 milhões de dólares anuais em petróleo e logo em seu início dizia “Toda a importância da usina de Itaipu para o destino energético do Brasil foi definida pelo presidente da Eletrobrás, Mário Bhering, em entrevista ao *O Globo* [...] Itaipu igualmente se afirma como uma obra de interesse multinacional, nascida para somar forças e economias [...]”

Diante dessa estratégia de representações utilizado pelo jornal, onde o rio é apresentado como um problema e logo na sequência é mostrado os benefícios que advirá a partir da

construção da hidrelétrica, é justo rememorar outro trecho do já citado poema de Drummond, onde o poeta pareceu perceber esta manobra e canta:

Fez-se do movimento uma represa,
Da agitação faz-se um silêncio
Empresarial, de hidrelétrico projeto.
Vamos oferecer todo o conforto
Que luz e força tarifadas geram
À custa de outro bem que não tem preço
(ANDRADE, 1982, p.08)

A edição de 25/04/1973 trazia na capa a manchete “Stroessner hoje no Brasil para acordo sobre Itaipu”, tratando da visita do presidente do Paraguai, general Stroessner, ao Brasil para, junto com o general Médici, assinarem o documento definitivo para construir a usina. O interessante é que na sequência da manchete, temos uma coluna intitulada “Fracassam negociações do petróleo” noticiando um *ultimatum* dos países da OPEP ao ocidente sobre a questão dos preços do petróleo, ou seja, o jornal monta uma capa onde é apresentado o problema energético no mundo mediante um acordo fracassado relativo à matriz energética de origem fóssil, enquanto o Brasil encontrava sua saída para obtenção de energia mediante um acordo de sucesso com o vizinho Paraguai, com a matriz energética hidráulica. Aqui vemos claramente o que alertam Salhani & Cabral (2017, p. 6) sobre como a produção simbólica levada pelos meios de comunicação se colocam como “ferramentas sociais de legitimação e difusão de ideias, de maneiras de interpretar o mundo e de cosmovisões.”

Por fim, a edição do dia 27/04/1973, p. 01, trazia a cobertura da assinatura do Tratado de Itaipu, tendo na foto de capa a imagem dos presidentes Médici e Stroessner assinando o documento, ladeados de homens, todos de pele branca e usando ternos ou fardas, finalizando todo o processo burocrático da construção da usina, que agora iria de fato iniciar as obras físicas. Essa fotografia na página um de *O Globo* vem ao encontro com a visão apresentada por Salhani & Cabral (2020) sobre a construção do discurso hegemônico firmado a partir do paradigma masculino, branco, detentor do poder político e o apagamento de outras visões da história por meio da coisificação da natureza, como também demonstrou Shiva (2006) ao denunciar as ações autoritárias sobre a natureza, enquadrando a água como mais uma mercadoria a ser manipulada, controlada e negociada. Na edição do dia seguinte, isto é, 28/04/1973, p. 01, novamente uma garrafal chamada na capa, junto com fotografia de Stroessner tirada na ocasião do evento pregresso, com o título “Tratado de Itaipu é Inalterável” onde era dado um recado ao governo argentino que havia protestado sobre o tratado, alegando que Itaipu traria prejuízos sua futura Usina Hidrelétrica na cidade de Corpus Christi. Na mesma edição, p.06, as falas do chanceler

paraguaio Sapeña Pastor ratificavam Stroessner ao dizer que “Itaipu representa um legítimo direito que não prejudica ninguém e atende às leis internacionais sobre a matéria”. Na mesma página, outra reportagem com o título “Paraguai disposto a explorar rio Paraná sem causar prejuízos”, onde eram elencados os planos de aproveitamento daquela região de fronteira pelo país vizinho, com claros objetivos econômicos.

Se por um lado as páginas d’*O Globo* serviram para o apagamento da natureza em seu estado puro ou, no mínimo, uma franca depreciação de seu significado e diminuição de sua importância através das representações negativas das quais apareceram no Jornal, por outro lado a ação do governo recebeu um enfoque diametralmente oposto às representações que o cenário da história teve. Parece estar claro que houve uma preparação anterior muito bem articulada das representações deste trecho do Rio Paraná como um problema, mas que estava a caminho uma solução.

Na segunda epígrafe de abertura deste capítulo, reproduzimos um trecho da fala da artesã, professora e contadora de histórias do município de Guaíra/PR, onde fica claro a impressão sentida por uma grande parcela dos moradores da cidade, até então um polo turístico do oeste paranaense. A isso, soma-se as desapropriações e remoções que foram realizadas com parte significativa desta população, cujo tema foge de nosso escopo, mas que pode ser conferido com maior precisão no robusto trabalho de campo realizado pela pesquisadora Guiomar Inez Germani intitulado *Expropriados, Terra e Água: o conflito de Itaipu* (2003). Nesta importante obra, Germani disserta sobre a formação do lago da barragem e a inundação das terras a montante da represa, incluindo as cachoeiras de Sete Quedas, além da expropriação compulsória de mais de 42 mil pessoas que ali habitavam e, como não poderia deixar de ser, formou-se uma resistência organizada por trabalhadores rurais chamado Movimento Justiça e Terra, junto com ele o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste – MASTRO – que anos mais tarde, em 1984, integraria as bases para o nascimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST.

No jornal *O Globo*, os adjetivos mudarão substancialmente de categoria, como veremos a seguir, ao se referir a Itaipu e ao governo que a construiu (e também às empresas da construção civil que formaram o consórcio vencedor para tocar a obra). As fotografias que antes mostravam a “natureza selvagem”, a “fronteira abandonada” ou a “terra intocada” – para usarmos os conhecidos jargões que representam o mito da natureza intocada – darão lugar as fotografias dos homens, das máquinas, dos números e das construções, conforme apontado anteriormente na obra de Antônio Diegues (2008), o “domínio sobre a natureza” será expresso em reportagens

cujos textos e imagens se encarregarão de construir uma narrativa com uma tonalidade heroica e de certo modo grandiosa.

CAPÍTULO 3

3.1 – BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O NOSSO MÉTODO.

I

“Na década de 1970, ainda era relativamente pequeno o número de trabalhos que se valia de jornais e revistas como fonte para o conhecimento da história no Brasil. (...) Reconhecia-se, portanto, a importância de tais impressos e não era nova a preocupação de se escrever a História da imprensa, mas relutava-se em mobilizá-los para a escrita da História por meio da imprensa.” (LUCA, Tania R. de. *In* PINSKY, 2005, p. 111)

II

“Ao nos ensinar um novo código visual, as fotos modificam e ampliam nossas ideias sobre o que vale a pena olhar e sobre o que temos o direito de observar. Constituem uma gramática e, mais importante ainda, uma ética do ver. Por fim, o resultado mais extraordinário da atividade fotográfica é nos dar a sensação de que podemos reter o mundo inteiro em nossa cabeça” (SONTAG, Susan. 1977, p. 07)

Como trabalhamos com as nossas fontes? Como chegamos a elas? Quais os critérios de escolha adotados por nossa pesquisa? Faremos uma breve descrição do método utilizado no presente trabalho para que outros pesquisadores possam seguir caminhos semelhantes ou tecer críticas ao modo de análise aqui utilizado. Novamente rememorando as recomendações do filósofo italiano Umberto Eco (1999, p. 111-112) sobre como realizar teses e dissertações, nenhum trabalho de pesquisa científica circunscrito ao tema de nosso estudo que chegar em nossas mãos deve ser desprezado, pois todos podem nos ensinar algo, ainda que de um autor pelo qual não tenhamos simpatia, ou um desconhecido, pois todos têm o potencial de agregar algo novo ou até mesmo apontar sobre como não seguir determinado caminho. O próprio Eco testemunha o fato de que foi graças a leitura de um autor pouco conhecido do séc. XIX que o problema principal de sua tese sobre estética medieval foi respondido (idem). A esta abertura para outros trabalhos acadêmicos que versam sobre nosso tema pesquisado, Eco dá o nome de “humildade científica”.

Reportagens e imagens serão examinadas em uma considerável quantidade nas páginas a seguir e por isso consideramos que as epígrafes acima, da professora Tania Regina de Luca e da filósofa Susan Sontag, nos dão a dimensão da importância que estes dois elementos da modernidade, o jornal e a fotografia, terão na compreensão dos fatos. Mas, antes de adentrar na análise das reportagens e a construção da narrativa (quase) épica sobre a gigante Itaipu nas páginas d’*O Globo*, para aprimorar a compreensão do leitor, consideramos importante dedicar breves linhas para comentar acerca de nosso método.

Basicamente será uma descrição e análise dos textos jornalísticos publicados entre os anos de 1975 e 1978 e, nos moldes do capítulo anterior (2.2 UM RIO NO MEIO DO CAMINHO PARA O PROGRESSO), seguiremos uma ordem cronológica das publicações. Acreditamos que dessa maneira facilitará a compreensão da disputa de narrativas sobre a barragem, pois, como é possível supor, a narrativa d'*O Globo* não era a única e veremos uma certa disputa do Jornal com outros periódicos, inclusive paraguaios e argentinos, em determinados momentos que envolviam polêmicas sobre Itaipu. Tais reportagens serão confrontadas com a bibliografia consultada, principalmente as pesquisas com periódicos realizadas por Barros (2022) que identificou a presença das “redes de concorrência”, categoria de competição existentes entre os jornais utilizados em sua pesquisa e que veremos que também irá ocorrer no caso d'*O Globo* em relação a seus pares. Em menor grau, serão dedicadas descrições e análises para imagens presentes nas matérias ou peças publicitárias do período. Em ambos os casos, tentaremos, na medida do possível, confrontar as reportagens e imagens com a bibliografia consultada e também documentos oficiais do período, sendo estes também um suporte de pesquisa e alvo de análises críticas, como veremos adiante.

Escolhemos aquelas reportagens que julgamos apresentar um certo grau de relevância na construção da narrativa sobre Itaipu. O critério para determinar o que seria relevante – não necessariamente elencados em ordem de importância – foi considerar: *a*) fatos e informações novas sobre a construção do canal de desvio e/ou correlacionadas com a construção de Itaipu em seu conjunto, *b*) surpresas, exclusividades, reviravoltas e furos de reportagem obtidas pelo jornal, *c*) entrevistas de autoridades, dirigentes políticos ou personalidades ligadas à construção da usina e, por fim, *d*) a constância de determinado assunto tratado pelo jornal, que naturalmente indica certa importância.

Primeiramente, é oportuno aproveitarmos este espaço e caracterizar brevemente como era a estrutura geral d'*O Globo* na década de 1970. Como utilizamos a maior parte dos exemplares após 1975 (com exceção do já citado cap. 2.2), a estrutura apresentada a seguir foi um apanhado geral dos jornais observados nos anos de 1975 a 1978 e, como se pode supor, tiveram poucas variações. Em que pese essas variações, referimo-nos ao número de páginas do jornal (média de 35 a 40 páginas) e também ao número de páginas em cada sessão. O jornal se organizava em Capa, O País, Grande Rio, Internacional, Economia, Turfe/Espportes, uma sessão

não nominada de variedades⁴¹, Rio Show, Quadrinhos e a última página, que trazia a coluna de opinião.

A capa sempre seguia o padrão de trazer uma manchete, seguida de uma imagem principal, ocasionalmente imagens menores de temas secundários e um editorial na parte inferior, versando sobre algum tema relevante, que normalmente era tratado em alguma matéria dentro do periódico, além de várias pequenas chamadas de reportagens. A sessão O País começava na página 2, que além do noticiário nacional, trazia também as cartas dos leitores e normalmente um texto de opinião assinado. Esta sessão trazia questões políticas e sociais acontecidas no Brasil. A sessão Grande Rio trazia temas específicos do Estado do Rio de Janeiro, desde noticiário político, passando por temas do cotidiano e demais assuntos voltados aos acontecimentos no Estado. A sessão Internacional vinha com as notícias do mundo, majoritariamente com assuntos de ordem política e econômica, mas também com temas variados acontecidos a âmbito internacional. A sessão de Economia, como é de se imaginar, trazia as reportagens ligadas ao setor além de ocasionalmente a publicação de balancetes econômicos de bancos, empresas, edital de estatais entre outras publicações mais técnicas. É nesta sessão que encontramos a maior parte das reportagens sobre Itaipu. A sessão Turfe/Espportes normalmente vinha com notícias do Jockey Clube do Rio de Janeiro abrindo a sessão, seguido dos noticiários de futebol, que tomavam a maior parte da sessão e na sequência um apanhado geral relativo a outros esportes. A sessão de variedades trazia reportagens relacionadas à saúde, estilo de vida, moda, viagens, horóscopo, obituários, palavras cruzadas e uma miríade de temas. As páginas da Rio Show eram dedicadas a questões de arte, cultura e entretenimento. Os Quadrinhos traziam tiras de vários personagens muito populares na época, como Fantasma, Mandrake, Flash Gordon, Tarzan entre outros. A última página era a coluna de opinião Artur da Távola⁴², com temas variados sobre televisão, cinema, literatura, música e arte, entre outros, e a grade de programação das emissoras de TV. Aos domingos o jornal era maior, pois ocasionalmente vinham suplementos como era o caso do *O Globinho* com conteúdo infantil e o *Jornal da Família*, com um conteúdo difuso, como culinária, indicação de livros, dicas de compras, comportamentos e outros conteúdos.

⁴¹ Em nossa pesquisa, constatamos que essa sessão não nominada, por vezes não trazia o título em seu cabeçalho, mas sempre estava localizada entre Esportes e Rio Show. Devido ao fato de trazer um conteúdo bem diverso, levou-nos a entender que era uma sessão de variedades. (NdA)

⁴² O pseudônimo de Paulo Alberto Moretzsohn Monteiro de Barros, jornalista, escritor, advogado e político carioca. Escreveu artigos para O Globo de 1972 até 1987. (NdA)

Um detalhe importante a ser citado é que em todas as páginas do jornal existem anúncios publicitários dos mais diversos tipos, desde automóveis, aparelhos domésticos, redes varejistas, imobiliárias, serviços, bancos, indústrias e diversas outras peças publicitárias posicionadas nas mais variadas localidades das páginas. Com esta estrutura *O Globo* estava inserido no dia a dia das pessoas, assumindo a caracterização dada por Barros (2002, p. 592), o qual define o jornal como um símbolo imediato do cotidiano. Também era com essa estrutura que o jornal se posicionava entre um dos maiores do Brasil e, como veremos adiante, funcionando com um agente do âmbito político, devido, dentre outros fatores, por seu alcance comunicacional. Afinal, nas palavras de Barros (2002, p.595), “dado o poder de penetração dos jornais nos vários segmentos sociais de uma população, este meio de comunicação se transforma por isso mesmo em um poderoso ator político nas sociedades contemporâneas”.

Pretendemos demonstrar como se deu a construção da narrativa favorável a Itaipu, através de suas representações nas páginas d’*O Globo* tendo como ponto de partida o ano de 1975, quando é lançado o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). O plano será a base econômica das ações do governo Geisel, do qual *O Globo* será um fiel defensor, ainda que pesem pontuais divergências. Nos momentos mais tensos em que a defesa do II PND significaria tensionamentos com nossos países vizinhos, *O Globo* reiterou o apoio do governo. Veremos que em nenhum momento *O Globo* abandonará as fileiras dos grupos empresariais pró governo. Nos conteúdos que o jornal irá publicar percebe-se a estratégia de tentar conciliar a construção da barragem aos interesses e necessidades nacionais, por isso também a ênfase que será dada na aparição de autoridades nas páginas do periódico, seja em citações, fotografias, entrevistas e publicações de discursos.

Demonstraremos também que muito mais do que noticiar a realidade cotidiana da obra do canal de desvio, que se estenderá por mais de 3 anos, o jornal se coloca como participante dessa realidade, dentro de seus alcances, utilizando o poder da comunicação para pressionar, questionar, apoiar ou defender determinadas posições, ou seja, uma participação d’*O Globo* como autêntico agente do político, conforme assevera as pesquisadoras Tania Regina de Luca e Ana Luiza Martins (2009) e Barros (2022).

Como dissemos acima, os exemplares do Jornal *O Globo* foram obtidos no acervo digital disponibilizado no site do periódico. Após delimitarmos o jornal como nossa fonte, realizamos a assinatura do mesmo para ter acesso ilimitado ao arquivo, pois a versão gratuita disponibilizava apenas o período de 30 dias de acesso, tempo notadamente insuficiente para

nossos objetivos. O mesmo não aconteceu com o acesso aos documentos do Arquivo Nacional, cujo acesso é livre, bastando a realização do cadastro e aceite dos termos de uso.

No caso do Arquivo Nacional, nossa pesquisa se dava por meio da busca direta pelo termo “Itaipu”, delimitando o arco temporal entre os anos de 1975 e 1978. Os resultados do Arquivo Nacional, na época de nosso trabalho, eram indexados conforme relevância (havendo a opção de cronologia, título ou código de referência), daí orientando-se pela ementa do documento e na maior parte dos casos navegando no documento em si em busca de informações pertinentes ao tema. É importante frisar que procuramos nos ater aos documentos que versavam sobre as obras do canal de desvio ou fatos relacionados a este, pois, como o leitor pode supor, o termo de pesquisa pode trazer uma enorme gama de resultados que não necessariamente são pertinentes ao nosso tema central.

Outra característica relevante a ser mencionada sobre os documentos do Arquivo Nacional é que a maioria deles não são peças únicas, mas apanhados de documentos juntados que provavelmente estavam reunidos sob uma única pasta na época de seu arquivamento e que assim foram digitalizados⁴³. São relatórios, cartas, pareceres, comunicados, atas de reuniões entre outros que, supomos, na década de 1970 o arquivista julgou ser pertinente agrupá-los por proximidade. Várias dessas peças documentais estão carimbadas com os dizeres de “Reservado”, ou “Confidencial” ou “Secreto”.

Na época, a regulamentação desta classificação das informações era dada pelo Decreto nº 60.417, de 11 de março de 1967 (promulgado pelo governo Castelo Branco), que estabelecia os níveis Ultra-Secreto, Secreto, Confidencial e Reservado para os documentos oficiais. No caso da documentação por nós consultada no Arquivo Nacional, só não foi encontrado documento do tipo Ultra-Secreto, que segundo o mesmo decreto era restrito a tratar de assuntos que envolviam “Negociações para alianças políticas e militares; Hipóteses e planos de guerra; Descobertas e experiências científicas de valor excepcional; Informações sobre política estrangeira de alto nível.”. Já a documentação classificada como Secreto e Confidencial, ainda de acordo com a citada legislação da época, dentre outros assuntos versavam sobre “Planos ou detalhes de operações econômicas ou financeiras” e “Informes e informações sobre a atividade de pessoas e entidades e respectivos meios de obtenção”, respectivamente. Exatamente, como veremos adiante, eram temas pertinentes ao andamento e cotidiano das obras do canal de desvio do Rio Paraná.

⁴³ Segundo informações do próprio site do Arquivo Nacional, o processo de digitalização se deu a partir de 2003 por meio da criação do Laboratório de Digitalização na Coordenação de Preservação do Acervo (COPAC) da Coordenação-Geral de Processamento e Preservação do Acervo (COPRA).

Quanto ao uso das imagens, no caso fotografias e peças publicitárias, por ser impossível a reprodução de todas no presente trabalho, principalmente pelo fato de algumas estarem com a visualização prejudicada pela qualidade, dado o fato que estamos usando as edições disponíveis no acervo digital d'*O Globo*, faremos o esforço da descrição textual ao leitor. A escolha de tais imagens é semelhante aos critérios adotados acima nas reportagens, sendo que a maioria delas são imagens que ilustram as matérias ou peças publicitárias abordadas nas análises. Outras imagens, no caso as fotografias obtidas de outros acervos, foram escolhidas com o objetivo de melhor ilustrar ao leitor o assunto abordado naquele momento pelo *O Globo* ou, no caso do breve relato que faremos a frente do canal de desvio, a seleção foi baseada na proximidade entre a imagem e o relato do cotidiano da obra.

É importante destacar os apontamentos feitos por Solange Ferraz de Lima e Vania Carneiro de Carvalho sobre fotografias e seus usos sociais e historiográficos (2009, p. 30), enquanto elementos passíveis de análises, dada sua potencial capacidade de representar realidades – ou fragmentos de realidade, posto que mudam a percepção do mundo e ampliam as referências das pessoas que, em outros tempos — nas palavras de Susan Sontag, citada pelas autoras — tinham apenas conhecimentos de “suas vidas circunscritas ao seu local de moradia e trabalho”. Essas autoras, inclusive, sugerem que a imagem das fotos constituem, por si só, um discurso, pois

Podemos pressupor que a literalidade da fotografia não é algo natural, mas cultural. Seu código precisa, portanto, ser aprendido. O discurso visa a comunicação e para que isso ocorra, outro pressuposto é que a fotografia possui uma linguagem que deve ser compartilhada para que ocorra a troca de informação. (...) Toda troca de informação é interessada e acontece numa arena de poder. (LIMA; CARVALHO, 2009, p. 43)

O grande filósofo antigo Heráclito de Éfeso dizia que um homem não entra duas vezes no mesmo rio, pois da segunda vez, não é mais o mesmo homem e nem o mesmo rio, da mesma forma acreditamos que o historiador não consulta uma única vez a sua fonte histórica, pois da segunda vez, não é mais o mesmo historiador e a fonte também não é mais a mesma, ou seja, o uso de um periódico como fonte histórica responde a temas levantados pelo pesquisador em seu tempo presente, e poderá não responder – ou pelo menos responder parcialmente – as indagações feita por outro historiador, em outro tempo mais à frente.

Enquanto escrevemos estas linhas, o golpe militar de 1964 completa 60 anos. A formação da entidade Itaipu Binacional completa 50 anos. O início das atividades da usina de Itaipu completa 40 anos. O Jornal *O Globo* completa 99 anos. Ciclos cronológicos são importantes para balizar a temporalidade que as fontes se inserem e pode ser que algumas estratégias de análise se tornam obsoletas com o passar do tempo, bem como as formas de fazer

historiografia, afinal, “outras épocas, outros costumes provavelmente, mas outras histórias também” para citar as palavras de François Hartog e suas análises sobre os regimes de historicidade (2015, p 50). Para além disso, os ciclos cronológicos são também momentos propícios, dada sua natureza celebrativa, para se reinterpretar o passado, por meio dos processos de revisão da História, na construção de alternativas para a narrativa hegemônica e lugar de fala para as vozes silenciadas. Como dizia o próprio Heráclito, o mundo é um eterno *devir*.

3.2 – UMA OBRA GRANDE PARA O BRASIL GRANDE: O CANAL DE DESVIO DO RIO PARANÁ NOS ANOS DE 1975-78.

I

“A obra que vamos juntos empreender, aguardam-na com esperança e mesmo impaciência nossos dois povos, cômicos de que os mananciais de energia a serem mobilizados desencadearão extraordinário surto de progresso para o Paraguai e o Sudoeste brasileiro.”

(Discurso de Saudação do presidente Geisel ao Presidente Alfredo Stroessner do Paraguai, em Foz Do Iguaçu. 17 de maio De 1974)

II

“O início das obras de Itaipu está marcado para maio, com a abertura de um canal de desvio do Rio Paraná, com mais de 80 metros de profundidade. No gênero, será a maior obra já realizada no mundo.”

(O GLOBO, 03/01/1975, p. 03)

III

“A colossal construção da usina hidrelétrica de Itaipu é um edificante e histórico esforço entre dois países irmãos, que assim patenteiam o ideal da integração americana, que, por força de tanta punjança, supera o marco da retórica para ser uma ssombrosa realidade em resposta ao desafio do futuro.”

(Trecho do discurso, presidente Alfredo Stroessner, O GLOBO, 04/12/1975, p. 06)

• 3.2.1 - O Canal de Desvio do Rio Paraná: um olhar panorâmico.

*Quem abriu o canal de desvio do rio Paraná? Nos livros estão nomes de generais da ditadura militar brasileira e paraguaia. Os generais carregaram as pedras?*⁴⁴ – o rigor de nosso trabalho acadêmico não nos tira liberdade de exercer a licença poética para iniciar a

⁴⁴ Paráfrase à primeira estrofe do poema “Perguntas de um trabalhador que lê”, de 1935, do poeta alemão Bertold Brecht, onde se lê: “Quem construiu Tebas, a cidade das sete portas? Nos livros estão nomes de reis; os reis carregaram pedras? (,,)”

reflexão sobre os aspectos físicos desta etapa construtiva de Itaipu que lhe consumiram nada menos que três dos dez anos que a obra levou para ser construída. Nos dias de hoje, quem visitar a imponente Usina Hidrelétrica de Itaipu e passear pela crista da barragem ou observá-la a partir do mirante principal, localizado na margem esquerda do rio, não vai perceber que o canal de desvio ainda está por ali, mas totalmente integrado ao conjunto total da obra, tornando-se quase invisível ao mais desavisado turista ou perceptível apenas para aqueles que conhecem minimamente essa enorme empreitada, do qual a construção do canal enquadrou-se como uma fase decisiva e sem a qual não seria possível erguer a colossal barragem.

O canal de desvio, o maior até então executado no Brasil, era tão grande que atualmente quatro das vinte unidades geradoras de energia (composta por gerador, turbinas, condutos e uma considerável quantidade de equipamentos auxiliares) estão instaladas exatamente no trecho onde estava o desvio do rio. Acreditamos ser de crucial importância o leitor passar em revista esta etapa da obra – alegoricamente chamada por nós durante a pesquisa como “Itaipu antes de ser Itaipu” – para compreender como ela foi representada, defendida e justificada na narrativa presente nas páginas d’*O Globo*.

As informações mais fidedignas desta etapa construtiva encontram-se nos Relatórios Anuais de Atividades da Itaipu Binacional. Tentamos resumir buscando o máximo de entendimento ao leitor, não se perdendo em termos excessivamente técnicos, mas também não vulgarizando em demasia as informações contidas em tais documentos, estes, aliás, encontram-se para consulta pública no site da própria empresa. A partir dos dados e relatos, procuramos criar uma sequência lógica de trabalho e um mínimo detalhamento sobre os principais pontos presentes na etapa de construção do canal de desvio.

Imediatamente após o desmatamento da densa floresta que margeava o Rio Paraná em na extensão do trecho do rio que passava na localização da rochosa ilha de Itaipu, começaram os trabalhos de terraplanagem e, finalmente, a escavação do canal, que tinha basicamente quatro modalidades: a escavação em solo comum, a escavação em rocha, a escavação submersa e a escavação subterrânea. As duas primeiras foram as que demandaram os maiores volumes de material. Cada uma com seu cronograma e metas próprias, além, claro, de maquinário específico.

Vimos que o cenário da história conferiu à Bacia do Rio Paraná um solo com uma camada de sedimentos seguida de uma porção de rochas duras, o basalto em suas diversas apresentações ali existente devido aos intensos vulcanismos pré-históricos do fim do cretáceo (ver.: 1.1 - O CENÁRIO DA HISTÓRIA). Esse tipo de rocha é de difícil remoção e entrava em

ação as perfuratrizes sob esteira, que cavavam fendas metros adentro da rocha onde eram instaladas cargas de dinamite. As explosões em sequência formavam montanhas de rocha que eram retiradas pelas possantes escavadeiras e pás carregadeiras. Estas carregavam os super caminhões fora-de-estrada Terex (50 toneladas) e os Wabcos, o “Sansão” (70 toneladas). Daí saíam comboios destes enormes caminhões, levando estas toneladas de basalto encosta acima que se destinavam inicialmente às montanhas de estocagem. Logo eram destinadas para a construção da barragem de enrocamento na margem esquerda, e com a montagem das centrais de britagem, acabaram também se tornando agregados para o concreto que iria construir a estrutura do canal de desvio e também toda a represa.

O trabalho era ininterrupto, como veremos adiante, dividido em turmas e turnos. Nas folgas entre um turno e outro, aconteciam as escavações para as explosões. Havia uma hora de intervalo entre um turno e outro e nesse período detonavam-se centenas de cargas de dinamite, fendilhando o basalto. Ao término destas, uma nova montanha de rochas se formava e recomeçava toda a rotina descrita no parágrafo anterior. Assim, aos poucos, uma enorme cratera, racionalmente recortada em patamares (ou cotas, como diz o documento) ia se formando ao lado do leito original do rio Paraná, acompanhando o curso deste, mas nitidamente encurvado para o lado brasileiro.

O resultado, conforme aponta o Relatório Anual de 1978, foi um monumental canal de

2000 mil metros de extensão, 150 metros de largura e 90 metros de profundidade, cuja construção demandou três anos de trabalho, implicando em escavações que totalizaram cerca de 18 milhões de metros cúbicos em rocha, bem como a construção de uma estrutura de controle de desvio, de suas ensecadeiras em arco e de uma ponte de serviços, nas quais foram consumidos cerca de 1 milhão de metros cúbicos de concreto. (ITAIPU, 1978, p. 6)

Nas proximidades das ensecadeiras em arco foram abertos enormes buracos, chamados de trincheiras, para que os escombros destas estruturas ali se acomodassem após a dinamitação e não atrapalhassem a livre fruição da água pelo canal e os estudos de batimetria⁴⁵ realizados nos dias após a explosão atestaram que o material fora depositado nas trincheiras, conforme previsto nos ensaios, sem prejuízo ao correr das águas.

O relatório emplacava ainda um recorde por vezes ignorado: foi o maior volume de águas fluviais desviadas em obras deste tipo no mundo, considerando que a média de vazão do Rio Paraná no trecho de Itaipu era por volta de 11.700 m³/s

⁴⁵ Estudo de medição da profundidade de rios, lagos, oceanos. (N.d.A)

Os números do canal de desvio de modo mais preciso foram: das escavações, 2.851.000 m³ em solo comum, 18.419.000 m³ em rocha e as escavações submersas com 617.000 m³. A estrutura de desvio (com 151m de largura e 12 aberturas de 6,7m x 24m) recebeu 752.402 m³ de concreto. As ensecadeiras em arco no começo e no fim do canal (montante e jusante), receberam 25.196 m³ e 15.628 m³ de concreto, respectivamente. A ponte de serviços sobre o canal contava com uma capacidade útil para 3.100 toneladas, uma extensão de 202 metros de comprimento, 57 metros de altura em seus pilares e recebeu em toda essa estrutura nada menos do que a enorme quantidade de 31.000 m³ de concreto (ITAIPU, 1978, p. 07).

Como já apontamos anteriormente (ver.: Cap. 2.1 NAÇÃO E PROGRESSO: REFLEXÕES SOBRE DOIS CONCEITOS PRESENTES NAS NOTÍCIAS SOBRE ITAIPU E DOCUMENTOS OFICIAIS DO GOVERNO.) a associação entre Itaipu e o conceito de progresso era comum nos discursos oficiais. Mais uma vez os termos são associados em um trecho do discurso proferido durante a solenidade de abertura do canal de desvio. O presidente Geisel faz menção à importância desta etapa no conjunto da totalidade da obra ao dizer que:

O desvio do rio Paraná constitui marco importante da magna tarefa a que estamos dedicados, na qual persistiremos com redobrado empenho até levá-la a bom termo nos prazos previstos, com a firme convicção de que Itaipu é uma garantia do progresso e desenvolvimento de nossos dois países. (ITAIPU, 1978, p. 10)

E assim, conforme previsto no cerimonial do dia para ocorrer às 11:15, foram acionados os dispositivos detonadores, os arcos de concreto das ensecadeiras foram demolidos e tão logo o canal foi tomado pelas águas do rio Paraná, que corria pelo desvio simultaneamente ao leito primitivo. Esta situação foi por pouco tempo, pois tão logo explodiu-se as ensecadeiras, já começaram as atividades para ultimar o desvio do rio e em dez dias após o evento, isto é, 30 de outubro de 1978, os diques de rocha e terra fecharam totalmente o leito primitivo da área que seria ensecada para erguer a barragem principal, formando um tipo de lagoa artificial. Esta, por sua vez, não duraria muito tempo, pois logo iniciaram o esgotamento da água, que foi finalizado em abril de 1979.

Mas, como questionamos acima, não foram os generais que escavaram e carregaram todas essas pedras, foram os trabalhadores barrageiros! O Relatório de Atividades de novembro de 1978, escrito imediatamente após a abertura, atestava que trabalhavam em Itaipu 32.749 homens, sendo 27.379 diretamente no canteiro de obras, divididos entre funcionários diretos da Itaipu, da UNICON (maior número de operários), da CONEMPA e outros empreiteiros menores. Os outros 5.370 operários estavam nas obras dos conjuntos habitacionais A e B, nas obras rodoviárias e portuárias e outras obras a cargo da diretoria (ITAIPU, 1978, p. 91).

Veremos, nas páginas adiante, como essa miríade de seres humanos foram representados nas páginas do maior jornal do país. Os barrageiros escavaram o canal de desvio e ergueram a barragem. Os generais, pelo menos, apertaram o botão do detonador que abriu o canal de desvio.

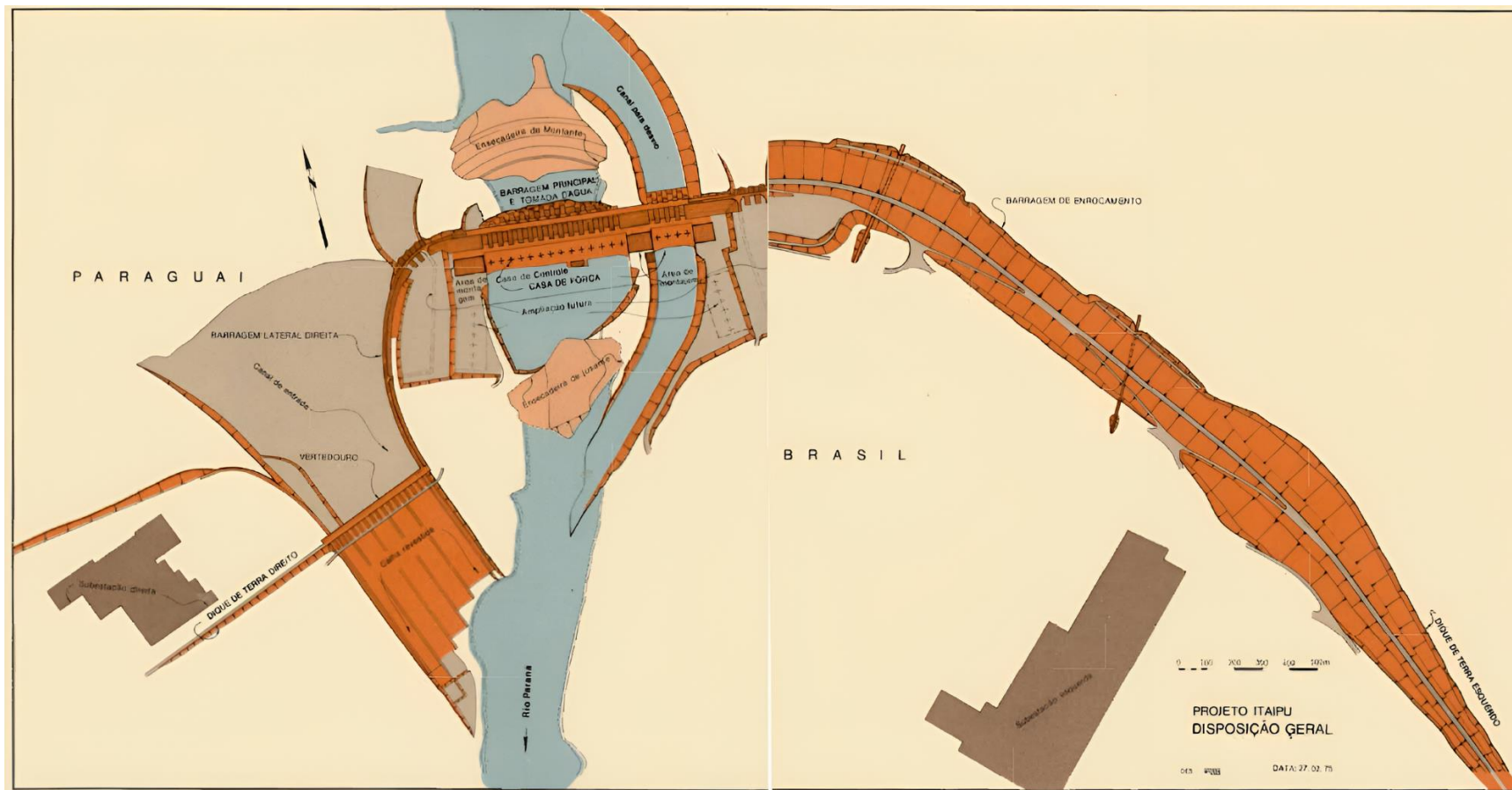
Figura 1: Fotografia 01 – Leito primitivo do Rio Paraná e a ilha de Itaipu



Visão de montante à jusante. Na margem esquerda, lado brasileiro, vemos as primeiras construções da Itaipu Binacional. Na margem direita, lado paraguaio, a floresta ainda sem desmatar. Ao centro, o leito primitivo do Rio Paraná e a formação insular basáltica chamada de Itaipu – *a pedra que canta*.

Fonte: acervo digital Itaipu, 2024 – adaptado

Figura 2: Planta baixa 01 – Projeto Itaipu: implantação geral.



O projeto de Itaipu, conforme o Relatório Anual de atividades de 1974, no qual vemos os principais elementos constitutivos da futura usina Hidrelétrica, com destaque para (da esquerda para direita): o Vertedouro, a barragem lateral curva direita, a barragem principal, o canal de desvio, a barragem de enrocamento e o dique de terra.

Fonte: Relatório Anual de Atividades de Itaipu ano 1974, p. 18-19 – adaptado

Figura 3: Fotografia 02 – O canal de desvio em outubro de 1978



Vista de jusante à montante. Do lado direito da foto, o lado brasileiro, com o canal em pleno funcionamento, cortado pela estrutura de controle do desvio e a ponte de serviços. Ainda do lado brasileiro, as enormes montanhas de rocha basáltica retiradas do canal e as centrais de britagem. No lado paraguaio, é possível ver as escavações do vertedouro já se delineando. Ao centro, o leito primitivo do Rio Paraná e o avanço dos diques de rocha para fechar a área a ser ensecada.

Fonte: Relatório Anual de Atividades. Itaipu, 1978 – adaptado

Figura 4: Fotografia 03 – A primeira explosão do canal de desvio, 1976



Após desmatar e terraplanar a área do canal de desvio, as escavações em solo logo superaram a camada de sedimentos e encontraram o duríssimo basalto. Esta imagem capta o momento exato da primeira explosão do canal.

Fonte: Acervo Memória da Eletricidade, 2024 – adaptado

Figura 5: Fotografia 04 – Resultado da primeira explosão do canal de desvio, 1976



Barrageiros observando a montanha de pedras formada após a primeira explosão. Milhares de outras seguiriam a esta até 1978, recortando a margem esquerda em patamares (cotas). Neste período, os maquinários próprios para escavação em rocha ainda não tinham chegado ao canteiro de obras, o que preocupou tanto o governo e as empreiteiras a respeito do cumprimento do cronograma.

Fonte: Acervo Memória da Eletricidade, 2024 – adaptado

Figura 6: Fotografia 05 – Flagrante de trabalho das escavações em rocha, 1976



Ao fundo, a margem direita (Paraguai) ainda sem desmatar neste trecho. Em primeiro plano, a montanha de basalto pós-explosão. Da esquerda para a direita: Um GM-Terex sendo carregado por uma pá-carregadeira Caterpillar 988, outra Caterpillar 988 empurrando uma enorme pedra que não foi dinamitada suficientemente, uma super-escavadeira Bucyrus 195 B, um Caterpillar Bulldozer D8-K e um Wabco “Sansão” chegando para ser carregado.

Fonte: Acervo digital Espaço do Barrageiro, 2023 – adaptado

Figura 7: Fotografia 06 – Flagrante de trabalho das escavações em rocha, 1976



Ao fundo, a margem direita (Paraguai) em avançado estágio de desmatamento. Abaixo, um Caterpillar Bulldozer D8-K e uma super-escavadeira Bucyrus 195 B mergulhada na poça de lama. Ao centro, é possível ver os patamares ganhando forma conforme as escavações avançavam. Alguns GM-Terex manobram nas estradas montanha acima, junto com caminhões convencionais Mercedes-Benz L 1113 e uma pá-carregadeira Caterpillar 988. À esquerda, é possível ver quatro perfuratrizes cavando os túneis para inserir as dinamites.

Fonte: Acervo Memória da Eletricidade , 2024 – adaptado

Figura 8: Fotografia 07 – Flagrante de trabalho das escavações em rocha, 1976



As perfuratrizes sob esteira em ação: operadas pelos barrageiros, essas máquinas iam cavando túneis nas rochas de basalto, por onde inseriam as bananas de dinamite. O atrito da broca com a rocha fazia subir essa nuvem de poeira que vemos na foto. Ao fundo, um caminhão Mercedes-Benz L 1113 e o gerador de energia das perfuratrizes.

Fonte: Acervo digital Espaço do Barrageiro, 2023 – adaptado

Figura 9: Fotografia 08 – Flagrante de trabalho das escavações em rocha, 1976



No topo da imagem, um caminhão Mercedes-Benz L 1113 e uma perfuratriz sob esteira cavando túneis nas rochas. Abaixo à esquerda um GM Terex sendo carregado por uma escavadeira O.K 95 RH (vermelha) e outro GM Terex sendo carregado por uma Caterpillar 992.

Fonte: Acervo digital Espaço do Barrageiro, 2023 – adaptado

Figura 10: Fotografia 09 – Flagrante de trabalho das escavações em rocha, 1977



No topo da imagem, já em operação, uma central de britagem. Em primeiro plano um GM Terex carregado subindo a montanha. Outros caminhões do mesmo modelo podem ser vistos descendo e subindo as estradas de acesso ao canal.

Fonte: Acervo digital Espaço do Barrageiro , 2023 – adaptado

Figura 11: Fotografia 10 – A explosão do canal em 20 de outubro de 1978



Momento da detonação da primeira carga de dinamites instaladas na ensecadeira em arco a jusante. Acionado em conjunto pelos presidentes Alfredo Stroessner, do Paraguai, e Ernesto Geisel, do Brasil, estava aberto o canal de desvio do Rio Paraná.

Fonte: Acervo digital Espaço do Barrageiro, 2023 – adaptado

• 3.2.2 - 1975: Vai começar o desvio do Rio Paraná!

No albor do ano de 1975, *O Globo* não circulou no feriado do dia 1º de janeiro. No dia 02, primeira edição do ano, uma quinta-feira, entre outros conteúdos, suas páginas vieram com uma mensagem do Papa Paulo VI, uma reportagem sobre os julgamentos do famoso e ainda bastante falado caso Watergate⁴⁶ nos Estados Unidos e uma série de reportagens sobre os eventos relativos a virada do ano e as comemorações do Réveillon ocorridas nos principais pontos da capital carioca e do estado do Rio de Janeiro bem como em várias outras cidades do Brasil. Mas na edição do dia 03, a famosa página 03 do jornal trazia duas reportagens significativamente importantes. Uma delas noticiando a vinda em fevereiro do chanceler paraguaio Sapeña Pastor para assinar acordo sobre a legislação social referente à hidrelétrica de Itaipu, matéria esta que reproduzimos um parágrafo na epígrafe acima, na qual o jornal faz a primeira chamada do ano à grande obra que iria iniciar a implantação da usina, que foi o canal de desvio do Rio Paraná, enaltecendo a obra com os superlativos já identificados anteriormente.

Logo acima dessa reportagem, estava outra matéria importante que trazia a fotografia de Ernesto Geisel conversando com o representante da Igreja Luterana no Brasil – confissão religiosa do qual o próprio Ernesto Geisel era seguidor – sob o título “A Primeira Audiência do Ano”. Este encontro com o reverendo luterano não era para conseguir um milagre divino dos céus para salvar o milagre econômico brasileiro. O presidente foi fotografado sentado em uma mesa, de terno, bem posturado, ouvindo e olhando para o líder religioso, com papéis e canetas espalhadas na mesa, demonstrando a típica cena do homem ao trabalho logo nos primeiros dias do novo ano.

De fato, Geisel iria trabalhar muito aquele ano. Era o primeiro ano completo de seu governo (assumira em 15 de março de 1974), era o ano de lançamento do II PND, foi o ano da morte do jornalista Vladimir Herzog no prédio do DOI-CODI de São Paulo, foi o ano da adoção de contratos de risco entre a Petrobras e empresas estrangeiras para a prospecção de petróleo no país para aumentar a disponibilidade deste mineral e seus derivados tão necessários para a economia brasileira. Mas também foi o ano de busca por matrizes energéticas alternativas e teremos o Programa Nacional do Álcool (Proálcool) e os acordos nucleares com a República

⁴⁶ O “caso Watergate” foi um escândalo político que levou à renúncia do presidente Richard Nixon. Watergate é o nome do complexo imobiliário onde funciona a sede do Partido Democrata. O caso começou com a prisão de cinco homens, que foram pegos instalando equipamentos de espionagem e fotografando documentos na sede democrata. A prisão aconteceu durante a campanha eleitoral que levou Richard Nixon, do Partido Republicano, ao poder. A investigação identificou que o presidente sabia das operações ilegais e que tentou atrapalhar as investigações. Em 1974, com várias provas contra o partido republicano, Richard Nixon renunciou. O julgamento seguiu em várias fases nos anos seguintes (GLOBO EDUCAÇÃO, 2024, n.p. Disponível em: < <http://educacao.globo.com/artigo/watergate-e-o-impeachment-de-nixon.html> >)

Federal da Alemanha, além, de ser o ano que começariam as obras de Itaipu – a maior do mundo (BRASIL, 2012, p. 157-158).

Normalmente quando tiramos um retrato de fotografia, é comum alguém dizer a expressão “sorria” para os que serão fotografados, criando assim uma imagem que eternize a alegria do momento registrado. Um antigo poema dizia que “*o sorriso é a alegria em silencioso festejo; tão capaz de esconder a tristeza a passar em cortejo*”. Na maioria das fotografias de capa d’*O Globo* nas quais aparecem juntos os presidentes Geisel e Stroessner eles estão exatamente neste lugar comum do sorriso otimista no rosto posando para a foto.

Um exemplo disso acontece na edição do dia 04/12/1975, de onde retiramos a epígrafe acima com o trecho do discurso de Stroessner proferido em ocasião da assinatura do Tratado de Amizade e Cooperação com o Brasil, celebrado em 04 de dezembro de 1975 (e reproduzido parcialmente nas páginas internas dessa edição d’*O Globo*). É mister registrar que na capa desta edição do jornal vemos uma foto em close nos dois presidentes que estão apertando as mãos e sorrindo um para o outro, tendo na legenda da fotografia a chamada para a matéria completa que vinha na página 06, onde outra foto mostra novamente os chefes de estado, agora em uma tomada mais aberta, em revista aos cadetes que os saudavam para a solenidade de assinatura dos tratados.

A escolha de uma fotografia para ser manchete de capa é uma tarefa criteriosa que faz parte da estratégia editorial do jornal. Ao analisar o uso da fotografia jornalística, Tavares & Vaz (2005, p. 125) salientam que a fotografia salta aos olhos do leitor do periódico como uma mensagem, ou melhor dizendo, como um texto visualmente relevante e carregado de sentido. A fotografia não está ali por acaso. Ela tem uma função, aparece em um determinado formato e, por conta disso, possui uma intenção. Os autores recorrem às análises de imagens elaboradas pela filósofa e escritora Susan Sontag⁴⁷ ao refletir sobre a fotografia nos periódicos e sua capacidade de trazer ao leitor uma experiência distante, onde:

“a foto redefine o conteúdo de nossa experiência cotidiana e acrescenta vastas quantidades de material (pessoas, coisas, eventos etc.) que jamais chegamos a ver ou presenciar. (...) Nesse sentido, no jornal, as imagens funcionam como ponte entre o acontecimento e o leitor, permitindo a esse imaginar o cenário e de alguma forma a ação que ali ocorre.” (TAVARES & VAZ, 2005, p. 126)

⁴⁷ Susan Sontag (E.U.A, 1933-2004) foi escritora, ensaísta, cineasta, filósofa, professora, crítica de arte e ativista dos Direitos Humanos, tendo escrito sobre fotografia, cultura e mídia. Seu livro mais conhecido é *Sobre Fotografia*, escrito em 1977 – informações biográficas retiradas do site da escritora: Susan Sontag Foundation - <http://www.susansontag.com/SusanSontag> – no Brasil, o livro “*Sobre Fotografia*” foi lançado em 1983.

Destarte, a fotografia é objeto integrante da realidade, de acordo com as palavras de Susan Sontag “são, talvez, os mais misteriosos de todos os objetos que compõem e adensam o ambiente que identificamos como moderno”, mas também interfere nessa realidade, uma vez que funciona como um atestado de que algo realmente aconteceu, pois “A fotografia fornece provas. Determinada coisa de que ouvimos falar, mas que nos suscita dúvidas, parece-nos comprovada quando dela vemos uma fotografia” (SONTAG, 1981, p. 5). A fotografia utilizada em uma notícia de jornal não cumpre apenas a função de ilustrar a matéria, dada sua natureza iconográfica, mas cumpre uma função de persuadir e convencer o leitor quanto ao conteúdo do que está no jornal. Esse convencimento é combinado com todos os elementos que compõem o jornal e sendo majoritariamente composto por imagens e texto, as primeiras dão maior credibilidade ao fato, pois

“(…) a imprensa parece uma forma menos traiçoeira de dissolver o mundo, de transformá-lo em um objeto mental, do que as imagens fotográficas, que fornecem a maior parte do conhecimento que se possui acerca do aspecto do passado e do alcance do presente. O que está escrito sobre uma pessoa ou um fato é, declaradamente, uma interpretação, do mesmo modo que as manifestações visuais feitas à mão, como pinturas e desenhos. Imagens fotografadas não parecem manifestações a respeito do mundo, mas sim pedaços dele, miniaturas da realidade que qualquer um pode fazer ou adquirir.” (SONTAG, 1981, p. 7)

A análise das fotografias em jornais e seu uso como fonte de pesquisa é amplamente estudado pela professora e pesquisadora Susana Rodríguez Aguilar⁴⁸ que propõe um método de análise desse tipo de material onde, dentre vários outros elementos, devem ser considerados algumas relações da foto com os textos, sejam eles títulos ou o corpo da reportagem, com a posição na página do jornal, com a própria numeração da página, o tamanho que ela ocupa nesta página, sua relação com a legenda da foto, com outras fotos na mesma página, com o objeto ou pessoa retratada, o ângulo em que o objeto ou a pessoa foi clicada e até mesmo com o design adotado pelo jornal, pois, segundo a pesquisadora, esse conjunto de relações impactam substancialmente com a maneira que o leitor fará a leitura, a percepção e a compreensão de uma matéria jornalística (AGUILAR, 2012, p. 405-406).

Esta autora nos alerta sobre os espaços que as fotos ocupam na diagramação de um jornal, sendo que existem 14 espaços preferenciais para sua editoração (para quem monta o jornal) e 7 espaços preferenciais para sua visualização (para quem vai ler o jornal), espaços estes classificados seguindo uma graduação de importância, sendo mais destacadas aquelas que

⁴⁸ Graduada em Jornalismo e Comunicação Social, com Mestrado e Doutorado em História e Pós-Graduação em Direito da Informação pela Universidade Nacional Autónoma do México (UNAM). Atua como professora, servidora pública de carreira e repórter investigativa independente, dentre várias linhas e objetos de estudos, pesquisa sobre imagens, fotografias e periódicos.

estão próximas ao topo e à esquerda, pois o padrão ocidental de leitura tem por convenção levar o leitor a mover os olhos por um jornal em um caminho destro descendente, assim como os ponteiros de um relógio, ou seja, da esquerda para direita e de cima para baixo (AGUILAR, 2012, p. 407). É importante salientar que as observações de Aguilar, por sua vez, estão embasadas na teoria da fotografia jornalística do teórico Lorenzo Vilches⁴⁹,

Há, portanto, como identificar toda uma estratégia para se usar imagens em um jornal do qual o historiador pesquisador que usa periódicos como fonte de seu trabalho tem que ficar atento e, conforme aponta a mesma autora, “deve-se considerar que não existem fotos neutras ou inocentes e existe uma memória intencional” (idem, p. 413).

Faremos a demonstração mais adiante desta técnica valendo-se de algumas matérias do período de construção do canal de desvio do Rio Paraná, mas antes, é importante citar também que não apenas o pesquisador da área de história pode se beneficiar desta estratégia de identificação fotojornalística, mas também outros profissionais dentro das Ciências Humanas, tornando a análise de fotografias uma atitude multidisciplinar, conforme pontua Aguilar (2012, p. 413). A sociologia, a comunicação, o jornalismo, a antropologia e a arte apresentam condições de fazer este tipo de análise, uma vez que a fotografia está presente nestes campos do saber e constituem parte importante do cotidiano da modernidade.

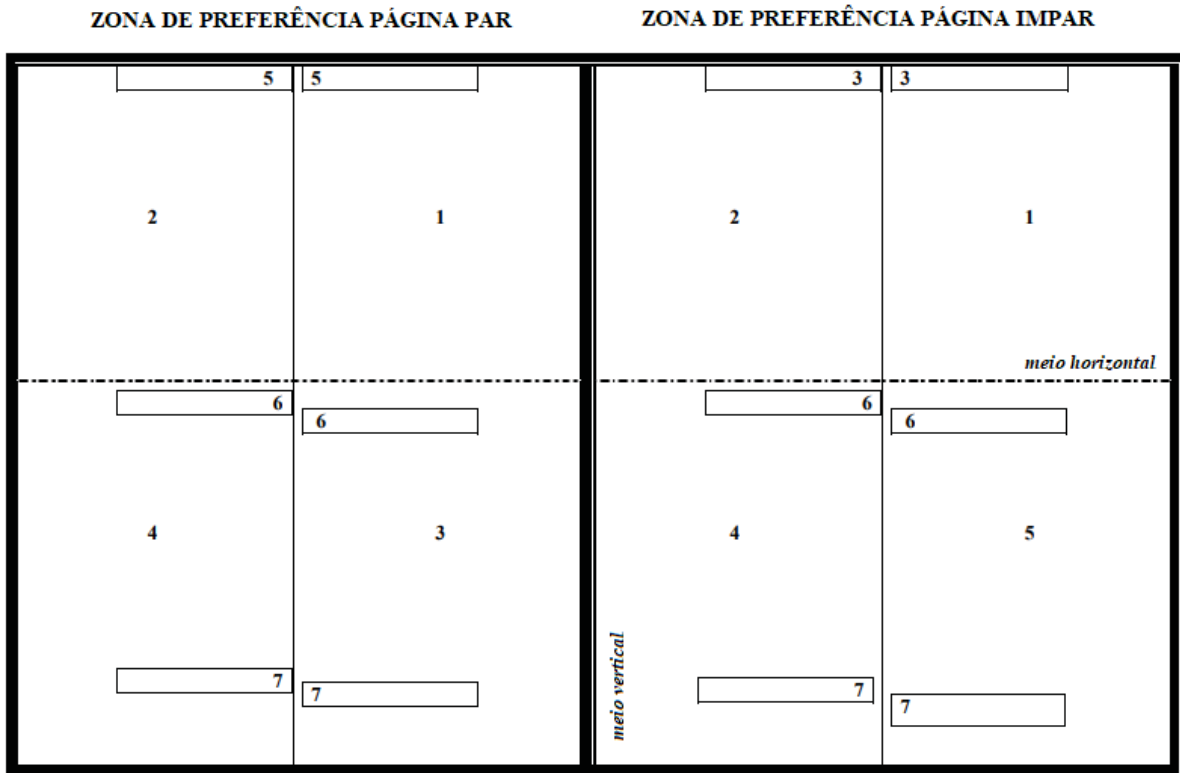
Em seus estudos, Susana Aguilar apresenta dois diagramas com os espaços de interesse nas páginas pares e ímpares de um jornal, que bem traduzem graficamente, e de forma até didática, a teoria de Lorenzo Vilches. Não faz parte do escopo do presente trabalho deter-se nos 14 espaços de interesses do editor diagramador, embora, em sua dissertação, Aguilar dedique uma longa e merecida reflexão para este ponto. Interessa-nos apresentar os 7 espaços de interesse do leitor que dará uma noção exata de como as matérias sobre Itaipu foram organizadas nas páginas d’*O Globo*.

Na Figura 01 está o diagrama, com adaptações e traduções realizadas para o presente trabalho, extraído da dissertação de Mestrado de Susana Aguilar (pela UNAM, 2012), ao pesquisar as fotografias jornalísticas do foto-repórter mexicano Pedro Valtierra nas décadas de 1970 e 1980. Para ler o diagrama, basta imaginar o jornal tipo tabloide aberto, sendo a linha pontilhada horizontal o “meio” do jornal (normalmente, ele é dobrado nesta região). As linhas simples mais finas dividem verticalmente cada uma das páginas e as linhas duplas mais grossas,

⁴⁹ Professor Catedrático e Emérito da Universidad Autónoma de Barcelona (UAB). É autor de várias publicações em revistas e livros sobre temas relacionados à teoria da imagem, pesquisa em comunicação, televisão e narrativas transmídia. Destacamos sua obra “Teoría de la imagen periodística”, de 1987, utilizada por Aguilar, onde Vilches propõe os sete espaços de maior e menor importância de localização de uma imagem em um jornal, considerando o ponto de vista do leitor.

obviamente, são os limites das páginas. A numeração de 1 a 7 representa os locais preferenciais onde o leitor irá mirar sua vista, sendo 1 a de maior preferência e 7 a menor.

Figura 12: Diagrama dos 7 espaços de interesse do leitor do jornal



AGUILAR, 2012, p. 259 - Adaptado

Fonte: AGUILAR, 2012, p. 259

A partir destas observações realizadas por estes pesquisadores, não soa estranho admitir que o jornal, ao optar pelas fotos com Geisel e Stroessner sorrindo, reflete o clima de otimismo reinventado, bem como a imagem de aliança entre os dois países, Brasil e Paraguai, expresso pelo carismático trato mútuo de seus chefes máximos e pelas ações conjuntas de seus governos. Se no item anterior (2.2 – UM RIO NO MEIO DO CAMINHO PARA O PROGRESSO DA NAÇÃO) vimos a forma como *O Globo* representou o Rio Paraná, onde fica nítida a utilização das estratégias de posicionamento e arranjo das imagens e textos para apresentar o tema ao leitor, como foi representada a ação humana nessa “natureza selvagem e intocada” dos cânions do rio à jusante do, agora condenado, Salto das Sete Quedas?

E é assim que a edição d’*O Globo* de 22/06/1975, p. 06, traz no topo da página uma grande fotografia do leito do Rio Paraná, onde aparecem as florestas de suas margens e se vê nitidamente uma clareira aberta do lado brasileiro onde seria o corte do eixo principal da barragem. Em letras garrafais, logo abaixo, temos o título da matéria “Itaipu: vai começar o desvio do rio Paraná.” A matéria ainda traz outras três imagens, agrupadas próximas à imagem principal, sendo que a menor (localizada acima e à esquerda) mostra um caminhão com trabalhadores em sua carroceria e a legenda dizendo “Os primeiros trabalhadores brasileiros estão começando a chegar em Itaipu.”

Logo abaixo da imagem principal, outras duas mostram as casas das vilas operárias onde os trabalhadores e técnicos iriam morar; uma do lado paraguaio e outra do lado brasileiro, com suas respectivas legendas. Os textos da matéria versavam sobre a concorrência das grandes construtoras interessadas em realizar as obras desta UHE, tendo trechos de falas do diretor geral, o general José Costa Cavalcanti⁵⁰ (brasileiro) e do diretor geral adjunto, o engenheiro Enzo Debernardi (paraguaio). Estes dois homens serão peças fundamentais no desenrolar dos fatos, pois serão presença constante nos noticiários sobre Itaipu, desde as questões cotidianas da obra, passando pelas questões técnicas e até mesmo nas polêmicas diplomáticas que ocorrerão em torno da construção desta UHE. Vale ressaltar que as representações desta diretoria geral compartilhada da Binacional será um importante elemento na narrativa utilizada pelo jornal, como veremos adiante. Mas voltemos à referida matéria.

Chama a atenção por um lado a verve vocabular do texto exaltando a grandiosidade da obra e o fato de ser a única no mundo nessas proporções e do outro lado os desafios que o *know-*

⁵⁰ José Costa Cavalcanti (06/01/1918 - 10/08/1991) foi aluno da Escola Militar do Realengo e a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, chegando ao cargo de general, foi também deputado federal pela UDN e pelo ARENA, de onde licenciou-se da Câmara Federal para assumir o Ministério das Minas e Energia (MME) em 1967, depois o Ministério do Interior até assumir o cargo de diretor-geral da Itaipu Binacional no ato de constituição da empresa em maio de 1974, a convite de Ernesto Geisel. (Acervo Memória da Eletricidade, 2024, n.p)

how da engenharia iria enfrentar, a começar pela descrição quase heroica da obra do canal de desvio do rio:

“Para permitir a execução a seco da barragem, o rio Paraná será desviado para esse canal artificial de 2 mil metros de extensão, 150 de largura e 90 de profundidade. (...) Ao consórcio vencedor caberá escavar 2 milhões de metros cúbicos de rocha, utilizando – segundo um dos engenheiros da Itaipu, Luís Antônio Abdala – uma tecnologia altamente sofisticada, “como em relação a tudo que se faz aqui” e terminar a construção do canal em 3 anos. (...) Como em toda a construção – e em proporções evidentemente maiores diante de sua grandiosidade – a hidrelétrica não pode permitir o vencimento dos prazos em seu cronograma, pois tempo significa acréscimo de juros.” (O GLOBO, 22/06/1975, p. 06)

Essa matéria ocupa toda a página 06 do jornal e, diga-se de passagem, está belamente emoldurada em um quadro, dando ainda mais destaque para seu conteúdo, além de atender aos apontamentos feito por Susana Aguilar quanto ao posicionamento das imagens principais e títulos ao topo, fazendo o movimento semelhante do caminhar dos ponteiros do relógio, conforme os postulados de Lorenzo Vilches.

A Figura 02 mostra os enquadramentos de cada elemento, conforme o diagrama de Aguilar. Para facilitar a leitura, aplicamos um filtro de transparência de 50% na imagem do jornal e dividimos a folha em quatro partes, sendo que os eixos, horizontal e vertical, estão em linhas tracejadas na cor vermelha e os 7 espaços de interesses estão identificados por números emoldurados em caixa na cor vermelha. As principais imagens que ilustram a matéria estão situadas nos quadrantes de maior interesse de leitura, ou seja, os espaços 1 e 2. A imagem do jornal foi obtida no acervo digital do Jornal *O Globo* e sua resolução de 1800 x 2730 pixels é baixa, entretanto foi possível aplicar nesta imagem a sobreposição do diagrama dos 7 espaços, confirmando o proposital enquadramento das imagens e títulos dentro das zonas de interesse.

É pertinente notar os elementos presentes em cada uma das fotografias: grupos de trabalhadores, Rio Paraná, florestas, casas das vilas operárias construídas. Fotos dispostas como se fosse uma sequência, onde o ser humano (expresso na foto dos operários chegando nos caminhões), irão transformar a natureza (foto do rio) por meio da implantação de uma grande obra (as casas construídas), como se a união ordinária das imagens contasse uma narrativa ao leitor, a partir de seu posicionamento nas páginas. Essa narrativa é apontada por Susana Aguilar – mais uma vez embasada na teoria de Lorenzo Vilches – a qual assevera que a união dos textos (sejam títulos, legendas ou demais elementos textuais) com o material iconográfico serve não somente para descrever o que está sendo visto, mas principalmente para guiar o leitor a interpretar o que está sendo visto (AGUILAR, 2012, p. 406).

Aplicamos também a técnica em uma página ímpar, na página 03 do dia 09 /01/1975, que pode ser conferida na Figura 03. Esta página, com o garrafal título “Brasil e Paraguai querem desenvolvimento rápido”, está relatando detalhes da rápida visita do chanceler paraguaio Sapeña Pastor e comitiva de ministros ao Brasil para assinar acordos sobre Itaipu.

Salientamos que esta matéria tem uma chamada na capa desta edição, onde a foto de Geisel, Sapeña Pastor e Azeredo da Silveira⁵¹ aparecem juntos, no trecho da visita que envolvia uma conversa com o presidente brasileiro e o chanceler paraguaio. A legenda da foto – com título Sapeña recebido por Geisel –, emoldurada em um quadro, traz um resumo do encontro e a indicação da matéria completa na página 03. A foto do topo (no espaço de interesse 1) tem o chanceler brasileiro Azeredo da Silveira, Sapeña Pastor e sua comitiva em cerimônia militar, cumprindo os cerimoniais da visita. Praticamente todo conteúdo sobre Itaipu está dentro dos espaços de interesse. A reportagem cita uma conversa do chanceler paraguaio com o presidente Geisel, que apesar de ser curta, apenas 15 minutos, mereceu um certo destaque pelo jornal, pois o lugar que ela ocupa na página está entre o espaço 2 e 4. A direita do leitor temos uma coluna informando os entendimentos com a Argentina sobre o aproveitamento do Rio Paraná. A esquerda temos pequenas notas rápidas de acontecimentos pelo país, das mais variadas origens e publicidades. Diga-se de passagem, nesta página há uma grande imagem de propaganda de uma empresa da indústria naval carioca e os espaços de interesse para imagens publicitárias seguem outro diagrama, com localizações um pouco diferentes e com 14 espaços de interesse (do editor do jornal).

É importante ressaltar que aplicamos as mesmas resoluções e modificações utilizadas na imagem anterior, quanto a transparência, cores e modelos de linhas, sendo este o padrão que será utilizado nas imagens seguintes onde o diagrama será aplicado. Por este modelo de análise, como era de se esperar, a principal imagem desta página é a fotografia dos chanceleres e suas comitivas que ilustram a matéria sobre Itaipu e estão situadas nos quadrantes de maior interesse de leitura, nesse caso no espaço 1. As mesmas resoluções da imagem anterior foram aplicadas, mais uma vez, confirmando a diagramação de Aguilar a partir da teoria de Lorenzo Vilches.

⁵¹ Antônio Francisco Azeredo da Silveira (22/09/1917 – 27/04/1999), foi diplomata de carreira, sendo o ministro das Relações Exteriores na presidência Ernesto Geisel de 1974 a 1979. (FUNAG, 2024, n.p)

Figura 13: Os 7 espaços de interesse em uma página d'O Globo (I)

Diretoria escolhe quinta-feira o consórcio vencedor da concorrência

No primeiro round da disputa da Itaipu, sete consórcios apresentaram propostas para a construção do desvio do rio Paraná. O contrato será assinado a 17 de agosto. Mas, nesta data, se concretizar o contrato, o desvio do rio Paraná começará a ser executado.

Itaipu: vai começar o desvio do rio Paraná

Os trabalhos de construção do desvio do rio Paraná começaram nesta quinta-feira (22) e vão durar até o fim do ano. O contrato foi assinado pela comissão de Itaipu, formada por representantes do Brasil e do Paraguai. O desvio do rio Paraná é necessário para a construção da represa de Itaipu, que será a maior do mundo. O contrato foi assinado por representantes do Brasil e do Paraguai. O desvio do rio Paraná é necessário para a construção da represa de Itaipu, que será a maior do mundo.

Não será repetido o erro de Ilha Solteira

Os trabalhos de construção do desvio do rio Paraná começaram nesta quinta-feira (22) e vão durar até o fim do ano. O contrato foi assinado pela comissão de Itaipu, formada por representantes do Brasil e do Paraguai. O desvio do rio Paraná é necessário para a construção da represa de Itaipu, que será a maior do mundo.

OS MOVENS QUE VOCE QUER ESTAO EM REBECCA

BRINDE EM TODOS OS COMPRAS

TUDO PARA PRONTO ENTREGA

REBECCA

R. DOS BOMBAZEIROS, 151
Tel. 230-1858
FAX: 230-1858
R. DOS BOMBAZEIROS, 151
Tel. 230-1858

Fonte: O GLOBO, ed.: 22/06/1975, p. 06 – adaptado

As obras mais pesadas referentes ao canal de desvio do rio Paraná só vão de fato começar em outubro de 1975, quando as empresas participantes da concorrência pública aceitam a proposta da Itaipu Binacional e formam o super consórcio de construtoras para erguer a barragem. O atraso desta etapa, segundo o diretor geral da estatal, general José Costa Cavalcanti se dava pela dificuldade de conciliar os dois principais pontos enfrentados pelo corpo diretor: menor preço e maior capacidade técnica.

Cinco consórcios formados por empreiteiras brasileiras e paraguaias se habilitaram para participar do certame, sendo elas a CETENCO e Herman Bauman; a CBPO e Cia de Obras e Ing. Civil; a Camargo Correia e J.C Wasmosy; a Mendez Jr. e Jimenes Gaona; Andrade Gutierrez e Cia. Geral de Construciones S.A. O acompanhamento do processo de escolha e a decisão pelo consórcio vencedor foram amplamente noticiados na imprensa, sendo que no mês de julho daquele ano tornou-se tema constante nas páginas do jornal.

É importante rememorar a pesquisa de Pedro Henrique de Campos sobre a atuação das empreiteiras no período ditatorial militar brasileiro e sua relação com os meios de comunicação, tanto a imprensa específica do setor quanto com a grande imprensa. De acordo com a linha de raciocínio do autor:

“Além dos periódicos de viés ‘técnico’ e de circulação mais restrita, a história do país mostra grande interesse dos empresários da construção pelos veículos de comunicação de ampla circulação. Os construtores são importantes anunciantes e usaram jornais e similares como meio para atingir objetivos, geralmente relacionados ao Estado e às políticas públicas.(...) Empresários da construção influíam na imprensa de maneira pontual, em certas matérias, para pressionar por obras ou pagamentos de débitos do governo (...)” (CAMPOS, 2012, p.289 e 291)

Segundo o autor, a grande imprensa, tanto a brasileira como em outras partes do mundo, são empresas inseridas na dinâmica do capitalismo e abertamente interessadas em criar vínculos e parcerias positivas para seus negócios com outras empresas. Essa visão já expusemos brevemente (ver.: 1.3 A FONTE DA HISTÓRIA) por meio da obra de Sodré (1966) e também por DE LUCA (2008). A pesquisa de Pedro Henrique de Campos (2012, p. 291) indica que no caso brasileiro essa união entre empreiteiros e grande imprensa se deu principalmente a partir dos anos 1950, quando o ciclo das grandes obras públicas dá um impulso econômico para o setor da construção civil no país, sendo mais nítido durante e após o governo de Juscelino Kubistchek, onde o crescente poder econômico dos empreiteiros fez crescer também seu poder político. O aumento das relações entre agentes públicos do alto escalão dos governos, os empreiteiros e os empresários da comunicação, influenciava a linha editorial de jornais, direcionando críticas ou elogios a esta ou aquela obra de um ou outro governo, onde ameaças e

críticas pesadas caminhavam ao lado de elogios e promoções pessoais, no que o autor conclui que “Esse uso da imprensa de maneira pontual e instrumental pelos empresários do setor, acabou evoluindo para formas mais sofisticadas de atuação, como o próprio controle de jornais, o que ocorreu sob a ditadura” (CAMPOS, 2012, p. 294).

Por conta disso, não podemos perder de vista a maneira singular como *O Globo* enquadra esse período da obra em suas reportagens. A todo momento é colocado de modo enfático e com clareza meridiana que toda continuidade e sucesso da obra dependia desta etapa. E uma vez iniciadas as escavações, a obra tornar-se-ia irreversível e o atraso na escolha do consórcio vencedor preocupava tanto o governo quanto a própria estatal e, de certa forma, as próprias empreiteiras, como veremos a frente. Não é por acaso que a edição do dia 02 de julho, logo na página 02, trazia a fotografia do corpo diretor da Itaipu Binacional, reunido de modo extraordinário para tratar a questão, e o texto dizia que:

Os assessores da empresa decidiram que termina hoje o prazo fatal, já que retardar ainda mais uma decisão resultaria em prejuízos maiores do que os que já vem ocorrendo. O canal é considerado a obra mais importante para o cumprimento do cronograma de toda a construção. (O GLOBO, 02/07/1975, p.02)

Portanto, em acordo com os argumentos apresentados por Pedro Henrique Campos, essa preocupação do jornal com o noticiamento do atraso na escolha das empresas vencedoras também pode ser vista como uma pressão política realizada por meio d’*O Globo* sobre o Conselho Diretor da Itaipu, que respondeu contemplando a todas as empreiteiras envolvidas no certame criando a alternativa de unificação consorciada.

A proposta da estatal nesta modalidade de super consórcio foi amplamente explorada nas páginas d’*O Globo* nas edições dos dias 02, 03, 04, 07, 09 e 11 de julho de 1975 e, dentre outros fatores, era apresentada como uma solução mais viável para o atraso na escolha da empresa vencedora, uma vez que cada uma das empreiteiras tinha um certo acúmulo de *know-how* e aprofundamento técnico em determinadas fases da obra, além de contemplar de modo mais abrangente as exigências técnicas previstas no edital, dentre as quais a preponderância da presença de elementos nacionais brasileiros e paraguaios a serem utilizados na construção. Também ficou expresso nas reportagens que a união dos cinco consórcios proponentes em um único aglomerado seria capaz de repor o tempo perdido e cumprir os prazos da obra. Inicialmente a vencedora havia sido o consórcio capitaneado pela mineira Andrade-Gutierrez, que apresentou menor preço. A decisão em unir todas em um único super consórcio beneficiou a empreiteira paulista Camargo Corrêa, que conforme a reportagem de 1º de julho (e depois uma outra, no dia 03 de julho, p. 06), contemplava ainda os interesses paraguaios, que tinham

preferência pelo consórcio capitaneado por esta empreiteira, pois além dela ter participação em diversas construções de hidrelétricas atendendo ao requisito de acúmulo técnico e *know-how*, também era consorciada com a J.C. Wasmosy S.A Empresa Constructora Minera Paraguaya (Ecomipa), que naquele momento a empreiteira que apresentava o maior volume de elementos nacionais paraguaios (insumos, materiais e implementos feitos no Paraguai) e cujo diretor geral era ninguém menos que o genro de Alfredo Stroessner, o empresário Humberto Domingues Dibb, casado com Graciela Concepción Stroessner (a segunda filha do presidente paraguaio). O dono da Ecomipa, o engenheiro e político Juan Carlos Wasmosy Monti se tornaria o presidente do consórcio das construtoras paraguaias, e anos depois, já na década de 1990, seria eleito presidente do Paraguai (1993-1998).

Como dito pouco mais acima, o atraso na escolha dos vencedores para iniciar o canal de desvio preocupava os empreiteiros, pois ao consórcio vencedor que assumisse a obra a possibilidade de não cumprir os cronogramas era real naquela altura dos acontecimentos. A edição d'*O Globo* de 09 de julho (p. 02) traz nada menos que a fala do então presidente da Camargo Correa S.A, o executivo Wilson Quintella, louvando a atitude adotada pelo general José Costa Cavalcanti e a diretoria de Itaipu – tomada na reunião de 1º de julho – onde o empresário afirmava que “a solução encontrada pela binacional é viável e não tem nada de excepcional ou que traga problemas intransponíveis. Para o contratante, inclusive, seria o ideal: o que um iria fazer, cinco farão com mais garantias.” A reportagem encerrava com a manifestação de acordo de Quintella quanto às vantagens na diminuição de custos com importação de equipamentos e materiais e ganhos no cronograma que a unificação do consórcio iria promover.

Formou-se então no país vizinho o Consorcio de Empresas Paraguayas (CONEMPA), sob a já citada presidência do engenheiro Juan Carlos Wasmosy e a União de Construtoras LTDA (UNICON), no Brasil, sob a direção geral do engenheiro Francisco Fortes Filho (da CBPO). Até então as únicas obras realizadas no local foram feitas pela própria Itaipu Binacional, sendo estruturas construídas a partir de 1974. Estas obras se resumiam a nada menos que alguns escritórios provisórios na margem esquerda do rio (lado brasileiro), o acampamento pioneiro, um almoxarifado, o refeitório, o alojamento e um posto de combustíveis. Não havia ainda nenhuma das obras civis definitivas e a paisagem do cenário da história era praticamente a mesma que fora moldada há milhares de anos pelas forças exógenas e endógenas da *máquina planetária* e se apresentava principalmente nas formas da exuberante diversidade da mata

fechada ao som do Rio Paraná, cantando ao passar entre as pedras da ilha *Itaipu* em seu curso natural.

Em curso também estavam as tratativas jurídicas para o funcionamento do super consórcio para iniciar as pesadas obras de desvio do rio, as quais seriam realizadas após a assinatura do contrato, previsto para o dia 06 de outubro. *O Globo* cobriu esse feito em suas edições de 29/09 e nas edições de 04, 05, 06 e 07 de outubro. Como identificamos anteriormente, em momentos decisivos da obra, era comum o jornal dedicar várias edições ao mesmo tema. Assim foi com a questão da unificação das empreiteiras em um único consórcio e assim foi com a assinatura para início das obras, pois a construção da narrativa tende a ganhar força junto aos leitores conforme o assunto fica em evidência e vai trazendo, dia após dia, novas informações que afirmam a necessidade da obra em curso.

Na edição de 05/10/1975, por exemplo, é citada a assinatura que ocorreria no dia seguinte e, para evidenciar a impossibilidade de voltar atrás, o jornal fez questão de registrar que mesmo sem a assinatura do contrato, já estavam comprados para a obra um significativo maquinário pesado constituído por 4 mega escavadeiras e 40 caminhões basculantes com capacidade de transporte de 75 toneladas. Como já dissemos, tais equipamentos servirão como peças de propaganda e terão grande relevância nas representações da narrativa heroica construída em torno do canal de desvio de Itaipu. A obra se iniciaria em 15 dias após a assinatura do contrato, ou seja, no dia 21 de outubro. A assinatura aconteceu na cidade de Puerto Presidente Stroessner, no dia 06 de outubro e neste dia *O Globo* noticiava:

(...) o maior contrato da construção civil já celebrado no Brasil ou no Paraguai, no valor aproximado de Cr\$ 1,8 bilhão (...) O contrato se refere às obras iniciais do Projeto Itaipu, abrangendo os trabalhos de escavação do canal de desvio, do vertedouro, da barragem lateral direita, barragem de escoamento, de terras da margem esquerda das enseadeiras principais de desvio do Rio Paraná". (*O GLOBO*, 06/10/1975, p. 21)

Uma reportagem mais ampla veio na edição do dia seguinte (07/10/1975) na página 05 do jornal, enfatizando a positividade do ato, esbanjando números grandiosos como os que referiam ao tamanho do canal de desvio, ao volume de terras a serem removidas e cifras monetárias, além de trazer detalhes da solenidade que contou com a presença de ministros paraguaios e a previsão do término desta primeira fase, isto é, o ano de 1978. Apesar do atraso, a representação utilizada pelo jornal é que tudo parecia correr bem e não haveria interferências contrárias, apesar do protesto da Argentina, registrado nesta mesma reportagem da edição do dia 07 de outubro.

Vemos aqui de maneira mais acabada que a narrativa da irreversibilidade da obra vai se moldando antes mesmo dela ter sido iniciada como uma estratégia de comunicação com um duplo interesse, sendo o primeiro de ordem política, com objetivo claro de demonstrar a assertividade dos governos brasileiro e paraguaio ao de firmar sua soberania sobre aquela região da Bacia do Paraná, do qual o fato de ser um rio contíguo. O segundo interesse é de ordem econômica, sendo que a médio e longo prazo era a necessidade real do Brasil aumentar sua capacidade de geração de energia elétrica, dado o crescente consumo e a curto e curtíssimo prazo saltam à vista os milionários contratos das empreiteiras que movimentariam toda uma cadeia produtiva a elas relacionadas para erguer a barragem, da qual o próprio governo já havia levantado, segundo a mesma reportagem, nada menos que Cr\$ 1,8 bilhão.

Como relembra o engenheiro Hugo José Ribas Branco⁵², da CBPO, ao chegar no canteiro de obras no dia 17 de outubro de 1975, era uma sexta-feira, “No local se encontravam cinco tratores D8-K⁵³, cada trator de propriedade dos cinco cotistas da UNICON (CBPO, Camargo Correa, Mendes Junior, CETENCO e Andrade Gutierrez). Presentes, o responsável por cada equipamento, encarregados de terraplanagem dos cotistas.” Em seu relato, Ribas (como era chamado no canteiro de obras por seus companheiros) comenta ainda que, por sua iniciativa e em comum acordo com o engenheiro José Roberto Monteiro, na época desempenhando a função de Superintendente da Itaipu Binacional e estava presente no local da obra, decidiram começar as obras um dia antes, ou seja, na segunda-feira, dia 21 de outubro. Seu testemunho – realizado em 2015, por ocasião dos 40 anos do início das obras do canal de desvio – é eivado com o mesmo tom heroico que permeou toda a narrativa pró-obra:

“Na manhã de segunda-feira, dia 20 de outubro de 1975, cheguei ao local onde os cinco tratores estavam estacionados em uma meia encosta junto a um britador ‘Marajoara’⁵⁴. Ali estavam os cinco encarregados dos cotistas, eu e meu encarregado Chiquinho e mais uns trinta ajudantes de serviços gerais. Rigorosamente às 07:00 horas da manhã solicitei que os operadores (encarregados, na verdade) acionassem os motores dos D8-K. Foi quando me ocorreu: as pessoas ali presentes teriam noção que estavam por iniciar a construção da maior hidrelétrica do mundo? Com certeza não. ‘Desliguem os motores.’ Subi em cima de um D8-K. (...) Com as palavras mais simples possíveis, expliquei que, por uma coincidência histórica, eles, presentes naquele local, iriam iniciar a construção da maior hidrelétrica do mundo. Acredito que todos entenderam a mensagem.” (BRANCO, 2015, p.69)

⁵² O senhor Hugo é engenheiro formado Instituto Militar de Engenharia – IME, e após servir como 1º Tenente, passou a integrar o quadro de engenheiros da empreiteira CBPO, integrante da UNICON, quando foi designado para participar das obras de Itaipu, em 1975. A entrevista completa onde ele relembra estes primeiros dias está na edição 65 da Revista Grandes Construções, no link.: < <https://grandesconstrucoes.com.br/Edicoes/Edicao?IDEdicao=65> >, acesso em 21/01/2024.

⁵³ Maquinário utilizado na construção e mineração. Trata-se de um trator tipo *Bulldozer*, de pá carregadeira sob esteira, próprio para serviços de terraplanagem e grandes movimentações de solo e rocha. O modelo citado D8-K é um trator da fabricante norte americana Caterpillar. (NdA)

⁵⁴ Maquinário de grande porte utilizado na construção e mineração. Trata-se de uma central de britagem móvel, normalmente instalado sobre uma carreta ou esteiras. (NdA)

É pertinente frisar que o relato do engenheiro Ribas também confirma o noticiamento d'*O Globo* em relação à presença de maquinaria pesada no local da obra do canal de desvio, mesmo sem haver contratos firmados. Outro trecho do relato também vai confirmar mais uma preocupação de suma importância para os integrantes do super consórcio, que era o prazo para entregar as obras até 1978, uma vez que, atrasadas, estavam previstas para começarem no trimestre julho-agosto-setembro daquele ano. Começar a obra um dia antes do previsto contratual, foi visto como positivo, tanto pelo engenheiro Ribas quanto pelos demais presentes no canteiro de obras que, havia tempos, estavam em campo só esperando o desenrolar da questão do consórcio vencedor.

O jornal *O Globo* irá noticiar na edição do dia 31 de outubro, ou seja, dez dias após a data contratual oficial para início dos trabalhos, que no local da hidrelétrica já começavam a se dirigir grande números de trabalhadores “boias-frias” em busca de trabalho nas obras, apesar de ainda estarem sendo executados estudos de sondagem do solo, perfurações para coleta de amostras e outros serviços, mas que já era possível ver “A faixa de desmatamento nas margens do rio, indicando o futuro formato de Itaipu” (p. 18), confirmando que os trabalhos iniciados por Ribas e os demais presentes no canteiro de Itaipu naquele dia 20 já surtira considerável efeito visual na paisagem. Sobre esta etapa, após seu discurso com os trabalhadores explicando a eles o significado da obra que estavam começando – segundo diz o próprio Ribas, proferido de cima de um dos tratores D8-K que lhe serviu como palanque –, o relato do engenheiro nos traz que:

Os tratores foram religados: subimos a meia encosta e acessamos a ‘avenida dos escritórios provisórios da Itaipu Binacional’. Imediatamente uma enorme procissão de ‘capacetes brancos’, funcionários da Itaipu Binacional, ali há vários meses e ávidos por iniciar a obra, se formou e seguiu os cinco tratores. Chegamos ao eixo do Canal de Desvio. Meu encarregado Chiquinho então orientou: ‘três tratores à direita e dois tratores à esquerda. Podem iniciar os trabalhos’. À tarde, quando chegou a Diretoria da UNICON, alguns hectares do canal de desvio estavam desmatados. Assim, um dia antes do previsto em contrato, no dia 20 de outubro de 1975, há 40 anos, foi iniciada a Construção da Hidrelétrica de Itaipu. (BRANCO, 2015, p.68)

A última reportagem relevante sobre Itaipu seria veiculada na edição de 04/12/1975, onde a capa, como fotografia de Stroessner e Geisel, ilustrava uma chamada para a assinatura do Tratado de Amizade e Cooperação com o Paraguai, celebrado naquele mesmo dia em Assunção. Este tratado foi tema de toda uma página no interior do jornal (p. 06), que dedicou uma atenção especial para a solenidade, inclusive com detalhes da agenda de Geisel em sua visita ao Paraguai. Em seu texto, o tratado estabelecia entre Brasil e Paraguai as possibilidades

de “incrementar suas relações políticas, econômicas, comerciais, financeiras, científicas, técnicas, culturais, turísticas e de toda ordem.”, e seu artigo XVIII previa que:

As altas partes contratantes, considerando as importantes finalidades do Tratado de Itaipu (“Tratado para o Aproveitamento Hidrelétrico dos Recursos Hídricos do Rio Paraná Pertencentes em Condomínio aos Dois Países, Desde e Inclusive o Salto Grande de Sete quedas ou Salto de Guairá até a Foz do Rio Iguazu”, de 26 de abril de 1973), ratificam os objetivos a propósitos enunciados no referido tratado e em seus anexos, nos protocolos adicionais, nas notas diplomáticas e nos demais instrumentos que dele decorrem. (BRASIL, 1975, p.8)

Entre os principais atos desta visita, destaca-se a ênfase d’*O Globo* na cobertura da devolução ao Paraguai de alguns objetos em posse do governo brasileiro desde a Guerra da Tríplice Aliança e o título da matéria era “Brasil poderá devolver troféus ao Paraguai”, encimando a fotografia dos dois presidentes diante de suas comitivas e um emblemático trecho da fala de Stroessner que dizia que “estes troféus representam uma época de discórdia que está superada. Agora vivemos o tempo de Itaipu, que representa amizade perene entre o Brasil e o Paraguai.”

A matéria também trazia o empréstimo da Eletrobrás para a Itaipu Binacional, no vultoso valor de 2 bilhões de dólares para a construção da UHE. De fato, dar importância e publicidade a este ato tinha uma relevância naquele momento inicial do Projeto Itaipu, pois esse tratado iria trazer muitas facilidades para a construção da barragem, além de representar uma grande garantia diplomática e de parceria política entre Brasil e Paraguai, que muito iria pesar diante da oposição e pretensão argentina diante de Itaipu, como veremos mais adiante. Parecia mesmo que *ninguém mais segura este país*, mas a realidade objetiva nem sempre se subordina ao otimismo inventado.

• 3.2.3 – 1976: Um fantasma ronda as obras do canal de desvio...

Iniciadas as obras, daí em diante, não apenas os tratores funcionariam quase que diuturnamente na construção de Itaipu, mas os agentes políticos também fariam sua parte juntamente com os meios de comunicação que lhe eram favoráveis, os quais, em conjunto, construiriam, simultaneamente ao canal de desvio, também a narrativa de irreversibilidade da obra. É por isso que nos primeiros dias de 1976, na edição do dia 04 de janeiro, *O Globo* trazia em sua página 18 a reportagem intitulada “Potência de Itaipu pode ser elevada” e abria o texto da notícia com a portentosa frase “O Conselho de Administração de Itaipu estuda a elevação da potência da gigantesca hidrelétrica de 12.500 milhões de quilowates/ano para 20 milhões de quilowates/ano...”. Para elevar a potência, seria necessário a aquisição de mais turbinas, além

das 18 já encomendadas e a matéria finalizava informando que ainda no correr do ano de 1976 a decisão seria tomada, pois “No momento a empresa centraliza seu esforço na construção do canal de desvio das águas do rio Paraná, obra que durará dois anos e é considerada o ponto vital da hidrelétrica” (p. 18).

Também em janeiro daquele ano, dia 15, nas páginas d’*O Globo*, a própria Itaipu Binacional lançaria uma série de editais de chamamento público para compra de materiais, insumos e maquinarias. Nestes editais, a empresa buscava fornecedores e 408.100m de cabos de condutores elétricos, 750t de chapas de aço de 5mm e 200t de 3mm, 2200 luminárias para iluminação pública e 2500 lâmpadas de vapor de mercúrio e, no dia seguinte (16/01), publicou edital⁵⁵ encomendando um guindaste hidráulico autopropulsor de capacidade de 13.500kg. Outros editais saíam nos próximos dias e só a título de registro, no dia 25 de janeiro, a Binacional abria o chamamento público para compra de armários embutidos e móveis de cozinha para as casas da Vila Residencial e nas edições do dia 04 e 06 de fevereiro – este sim um edital de peso – o anúncio da concorrência para seleção de guindastes do tipo torre para içamento e lançamento de concreto.

É neste embalo de publicizar as aquisições que as inserções menores serão realizadas ao longo do ano, e como não poderia deixar de ser, todas elas com o mesmo tom otimista de que tudo estava dando certo e o uso da definição adjetivante preferida: “a maior do mundo”. É assim que no dia 16 de fevereiro (p. 09) trazia a imagem de um enorme caminhão basculante com o título “Novos caminhões para Itaipu”, encimando uma matéria que trazia a informação sobre a aquisição pela UNICON de 45 unidades da empresa mineira Terex-GM, modelos 33-09 com capacidade para 62 toneladas para trabalhar nas obras do desvio do canal da “hidrelétrica de Itaipu, que será a maior do mundo, gerando 12,6 milhões de kw de eletricidade”. Outros caminhões similares da mesma empresa, de menor capacidade também foram comprados pela Unicon e também são citados na matéria, cumprindo assim as diretrizes contratuais da construção de Itaipu, que era manter o índice de nacionalização dos equipamentos em um patamar igual ou superior a 75% de tudo o que fosse adquirido.

A narrativa de irreversibilidade de Itaipu, a partir do desenvolvimento e avanço das obras do canal de desvio do rio irá ter impactos no ano de 1976. A Argentina, que embora a todo tempo se posicionou contrariamente à Itaipu, irá desempenhar um papel ainda mais proeminente em relação à hidrelétrica, pois neste ano a conjuntura política do país vizinho

⁵⁵ Identificamos que estes quatro editais eram para sair na edição do dia 15, mas *O Globo* publicou em duplicidade o edital para aquisição de cabos elétricos e, por conta do erro, no dia 16 saiu o edital encomendando o guindaste. O *Jornal do Brasil* lançou os quatro editais no dia 15/01, sem incorreções.

mudou bruscamente com a chegada ao poder do General Jorge Rafael Videla, que depôs a presidenta María Estela Martínez de Perón instaurando um período ditatorial no país platino.

A pesquisa de Lucas Amorim Castro (2021, p. 75-78) sugere que a postura levada adiante pela política externa brasileira do governo Ernesto Geisel, na pessoa do chanceler Azeredo da Silveira com a doutrina do “pragmatismo responsável” de buscar parcerias diversificadas com países do chamado “terceiro mundo”, o que incluía os vizinhos do cone sul-americano, irá desempenhar um papel relevante entre as duas ditaduras militares na questão das hidrelétricas. Ainda segundo o trabalho de Castro (2021, p. 80-83), de modo auxiliar à política externa do Ministro Azeredo da Silveira, se desenvolverá a chamada “diplomacia militar”, caracterizada pela aproximação institucional que as Forças Armadas Brasileiras farão junto com as Forças Armadas Argentinas principalmente a partir do ano de 1976.

Menos de 6 meses após o episódio logo mais acima narrado pelo engenheiro Hugo Ribas, o canteiro de obras receberia seu visitante mais “ilustre”. Ninguém menos que o próprio presidente Ernesto Geisel estaria pessoalmente no local da hidrelétrica em março de 1976, visita esta que rendeu uma primeira página n’*O Globo* do dia 21 de março, seguido pela matéria completa da visita na página 2 dessa mesma edição, com alguns detalhes da visita, como a ida e permanência durante cerca de quarenta minutos do presidente junto ao local das escavações do canal de desvio e, em seguida, a agenda que seguiu para as Cataratas do Iguaçu, conversa com o governador do Paraná e posterior retorno a Brasília.

Para efeitos comparativos de como as façanhas de Geisel eram valorizadas pelas páginas d’*O Globo*, compará-lo-emos com a rotina do então vice-presidente da República, general Adalberto Pereira dos Santos, que também visitaria as obras de Itaipu, dois meses depois de Geisel, e *O Globo* também registrou esta passagem, mas claro, com matérias de menor monta. No caso do general Adalberto, apenas uma pequena coluna na página 09 da edição de 15 de maio e uma outra matéria, de apenas dois parágrafos, na página 06 da edição do dia 20 desse mesmo mês, relatando brevemente a passagem menos pomposa, porém não menos importante do vice mandatário. Qual o impacto dessas visitas presidenciais junto aos trabalhadores das obras? Não podemos perder de vista que Geisel, antes de usar o terno, vestia uma farda e sua presença no local pode ser vista como um sinal do governo em relação aos trabalhos – e por que não aos trabalhadores – quanto ao cumprimento das metas e prazos.

Conforme fizemos anteriormente usando uma página par e uma página ímpar, usaremos de novo o diagrama de espaços de interesse da pesquisadora Susana Aguillar para identificar as posições de imagens nas páginas do jornal. Faremos a mesma tarefa agora com uma primeira

página (portanto, uma página ímpar). Como nos casos anteriores, na imagem a seguir (Figura 10) foi aplicado um filtro de transparência de 50% na reprodução da página do jornal, a folha dividida em quatro partes como um plano cartesiano, sendo que os eixos, horizontal e vertical, estão em linhas tracejadas na cor vermelha e os 7 espaços de interesses estão identificados por números emoldurados na mesma cor.

Neste caso, a imagem que ocupa os espaços 1 e 2 é a fotografia do momento do gol da vitória do Flamengo sobre o Olaria, no campeonato carioca daquele ano. Claro, o futebol brasileiro, dada sua importância e relevância cultural, sempre será motivo para ocupar os melhores espaços em um periódico, ainda mais se tratando de uma vitória do Flamengo, logo o botafoguense Geisel aparece em um plano inferior. A imagem foi obtida no acervo digital do Jornal *O Globo*, está em preto e branco e sua resolução de 1800 x 2730 pixels é baixa, mas, como na imagem anterior foi possível aplicar a sobreposição do diagrama dos 7 espaços de interesse, confirmando agora em uma primeira página a diagramação de Aguilar (2012) a partir da teoria de Lorenzo Vilches.

É também neste ano de 1976 que veremos grandes peças publicitárias de empresas que forneceram insumos, materiais e maquinarias para a obra de Itaipu pelas páginas do jornal, bem como matérias relacionadas a temas econômicos citando algumas dessas empresas. Como asseverou Campos (2012, p. 297), durante a ditadura militar, alguns veículos de comunicação aumentaram seu tamanho físico (parque gráfico, tiragem, alcance, entre outros) e com isso também ampliou seu poder de influência política a partir de um apoio ao regime, embora esse apoio esteja muito mais vinculado ao atendimento dos interesses econômicos do grupo que detém o jornal do que à simples bajulação ao regime.

Os empreiteiros, por sua vez, estavam reposicionados com uma considerável força política detentora de um poderoso acúmulo de capital, que vinha se avolumando desde o início do ciclo das grandes obras públicas iniciadas na década de 1950, e mais ainda após o golpe de 1964. Como dissemos acima ao expor o método de trabalho com nossa fonte primária (vide cap. 3.1) – embora este levantamento não faça parte do cerne de nossa pesquisa – todas as páginas d’*O Globo* tinham algum tipo de propaganda e em toda edição que tivemos acesso era comum uma dessas propagandas serem de empreiteiras ou de alguma empresa ligada direta ou indiretamente ao ramo da construção civil. Logo seria de se esperar que a união destes dois grandes setores empresariais, aumentaram e asseguraram o entrosamento entre eles, como aponta a pesquisa de Campos:

(...) a coesão entre eles se fortalecia, tanto no âmbito das relações entre si como na comunhão de ideias que os uniam. Assim, os jornais expressavam a visão comum que esses empreiteiros tinham sobre temas e aspectos da vida nacional. Os empreiteiros, já organizados em um partido próprio desde 1959, o Sinicon⁵⁶, agora tinham um canal de exposição de seus valores, concepções de mundo, projetos e demandas. (CAMPOS, 2012, p. 301)

As propagandas eram pensadas de forma a parecer que colocavam estas grandes empresas como participantes da construção do “Brasil Grande”. Não apenas pelo trocadilho de já serem empresas de construção, ou de participarem em ramos de atividades a elas ligadas, mas por meio dessa união entre governo e grupos empresariais, vemos aqui também o que Carlos Fico bem identificou como uma tática que “buscava atrair para a aliança de capitais nacionais, estatais e internacionais” o anseio pelo Brasil Grande (FICO, 1997, p. 86).

⁵⁶ Na pesquisa realizada por Pedro de Campos, o historiador relata que o Sindicato Nacional da Indústria da Construção de Estradas, Pontes, Portos, Aeroportos, Barragens e Pavimentação foi criado em 10 de março de 1959, com a presença de representantes de 41 empreiteiras de todo Brasil, no Rio de Janeiro, inicialmente como uma associação, pois a legislação trabalhista da época exigia como pré condição para se tornar um sindicato, fato que ocorreu em 15 de setembro de 1960, ainda no governo de Juscelino. A instituição teve este nome de 1960 até o ano de 1998, quando foi renomeada para Sindicato Nacional da Construção Pesada, mantendo, entretanto, a tradicional sigla “Sinicon”. Cf.: CAMPOS, 2012, p. 219-220.

Uma obra do porte de Itaipu tinha as condições de unir essa ideia síntese de “Brasil Grande”, pois reunia em torno de si uma grandiosa cadeia produtiva que movimentava capitais nos principais setores da economia brasileira, tendo a indústria pesada como base e expoente maior, tudo isso sob o guarda-chuva da ideologia da Doutrina de Segurança Nacional que via no desenvolvimento econômico o caminho para o progresso da Nação.

É assim, por exemplo, que uma sequência de propagandas de empresas anunciantes irá aparecer no mês de julho nas páginas d’*O Globo*. Todas com texto imbuído desse compromisso de construir o “Brasil Grande”, fazendo isso através da construção da maior hidrelétrica do mundo. Nossa análise nos leva a crer que essa avalanche de propagandas em julho ocorreu em razão das empresas que haviam vencido as concorrências públicas dos editais do começo do ano, dos quais expusemos alguns exemplos mais acima, estavam agora ou entregando seus produtos e insumos ou iniciando seus trabalhos junto à obra, daí a ocorrência de tais peças publicitárias em um período tão concentrado.

Esse parece ser o caso da empresa mineira montadora de guindastes Isomonte S.A Equipamentos Industriais, vencedora da concorrência pública do já citado edital publicado na edição do dia 06/02/1976. Essa empresa, em parceria consorciada com a multinacional Peiners Maschines (cuja origem remete à Alemanha Ocidental) ganhou uma matéria na edição de 04/07/1976, p.36, sessão de Economia, onde falava da consolidação de Minas Gerais como o estado líder no segmento de locação de equipamentos especiais e de grande porte, assim como a proveitosa parceria entre as empresas brasileira e alemã e, por fim, a inédita fabricação no Brasil do titânico guindaste TN-710, um dos maiores do mundo tanto em seu tamanho quanto em sua capacidade de içamento, modelo do qual nada menos que oito unidades foram vendidas para as obras de Itaipu. Uma semana depois desta matéria – que diga-se de passagem, foi tão bem escrita que aos olhos do mais descuidado leitor, vai parecer uma peça publicitária – a empresa Isomonte S.A na edição do dia 11/07/1976, p.32 da sessão de Economia, lança uma propaganda de meia página com garrafais letras no título: “Erguer Itaipu: uma tarefa do tamanho da marca Isomonte Peiner”. Na sequência um texto onde se lê:

Brasil e Paraguai aceitaram o desafio – construir no Rio Paraná, Itaipu: a maior usina hidrelétrica do mundo. Uma colossal tarefa para cuja realização serão necessários equipamentos proporcionais ao gigantismo da obra: os guindastes ISOMONTE + PEINER TN-710” (O GLOBO, 11/07/1976, p.32, sessão Economia)

O mais interessante é que nos parágrafos que se seguem desta propaganda é utilizado o mesmo texto da matéria veiculada no dia 04/07, apenas adaptados quanto ao tamanho, caractere

da letra e layout da peça publicitária. Como dissemos acima, o texto da reportagem d'*O Globo* foi tão bem escrito que utilizaram para a propaganda da própria empresa.

Outro exemplo de peças publicitárias associando a grandeza da marca ou serviço a ser realizado com a grandeza da barragem, e conseqüentemente ao próprio conceito de “Brasil Grande”, foi a propaganda da indústria de pneus *Firestone* na edição de 7/07/1976 com o anúncio da marca atingindo a produção de 50 milhões de unidades produzidas no Brasil, sendo que o pneu de número 50.000.000 era justamente um modelo destinado a caminhões superpesados e, outra “coincidência”, seria esta unidade destinada para Itaipu. Esta peça publicitária ocupa 2/3 da página 7 e é ricamente ilustrada com o desenho da futura hidrelétrica de Itaipu e, ao fundo, o pneu como se estivesse “chegando” até a barragem. Nesta mesma propaganda, um longo texto em coluna descreve também, além da façanha produtiva de cinquenta unidades de milhão, que a empresa iria montar no canteiro de obras de Itaipu um ponto especial de atendimento dotado de escritório, pessoal habilitado e maquinaria própria para dar manutenção neste tipo de pneu, iniciativa chamada de “Operação Firestone” para funcionar durante toda construção do “maior empreendimento hidrelétrico do mundo”. O texto ainda fazia alusão ao compromisso da marca em sua “participação ativa e permanente no desenvolvimento deste país”.

Por óbvio, uma reportagem de meia página falando de uma meta de produção atingida poderia não ser o ideal para se publicar em um jornal, mas quando se combina isso com uma propaganda que ocupa mais da metade da página, parece que o problema se resolve. Essa foi a estratégia adotada pela empresa, que a um só tempo que fez propaganda de sua marca, contribuiu para a visão otimista que o governo se empenhava em construir, que era o país se desenvolvendo e registrou sua participação no projeto de Itaipu, que embora ainda estava sendo escavado o canal de desvio, já começava a ganhar o imaginário popular por meio dos desenhos que vinham retratados no jornal.

Essa mesma estratégia de representar Itaipu já construída por meio dos desenhos foi usada pelo consórcio FAÇO-MONTREAL – formado pelas empresas Fábrica de Aço Paulista S.A e a Montreal Engenharia S.A. Trata-se de outra peça publicitária de meia página, do dia 09/07/1976, também na página 7, cujo texto publicitário em nada menos que três colunas relatava as façanhas da empresa e a exaltação numérica das grandezas de Itaipu, a começar pelo título garrafal onde se lê: “PEDRA BRITADA A MIL TONELADAS/HORA. FAÇO e MONTREAL ganham concorrência para o fornecimento de uma Central de Britagem para Itaipu”. Segue ao título um desenho da hidrelétrica em perspectiva que identificamos, por meio

desta pesquisa, se tratar da reprodução de uma representação artística da barragem que ilustrava a página 10 do Relatório Anual do ano de 1975 da Itaipu Binacional.

O texto dessa propaganda traz dados grandiosos, igualmente como as outras três aqui analisadas, e novamente se coaduna com a visão de um país em franco progresso por meio do desenvolvimento econômico, tendo a indústria brasileira como protagonista deste processo, alavancado pela técnica e heroísmo do empresariado nacional. Essa peça publicitária inicia o texto apresentando ao leitor um problema:

“Você já imaginou o que será preciso de pedra britada para se construir uma usina hidrelétrica que terá potência de 12,6 milhões de Kw (...) ? Só para você ter uma ideia: as barragens, os canais, os diques, os vertedouros, as tomadas de água e as casas de força de Itaipu vão solicitar quase 10 milhões de m³ de concreto armado (...) Tudo isso para alimentar o gigante de Itaipu.” (O GLOBO, 11/07/1976 p.07)

E finalizavam manifestando o orgulho por terem vencido a concorrência pública e agora estarem participando “desta nova grande etapa do desenvolvimento da energia elétrica brasileira” (idem). A outra empresa vencedora para fornecimento da segunda central de britagem foi a Barber Greene, mas no período pesquisado, não encontramos matéria publicitária da empresa sobre sua participação no Projeto Itaipu, o que só ocorrerá no ano seguinte, conforme veremos um pouco mais a frente.

Como é de se esperar deste tipo de encomenda, a entrega dos equipamentos no canteiro de obras bem como o tempo necessário para monta-los e coloca-los em funcionamento demandava tempo. Enquanto estas centrais de britagem não eram montadas, o Relatório Bimestral de março/abril de 1976 da Itaipu Binacional⁵⁷ atestava que à espera destas centrais “como medida de segurança, estudava-se a possibilidade de se aproveitar a capacidade da Central de Britagem da UNICON, de menor porte, para produzir e estocar a brita e areia artificial necessárias ao consumo dos 3 primeiros meses de concretagem.” (ITAUPU, 1976)

Do ponto de vista analítico, este texto, e os anteriores, se mostram em concordância com o Plano de Comunicação da Assessoria de Relações Públicas da Presidência, a ARP, que naquele ano estava sob o comando do coronel José Maria Toledo de Camargo. Na pesquisa de Carlos Fico, é citado que, naquele ano, o ARP pretendia aliviar as frustrações da sociedade e para isso: “As campanhas deveriam incutir na população um sentimento de esperança e otimismo nos destinos do país (...). o objetivo da propaganda era “fazer com que a população não perca a esperança no país.” (FICO, 1998, p. 138).

⁵⁷ Relatório Bimestral das Atividades em Itaipu março/abril de 1976, considerado (à época) como de natureza “Confidencial”, obtidos junto ao acervo digital do Arquivo Nacional.

Fato confirmado por uma entrevista n’*O Globo*, na edição de 01/10/1976, à p.05, em que o coronel Toledo de Camargo explica que naquele ano havia três aspectos fundamentais a serem observados pelo órgão por ele chefiado que eram: *a)* o reforço dos laços de coesão da nacionalidade; *b)* a informação em si, no sentido de levar aos brasileiros as realizações do governo; e *c)* aumentar o tom de esperança no futuro do País. Quando levantamos a hipótese de que a narrativa heroica de Itaipu conseguia agregar estes elementos em torno de si, é porque fica evidente que as propagandas particulares das empresas entrariam neste mesmo tom pretendido pelo governo, sem que, apesar disso, essa postura fosse uma imposição do governo sobre estas companhias, ao contrário, eram as próprias empresas que tomavam para si uma parte desta narrativa de engajamento ao esforço nacional em curso.

O fato de estar em jogo, literalmente, uma construção de proporções nunca antes realizada no Brasil gera uma gama de temas a serem explorados para a propaganda favorável ao empreendimento, pois se tomarmos o vocábulo “construção” e os termos dele derivados, temos um conceito polissêmico dentro de uma rede de conceitos, conforme nos alertou anteriormente Antoine Prost (2008, p. 128), isto é, que se aplica tanto no sentido mais literal quanto no sentido mais subjetivo. Se não, vejamos, uma coisa é construir uma hidrelétrica, onde se sabe exatamente como é, onde será e como será feita, outra coisa é construir um “País”, uma entidade subjetiva, retomando aqui a problemática filosófica de Heidegger. A ideia de construção, portanto, literalmente se ligava a construção física, como base para a construção idealizada do País. Isso foi percebido por Carlos Fico em sua pesquisa quando este historiador identifica que, nas principais campanhas da Aerp/ARP, comumente irá aparecer de modo bem pujante as noções de “construção” e “transformação do Brasil”, pois segundo este autor:

Assim foi com Em tempos de Construir (1971), Você constrói o Brasil (1972), País que se transforma e se constrói (1973), Este é um País que vai pra frente (1976), O Brasil é feito por nós (1977) e O Brasil que os Brasileiros estão Construindo (1978). As ideias de “construção” e “transformação”, nesse contexto, estavam associadas à de ruína: segundo os militares, ante a situação de completa decadência moral e material que o país experimentara, caberia precisamente a eles inaugurar um novo tempo, reconstruindo em bases transformadas o Brasil. (FICO, 1998, p.121)

Mas é ainda em 1976 que alguns entraves vão aparecer no decurso da construção e um fantasma passará a rondar a obra: o fantasma do atraso do cronograma. Ainda que o sucesso musical de Erasmo e Roberto Carlos, muito tocado no ano de 1975, cantasse que “*Toda pedra do caminho você pode retirar*”⁵⁸, as pedras no caminho do Rio Paraná iriam requerer um maquinário específico por serem demasiadamente pesadas e numerosas. Não para menos,

⁵⁸ CARLOS, Erasmo; CARLOS, Roberto. É preciso Saber Viver. Columbia, 1974, 3:26

afinal, os derrames basálticos que moldaram a bacia do cenário da história desde o final do cretáceo e os posteriores eventos de sedimentação iriam conferir para os envolvidos no Projeto Itaipu um elemento de duplo efeito: por um lado o risco de atraso no cronograma, mas por outro lado, um ingrediente a mais para subir o tom da narrativa heroica já em curso.

É importante recordar que os acordos originais e as entrevistas das altas autoridades⁵⁹ sempre falavam em elevados índices de nacionalização dos equipamentos e insumos na construção desta UHE, embora muitas vezes não havia uma referência explícita sobre o quanto seria este índice e o jogo de palavras sempre utilizava expressões como “aproximadamente”, ou “em torno de” ou ainda “cerca de”. Só em setembro de 1976 é que o general Costa Cavalcanti vai falar o número de 85% de nacionalização até o final da obra, previsto para a década de 1980.

Fato é que uma porcentagem dos itens utilizados iria precisar recorrer às importações, tanto nos futuros equipamentos permanentes de Itaipu, que é o que Costa Cavalcanti mais deixou a entender nessa entrevista⁶⁰, quanto naqueles que estavam sendo usados nas escavações do canal de desvio e demais frentes de trabalho já instaladas.

No já citado Relatório Bimestral de março/abril de 1976 da Itaipu Binacional, o autor – identificado apenas como Assessoria de Segurança da Itaipu Binacional – cita que os consórcios UNICON/CONEMPA conseguiram mobilizar pessoal para aquele estágio dos trabalhos, formando uma “equipe suficiente e razoavelmente qualificada”.

Também foi obtido o deslocamento em tempo de equipamento de construção, conforme estabelecido nos contratos, obtidos no parque das próprias firmas integrantes do Consórcio. Contudo, o calcanhar de Aquiles foi com os equipamentos importados de escavação que não chegaram na data prevista, e isso acarretaria a revisão dos cronogramas, bem como a reavaliação das metas de volumes escavados, pois:

Esse equipamento para escavação do canal de desvio, que constitui parcela ponderável do equipamento a ser suprido pelo consórcio, deveria entrar em serviço nos meses de março, abril, maio e junho, mas devido em grande parte às alterações ocorridas em dezembro na legislação brasileira de importações, só poderá ser posto em serviço a partir de junho/julho de 76, o que acarretará atraso no programa de escavação do canal. (ITAIPU, 1976)

⁵⁹ Na edição *d'O Globo* de 20/09/1975, p. 19, o então presidente do BNDE, eng. Marcos Pereira Viana juntamente com o presidente de Furnas Centrais Elétricas, eng. Luís Cláudio de Almeida Magalhães, declararam o acerto do governo em apoiar a empréstimos obtidos para a compra de bens de capital produzidos no Brasil, modelo a ser seguido em Itaipu, que é citada na mesma reportagem. Em outra edição, 16/11/1975, p. 47 o presidente da ELETROBRAS, eng. Mário Behring fala “as turbinas e todo equipamento de Itaipu terão altos índices de nacionalização”. Ambas entrevistas, entretanto, sem citar de forma precisa a quantidade exata destes “índices de nacionalização” naquele momento.

⁶⁰ O GLOBO, 01.09.1976, p. 19

O governo estava enfrentando uma situação de inflação, tentando realizar um equilíbrio comercial entre importações e exportações. Uma série de medidas dos ministros das áreas econômicas, principalmente o da Fazenda, Mario Henrique Simonsen e do Planejamento, João Paulo dos Reis Velloso, anunciariam cortes em investimentos públicos, o que incluía várias obras em andamento país afora. Uma vez que a pasta do Ministério de Minas e Energia, do ministro Shigeaki Ueki, também estaria sujeita a cortes, houve a preocupação que Itaipu seria impactada com a contenção de gastos, como veremos mais à frente.

Ainda em março, o governo vai adotar uma importante medida para espantar o fantasma do atraso nas obras, pelo menos em sua manifestação no caso das máquinas e outros bens de capital a serem importados para a construção de Itaipu. A resposta veio por meio do Decreto Lei 1.450 de 24 de março, que concedeu a “isenção dos impostos de importação e sobre produtos industrializados incidentes nos bens destinados à construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu e dá outras providências.” (BRASIL, 1976).

No dia seguinte, isto é, na edição de 25/03/76, p. 20 da sessão de Economia, trazia *O Globo* não apenas uma matéria sobre o decreto com a chamada “Construtor de Itaipu pode importar com isenção de IPI”, mas também a publicação na íntegra do referido documento. Este dispositivo resolveria parte do problema, uma vez que iria desembaraçar a importação de produtos industrializados, que conforme constava no corpo do decreto logo em seu art. 1º, entrava neste regramento os produtos dos quais não havia similar nacional e fosse importado de modo exclusivo pelos contratantes da Itaipu Binacional, desde que comprovada e exclusivamente destinados à execução do projeto de aproveitamento hidrelétrico dos recursos hídricos do Rio Paraná, a cargo daquela entidade.

O art. 3º estendia a isenção aos produtos industrializados nacionais, desde que tivessem a mesma destinação. Em razão disso, o Relatório Bimestral encerrava esta parte de seu texto dizendo que:

A programação da escavação, com base na utilização desse equipamento importado, previa para os meses de março, abril, maio e junho uma crescente produção, no entanto, tendo falhado a data de chegada do equipamento, as produções reais se manterão, ao longo desses meses, no nível permitido pelo equipamento existente. (ITAIPU, 1976)

Naquele primeiro semestre de 1976, Itaipu contava com duas grandes frentes de escavações sendo a principal e maior delas, em volume e extensão, a do canal de desvio na margem brasileira e a segunda as escavações do vertedouro, na margem paraguaia. Além destas, outras escavações de menor porte, se comparadas às duas primeiras, estavam sendo realizadas

principalmente nas bases para fundação da barragem de enrocamento, na margem esquerda (Brasil) e para as barragens de terra nas margens esquerda e direita.

A principal máquina em atraso apontada no Relatório Bimestral era um modelo de mega escavadeira por nome de Bucyrus 195-B, de fabricação inglesa, prevista para julho, mas só começou a operar na obra a partir da segunda quinzena do mês de agosto. Outras três similares a esta seriam entregues até o final do ano, além de 40 caminhões extrapesados WABCO de 70 toneladas, também previstos para chegarem em lotes até o fim daquele ano. Em julho, ao fechar o primeiro semestre, encontravam-se no canteiro os seguintes equipamentos importados da UNICON/CONEMPA: 45 caminhões TEREX de 54 ton.; 7 carregadeiras Caterpillar 988; 8 carregadeiras Caterpillar 992; 38 tratores Caterpillar D-8k; 1 escavadeira RH 75 de 10 jardas cúbicas. (ITAIPU, 1976).

Portanto, a necessidade de caminhões extrapesados bem como super escavadeiras era gritante, principalmente ao iniciar, em fevereiro daquele ano, as escavações em rocha no trecho do canal de desvio, atividade esta que requer outro tipo de equipamento do que as escavações em solo comum. E as rochas duras das camadas superiores do planalto basáltico da Bacia do Paraná apresentavam ao mesmo tempo o revés da dificuldade de escavá-las, mas também o trunfo da possibilidade de aproveitá-las. Por certo, as empreiteiras envolvidas não estavam alheias a isso.

Ainda em 1975, em entrevista ao *O Globo*, publicada na edição de 30 de junho, p. 8 (isto é, durante a celeuma da unificação dos contratos da empreiteiras), o Dr. Antônio Augusto Dos Santos Nogueira, professor de hidrologia da USP, alertava sobre a presença do basalto no leito do Rio Paraná, que inclusive gerou problemas no vertedouro de Ilha Solteira. Antônio Nogueira alertava que poderia ocorrer em Itaipu o mesmo problema observado na usina, a qual, “depois de pronta necessitou de reparos estruturais devido a erosão no leito do Rio Paraná, formado de rochas basálticas, [o que] poderá acontecer em Itaipu se não forem aproveitadas as experiencias anteriores.” Mais adiante complementa que “A ausência de geólogos brasileiros no projeto preliminar da obra e sua presença pouco significativa na atual fase preocupam os especialistas no assunto”.

Ao analisarmos a formação geomorfológica do cenário da história, citamos os pioneiros trabalhos do geólogo Fernando F. M. de Almeida que já alertava sobre esse fato e apontava o desconhecimento das características da Bacia Paranaica pela comunidade científica internacional, onde o pesquisador alertava que “nos meios geomorfológicos, o planalto basáltico do Paraná só incidentalmente vem sendo referido, quando não totalmente ignorado,

como em moderna obra sobre a morfologia das regiões vulcânicas” (ALMEIDA, 1957, p.04).

E um pouco mais adiante:

É forçoso convir ser a ignorância relativa ao planalto basáltico do Paraná devida em grande parte à falta de divulgação, nos meios geográficos internacionais, do que já conhecem os geógrafos sul-americanos dessa região. A literatura sobre o assunto é devida sobretudo a geólogos, que nem sempre tiveram sua atenção voltada para descrições e interpretações do relevo. (...) No Brasil há já diversos trabalhos em que áreas limitadas do planalto são descritas à luz da geomorfologia, interessando sobretudo setores mais povoados e acessíveis dessa vasta região. (ALMEIDA, 1957, p. 05)

O problema observado em Ilha Solteira, e também no basalto das obras da UHE de Água Vermelha, foi analisado a partir de modelos matemáticos e tridimensionais no laboratório de hidrologia da USP, sob a supervisão do prof. Antônio Nogueira. Nesta mesma entrevista “à luz dos conhecimentos mais elevados da mecânica de rochas que hoje existe sobre o assunto”, o especialista alertava sobre os efeitos que uma erosão poderia causar na estabilidade dos taludes da barragem, o que conseqüentemente comprometeria a própria barragem. Finaliza a entrevista destacando “o preparo dos geólogos brasileiros”, os quais estariam “em contato como que há de mais moderno sobre o assunto”.

O basalto existente na Bacia do Paraná tem alto valor para a construção civil, e já no relatório de estudos preliminares⁶¹ era apontado a possibilidade de seu aproveitamento nas obras da própria barragem. Logo, sua exploração interessava às empreiteiras que trabalhavam junto ao canal de desvio e nas demais frentes de escavação e no que dependesse d’*O Globo* o medo do atraso era uma assombração que nunca ultrapassou os limites do canteiro de obras ou os círculos mais fechados das diretorias do UNICON/CONEMPA e da própria Itaipu, pois a chegada da mastodôntica escavadeira Bucyrus 195-B e sua operação nas últimas semanas do mês de agosto fizeram com que o jornal publicasse já em setembro uma série de reportagens negando as possibilidades de atraso nas obras da hidrelétrica.

O próprio Relatório Anual de atividades de 1976 cita as dificuldades encontradas nas escavações, sobretudo a partir de fevereiro daquele ano, quando as escavações em solo chegaram na camada basáltica e, aí sim, iniciaram as escavações em rocha, porém ainda sem o equipamento adequado necessário. O documento cita que somente a partir de julho que os prazos contratuais começaram a serem recuperados, graças à chegada destas 4 escavadeiras e sua conseqüente operação plena a partir de agosto (ITAIPU, 1976, p. 11-12).

⁶¹ Relatório-Resumo do Projeto Itaipu realizado pela Comissão Mista Técnica Brasileiro-Paraguaiá, Eletrobrás/Ande, IECCO/ELC, 1974.

Naquele início de setembro, as atenções voltaram-se para a visita de Alfredo Stroessner no canteiro de obras, ocorrida em 04 de setembro. Na matéria do dia 05/09/1976, p.05 a sessão O País, é relatada essa visita, que se estendeu para outros compromissos realizados em Foz do Iguaçu. Essa visita teve um papel especial em reafirmar a autoridade do mandatário paraguaio de modo assertivo junto à obra, pois conforme divulgou *O Globo* na edição do dia 09/09/1976, p. 31 da sessão Economia, naquela semana o jornal paraguaio de oposição *ABC Color* noticiava que Itaipu favorecia mais o Brasil do que o Paraguai. Nesta mesma reportagem, era citado que funcionários do governo refutaram as acusações do periódico paraguaio e que, apesar de sua insistência em opor-se à obra, os argumentos do *ABC Color* “não terão o menor efeito sobre a marcha regular desse programa energético conjunto”. Finalizando a matéria, *O Globo* tenta descreditar o jornal paraguaio dizendo que a polêmica levantada contra Itaipu no Paraguai era intensa, mas “a campanha do ‘ABC’ se diluiu quase por completo por falta de argumentos”.

É pertinente nos determos momentaneamente neste periódico paraguaio que *O Globo* classificou como sendo de “oposição”. É importante salientarmos que a relação de Stroessner com a imprensa sempre foi pautada pelo autoritarismo, falta de liberdade de expressão e censura, pois desde 1940, ainda sob a presidência do general José Felix Estigarribia, existia o Decreto Lei nº 1776 que regulamentava a publicação de opiniões e expressão de pensamentos por meio da imprensa, cujos artigos tinham nítidos traços de totalitarismo (FARINA, 2003 p. 297). Ao assumir o poder em 1954, existiam três grandes jornais no Paraguai: o *La Tribuna*, o *El Pais* e o *La Unyon*. Somente mais tarde, no ano de 1967, é que apareceria o *ABC Color*, sob o comando de Aldo Zuccolillo, que inovou a forma de fazer imprensa no Paraguai através deste periódico. A impressão em *off-set* e o uso de cores davam um aspecto moderno ao jornal, além de contar com uma estrutura tecnológica ainda não praticada pelos seus concorrentes mais antigos (FARINA, 2003 p. 303). Foi a partir das críticas ao Tratado de Itaipu, em 1973, que as tensões entre Stroessner e o *ABC Color* ficaram evidentes, pois a posição do jornal era que o tratado prejudicava o Paraguai, sendo-lhe desfavorável em muitos aspectos, daí suas constantes críticas a Itaipu e incentivo a revisões dos termos do tratado, como veremos adiante.

No Brasil, por sua vez, *O Globo* era totalmente favorável à obra e esse enquadramento do *ABC Color* como jornal de oposição ao governo só por conta de sua postura crítica em relação ao tratado de Itaipu mostra como o periódico brasileiro estava comprometido com a efetivação da construção da barragem. O *Historical Dictionary of Paraguay* enquadra o *ABC Color* em uma postura nacionalista, pelo fato deste se posicionar contra temas que, no entendimento de seus editores, atentavam contra a soberania Paraguai, como foi o caso do Tratado de Itaipu, os

acordos de imigração de brasileiros ao Paraguai, os escândalos de corrupção na petrolífera estatal REPSA, entre outros.

Aqui é importante rememorar as análises de José D’Assunção Barros⁶² sobre jornais como fontes de pesquisa histórica e sua inserção em uma *rede de concorrências* (cf.: 1.3 – A Fonte da História). Veremos neste caso a aplicação de um aspecto deste conceito de *rede de concorrências*, a qual não se dá apenas por uma disputa meramente econômica – isto é, sobre qual jornal vende mais, qual expande os negócios, qual irá lucrar mais, qual tem mais anunciantes – mas também uma disputa política entre estes meios de comunicação. Este esquema de disputa política o autor elege como “um aspecto fundamental a ser considerado pelos historiadores” (2022, p. 600), pois é uma forma de situar os jornais como agentes partícipes do cenário político, posicionando-se além de seus interesses econômicos, mas também a partir de seus alinhamentos ou preferências políticas. Essa *rede de concorrência*, conforme pontuou Barros (2022, p. 601) ao analisar os jornais brasileiros oitocentistas, era composta por jornais que “buscavam interferir na sociedade através de projetos políticos explícitos e declarados (...)”. Esse modelo proposto perfeitamente se enquadra em nossa análise, ainda que *O Globo* e o paraguaio opositor *ABC Color* não sejam concorrentes diretos no campo econômico, dada a distância de atuação geográfica de um e de outro, tinham em comum a mesma posição anticomunista, mas a posição deles em relação a um tema transnacional como Itaipu os colocava como concorrentes ideológicos, dada a natureza de seus alinhamentos políticos opostos em torno deste tema. Dessa forma, vemos que esta matéria d’*O Globo*, refutando em solo brasileiro as reportagens do paraguaio *ABC Color*, é uma clara atuação política do jornal dentro da disputa político-ideológica das *redes de concorrência*.

Voltemos ao *O Globo* e suas publicações. Ainda em setembro, destacamos como relevantes as matérias publicadas dia 28 (p. 31) e 29 (p. 22), com a citação do próprio presidente da binacional, general Costa Cavalcanti, negando a possibilidade de atrasos. Mas a principal matéria desse período em que as especulações do atraso aparecem viria em outubro quando duas matérias da sessão de economia⁶³ deixaram a olhos vistos que a possibilidade de atrasos estava cada vez menor.

A primeira delas trazia o título “Itaipu: obras só serão adiadas em último caso”, relatando encontro do Ministro das Minas e Energia, Shigeaki Ueki, com o diretor geral da Itaipu, general

⁶² BARROS, José D’Assunção. Considerações sobre a análise de jornais como fontes históricas, na sua perspectiva sincrônica e diacrônica, Unisinos, 2022

⁶³ O GLOBO, edição 19/10/1976, p. 30

Costa Cavalcanti, os quais relataram a “confiança na disposição governamental de manter o ritmo das obras.” Mas a matéria trazia ainda elementos importantes que desde a primeira hora eram conhecidos por todos os envolvidos (ao menos supomos que eram conhecidos). O primeiro deles, conforme a reportagem, era o fato de tratar-se de uma obra que envolvia negociações internacionais e a sociedade com o Paraguai, portanto, a decisão em atrasar a implantação desta UHE não dependia apenas o Brasil e, conforme as palavras do ministro Ueki, “só deverá ser tomada em último caso”. O segundo deles era o fato do projeto, já orçado em 5,8 bilhões de dólares, ter mais de 80% dos recursos assegurados de fontes extraorçamentárias, estando fora dos cortes anunciados pelos ministros Reis Velloso e Mário Simonsen. A matéria (p. 31). finaliza dizendo que: “Brasília, assim, tenderia numa programação de cortes em projetos governamentais a não considerar Itaipu num primeiro momento, o que, no caso de uma reversão de conjuntura para melhor, poderia mesmo salvar o empreendimento de qualquer revisão”.

A segunda reportagem, logo abaixo da primeira, trazia o título “Concessionárias têm direito à mineração”, a qual anunciava o projeto de lei enviado por Geisel ao Congresso Nacional concedendo o direito de exploração das jazidas minerais no local das obras e áreas especificadas, alterando todo regramento de mineração vigente no país, pois segundo o ministro das Minas e Energia, era necessário “a fim de que sejam evitadas consequências prejudiciais à execução das obras civis, entre as quais, o canal de desvio, cujas obras já foram iniciadas e são consideradas das mais importantes.” (p. 22). Para o ministro, as substâncias minerais a serem exploradas, principalmente areia quartzosa e rochas basálticas, existiam em quantidade e qualidades que conferiam “singular importância na composição do custo financeiro do aproveitamento hidrelétrico”. Dessa forma, além de estarem à frente das obras civis, as empreiteiras reunidas no UNICON/CONEMPA agora também tinham direito a desenvolver atividades de mineração.

Com aprovação da Lei 6377/76, já em 30 de novembro, ou seja, menos de um mês desde o envio da minuta do presidente Geisel ao Congresso, as empresas contratadas pela Itaipu Binacional ganhavam o direito à exploração de substâncias minerais de emprego imediato na construção civil. Podemos supor que isso, naturalmente representa uso de mais maquinarias, mais operários nas obras, maior volume de trabalho e conseqüentemente, maior volume de capitais circulando.

Se o fantasma do atraso nas obras foi invocado a partir de uma pressão por parte dos empreiteiros reunidos no UNICON/CONEMPA para obter isenções fiscais, cuja demonstração maior pode ser o Decreto Lei nº 1.450/76 bem como o direito de explorar as jazidas minerais

nas barrancas do rio e áreas adjacentes, por meio da Lei nº 6377/76, é uma hipótese cujas respostas fogem ao escopo deste trabalho. Mas outros pesquisadores no futuro poderão dá-las, uma vez que as fontes de pesquisa histórica seriam outras que não as que estamos nos debruçando, isto é, suas atenções se voltarão muito mais aos balancetes econômicos e financeiros presentes nos Relatórios Anuais da Binacional do período, os contratos, as publicações fiscais e os demonstrativos contábeis das próprias empreiteiras, entre outros documentos desta natureza que não a um jornal alinhado ao governo.

Este, por sua vez, no ano seguinte, vai ter uma postura editorial ao tratar do tema Itaipu, já muito mais consolidada, como fato dado. Se 1976 foi um ano de algumas incertezas quanto ao cumprimento de prazos e certas indeterminações sobre cortes e desaceleração nas obras, em 1977 o jornal se ocupará a minimizar as opiniões argentinas, que quando não eram contrárias, ao menos se mostravam por demais críticas à construção de Itaipu. Além disso, reforçará o discurso da irreversibilidade da obra, dentro do tom heroico que a narrativa trazia, que além de detentora de muitos recordes, ainda tinha o verniz mítico da superação da natureza pelo homem, no esforço de se construir a maior hidrelétrica do mundo, indispensável para o progresso da nação.

- 3.2.4 – 1977: Entre a ciclagem da energia e a sinergia diplomática.

Itaipu não está em discussão, está em obras!

Talvez nenhuma outra frase pode melhor resumir o primeiro semestre de 1977 como esta que foi dita pelo ministro das Minas e Energia, Shigeaki Ueki, na edição d'*O Globo* de 13 de abril, na página 22 da sessão de economia. Dois grandes temas vão se inserir nas reportagens relacionadas a Itaipu neste ano que, cada um a seu modo, integrarão a narrativa em curso. Uma será sobre a compatibilização projetual e a possível redução da cota da altura da barragem, pleiteada pela Argentina para viabilizar a construção da Usina de Corpus, cujo projeto locava o empreendimento cerca de 200 km à jusante de Itaipu. A outra será a questão da ciclagem da energia gerada por Itaipu, pois o Brasil usa o padrão 60Hz e o Paraguai, 50Hz.

Já no dia 02 de janeiro de 1977, Geisel citava Itaipu em sua mensagem dirigida ao povo paraguaio, a qual o jornal *O Globo* fez questão de reproduzir. Qual a intenção de reproduzir essa tal mensagem? A usina já estava claramente inserida como um símbolo geopolítico regional ao ter sua representação associada ao progresso da região e a cooperação entre os dois países. Explorar essa visão seria um reforço a mais no arsenal informacional, tanto do jornal como do próprio governo, como veremos adiante.

Em sua mensagem, Geisel expõe o trunfo Itaipu:

“(…) não é possível deixar de mencionar o progresso realizado durante o ano nesse grande monumento à Cooperação Internacional que é Itaipu. Obra não somente símbolo que é entendimento que governa as nossas relações bilaterais, mas exemplo de cooperação entre nações irmãs do Continente e entre países em desenvolvimento” (O GLOBO, 02/01/1977, p. 02)

Na mensagem aparecem com ênfase os termos nação e progresso já explorados em nossa investigação. É oportuno visualizar o alcance que a obra tinha na visão do governo, um símbolo a um só tempo técnico para suprir a demanda energética, mas também político. Essa mesma visão de encarar a UHE para além do seu objetivo material original é sentida do lado paraguaio, pois, dez dias depois, na edição de 12 de janeiro, p. 21 da sessão Economia, *O Globo* traz a fala do Ministro da Defesa do Paraguai, General Marcial Samaniego, em visita à capital sul-mato-grossense de Campo Grande, quando declarou que “Itaipu é o símbolo de unidade na ação material, espiritual e moral entre os dois países”. As matérias sobre Itaipu deste ano terão mesmo um verniz político bem acentuado e algumas divergências tão profundas quanto o canal de desvio irão aparecer.

A natureza intocada das fronteiras abandonadas do oeste paranaense e sua idílica visão de matas densas e um rio indomável iria aos poucos ser modificada drasticamente, pois Itaipu anunciou o financiamento junto ao “Centro de Pesquisa Florestal da Universidade Federal do Paraná para iniciarem inventário florestal da região de influência da Hidrelétrica de Itaipu. O levantamento custará dois milhões e duzentos mil cruzeiros e será pago pela Itaipu Binacional” (p. 06, sessão O País). O canal de desvio, por sua vez, manteve seu cronograma de entrega para 1978 e para sepultar de vez o fantasma que rondou as obras no ano anterior, cerca de 1080 toneladas de pedra basalto britada seriam jogadas por hora em cima dele, segundo uma notícia deveras otimista publicada na edição de 26 de janeiro, anunciando a chegada da segunda central de britagem, proveniente da empresa Barber-Greene.

Esta era a capacidade de produção deste mega equipamento que, após montado, teria a função de fornecer pedra britada, areia e outros agregados para as três centrais de concretagem que iriam produzir os “10 milhões de m³ de concreto para os canais, os diques, os vertedouros, as casas de força e a barragem da hidrelétrica – a maior do mundo (...)” (O GLOBO, 26/01/76, p. 22), dizia a reportagem, belamente emoldurada por uma borda que destacava o conteúdo. E assim como aconteceu seis meses antes com a reportagem dos guindastes na Isamonte S.A, no dia seguinte, edição de 27/01/77, p.07, sessão O País, o jornal trazia uma propaganda ocupando quase toda a página, com letras garrafais onde se lê “RUMO A ITAIPU – A Barber-Greene está

entregando o maior conjunto de britagem de agregados do Brasil” e o texto da propaganda é o mesmo da reportagem do dia anterior.

O desenho que ilustra essa propaganda é um caso especial. Está representado quase uma dezena de carretas levando partes da central de britagem em suas carrocerias, imitando, ou no mínimo evocando a lembrança, das antigas tropas de cavalos e carruagens marchando rumo ao oeste do Paraná. Como se estivesse levando, literalmente, o desenvolvimento para aquela região, por meio do uso da alta tecnologia, mas desta vez, com os caminhões e muito mais cavalos-vapor em cada motor. Essa caravana do século XX, rumo à “fronteira abandonada”, somava-se com o discurso montado da grandiosidade da obra. É possível observar uma proximidade com o discurso do próprio governo de enquadrar a obra para além da obra, como dissemos em linhas acima, pois trazia no texto do material gráfico o parágrafo onde dizia que: “Aceitando o desafio da gigantesca operação de Itaipu, a Barber-Greene participa do processo que ultrapassa a própria obra, cooperando no trabalho do Brasil e Paraguai, irmanados no objetivo da elevação do bem-estar das duas coletividades.” (O GLOBO, 27/01/77, p. 07)

Este emblemático desenho trazia ainda uma frase ao lado de uma das carretas: “Itaipu Binacional: esta é uma união que vai pra frente”, nada menos que a frase tema da campanha institucional da Aerp/ARP do ano anterior “Este é um País que vai pra frente, de 1976, e a forte presença da ideia de construção, conforme aponta Carlos Fico (1998, p.121).

Em 04 de março, na página 22 da sessão de economia d’*O Globo*, uma reportagem de destaque com o engenheiro John Cotrim, diretor técnico da Itaipu Binacional, trazia o título “Itaipu: desvio do rio Paraná deverá estar pronto em 78”, onde fica claro que a irreversibilidade da obra já era fato dado, pois segundo o engenheiro “De um total de 23 milhões de metros cúbicos de terra a serem removidos para permitir a abertura do canal de desvio do Rio Paraná, 6 milhões já foram deslocados.” Esse valor representava quase 30% do total de trabalho a ser realizado nesta etapa e, como não poderia deixar de ser, a reportagem traz os grandes números, as cifras bilionárias e os recordes de Itaipu, encerrando com mais um trecho da fala de Cotrim dizendo “Tudo que Itaipu produzirá após seus sete anos de construção, representa muito mais do que Furnas e Cesp fizeram nos últimos 20 anos”.

Esse tipo de reportagem no começo do mês, em nosso entendimento, tinha claro objetivo de marcar posições, pois na semana seguinte iria começar a I Conferência Internacional da Água, promovida pela ONU, na cidade de Mar del Plata, na Argentina. Embora esta conferência tivesse como principais objetivos o debate sobre a poluição dos cursos d’água e a escassez deste

recurso natural diante da demanda de consumo e aumento da população mundial, era sabido que a Argentina iria levantar sua posição em relação ao aproveitamento de rios internacionais.

Era claro que os governos Geisel e Videla estavam sinalizando aproximações desde a subida ao poder do general argentino no segundo semestre de 1976, mas Itaipu ainda era um nó não desatado neste novelo diplomático, tanto que o próprio *O Globo*, ao noticiar sobre a abertura desta conferência em 13/03/77, trazia nas linhas do texto que “a oposição à nossa hidrelétrica ainda existe em vários setores do governo argentino” (p. 06).

O jornal irá dar ampla cobertura para as relações entre Brasil e Argentina, tendo como pano de fundo a Usina de Itaipu. O ano de 1977 será marcado por aproximações e distanciamentos, tensionamentos e abrandamentos diplomáticos e a forma como as matérias serão publicadas darão a impressão que este período bem pode ser lido a partir de uma Curva de Gauss – ou curva do sino, com o generoso empréstimo deste conceito das matemáticas estatísticas – onde uma aproximação será sentida nos primeiros meses do ano (ponto mais baixo da curva), passando para um período de distanciamento (ponto mais alto da curva) e terminando o ano com um novo movimento de reaproximação (retorno ao ponto mais baixo da curva). Mesmo nos mais tensos momentos, a posição d’*O Globo* manter-se-á fielmente alinhada ao governo brasileiro, não recuando em relação ao acerto da construção da UHE e se engajando em reforçar posições que lhe são favoráveis ou coadunadas (como veremos algumas situações em relação ao periódico argentino *Clarín*) e, ao mesmo tempo, combatendo aquelas que lhe são contrárias (como veremos em relação, novamente, ao paraguaio *ABC Color*), aparecendo novamente a importância da análise das *redes de concorrência* apontadas por Barros (2022, p. 601) na sua pesquisa com periódicos.

É assim que *O Globo* irá noticiar uma notícia do *Clarín* na edição do dia 08/02/1977 (p. 05, sessão O País) com a chamada “O Clarín acha boas relações entre Brasil e Argentina”. A reportagem dava ênfase aos pontos convergentes dos dois países no tocante a seus programas de energia nuclear e à relação com a República Federal da Alemanha, o comércio pujante entre Brasil e Argentina e o avanço nos debates sobre as hidrelétricas. Ainda que pese o fato desta notícia ter sido veiculada antes da I Conferência da ONU sobre as águas, não podemos ignorar o fato d’*O Globo* utilizar a visão de um jornal argentino, de musculatura semelhante à sua própria, para apresentar ao leitor brasileiro a visão que lhe interessava, ou seja, a inexistência de conflitos ou antagonismos aos projetos do governo brasileiro.

Destarte, na edição do dia 14/03/1977, p. 05, ao noticiar a abertura da I Conferência das Águas, o jornal minimiza as divergências com o país platino quanto à Itaipu. Ao fazer isso, seu

objetivo não deve ser visto como um mero ato de mascarar a realidade, mas como um propósito de dar força ao ideal de acerto do governo em construir Itaipu, posição do qual o jornal assumira desde a primeira hora.

Mas, na página 20 da edição do dia 17/03/1977, isto é, um dia após a fala do Secretário de Recursos Hídricos, engenheiro Luís Jauregui, é que a posição argentina fica nítida. Nesta matéria, o país platino voltou a defender sua tese sobre rios internacionais da qual podemos resumir em três pontos principais, a saber, *a*) o uso não pode causar prejuízos sensíveis além das fronteiras do país; *b*) a utilização deve ser equitativa e razoável, e, *c*) adoção do princípio da informação e consulta prévia.

Problemas diplomáticos semelhantes envolvendo fronteiras com rios internacionais também eram sentidos por outros países participantes da I Conferência das Águas, o que *O Globo* fez questão de registrar, como foi o caso da Índia com Bangladesh e Paquistão, sobre o Rio Ganges; entre o Chile e a Bolívia, por conta do Rio Lauca e também entre Estados Unidos e México, com respeito ao Rio Grande.

Vale destacar que, de acordo com as pesquisas de Osny Duarte Pereira em sua obra *Itaipu: prós e contras*⁶⁴, essa praticamente foi a posição adotada historicamente pela Argentina, construída não em um estalar repentino de dedos, mas, ao contrário, a partir de um processo de desenvolvimento das estratégias políticas que este país vinha adotando desde quando o Brasil tomou a iniciativa de explorar o potencial hídrico da Bacia do Rio Paraná, tendo o país platino a preferência pelas matrizes energéticas de origem fóssil. Durante o governo Péron, houve intenções de se tornar uma potência energética nuclear, ao passo que o Brasil investia em hidrelétricas e, por conta disso, aumentava sua participação e presença no rio Paraná por meio da instalação de cada vez mais usinas (PEREIRA, 1974, p. 101-105).

Para este autor, que de certo modo também era um observador em primeira mão das movimentações pré-obra, o Brasil estava em posição vantajosa na Bacia do Paraná, pois não havia nenhum acordo claramente disciplinando, muito menos proibindo, o aproveitamento de rios internacionais, com exceção a resolução da IV Conferência de Chanceleres da Bacia do Prata, de junho de 1971, que vagamente mencionava que cada país poderia explorar suas águas desde que não causasse “prejuízo sensível” a outro. Esses tais prejuízos sensíveis não eram especificados, abrindo assim um leque de interpretações possíveis, do qual os lados favoráveis e contrários podiam explorar a bel prazer, exagerando ou minimizando quais prejuízos seriam

⁶⁴ No presente trabalho, utilizamos a edição de 1974 do livro “Itaipu: prós e contras – ensaio sobre a localização, no Brasil, da maior barragem do mundo e suas implicações em nossa política continental” onde o autor faz uma robusta pesquisa documental exatamente nos momentos iniciais da obra, tornando seu trabalho praticamente uma fonte primária.

estes. Tal fato também é apontado por Francisco Doratioto (2014, p. 144) ao citar que a mesma declaração oriunda desta conferência também foi usada como argumento pelo Brasil e Paraguai nos anos seguintes para defender suas posições, pois o documento:

Previa no caso de rios de curso sucessivo, por não ser a soberania compartilhada, cada país poderia explorar suas águas desde que não causasse “prejuízo sensível” a outro estado da Bacia do Prata. Por essa distinção entre rios de curso internacional, Brasil e Paraguai não tinham que consultar a Argentina na exploração de seus recursos fluviais. (DORATIOTO, 2014, p. 145)

As edições seguintes trariam importantes ingredientes na disputa de posição nesta Conferência, com altas autoridades paraguaias entrando em cena e *O Globo* insistindo em sua posição de apresentar um ambiente de não-conflito. Primeiro foi o próprio Enzo Debernardi, diretor geral adjunto da Itaipu Binacional e presidente da ANDE em reportagem intitulada “Paraguai nega divergências sobre Itaipu” (O GLOBO, 22/03/1977, p. 07). Debernardi diz que “Não se pode falar praticamente em divergências ainda que cidadãos argentinos, brasileiros e paraguaios tenham opinado livremente e publicamente a respeito da questão de Itaipu, e até com grande emotividade. Mas o certo – afirmou – é que não há conflito”. Em seguida, em matéria intitulada “Paraguai nega desinteresse por Itaipu” (O GLOBO, 23/03/1977, p. 25) foi a vez de Alberto Noguez, Ministro das Relações Exteriores do Paraguai, negar trechos de uma notícia publicada no *Clarín* que pretendia minimizar a importância de Itaipu para o Paraguai. Pouco mais adiante, novamente o ministro nega uma passagem na notícia publicada no jornal argentino que alegava que o “Paraguai retoma estratégia pendular que caracterizou sua diplomacia no período que antecedeu sua virada para o Brasil”. Parece claro que a publicação destas reportagens no curso da Conferência das Águas da ONU mostra o esforço d’*O Globo* em não apenas minimizar as divergências entre Brasil e Argentina, mas também entre Argentina e o Paraguai, seu parceiro consorciado no Projeto Itaipu.

A última reportagem com o tema no período viria no dia 26, com o título “Conferência da água recomenda consultas”, na qual o cerne da posição argentina foi aprovado por 29 votos frente a 13 contrários e 46 abstenções (O GLOBO, 26/03/1977, p. 07). O jornal destacou que do lado dos votos favoráveis, além da Argentina, teve um peso considerável o voto dos Estados Unidos. As abstenções ficaram por conta da União Soviética e bloco socialista, juntamente com outros países. Os principais votos contrários foram da Índia, do Brasil e do Paraguai.

Novamente a fidelidade d’*O Globo* ao governo militar instalado é provada, ainda mais diante de uma derrota internacional de uma importante posição da nossa diplomacia, pois o jornal utiliza uma narrativa que minimiza a posição argentina e retoma a narrativa da irreversibilidade de Itaipu. Essa recomendação teria vindo “na melhor fase porque passam as

relações entre os dois países desde a decisão brasileiro-paraguaia de construir Itaipu” e que os esforços em melhorar as relações bilaterais não seriam afetados “uma vez que Itaipu é uma obra iniciada”. Encerra a reportagem em tom apaziguante: “medida como esta já era esperada pelos setores oficiais argentinos e brasileiros favoráveis à distensão, apesar de Itaipu”. Perder para a Argentina não é bom, seja em qualquer campo, mas não haveria tempo para uma ressaca política, então “pra frente, Brasil”, pois o aniversário da “Revolução de 64” estava próximo e de praxe o jornal dava cobertura para as solenidades oficiais do governo com a data.

O mês de abril traria ainda um novo ato dos atores em cena para o cenário da história: a visita de Stroessner ao Brasil e o início dos debates sobre a ciclagem da energia da usina.

Na obra de Alfredo Mota Menezes, um capítulo inteiro é dedicado a essa questão da ciclagem da energia, pois o autor sabiamente identificou no Tratado de Itaipu e seus apêndices a ausência de qualquer artigo tratando sobre a ciclagem da energia gerada pela usina. De acordo com a análise de Menezes (1987, p. 123), o problema da escolha da ciclagem da energia de Itaipu “veio a ser, como boa parte dos acontecimentos que envolveram a construção daquela gigantesca usina, mais político do que técnico”, e, como não podia deixar de ser, graças à astúcia paraguaia em saber reconhecer o momento de barganhar com seus parceiros, a mudança, ou não, de seu sistema de ciclagem seria utilizado para obter vantagens para econômicas e também políticas (MENEZES, 1987, p. 124). O sistema de distribuição de energia no Brasil opera em 60 ciclos (ou hertz), que é o mesmo adotado pelos Estados Unidos, sendo o único país da América do Sul a utilizar este padrão, que foi instituído pela lei 4.454/64, já na presidência de Castelo Branco, e unificou o padrão de distribuição de energia elétrica no território nacional que até então operava com ambas as ciclagens, dependendo da região do país.

O autor trabalha esta querela envolvendo a ciclagem de energia, apontando claramente o interesse do Brasil em convencer o Paraguai a adotar o seu padrão de 60Hz, mas que em sua análise, se isso acontecesse, o Paraguai colocaria em risco “os mercados de energia elétrica da Argentina, Bolívia, Uruguai e Chile” (idem, p. 125), pois estava claro que, após Itaipu, e possivelmente Corpus e Yacyretá, o Paraguai seria uma potência exportadora de energia elétrica. Nesse ponto, como veremos adiante, Stroessner vai protelar a decisão sobre a ciclagem, na espera de conseguir bons resultados, praticamente desde sua visita ao Brasil em abril até praticamente o final do ano.

De fato, *O Globo*, mais uma vez, se mostrará como um agente politicamente ativo neste debate, a começar pela edição do dia 11/04/1977, p. 05, noticiando o encontro de Geisel e Stroessner no Rio de Janeiro. Embora noticiado como uma “viagem de férias” do presidente

paraguaio, uma oportunidade destas não seria desprezada neste encontro seguido de almoço realizado na Base Aérea de Santa Cruz/RJ. O jornal, num primeiro momento, defende a diplomacia paraguaia, que estava sendo acusada “particularmente pela imprensa argentina de exercer uma atividade ‘pendular’, procurando tirar o melhor partido da suposta rivalidade entre o Brasil e a Argentina”. Num segundo momento da reportagem, citava comentários de “observadores” deste encontro presidencial que classificavam como significativo por acontecer “menos de duas semanas antes da visita que o Presidente argentino Jorge Videla efetuará ao Paraguai – numa evidente demonstração, segundo eles, da vontade paraguaia de assumir uma atitude de franca cooperação com todos os países vizinhos.” Fica clara a tentativa do jornal de não reconhecer – ou no mínimo não assumir a existência – da política diplomática pendular do Paraguai e também a insistência em enfraquecer a visão de disputa ou rivalidade entre Brasil e Argentina, afinal o compromisso do governo naquele momento era a aproximação.

No dia 12, *O Globo* capricha em sua verve comunicacional e prepara uma edição que traria na capa uma foto do almoço do dia anterior, no qual Geisel e Stroessner são clicados sorrindo e brindando com suas traças, em um gesto bem alusivo a um feliz casamento político. Além de saírem nesta emblemática foto da capa do jornal, o encontro dos presidentes ainda ganharia um enorme espaço de meia página do jornal, com direito a outra fotografia, desta vez de um aperto de mão entre Geisel e Stroessner, ladeados por Faria Lima, então governador do Rio de Janeiro (O GLOBO, 12/04/1977, p. 06). São publicados na íntegra os discursos de ambos os mandatários e alguns detalhes do passeio do presidente paraguaio pelo Rio, que da capital carioca seguiria para um balneário em Santa Catarina.

Como não poderia ser diferente, Itaipu era um tema grande demais para não ser tratado pelos presidentes. No espaço da fala de Geisel, o presidente brasileiro expressa as boas relações entre ambos os países que “estão empreendendo uma das maiores realizações do mundo hoje, que é a Usina Hidrelétrica de Itaipu.” Por sua vez, em sua fala, Stroessner iria dizer: “tratamos da obra de Itaipu, para que prossiga em condições capazes de favorecer nossos dois países e de outros assuntos que possam beneficiar o Brasil e o Paraguai.”

No dia seguinte, a visita do presidente paraguaio novamente é matéria de capa no Jornal, ou melhor dizendo, a continuação desta visita após o encontro com Geisel na base aérea, ilustrada com a foto de Stroessner (O GLOBO, 13/04/1977, p. 01) e na página 06 desta mesma edição, uma entrevista com o presidente paraguaio e mais fotos dele com o governador carioca em visita a obras na cidade do Rio de Janeiro, como o metro da Cinelândia e o novo aeroporto do Galeão. Neste último local, na sala VIP do aeroporto, serviram-lhe “laranjada, biscoitos

casadinhos e cafezinho” e sua posterior ida para o Balneário Canasvieiras onde desempenhou suas bem-sucedidas atividades de pescaria (O GLOBO, 13/04/1977, p. 06).

Estes relatos particulares da visita não podem ser encarados, de nenhuma forma, como inocentes ou desnecessários, pois havia uma estratégia em retratar um propósito não político nesta visita. Os afagos ao Paraguai continuavam, com nova defesa ao país de Stroessner contra a investida argentina; segundo fontes diplomáticas consultadas pelo jornal, o fato desta viagem não ter sido comunicada pelos canais diplomáticos do Paraguai foi considerada “protocolarmente deselegante, levando em conta que se realiza oito dias antes do Presidente Jorge Rafael Videla visitar Assunção”. Ao que parece, a solução encontrada para contornar a possibilidade de gerar conflitos foi mesmo enquadrar tal visita como uma viagem de férias de Stroessner.

Em 21 de abril, feriado de Tiradentes no Brasil, a edição d’*O Globo* trazia uma foto de capa com os presidentes Videla e Stroessner, enquadrados de uma perspectiva bem diferente daquela maneira como o paraguaio aparecia com Geisel poucos dias antes. Importante reproduzirmos aqui estas duas capas. Rememorando as palavras de Tavares & Vaz (2005, p. 131), a fotografia “não aparece no jornalismo impresso apenas para ilustrar. (...) Estampada no jornal, a fotografia torna-se uma munição para o jornalista, que busca dar sempre veracidade àquilo sobre o que escreve.”

Estas duas capas bem refletem o momento político daqueles dias de aproximações e distanciamentos entre os vizinhos da Bacia do Prata. Na capa de Geisel e Stroessner, a foto do brinde entre os dois presidentes, vestidos com trajes de gala como se estivessem em uma festa, seguido do título do texto mostram um Brasil e Paraguai unidos e contrários à construção da UHE de Corpus, ao menos isso fica implícito de certo modo. Já na capa de Stroessner e Videla, ambos estão trajados com suas vestes militares, carrancudos, sem o sorriso que normalmente amigos dão um ao outro. Acrescenta-se a isso o título, onde se colocar diretamente uma oposição entre Corpus, de Argentina e Paraguai, contra a Itaipu de Brasil e Paraguai.

É oportuno comentar aqui sobre duas matérias desta edição de 21 de abril. A primeira delas, na página 07, intitulada “Videla trata no Paraguai da utilização dos rios”, noticia a chegada do general presidente argentino à capital paraguaia e a recepção deste por Stroessner. Esta reportagem dava ênfase à iniciativa paraguaia de convidar Videla para tratar da crescente participação dos países da Bacia do Paraná nos programas hidrelétricos e manutenção da política de boa vizinhança, pois, segundo o texto, “essa é a posição paraguaia e não pendular, como querem fazer crer certos setores argentinos” (O GLOBO, 21/04/1977, p.07).

Na mesma página, com destaque emoldurado por um quadro, a matéria “Videla quer vir em julho ou agosto” adianta que uma conversa entre Geisel e Videla estava se tornando iminente, principalmente para tratar da importante questão de compatibilidade dos projetos Itaipu e Corpus, pois a altura das represas iria influenciar diretamente no aproveitamento energético e, conseqüentemente, em suas viabilidades econômicas. A segunda matéria, trazia o título “Governo não desacelera hidrelétricas, diz Ueki” (O GLOBO, 21/04/1977, p. 19, sessão de Economia), com uma fotografia do ministro de Minas e Energia, acompanhado do presidente da Eletrobrás, inspecionando as obras da UHE de Itumbiara.

O trecho selecionado da fala do ministro foi nada menos que uma frase de cunho econômico, mas com uma implicação notadamente política. Questionado sobre a possibilidade de desacelerar as obras do programa hidrelétrico, Shigeaki Ueki disse que “talvez seja mais caro desacelerar que prosseguir, e nós não podemos nos dar o luxo de construir usinas para ficar como monumentos” (idem). Mais à frente, um parágrafo aponta que este mesmo tema, isto é, a continuidade das obras, havia sido tratado por aqueles dias com o presidente da Itaipu Binacional, general Costa Cavalcanti, pois os recursos para a segunda fase da obra já estavam sendo negociados (ibdem).

Por estes exemplos, podemos afirmar que a narrativa da irreversibilidade da obra nem sempre aparecia de modo claro nos textos das reportagens, mas vinham de modo por vezes sutil, com uso de frases indiretas ou generalistas como foi o caso desta trivial inspeção das autoridades do setor energético nas obras de Itumbiara.

Figura 16: Capa de O Globo (1): o brinde de Stroessner e Geisel.

Simonsen cita reportagem do GLOBO sobre alta de preços e anuncia:

ANO LII - Rio de Janeiro, terça-feira, 12 de abril de 1977 - Nº 15 889

O GLOBO

FUNDAÇÃO DE IRINEU MARINHO

Director-Redactor-Chefe: ROBERTO MARINHO
Director-Secretário: RICARDO MARINHO
Director-Substituto: ROGERIO MARINHO

Governo limitará o aumento dos aluguéis



No cassino dos oficiais da Base Aérea de Santa Cruz, onde ali separam, os Presidentes Geisel e Stroessner trocam um brinde

Corpus, o tema dos dois Presidentes

Os prejuízos que o Brasil poderá vir a sofrer, se a cota em que foi constituída a hidroelétrica do Corpus — projeto paraguai-argentino — causar inundações em território brasileiro, foram o tema principal da reunião de duas horas que

o Presidente do Paraguai, Alfredo Stroessner, teve ontem, na Base Aérea de Santa Cruz, com o Presidente Geisel. Ao término da reunião, nada do oficial foi divulgado. Stroessner, que ficou no Rio, vai hoje a Santa Catarina para descansar

dois dias em um balneário. Na próxima semana ele receberá em Assunção o Presidente da Argentina, Jorge Videla, com quem debaterá o projeto de Corpus. (Página 6)

O Ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, disse ontem que o Governo vai proibir que qualquer contrato — inclusive de locação de imóveis — seja reajustado com base no aumento dos índices de preços e do custo de vida. A partir de agora, o reajuste máximo permitido não poderá, de forma alguma, exceder à variação anual das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional. Simonsen explicou que essa é apenas uma das medidas que o Governo adotará para conter a inflação. "Outra decisão fundamental, aprovada na última reunião do Con-

selho Nacional de Abastecimento, é de a Cobal extrair violentamente a comercialização dos hortigranjeiros", disse Simonsen, acrescentando que, com isso, o Governo atacará os fatores que mais têm contribuído para as altas taxas de inflação do primeiro trimestre do ano. Retornando-se à reportagem publicada pelo GLOBO no último domingo, sobre a evolução dos preços dos hortigranjeiros de janeiro a março no Rio, o Ministro afirmou que "é um absurdo" a alta do chuchu — 400 por cento — no período. (Página 25)

Não há impasse nas reformas políticas, diz a Presidência

O Secretário de Imprensa da Presidência da República, Coronel Toledo Camargo, negou ontem a existência de impasse no estudo das reformas políticas. "Enquanto o assunto não estiver inteiramente debatido, inclusive em nível de assessorias, não há como se tomar uma decisão", disse Camargo. Sobre o porta-voz do Governo lembrou que o Presidente Geisel, em seu pronunciamento à Nação pela TV, usou o termo "muito provavelmente". "Pode é o indicio; todos os outros indicios são secundários", acrescentou Camargo. Ele afirmou também

que o Governo brasileiro "não está calculado nem preocupado com a opinião internacional" sobre o recesso do Congresso. "A decisão foi tomada com base na Constituição", frisou. O prosseguimento dos estudos sobre as reformas obrigou o Presidente Geisel a cancelar a viagem que fazia quinta e sexta-feira para a Bahia e cancelar a viagem de pelo menos uma parte das reformas: a do Judiciário e a que altera a legislação eleitoral. (Páginas 3 e 5)



África do Sul disposta a ajudar o Zaire

A África do Sul enviou secretamente — segundo revelou o jornal "The Washington Post" — um funcionário do Rio de Segurança Nacional para negociar em Kinshasa a ajuda do Governo de Pretória na luta contra as forças invasoras que ocupam parte da província de Shaba. A ajuda, no entanto, não seria de caráter militar, mas através do fornecimento de combustível e capital para o Governo de Mobutu. Ontem, o Estado prometeu auxiliar o Governo de Kinshasa. (Página 18)



O "Taras Shevchenko", pesqueiro soviético apreendido, aproximado do porto de Boston

Carter mandou apreender o barco russo

A apreensão do pesqueiro soviético "Taras Shevchenko", que violou o limite de 200 milhas das Zonas Excluídas, foi determinada pelo próprio Presidente Jimmy Carter. Ontem, ele declarou que era preciso "estabelecer os limites de alguma maneira" e "baseado na URSS já tinha sido informado de que "a ilha que se tem cumprido a lei, não poderia ser aliada, então, na ilha de Boston. O pesqueiro poderia ser apreendido por cada ilha. Muitas de até 25 mil dólares. (Página 18)

As mães em dificuldade no primeiro dia

Na Escola Durque de Caxias (foto), em Caxias, e em colégios de cinco outras cidades do Estado não foram poucas, ontem, as dificuldades no primeiro dia da nova experiência de ensino de infância, com as mães, dos alunos dando aulas. A Secretaria estadual de Educação, entretanto, já tinha previsto que ocorreriam falhas, causadas pela falta de material para atividades de recreação e pela inexperiência das mães em orientar grupos de até 15 crianças. Em Caxias, a média de comparecimento foi de 60 das 120 crianças matriculadas em cada turma. (Página 12)

A invasão da África

LOGO depois de beneficiados pelas preocupações do Governo dos Estados Unidos com o problema dos direitos humanos em nível mundial, os terroristas que agem na Argentina e outros países do continente receberam a solene confirmação de apoio cubano-soviético no comunicado conjunto que encerrou a visita de Fidel Castro a Moscou. Os movimentos guerrilheiros da América Latina e de todo o terceiro mundo, segundo os termos do documento, estarão amparados no compromisso dos dois governos de combaterem o imperialismo e o colonialismo onde quer que se manifestem, pouco importando as considerações das áreas de influência das superpotências.

Até 1950 a União Soviética não dispunha de uma representação diplomática na África, e atualmente dá as cartas, evitando nas feridas mal curadas e nas recortes e ainda sangrentas feridas do colonialismo europeu. Os Estados Unidos simplesmente ignoraram a África do pós-guerra, as suas naturais explosões nacionalistas e a sofrida conquista de sua nova identidade, ante as aspirações de soberania e as realidades da pobreza e do atraso.

Até 1950 a União Soviética não dispunha de uma representação diplomática na África, e atualmente dá as cartas, evitando nas feridas mal curadas e nas recortes e ainda sangrentas feridas do colonialismo europeu. Os Estados Unidos simplesmente ignoraram a África do pós-guerra, as suas naturais explosões nacionalistas e a sofrida conquista de sua nova identidade, ante as aspirações de soberania e as realidades da pobreza e do atraso.

Retornados tentaram se instalar em Mato Grosso

No terceiro de uma série de reportagens sobre a situação dos "retornados" das antigas colônias portuguesas, o correspondente do GLOBO em Lisboa, José Carlos de Andrade, conta como Mato Grosso, no Brasil, foi considerado o local ideal para uma experimento. O plano fracassou por falta de recursos. (Página 20)

Jornalista que derrubou Rabin voltará a Israel

Dan Margalit, jornalista israelense que descobriu que o Primeiro-Ministro Yitzhak Rabin tinha uma outra família, no estrangeiro, o que não é permitido aos residentes em Israel, pretende voltar a seu país pois isto é correspondente ao BIALI, de que nunca encontrará outro assunto tão interessante na América. (Página 18)

Humberto Barreto toma posse na CEF

O novo presidente da Caixa Econômica Federal, Humberto Barreto, afirmou ontem, ao tomar posse, que considera indispensável maior participação da classe média no plano da casa própria. (Página 23)

Jacques Prévert morre aos 77 anos

O famoso poeta, teatrólogo e jornalista do cinema francês Jacques Prévert morreu ontem aos 77 anos, na cidade de Chartreuse. Prévert ficou conhecido no mundo inteiro por compor a canção "Oltas moças". (Página 20)

Nelson Pessoa chega para o Internacional

Página 20

O curioso saber das enciclopédias ambulantes

Página 35

O Povo	2	11
Cartão Brasil	12	17
Grande Rio	13	17
África	14	17
Notícias	15	17
Esportes	16	17
Brasil 68	17	17
Brasil 69	18	17
Brasil 70	19	17
Brasil 71	20	17
Brasil 72	21	17
Brasil 73	22	17
Brasil 74	23	17
Brasil 75	24	17
Brasil 76	25	17
Brasil 77	26	17
Brasil 78	27	17
Brasil 79	28	17
Brasil 80	29	17
Brasil 81	30	17
Brasil 82	31	17
Brasil 83	32	17
Brasil 84	33	17
Brasil 85	34	17
Brasil 86	35	17
Brasil 87	36	17
Brasil 88	37	17
Brasil 89	38	17
Brasil 90	39	17
Brasil 91	40	17
Brasil 92	41	17
Brasil 93	42	17
Brasil 94	43	17
Brasil 95	44	17
Brasil 96	45	17
Brasil 97	46	17
Brasil 98	47	17
Brasil 99	48	17
Brasil 00	49	17

Quantidade de páginas a ser impressa em 1977

PREÇO DESTES EXEMPLARES: Cr\$ 4,00

FOI PRECISO que a China a agera os árabes fossem soar o sinal de alarme. Pequim acusa sem reservas "o subversivo invasão do Zaire, com o apoio da URSS e da Cuba". O vice-Primeiro-Ministro Lin Hsien-Nian alardeia a "trama moscovita na África, enquanto Washington parece não levar a sério, ao contrário da França, as denúncias e

os apelos do Presidente Mobutu. O Marrocos, o Egito, a Arábia Saudita mobilizaram-se para ajudar o Zaire a deter o avanço. Os Estados Unidos hesitam e esperam, como se não restassem maneiras energéticas de participação fora do estilo destrutivo e trágico experimentado no Vietnã.

O tempo no Rio: rubido, ainda rubido e instabilidade. Temperatura máxima de ontem, 26 graus mínimos, 19. (Página 12)

Figura 17: Capa de O Globo (II): Videla e Stroessner ou Corpus X Itaipu.

Emenda do divórcio será apresentada daqui a uma semana

Emenda constitucional que permite o divórcio "nos casos previstos em lei, desde que haja prévia separação judicial por mais de três anos" será apresentada ao Congresso na próxima quinta-feira pelo Senador Nelson Carneiro (MDB-Rio). Ele já obteve 20 assinaturas de apoio no Senado — a segunda, após a sua, é do Senador Antônio Filho (Arena-Paraná), co-autor — e faltam 35 na Câmara onde a coleta é considerada mais fácil. Nelson

Carneiro conseguiu garantia da liderança do MDB de que não há restrições do partido à emenda, e afirmou ontem saber que o Governo não intervirá no assunto: "Ele deixará, ao que estou informado, que todos votem de acordo com suas consciências". A emenda tem apenas dois artigos: Um prevê o divórcio com a condição da separação judicial por três anos, e o outro o permite com separação de fato superior a cinco anos. (Pág. 8)

Governo de Roma não permite missa

No primeiro choque entre o Conselho Municipal de Roma e o Vaticano — desde que o conselho foi assumido por uma coligação da esquerda dominada pelo Partido Comunista — foi suspensa ontem a missa em comemoração ao aniversário da cidade. Segundo a tradição, a missa seria rezada hoje na capela do Palácio Municipal, mas o Conselho decidiu evitar todas as manifestações religiosas pela data. O Vicerário de Roma divulgou nota lamentando o fato. (Pág. 17)

Lixo ficará só uma hora nas calçadas

Técnicos da Combust estão estudando os 600 rotineiros dos seus caminhões coletores e esperam conseguir diminuir para uma hora o tempo máximo que o lixo fica exposto nas calçadas da cidade. A companhia justifica o atraso na coleta, desde a entrada em vigor da proibição de incineradores, com o argumento de que a Mercedes Benz não entregou no prazo uma encomenda de 63 caminhões; ontem, o atraso foi de três horas, e a culpa, em parte, foi da chuva. (Página 13)

Arena desmente prorrogação

Não há previsão, no momento, de reformas políticas que signifiquem a prorrogação dos atuais mandatos parlamentares até 1980 — dizem os líderes da Arena e os líderes do partido na Câmara e no Senado. (Página 6)

Eutanásia passiva legalizada na Suíça

Decisão da Academia Suíça de Ciências Sociais e Médicas tornou legal no país, a partir de ontem, a eutanásia passiva — que ocorre quando o médico deixa morrer paciente inconsciente e vítima de mal incurável. (Página 17)

Galão: cocaína no último voo

(Página 15)

ANO LII - Rio de Janeiro, quinta-feira, 21 de abril de 1977 - Nº 15.898

O GLOBO

FUNDAÇÃO DE IRINEU MARINHO

Director-Editor-Chefe: ROBERTO MARINHO

Director-Secretário: RICARDO MARINHO Director-Substituto: ROGERIO MARINHO



Videla e Stroessner: Corpus e Itaipu

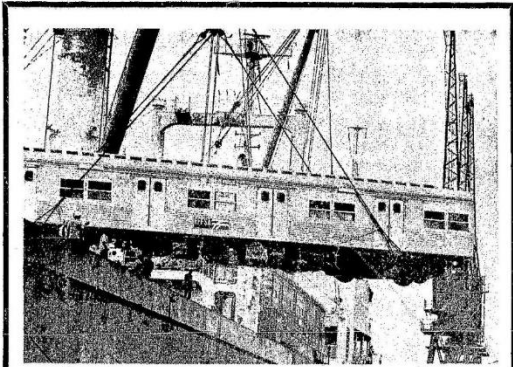
No aeroporto de Assunção, encontraram-se ontem os Presidentes Jorge Videla (à esquerda), da Argentina, e Alfredo Stroessner, do Paraguai, num encontro que pode ser preparatório de um encontro, com a presença do Presidente Geisel. Segundo fontes argentinas, Videla quer visitar o

Brasil em julho ou agosto para discutir o problema da usina de Corpus que afeta o projeto brasileiro-paraguai de Itaipu. E o Chefe do Governo argentino quer que o General Alfredo Stroessner participe de seus entretimentos com Geisel. (Na página 7)



Emerson aprova o autódromo do Rio

Emerson Fittipaldi inspecionou ontem o Autódromo da Barra (foto) e gostou do que viu: em sua opinião faltam apenas alguns detalhes de segurança e melhor acesso para o público. Ele disse que o novo Copacabana — o P-5 — não entrará no GP da Espanha, como estava programado, e sim em Mônaco ou na Bélgica. O carro fará um teste em Interlagos no dia 2 de maio (Wilhelm será o piloto porque Emerson já estará na Espanha) e será imediatamente embarcado para a Europa. Na semana seguinte ao GP da Espanha, Emerson iniciará testes na pista de Paul Ricard, na França. E no final do ano o equipe Copacabana pretende realizar vários testes no Autódromo do Rio. (Página 31)



Chegam os novos trens da Central

Com dois dias de atraso, começaram a chegar ao Rio, ontem, os novos trens da Central. Importados do Japão, são carros de aço inoxidável com capacidade para 450 passageiros e velocidade máxima de 90 km/h. Ontem chegaram em trens divididos quatro carros cada, que entrarão em circulação na primeira quinzena de maio, no ramal de Deodoro. Mais 20 unidades chegarão dentro de um mês. Com

esses trens, a Rede Ferroviária fará uma renovação parcial no sistema suburbano. Os trens que entraram em uso há 11 anos serão recondiçioados e outros, colocados em tráfego há 50 anos, e que seriam desativados, continuarão a circular, mas com o acréscimo de um carro-motor por unidade. Ontem, o mau tempo permitiu o descarregamento de apenas uma unidade japonesa (foto). (Página 11)

Copacabana pode ter parque de 26 mil m2

O presidente da Caixa Econômica Federal vai discutir nos próximos dias, com o Prefeito Marcos Trepo, uma fórmula que pode dar ao Rio um parque de 26 mil metros quadrados em Copacabana. A idéia é trocar o terreno comprado pela Caixa ao Exército (parte da área do

Porte) por outros em diferentes locais da cidade. "Como a área é muito valorizada, se trocar por outros vai ganhar em espaço, ampliando a possibilidade de construir edifícios para a classe média no Rio", disse ontem, em Brasília, o presidente da Caixa. (Na página 18)

Zaire: prisioneiros admitem ajuda cubana

Soldados cubanos treinaram em Angola as tropas que invadiram o Zaire e as acompanharam na ocupação da província de Chibab, disseram ontem em Kinshasa dois prisioneiros cubanos e 60 mil pessoas num colégio. O Zaire para a área dos combates, responderam estrangeiros. Ontem,

as tropas do Zaire apertaram o cerco à cidade de Mutshalala, principal centro em poder dos invasores. Segundo fontes militares, as forças regulares estão recebendo valiosos ajuda de pilotes cubanos do norte. (Na página 19)

Reequilíbrio tributário

O MOMENTO parece maduro para promover-se o reequilíbrio do sistema tributário nacional. Sobre isso para dar a Estados e Municípios maior capacidade de gerar receita própria, ganhando com isso em flexibilidade e eficiência administrativas.

NÃO PODE haver melhor testemunho sobre a situação de esvaziamento financeiro dos Estados do que o recentemente prestado pelos Secretários de Fazenda de todo o País, reunidos para discutir problemas do ICM. Sem vot discordantes, eles expuseram o quadro de deterioração das receitas tributárias estaduais e a consequente perda das condições de investimento dos governos. E unânime foi também a reivindicação de nova reforma do sistema tributário, destinada inclusive a resguardar a sobrevivência da Federação brasileira.

O ICM representa entre 90 e 95% da receita autônoma dos Estados, e estes ainda vêem essa arrecadação minguar com os incentivos e isenções que precisam conceder a diversas atividades. Bilhões de cruzeiros são desviados dos cofres estaduais sob a forma de subsídios, deduções para investimento, prêmios de exportação, e essas liberdades acabam custando operações de crédito que aumentam a dívida de quase todas as unidades federativas.

A REFORMA tributária do Governo no Castelo Branco procurou, entre outros objetivos racionalizadores, sanar desregulamentos na aplicação dos recursos estaduais e aliviar os desequilíbrios regionais. Adotou-se um modelo centralizador, que favoreceu o planejamento federal e diminuiu o arcaísmo de Estados e Municípios, havendo uma

compensação em transferências federais, através de diversos fundos.

A EXPERIÊNCIA demonstrou que existem problemas regionais que não podem ser resolvidos por Brasília. A sociedade brasileira tornou-se demasiadamente complexa e cumpre estabelecer mais estrita aproximação entre os problemas locais e quem pode e deve resolvê-los.

OS SECRETÁRIOS de Fazenda andam certos quando reafirmam qualquer tentativa de reforma castrônica, que se traduz apenas em aumentar ou diminuir alíquotas do ICM. Como diz o Secretário do Estado do Rio: "É preciso criar fontes de recursos e expandir riquezas, sem asfixiar setores". São setores já esgotados na sua capacidade de pagar impostos.

UMA MUDANÇA em profundidade consistiria na redefinição de encargos para os vários níveis de governo, estabelecendo-se melhor relação entre o quinhão das rendas públicas e as atribuições administrativas.

O GOVERNO também beneficiaria os Estados criando as condições de liquidez e atrativo para que eles, sem sacrificar o contribuinte, voltem a captar recursos não inflacionários com o lançamento de títulos de suas dívidas públicas. Trata-se, em geral, de papéis bem aceitos, porque oferecem segurança e rentabilidade, não se justificando pagarem hoje pelos pecados do "open market". Basta que as autoridades tomem cautelas para evitar abalos e distorções.

NÃO É A ELEIÇÃO indireta do Governador que enfraquece os Estados ou a Federação, mas a carência de recursos próprios, que enfraquece progressivamente, o poder regional de decisão.

Como foi citado um pouco acima, os problemas de Itaipu eram mais políticos do que técnicos, haja vista que durante estas polêmicas envolvendo as embaixadas, praticamente inexistia qualquer matéria se referindo aos trabalhos desenvolvidos no canal, que seguia em ritmo acelerado para compensar os atrasos sentidos em alguns momentos de 1976. Enquanto Videla e Stroessner conversavam sobre Corpus e assistiam a desfiles militares em Assunção, o canteiro de obras de Itaipu trabalhava ininterruptamente por 20 horas por dia.

O Relatório Anual de 1977 atesta que naquele momento já estava em fase final de montagem ou em operação plena todos os principais maquinários indispensáveis às escavações do canal de desvio, vertedouro e outras escavações menores. Também o número de trabalhadores já estava chegando à marca de 20 mil pessoas, contando os funcionários da Binacional e os operários dos consórcios UNICON/CONEMPA (até o final do ano de 1977, fechará com 22.485 trabalhadores, segundo o Relatório), confirmando a previsão numérica do engenheiro Rubens Viana de Andrade, superintendente de obras de Itaipu.

Quando em entrevista n' *O Globo* no ano anterior, Andrade já falava em manutenção dos turnos de trabalhos e de aumentar o efetivo de trabalhadores conforme o avanço das atividades principalmente com e após a chegada dos maquinários de maior porte, como uma das medidas para não desacelerar as obras e ainda recuperar o tempo perdido nos momentos iniciais (O GLOBO, 07/11/1976, p.32).

A edição do dia 25/04 traria um editorial de capa em que *O Globo* assume um posicionamento político em relação ao imbróglio Itaipu x Corpus. O editorial intitulado “As usinas e o diálogo” trazia um texto emoldurado na capa desta edição e, mais uma vez, se coaduna com nossa hipótese quanto à postura ideológica do jornal nitidamente alinhado ao governo diante de um fato político.

Usando um elegante linguajar e parágrafos curtos, o editorial baseou-se em três principais pontos, a saber: *a)* a existência e importância da manutenção de um canal aberto de diálogo e a boa relação entre Brasil e Argentina sob Videla; *b)* a responsabilidade do Paraguai, que sendo sócio do Brasil em Itaipu, ocupa posição chave neste processo de diálogo de compatibilização das hidrelétricas, pois de acordo com as regras internacionais dos rios contíguos, sem o Paraguai, não será possível à Argentina construir Corpus sozinha; e, *c)* o Brasil não abrirá mão de seu programa energético na região, dada a irreversibilidade de Itaipu e a já comprovada ausência de prejuízos ou ameaças à Argentina.

Esses três pontos também expressam o compromisso do Jornal em defender o II PND, como dissemos um pouco mais acima, uma vez que ao dar ampla divulgação ao principal

documento econômico do governo, os altos interesses do empresariado, tanto os nacionais quanto os associados estrangeiros, estavam assegurados quando apresentados como o caminho certo para o desenvolvimento do país. No campo diplomático, esse desenvolvimento se expressava como uma política específica cuja ação consistia no aumento das relações econômicas de integração com a América Latina (II PND, p. 19).

Não por acaso, na p. 76 do Plano, está escrito que o Brasil continuaria “preconizando a maior abertura possível de cooperação econômica entre os países da América Latina, como verdadeiro caminho para a viabilização futura dos esquemas de integração econômica” e na sequência coloca, além de outros, o setor de energia como chave na “integração física e de intercâmbio empresarial, que tem realizado principalmente com os países vizinhos, tem o Brasil inovado na busca de novas formas de integração, pela realização de projetos binacionais, nos campos de energia e indústrias básicas (...)”.

Apostando – ou insistindo – nessa integração e aproximação com os vizinhos, o editorial d’*O Globo* de 25 de abril enalteceu o “tom cauteloso e conciliador de recentes declarações do Presidente Videla sobre a questão das hidrelétricas de Itaipu e de Corpus, que em certo momento chegou a assumir aspectos agudos na convivência bilateral” (O GLOBO, 25/04/1977, p. 01). Depois da visita ao Paraguai, o jornal dizia que “a Argentina sob Videla já renunciou a qualquer atitude de intransigência, da qual venha resultar a execução do projeto de Corpus numa cota prejudicial ao funcionamento de Itaipu”. Após essa representação do país vizinho, o jornal dispara: “Como deve reagir o Brasil a essas tendências conciliatórias? Certamente nossa política externa prefere o clima de entendimento ao da crise, sobretudo estando em causa um país vizinho e amigo da envergadura da Argentina”. No término do editorial, um recado é dado ao Paraguai no mesmo parágrafo onde o gigantismo de Itaipu frente a qualquer outro projeto então existente é evocado, mais uma vez seguindo a linha narrativa adotada pelo jornal ao tratar da hidrelétrica:

“Na verdade, é muito difícil admitir que a Argentina pense em executar o projeto Corpus causando embaraços à usina de Itaipu. Por uma razão extremamente simples: o Paraguai que é sócio do Brasil em Itaipu – obra já iniciada e tornada irreversível – não concordaria que a construção de Corpus – ainda remotamente no papel e à qual também se associou – fosse realizada lesando seus imensos interesses no projeto maior, talvez o fator mais importante do desenvolvimento nacional neste século” (O GLOBO, 25/04/1977, p. 01)

É neste período de desencontros diplomáticos que a tese da aproximação entre Brasil e Argentina via diplomacia militar é proposta. O tema irá aparecer em reportagens d’*O Globo* nos meses seguinte, entre junho e principalmente em julho, com reportagens sobre o assunto,

principalmente das ações conjuntas entre Marinha e Aeronáutica bem como as cordiais relações do alto comando dessas duas forças com os seus correspondentes de patente argentinos. É importante citar que a postura d'*O Globo*, em um primeiro momento, foi exaltar essa aproximação via Forças Armadas, principalmente em matéria da edição do dia 13 de julho, que cita de modo otimista os encontros entre o chefe do Estado Maior da Força Aérea Brasileira, Brigadeiro Délio Jardim de Matos e do Estado Maior da Marinha do Brasil, Almirante Gualter Menezes de Magalhães com seus colegas de farda, Comandante da Força Aérea Argentina, Brigadeiro Orlando Ramón Agostí e o chefe da Marinha Argentina, Almirante Emílio Massera (O GLOBO, 13/07/1977, p.03).

Porém, quando o alto comando se pronuncia negando a existência de uma diplomacia militar em curso, o jornal adota uma nova narrativa, principalmente após a publicação da entrevista com o Ministro da Marinha, Almirante Geraldo de Azevedo Henning, oito dias depois, que então usou o termo “diplomacia militar paralela”, negando a atuação paradiplomática das Forças Armadas (O GLOBO, 21/07/1977, p.07).

A possibilidade da diplomacia militar é apontada por Alfredo da Mota Menezes (1987, p. 115-116) ao analisar o impasse com a Argentina e cita que o termo também foi utilizado pela imprensa argentina, trazendo as reportagens de 19 e 20 de julho do periódico *La Nación*. A diplomacia militar também é citada na obra de Doratioto (2014, p. 53), porém é colocada em outra perspectiva, assumindo um caráter paralelo ao Itamaraty, onde este autor aponta a atuação desta modalidade de diplomacia durante a ditadura militar em outros episódios envolvendo as relações com nossos vizinhos sul-americanos⁶⁵, e não apenas no episódio de Itaipu.

Porém, o tema é explorado em grande profundidade, como dissemos anteriormente, na pesquisa de Lucas Amorim Castro (2021, p. 80-82), dissertação em que o autor expõe a hipótese da aproximação institucional das Forças Armadas dos dois países não como a revelia e nem como paralela, mas como auxiliar à política externa brasileira desenvolvida pelo Itamaraty, ou seja, era um dos instrumentos que estavam sob a tutela do Ministério das Relações Exteriores e não corria de modo independente deste.

Castro também cita (p. 81) que a imprensa brasileira e argentina, ao apresentarem este termo, sugeriam um intervenção militar paralela, no sentido de autonomia, mas que, conforme

⁶⁵ Na obra de Francisco Doratioto, em se tratando da região da Bacia do Prata, a diplomacia militar é vista não apenas como um instrumento institucional paralelo, mas como uma manifestação do “imperialismo brasileiro”, do qual Itaipu foi sua “manifestação visível”. Além disso, prossegue o autor, essa visão é reforçada pelo fato de a “diplomacia militar” ter oferecido apoio aos “golpes de Estado na Bolívia, em 1971 e, dois anos depois, no Uruguai e no Chile. Esses golpes de Estado, resultaram em regimes ditatoriais, e, ainda, a evolução das relações com o Paraguai, isolando politicamente a Argentina no Cone Sul (...)” (DORATIOTO, 2014, p. 52-54)

as declarações dos próprios chefes das forças armadas, não aconteceu. O autor embasa seu ponto de vista ao fazer uma digressão histórica da diplomática brasileira e a tendência à horizontalização da nossa política externa, que ao setorizar as áreas de atuação, admite-se que

Exista uma relativa redução na concentração de poder decisório nas mãos do Itamaraty no processo de formulação e condução dessa política, mas é necessário frisar que não se verifica a falta de coordenação nesse processo decisório, estando esse ainda sob a primazia do Ministério das Relações Exteriores que é o responsável por regular e coordenar o envolvimento dessas outras instituições do governo na diplomacia. (CASTRO, 2021, p. 21)

Fato é que Itaipu, embora representou em um primeiro momento um ponto de discórdia e crise entre Brasil e Argentina, foi desta crise que as relações entre ambos os países deram um salto de qualidade para um novo patamar diplomático caracterizado por gesto de parceria e relações bilaterais colaborativas. Esta é também a opinião de Mota (1987, p. 118-119) e de Doratioto (2014 p. 54-55), que consideram Itaipu como um ponto de inflexão nas relações Brasil – Argentina. Os movimentos de ambos os países, historicamente realizados a partir de seus governos e das contradições internas que estes países carregavam, resultaram em acordos históricos de cooperação, cujos efeitos são hoje observados e ainda mais claros, em partes graças ao Estado Democrático de Direito vigente em ambos os países no momento em que estas linhas estão sendo escritas.

Com relação à Argentina, o tom utilizado pelo jornal ora oscilava entre o duramente brando e o suavemente enérgico, em nossa opinião, visando minimizar as tensões que rondavam Itaipu, sem, entretanto, deixar de enaltecer a posição do governo brasileiro quanto ao fato de não renunciar a sua soberania na região da Bacia do Rio Paraná. Com base nas observações destas matérias, acreditamos que a representação da Argentina nas páginas d'*O Globo* nessa querela entre Itaipu X Corpus pode ser encarada muito mais como um instrumento de apoio e legitimação da postura diplomática brasileira sob o governo Geisel, o já citado “pragmatismo responsável” de sua política externa de buscar novos parceiros no *Terceiro Mundo* e em especial com seus vizinhos da América Latina.

Não que o jornal não pudesse ter simpatia irrestrita pelos argentinos, entretanto esta postura diplomática estava inserida dentro do II PND, ou seja, estava amalgamada aos pilares econômicos do país e desde seu lançamento *O Globo* já havia deixado claro, como vimos anteriormente, seu compromisso com o Plano Econômico vigente. Portanto, neste caso, parece que as questões econômicas se antepõem alinhamentos políticos, embora os alinhamentos políticos justifiquem e dão o coroamento às questões econômicas.

Este foi o caso, por exemplo, da matéria publicada na edição do dia 02 de maio, intitulada tendenciosamente de “Paraguai pode desistir de Corpus para salvar seus recursos internos”, na qual *O Globo* pontuava que os rios internos do Paraguai tinham maiores potenciais de geração de energia do que Corpus, além de possibilitar a integração via navegação fluvial com outras bacias hidrográficas internas à Bacia do Paraná (O GLOBO, 02/05/1977, p. 05). A matéria também trazia duas importantes autoridades políticas paraguaias, sendo a primeira delas a posição do senador paraguaio Ezequiel Gonzales Alcina, que na ocasião era vice presidente do senado, membro do Conselho Consultivo da Itaipu Binacional e também diretor do periódico *Pátria*, o jornal oficial do partido Colorado. Na matéria, Alcina “reconhece que Corpus prejudicaria o Paraguai, dependendo da cota e, que um acordo Brasil-Argentina poderia desagradar ao seu país” (idem).

Na sequência da reportagem vem uma entrevista exclusiva que *O Globo* conseguiu com Enzo Debernardi, diretor adjunto da Itaipu Binacional. O próprio jornal fez questão de frisar o quão difícil era obter uma entrevista com as autoridades paraguaias e, neste caso, só sendo possível mediante apresentação prévia do que seria questionado. Embora a posição do entrevistado fosse amplamente pendente para o lado brasileiro, forneceu poucas informações sobre a usina de Corpus, não apresentando custos, prazos, potencial energético a ser gerado e nem a polêmica questão das cotas. Dessa entrevista, realizada com 21 perguntas ao engenheiro paraguaio (que, imprescindível lembrar, também presidia a *Administracion Nacional de Eletricidad – ANDE* – a equivalente paraguaia à Eletrobrás brasileira), o essencial foi a resposta dada à décima terceira pergunta, onde questionado sobre Itaipu, Debernardi responde de modo curto e objetivo disparando apenas três palavras: “Itaipu é irreversível”.

Por estes fatos, é possível identificar o típico caso de uma reportagem que, para muito além de informar, continha uma clara posição do Jornal quanto à defesa do Projeto Itaipu, onde em um único texto vemos a neutralização dos planos rivais à Itaipu, no caso representada pelo desabono a construção da usina de Corpus; o envolvimento quase compulsório do aliado Paraguai ao projeto, que transparece por meio da fala das autoridades entrevistadas e a exaltação do acerto do projeto, no caso, a própria Itaipu.

Este engajamento do jornal também se expressou na veiculação de reportagens favoráveis às intenções brasileiras de converter a ciclagem da energia paraguaia para o padrão brasileiro de 60 hertz. Até a decisão final das autoridades paraguaias em novembro de 1977, por diversas vezes o jornal veiculará matérias nas quais faz parecer que o Paraguai concordava com a mudança, quando na verdade o presidente Stroessner só protelava a decisão, na esperança

de obter mais vantagens com o Brasil. Fato é que interesses de cunho econômico estavam em jogo nesta possibilidade de mudança de ciclagem, que na opinião de Menezes (1987, p. 123-124) era outra questão mais política do que técnica.

De fato, na edição do dia 17 de abril, a reportagem intitulada “Brasil não reduz cota de Itaipu”, além de apresentar novamente a obra como irreversível e a impossibilidade de alterar a altura da barragem, trazia duas alternativas para o problema da ciclagem que já eram apresentadas por técnicos brasileiros e, conforme a reportagem, já haviam sido tema da conversa entre Geisel e Stroessner quando da visita deste ao Rio de Janeiro (O GLOBO, 17/04/1977, p. 02).

Semanas depois, uma reportagem ainda mais importante, no dia 05 de maio trazia a fala de uma autoridade no assunto de energia: ninguém menos que o diretor geral do Departamento Nacional de Água e Energia Elétrica, engenheiro Luiz Carlos Menezes, ex-presidente da Companhia de Força e Luz de São Paulo – CPFL (O GLOBO, 05/05/1977, p. 31, sessão de Economia). O engenheiro apresentou estudos já realizados sobre a mudança da ciclagem de energia de Itaipu, onde 3 soluções estavam pensadas para enfrentar o (possível) problema.

Essa sequência de soluções trazidas pelo Jornal – inicialmente duas, mas logo depois três – mostra a evolução da preocupação e o acúmulo do know-how técnico brasileiro na questão energética, além de representar um panorama otimista ao leitor, indicando que se o problema for a questão da ciclagem, a engenharia brasileira já estava preparada com três soluções disponíveis.

A primeira delas seria a construção da UHE tendo metade dos geradores produzindo em 50 hertz e a outra metade em 60 hertz. A segunda seria transmitir a metade da energia que pertencesse ao Brasil em corrente contínua, rebaixando a tensão ao chegar à uma subestação de força. A terceira seria a instalação de conversores de frequência para 60 ciclos em 50 ciclos, ou vice-versa. Isto indica que a questão técnica já estava prevista desde antes de a polêmica ganhar as dimensões que teria ao correr do ano de 1977. Mas, como dito antes, outros interesses estavam em jogo.

Dentre interesses econômicos, dois em particular eram de grande monta, sendo o primeiro deles a abertura do mercado paraguaio aos eletrodomésticos e máquinas elétricas brasileiras (DORATIOTO, 2014, p.54; MENEZES, 1987, p.125). O segundo, possivelmente mais urgente, tratava-se da aquisição dos materiais eletromecânicos permanentes, em especial as enormes turbinas geradoras de energia em 60 ciclos para Itaipu. Por fim, a análise das reportagens do período dá a clara impressão que *O Globo* usou de uma narrativa que se

apresentava ao público leitor do Brasil a imagem de um Paraguai que certamente aceitaria a mudança da ciclagem de sua eletricidade, camuflando o fato do país de Stroessner demonstrar certa resistência a essa possibilidade. Como não poderia deixar de ser, ao fazer isso, o jornal também se colocava entre as forças políticas que pressionavam o país de Stroessner a adotar os 60 hertz, apesar de que, conforme pontua Menezes (idem, p. 124), as notícias que davam por certas a mudança da ciclagem no Paraguai estavam longe de serem verdadeiras.

Ainda no mês de maio, duas outras importantes matérias d'*O Globo* trariam o tema à baila, sendo a primeira publicada no dia 08 de maio, com o título “Energia de Itaipu terá ciclagem mista, afirma Ueki” (O GLOBO, 08/05/1977, p. 30, sessão de Economia). O Ministro de Minas e Energia aventava a possibilidade de adotar a mixagem da produção da usina, ainda que isso representaria o aumento dos custos do projeto inicial, dada a necessidade de geradores adequados para fazê-lo. A matéria trazia também o trecho da fala do ministro citando o adiantado estágio das escavações do canal de desvio, que como podemos concluir até aqui, era a principal jogada argumentativa do Brasil naquele momento para apresentar a obra como irreversível.

A outra reportagem, da edição de 12 de maio, intitulada “Paraguai define-se sobre a ciclagem de Itaipu até julho” (O GLOBO, 12/05/1977, p. 26, sessão de Economia), trazia trechos de declarações do general Costa Cavalcanti, e novamente falas do presidente adjunto da Binacional, Enzo Debernardi. Enquanto o primeiro assegurava o rigor do cumprimento dos prazos nas escavações do canal de desvio e a iminente assinatura dos contratos para o início da segunda fase das obras, o segundo ainda falava de modo genérico sobre os estudos em andamento tocados por uma comissão especial que estava se debruçando sobre a mudança na ciclagem e que “o Presidente do Paraguai não fez qualquer recomendação especial ao grupo de trabalho que analisa a situação”. Essa fala da maior autoridade de energia do Paraguai, em nosso entendimento, revela que, apesar de toda movimentação em torno da questão da ciclagem havia uma tentativa de transparecer que a comissão contava com autonomia em seus trabalhos, mas não descartamos a hipótese de que seria a posição de Stroessner que no fim das contas iria prevalecer, e que ao fim e ao cabo toda implicação técnica se resumiria a uma decisão de natureza política.

Dez dias depois, na edição de 18 de maio, *O Globo* traz uma fotografia do evento de assinatura do contrato com as empreiteiras para a fase dois das obras, que abrangia “a estrutura de controle do canal de desvio; barragem principal e tomada de água; casa de força; barragem lateral direita, vertedouro, além de serviços complementares numa movimentação de concreto

no valor de 12 milhões e 500 mil metros cúbicos”, como o jornal sempre optava por comparações grandiosas, trazia um parágrafo dizendo que “o volume de concreto da usina de Itaipu será quatro vezes maior que o empregado na barragem de Ilha Solteira, em São Paulo, atualmente a maior do País” (O GLOBO, 18/05/1977, p. 24, sessão de Economia). A fotografia em questão trazia Costa Cavalcanti e Enzo Debernardi assinando os contratos com o mesmo consórcio vencedor das escavações, o UNICON brasileiro e o CONEMPA paraguaio, com seus respectivos presidentes.

O jornal citou trechos dos discursos e fez questão de frisar que a “pressa na conclusão da usina esteve implícita nos quatro discursos feitos na solenidade de ontem.” Da mesma maneira estava implícita –ou nem tanto assim – nesta sequência de reportagens *d’O Globo* a representação de uma obra adiantada, sem possibilidades de parar, nem atrasar, ou seja, um recado para a Argentina que ainda insistia em um acordo tripartite entre Brasil – Argentina – Paraguai com objetivo de harmonizar os projetos de Itaipu e Corpus. Único problema é que Itaipu não era mais projeto, e sim uma realidade cada vez mais emergente, quanto mais fundo se escavava o leito pedregoso do Rio Paraná.

Nossa pesquisa encontrou no repositório digital do Arquivo Nacional um documento confidencial datado de 16 de setembro de 1976, expedido pela Assessoria de Segurança da Itaipu Binacional, que trazia a Resolução da 16ª Reunião do Conselho Administrativo onde é relatado toda a manobra técnica e jurídica levada a cabo, pelo Conselho da entidade, para definir a escolha (ou nesse caso, muito mais uma recondução direta) das empreiteiras dos consórcios para a execução desta segunda fase das obras, ou seja, as mesmas construtoras do UNICON/CONEMPA. Segundo a exposição de motivos do documento, tal decisão representava uma garantia de cumprimento dos prazos, o aproveitamento do maquinário já instalado pelos empreiteiros no local e a capacidade comprovada das empresas para “enfrentar um empreendimento na escala do segundo estágio das obras civis da Central Hidrelétrica de Itaipu” (p. 09).

Esses motivos levaram o Conselho Administrativo a negociar diretamente com as firmas do consórcio, sem que houvesse concorrência, com a inclusão de novos grupos “o que poderia acarretar o inconveniente de colocar empresas, que atualmente formam o consórcio empreiteiro do canal, em disputa entre elas por obras futuras” (p. 09). Isso nos revela que a decisão sobre a segunda fase das obras já havia sido tomada quase um ano antes da matéria do dia 18/07/1977 que cobriu o evento de assinatura do contrato, mas, para além dessa obviedade, nos mostra um “grande acordo de cavalheiros” que fora estabelecido entre os construtores e a Itaipu

Binacional, comprovando as já citadas ideias apresentadas por Pedro de Campos (2012) em seu estudo sobre a influência política e poder de pressão dos empreiteiros nos destinos das obras públicas no período ditatorial brasileiro. Mas não apenas essa pressão externa explica a recondução das empreiteiras dos consórcios para a fase dois das obras; a própria Itaipu nascia com uma autonomia administrativa cujo entendimento é indispensável para compreender as ações da Binacional. Tentaremos resumir essa explicação, da qual foi dedicado um livro sobre o assunto a partir da pesquisa do jurista Laércio Betiol.

Na robusta análise legalista que Betiol realiza sobre Itaipu Binacional, são apontadas as várias inovações jurídicas que este modelo de cooperação internacional trouxe para o âmbito do Direito Internacional e diversas páginas são dedicadas para o exame das competências de funcionamento de suas instâncias de comando, sendo o Conselho Administrativo e a Diretoria Executiva como órgãos, respectivamente, de deliberação e decisão e de decisão e execução, uma dessas inovações que evitou ciladas muito comuns entre as grandes corporações até então cindidas entre órgão deliberativos de um lado e executivos de outro (BETIOL, 2008, p.219).

Da mesma forma, continua o pesquisador jurídico, soma-se o fato de prescindir de um conselho fiscal, também muito comum em grandes empresas e em estatais, o que deu à Itaipu mecanismos “mais eficazes na defesa dos interesses das partes” (idem). Poderíamos cair em tentação de fazer a associação retilínea deste sistema enquanto fruto direto do autoritarismo característico dos governos instalados em Brasil e Paraguai – ditaduras militares –, porém o próprio autor diz que:

Nos limites de sua competência, o conselho delibera e decide. Suas decisões são o produto das vontades concordantes das duas partes, de maneira que o elevado número de seus membros, por comparação com o reduzido número de partes, não significa que se pretenda tomar decisões de um modo ‘democrático’, mas sim que se pretende, pelo refinamento e pela combinação de variedade das opiniões dos representantes de uma e de outra parte, obter por um lado o melhor acordo entre ambas, e, por outro, a decisão mais conveniente aos interesses da Itaipu. (BETIOL, 2008, p. 221)

Destarte, o Relatório da Assessoria de Segurança da Itaipu Binacional de 1976 que acima apresentamos só confirma na prática a autonomia política do Conselho e Diretoria em decidir e atender aos interesses da Binacional presente desde antes de seu “nascimento físico”, sendo esta autonomia exercida desde sua construção, gestão e controle externo, conforme as análises de Betiol (2008, p. 222-223). Tivesse o autor em posse destes documentos na época da escrita de sua irretocável tese, com certeza perceberia o acerto de suas análises jurídicas sobre o funcionamento da Itaipu, que segundo o próprio, é piramidal e funciona como um sistema

que transpõem “seus objetivos globais e parciais convertidos, nos diferentes níveis hierárquicos, em planos constituídos por programas e orçamentos.”(BETIOL, 2008, p. 227)

Antes que o mês de maio terminasse, Itaipu ainda iria aparecer mais algumas vezes nas páginas do jornal, agora como polêmica, com destaque para as edições dos dias 18, 20 e 24/05/1977, as quais exploraram um depoimento atribuído ao chanceler Azeredo da Silveira durante debate realizado no dia 17 de maio, em sua participação na Comissão de Relações Exteriores do Senado. Na ocasião em que falou sobre as implicações diplomáticas envolvidas nas questões da política energética do Brasil, foi tratado pelo chanceler temas relativos a energia nuclear (Alemanha Ocidental) e sobre Itaipu (Paraguai).

Nessa reunião, Silveira teria afirmado que o Paraguai atenderia a proposta brasileira e assim mudaria sua ciclagem, o que foi interpretado como um gesto de interferência na autonomia daquele país, colocando como arbitrária a decisão do Brasil em construir Itaipu em sistema de 60 hertz. Essa interpretação, de acordo com a matéria d’*O GLOBO*, foi ventilada na imprensa paraguaia pelo jornal *ABC Color*, que teria publicado um editorial no dia 24 de maio, que além da ilação da interferência brasileira, apontava a possibilidade de reaver o tratado de Itaipu e os preços negociados da energia excedente que o Paraguai venderia ao Brasil (*O GLOBO*, 25/05/1977, p. 22, sessão de Economia).

Tal declaração não foi bem recebida pelo meio diplomático e o vice-líder do governo no senado, o arenista Virgílio Távora, ganharia uma chamada na capa do jornal e meia página no interior do periódico, com direito a fotografia tirada durante sua fala na tribuna, na edição de 24 de maio, ou seja, no mesmo dia que o periódico paraguaio publicava seu editorial, mostrando que a polêmica já devia estar circulando nos bastidores diplomáticos talvez desde o dia da presença do chanceler na Comissão do Senado. É dedicado então o espaço para uma longa fala de Távora desmentindo que Silveira tivesse pronunciado qualquer ilação que desabonasse as boas e cordiais relações que o Itamaraty tinha com os países sul-americanos. O Jornal ainda publicou, na mesma matéria, até mesmo uma fala do senador de oposição, Itamar Franco, do MDB, que também não só defendeu Silveira, mas ainda abonou a política externa adotada pelo Brasil, nas palavras do senador mineiro, um ponto de concordância entre governistas e opositores (*O GLOBO*, 24/05/1977, p. 22, sessão de Economia).

O editorial da edição do dia 25 de maio, na primeira página com o título “Águas Pacificadas”, colocaria fim na polêmica tratando como uma “suposta gafe ministerial” e que a “perplexidade nos meios oficiais e na opinião pública” não passava de uma “crise postiça e intriga gratuita”. Após a defesa do chanceler brasileiro, o emoldurado editorial disparava que

“Itaipu já é uma obra em franca execução, enquanto as hidrelétricas de Yacyretá (projeto velho de 30 anos) e Corpus permanecem ainda no papel” (O GLOBO, 25/05/1977, p.01). Esta mesma edição traria na página 03 uma reportagem noticiando uma reunião da União das Indústrias Paraguias – UIP ocorrida no dia anterior. A UIP decidiu pronunciar-se contrária à mudança da ciclagem da energia, pois em sua avaliação os custos dessa mudança implicariam profundas e custosas conversões de máquinas, motores e equipamentos, o que seria inviável. Essa posição da UIP, no entendimento de Menezes (1987, p. 125), foi o primeiro grande desacordo político entre o governo Stroessner e a classe empresarial paraguaia, desde a ascensão do general ao poder. O que veremos no mês seguinte sobre Itaipu será esta mesma dinâmica, onde a reportagem estava mais de olho naquilo que acontecia nos encontros das chancelarias do que nos batentes do canteiro de obras de Itaipu.

O mês de junho oscilará entre matérias sobre a Argentina insistindo em um acordo para compatibilizar Itaipu e Corpus e a mudança da ciclagem do Paraguai. Logo no dia primeiro, na capa d’*O Globo*, a notícia “Paraguai vai mudar a ciclagem” indica claramente o esforço do Jornal em apoiar a posição brasileira em mudar a frequência do país vizinho, embora as reportagens sempre indicassem a indecisão da Comissão Especial que estudava a possibilidade ou não da mudança (O GLOBO, 01/06/1977, p.01). Em 07/06/1977, a matéria da p. 23 da sessão de Economia, trazia o título “Paraguai define ciclagem para Itaipu esta semana”; em 08/06/1977, p. 22 do mesmo sessão de Economia, a reportagem “Ministros paraguaios continuam a debater política para Itaipu” também trazia a questão da ciclagem em sua roupagem política. Matéria da edição de 11/06/1977, p. 22, também no sessão de Economia, intitulada “Governo paraguaio decide de muda ciclagem do país”, vinha com informação sobre o alto escalão do Paraguai, onde “um importante setor do Governo considera conveniente a mudança de ciclagem do sistema paraguaio (...)”. Como dissemos acima, eram notícias sem lastro de verdades, pois apesar do jornal insistir na possibilidade de mudança, o Paraguai ainda estava longe de tomar a decisão naquele mês.

Porém, é importante ressaltar que a partir das leituras destas matérias, supomos que não apenas os interesses econômicos de setores industriais brasileiros estavam em jogo, mas também os interesses econômicos dos Estados Unidos, pois, como vimos acima, este país também usa o padrão de 60 hertz em seus equipamentos e a adoção desta frequência pelo Paraguai seria um outro ponto de exportação de sua produção. Chamou nossa atenção que esta mesma matéria do dia 11/06/1977 diz que a mudança para 60 ciclos vinha em direção com o estreitamento de vínculos com os Estados Unidos e o Brasil e mais adiante citava que “A

Venezuela, sem nenhum tipo de problemas, decidiu passar de 50 para 60 ciclos a fim de beneficiar-se das importações dos Estados Unidos”. Também na reportagem do dia 08/06/1977, era citado que, com a mudança na ciclagem, “os comerciantes deixariam de comprar da Europa e da Argentina, para se abastecerem no Brasil e nos Estados Unidos.” De modo implícito, *pero no mucho*, ao noticiar tais informações, trazendo ao grande público estes fatos, o jornal entrava em campo do lado daqueles que pressionavam o Paraguai, ainda que as autoridades brasileiras deixassem claro a todo momento a preocupação brasileira em garantir a autonomia do seu sócio quanto a escolha de sua ciclagem.

Foi este, por exemplo, o caso da fala do general Costa Cavalcanti em entrevista exclusiva para *O GLOBO*, publicada no dia 15 de junho, onde o Diretor Geral asseverou que: “a diferença entre as ciclagens do Brasil e do Paraguai não será obstáculo à construção da usina de Itaipu. (...) A obra é irreversível, apesar dos pequenos problemas que ocorrem e, à medida do possível, vão sendo solucionados”. A ciclagem não constitui obstáculos” (*O GLOBO*, 15/06/1977, p. 24, sessão de Economia).

Outra alta autoridade brasileira a aparecer nas páginas d’*O Globo* foi Shigeaki Ueki, (Minas e Energia), que na edição do dia 21 de junho, em matéria intitulada “Ueki afirma que ciclagem de Itaipu não atrasará a obra” (*O GLOBO*, 21/06/1977, p. 21, sessão de Economia), o ministro citava as alternativas já elaboradas para contornar a questão, que segundo nosso entendimento, nesta altura dos fatos a permanência ou não da ciclagem paraguaia em 50 hertz já começava a perder sua força de barganha, pois ficava cada vez mais claro que este não era um ponto que tornaria a obra inviável e muito menos reversível.

Dois dias depois, retorna ao jornal o mesmo ministro com a reportagem “Ueki: Itaipu não atrasa por falta de dinheiro” (*O GLOBO*, 23/06/1977, p. 20, sessão de Economia). O ministro garante os imensos recursos destinados à continuidade da obra, minimiza os possíveis atrasos como sendo normais em qualquer grande obra, sem prejuízo ao cronograma final estabelecido – funcionamento da UHE em 1983 – e arremata dizendo não haver crise no Brasil, estando o país em posição privilegiada em relação ao pessimismo mundial, finalizando ao dizer: “Mantendo o clima de otimismo e confiança, o Brasil será capaz de aportar novos investimentos externos com outras formas de utilização tecnológica. Prova disto é que o balanço das principais empresas nacionais demonstra a fase favorável do País”. Rememorando as palavras de Carlos Fico (1997, p. 54), ao interpretar a visão otimista a partir de um “conflito entre a imagem de um país grandioso e a realidade das desilusões (...)”, essa fala de Ueki, tratando da maior obra

pública da ditadura militar, torna-se um ótimo exemplar da representação do país a partir dos agentes controladores do poder.

Nos meses de julho e agosto continuaram as matérias sobre a protelação do Paraguai na decisão de sua ciclagem e a polêmica de Corpus com a Argentina, que embora estivesse em seu auge, começou a desanuviar a rivalidade a partir de um movimento diplomático do país platino ao ensaiar um declínio de sua posição, que passou da insistência em um acordo tripartite envolvendo o Paraguai, para um aceno em direção a conversas e acordo bipartite. O jornal representou essa manobra como um recuo argentino e uma vitória da posição brasileira, que desde o início das polêmicas se recusava a discutir Corpus em um fórum trilateral.

Essa ênfase dada a toda movimentação política gerada por Itaipu e a pouca ênfase dada aos trabalhos no canteiro de obras foi também alvo de crítica pelo general Costa Cavalcanti que reclamou no jornal da própria postura da imprensa. Na edição do dia 24 de agosto, o Diretor Geral de Itaipu, ao sair de uma reunião no Itamaraty, foi perguntado sobre quais temas foram tratados nessa conversa e ele responde que foi tratar com o Chanceler Azeredo Silveira sobre a possibilidade do Ministro da Relações Exteriores ajudar a conseguir recursos para a Binacional. Completou que “a obra está indo bem, dentro do prazo e até adiantada, mas parece que vocês não se preocupam com isto. (...) Por favor, não metam Itaipu em problemas de decisão política.” (O GLOBO, 24/08/1977, p. 06).

Em setembro, uma matéria intitulada “Atraso de Itaipu dá prejuízo”, é publicado trechos da fala do Diretor Geral retirados da palestra realizada para os representantes da Federação Nacional dos Bancos, ocasião em que discorreu sobre os recentes empréstimos contraídos no exterior e os que ainda eram necessários levantar. O general citou o andamento das obras e a impressionante cifra de um prejuízo estimado de US\$ 700 milhões por ano, caso a construção da UHE atrasasse. Porém, ao ser questionado sobre a questão da ciclagem envolvendo Brasil e Paraguai, Costa Cavalcanti respondeu que “o assunto não está sendo tratado em sua área, tendo sido deslocado para o setor diplomático” (O GLOBO, 16/09/1977, p. 20, sessão de Economia).

Neste período do ano, conforme o Relatório Anual de 1977, estavam para iniciar ainda que em escala reduzida os trabalhos de concretagem da estrutura do desvio – oficialmente iniciada em 1º de outubro de 1977 –, pois o maior volume dos trabalhos ainda consistia nas escavações. Enquanto as chancelarias de Paraguai, Argentina e Brasil se batiam com a ciclagem da energia, as negociações bilaterais ou tripartites e a compatibilização de Corpus com Itaipu, os operários da UNICOM, em suas árduas jornadas laborais – que conforme vimos acima, somavam 20 horas de trabalho diário –, atingiam a impressionante marca de 18 milhões de

metros cúbicos de solo escavado e quase 17 milhões de metros cúbicos de rochas escavadas. Todo esse material escavado, conforme segue o Relatório (p. 16), estava sendo direcionado para os trabalhos de construção das enseadeiras.

A colossal barragem de enrocamento com seu núcleo de argila ainda exposto já se prostrava cada dia maior à vista em uma longa faixa de pedras, tal qual uma ciclópica montanha artificial que ia nascendo à margem esquerda do Rio Paraná, com um volume de quase 5 milhões de metros cúbicos de rocha basáltica. Ainda no canteiro de obras, foram intensos os trabalhos das equipes envolvidas com a montagem do complexo industrial de fabricação, transporte e lançamento do concreto, cujos equipamentos, como vimos pouco mais acima, haviam sido adquiridos por Itaipu no ano anterior, prevendo o longo arco de tempo que tais maquinarias levam para serem produzidas e montadas. Erguiam-se dos dois lados das margens do rio Paraná as imensas torres treliçadas de aço, que com o design peculiar de suas estruturas, bem lembravam a figura de gigantes robôs de ferro advindos de algum filme de ficção científica. Dessas torres saíam avanços laterais, que mais pareciam os braços desses robôs, que nada mais eram que as estruturas por onde os cabos de aço faziam correr os ganchos, cestos e plataformas com os objetos dos mais diversos tipos, pesos e tamanhos de um lado para o outro do canteiro de obras, movidos por poderosos guindastes.

O Relatório (p.18), ao citar a colocação em operação do canteiro de concreto, descreve esta ação como uma “iniciativa coroada de êxitos”, pois a entrada em operação dos equipamentos de concretagem para a construção da estrutura de controle do desvio e as demais unidades que integraram o canteiro como um todo movimentaram um valor de US\$ 163 milhões de dólares com um índice de nacionalização dos componentes na ordem média de 80%. Até o final desse ano, cerca de 22.485 pessoas estavam trabalhando em Itaipu, sendo 1.625 da própria Binacional e 20.860 dos consórcios UNICON/CONEMPA.

Com estes fartos números e cifras com tantas casas decimais, parece que fica mais fácil entender por que o general Costa Cavalcanti estava tão descontente com o desprezo d’*O Globo* ao andamento dos trabalhos do canteiro de obras.

Na edição do dia 02 de outubro era noticiado “Paraguai: este mês será a decisão da ciclagem de Itaipu” (O GLOBO, 02/10/1977, p. 35, sessão de Economia), onde eram publicados trechos da fala do Ministro da Indústria e Comércio do Paraguai, Delfin Ugarte Centurión, que afirmava que a decisão sairia em outubro. Mas, como vimos antes, o Paraguai só iria de fato dar a palavra final no mês seguinte. Em outubro, verificamos que o jornal traria toda semana uma matéria sobre Itaipu, indicando a expectativa em torno da decisão da ciclagem, mas na

edição de 11/10/1977, p. 29, sessão de Economia, as atenções se voltaram inevitavelmente ao canteiro de obras com a matéria “Itaipu inicia fase de concretagem”.

Consideramos essa reportagem a mais importante do período devido a alguns fatores que seguem. Em primeiro lugar, como vimos acima, o Relatório Anual de 1977 indicava que a central de concreto estava pronta e operando desde o dia 1º daquele mês, mas o ato oficial de lançamento da primeira caçamba de concreto para a construção da estrutura de controle do canal de desvio só ocorreu 10 dias depois, com o acionamento do derrame da caçamba realizado com a presença de altas autoridades, das quais destacou-se o diretor geral, general Costa Cavalcanti, o diretor adjunto paraguaio, Enzo Debernardi e o presidente da Eletrobrás, Antônio Carlos Magalhães.

Em segundo lugar, a reportagem retoma as características observadas nas demais matérias referentes à construção de Itaipu até o início de 1977, ou seja, trazendo números tão grandes quanto a represa, com destaque para a descrição dos equipamentos e suas altíssimas capacidades de produção de concreto.

Em terceiro lugar, a matéria conectava toda essa informação da maquinaria em operação com a questão do cronograma, que seria cumprido dentro de 12 meses, mais uma vez indicando que, dia após dia, Itaipu era irreversível e mais ainda, a partir deste evento, literalmente tornava-se um fato concreto. De acordo com os dados da reportagem, uma vez lançadas na razão de 120 mil metros cúbicos de concreto ao mês, em uma produção de 200 metros cúbicos por hora, em poucos dias já teria uma significativa estrutura sólida suficiente no canteiro de obras que seria impossível de voltar atrás, ou sequer removê-la dali. Nossa impressão é que esse era o objetivo desta reportagem.

Na semana seguinte, era anunciado cortes de investimentos para o próximo ano na Eletrobrás, afetando diversos projetos da estatal. O presidente da empresa à época, Antônio Carlos Magalhaes, citava que apesar dos cortes, algumas obras previstas seriam iniciadas em 1978, mas que algumas seriam reexaminadas quanto a prioridades e direcionamento de recursos, o que não incluía a gigante Itaipu (O GLOBO, 20/10/1977, p.26, sessão de Economia). Fato muito comemorado por Costa Cavalcanti, que era citado na matéria chegando “ao Ministério de Minas e Energia bastante sorridente e declarou que Itaipu foi a única empresa do setor elétrico que não sofreu corte na proposta de investimentos para o próximo ano.” Este anúncio em menos de 10 dias após o início da concretagem da estrutura de controle do canal de desvio colocava um ingrediente a mais na narrativa da saga Itaipu, qual seja, um governo

disposto a realizar sacrifícios orçamentários, indicando que faria tudo para que nada faltasse à maior obra do mundo, principalmente, é claro, o dinheiro!

Novembro seria de fato o mês decisivo, pois além do anúncio da decisão paraguaia sobre a ciclagem da energia, também estavam sendo trocadas informações entre Brasil e Argentina sobre as hidrelétricas de Itaipu e Corpus⁶⁶ que seriam utilizadas na reunião de chancelarias envolvendo os países da tríplice fronteira. Nas edições de 05 e 06 de novembro, as páginas d'*O Globo* trouxeram notícias informando que estava por sair a decisão final do Paraguai sobre a ciclagem da energia. Em ambas as matérias fica sinalizado que a mudança para 60 ciclos interessava ao Brasil e o jornal, consentâneo com o objetivo do governo brasileiro, deixava claro os benefícios que a escolha por 60 hertz traria. Nestes dias, o próprio Enzo Debernardi estava com uma comissão de técnicos em Brasília apresentando o resultado final das propostas paraguaias sobre o assunto, sem, entretanto, anunciar a posição de seu governo. Fato é que o fim dessa questão veio na edição do dia 11 de novembro, com uma chamada na primeira página intitulada “Energia de Itaipu será dividida entre 50 e 60 ciclos” e toda uma página no interior do jornal com uma gama de informações técnicas e políticas, além de fotografia do ministro Ueki e um diagrama explicando detalhes da dupla ciclagem e outros detalhes da decisão anunciada pelo Ministério de Minas e Energia (O GLOBO, 11/11/1977, p. 01 e 30). Uma novidade foi a publicação de uma visão crítica à Itaipu, manifestada pelo ex-presidente da Eletrobrás, engenheiro Otávio Marcondes Ferraz. A Figura 18 mostra a organização desta página, que em nossa observação, sintetiza toda a saga Itaipu daquele ano.

Primeiramente, o título já nos dá a resposta ao mistério que se arrastava desde abril, quando o debate parecia oficialmente instalado e *O Globo* não deixou mais o tema sair de suas páginas. Na ocasião, o presidente paraguaio esteve no Brasil para o encontro com Geisel. Aliás, logo abaixo do título da reportagem, temos uma matéria emoldurada dedicada ao presidente brasileiro, dando-lhe os créditos como o maior articulador na resolução do impasse. A matéria está na zona de interesse número 1, de acordo com diagrama de Aguillar (2012). Geisel é representado como um estadista que reconheceu as condições do Brasil em viabilizar as soluções, diante das dificuldades de conversão do sistema elétrico do parceiro Paraguai, e, ao mesmo tempo, apoiado nas opiniões dos técnicos e nas análises do Conselho de Segurança Nacional (CSN), Geisel decidiu pela produção partilhada, isto é, metade das turbinas gerando energia em 60 ciclos e metade em 50 ciclos.

⁶⁶ O GLOBO, ed. 16.090, p. 13, de 30/10/1977

O fato do jornal ter noticiado a presença do CSN nessa decisão não é uma citação gratuita. Mostra como a Doutrina de Segurança Nacional – DSN – estava presente e atrelada ao modelo de desenvolvimento do país. Na obra de Fernanda de Souza Braga (2020, p. 27-29) é debatida a DSN e suas implicações junto à governança dos recursos hídricos, pois para a autora o setor de energia, notoriamente o de hidroenergia, se constituiu no Brasil como os principais agentes políticos inseridos nas tomadas de decisão que estiveram no poder no período militar, principalmente, no Ministério das Minas e Energia e na Eletrobrás. Claro, a pressão econômica que certamente existia sobre o atraso na compra das turbinas deve ser considerada nesta decisão de Geisel, embora a reportagem cite na última linha este fato, de modo *en passant*, que “já se havia perdido muito tempo com essa discussão”. Ou seja, naquela altura dos acontecimentos, não importava qual seria a decisão; o importante era que houvesse uma decisão seja qual fosse.

Em segundo lugar, a representação do ministro Shigeaki Ueki também segue uma linha parecida com a adotada para representar o presidente. Por ter sido o ministro escolhido para anunciar a decisão da dupla ciclagem, a foto de Ueki também está em posição de destaque (no topo, um pouco ao centro-esquerda), portanto, dentro da maior zona de interesse de leitura (AGUILLAR, 2012). Na foto, Ueki está sorridente e os trechos de suas falas, ditas ao *O Globo*, conforme o jornal fez questão de frisar, enalteciam a decisão do governo como um acerto que beneficiou ambas as partes e que foi necessária para que não se perdesse mais tempo com essa questão. A questão da integração nacional, um dos cerne do II PND, é levantada por Ueki ao dizer que a escolha da dupla ciclagem, adotando a alternativa de usar a corrente contínua que sairia das turbinas, iria beneficiar as redes de transmissão de energia para o norte do país, agregando ao sistema a região do Amazonas (Tucuruí) e a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (sistema CHESF).

O terceiro ponto é a articulação de um conjunto de matérias, a começar pelas falas do general Costa Cavalcanti, que ao falar dos avanços das etapas das obras da UHE, também enaltecia o desfecho da questão da ciclagem principalmente por preservar a soberania de ambos os países e, principalmente, por abrir a possibilidade de realizar a compra dos equipamentos permanentes de geração de energia, que agora já era sabido que seriam nove turbinas em cada ciclagem. Na mesma linha do general, no lado oposto da página, estão trechos das falas de técnicos da Eletrobrás que explicavam ao leitor dois importantes pontos: a manutenção dos prazos para terminar Itaipu dentro do cronograma previsto e o não aumento significativo dos custos no projeto. Por fim, o setor privado também manifestou sua posição pró decisão governamental na fala do presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Máquinas

(Abimaq), o empresário Einar Kok, dizendo que a decisão não cria nenhum problema ao fabricante nacional em fornecer equipamentos em qualquer uma das frequências. Na ocasião, o representante da Abimaq também reivindicava uma participação maior na preferência dada às indústrias nacionais na aquisição de componentes pelas estatais. Concluindo o conjunto das matérias, é oportuno citar o diagrama na parte central da página explicando como se daria todo o esquema da geração da energia em nove turbinas para cada ciclo, sua transmissão, conversão e retransmissão.

O quarto bloco de matérias dizem respeito a questões diplomáticas que envolveram a decisão pela dupla ciclagem, principalmente a posição paraguaia que se arrastou de abril a novembro e a presença da Argentina, que era adepta da manutenção dos 50 hertz no Paraguai, enquanto posição que favorecia suas pretensões com a usina de Corpus. Esse bloco de matérias apresentava as repercussões na chancelaria paraguaia, que afirmava não ter sofrido pressão argentina para manter os 50 ciclos e que a questão sempre foi técnica, e não política, sendo a decisão final um ato de soberania dos dois países sócios de Itaipu. Do lado argentino, o jornal noticiava como um ato nobre do Brasil em direção à distensão das relações, uma vez que as autoridades do país viram que a decisão brasileira “deixou claro que a boa vontade não é um patrimônio exclusivo da Argentina”. Por fim, o próprio Itamaraty também louvava a decisão técnica e, para dar força à narrativa que não houve influências políticas na decisão anunciada, o próprio porta-voz do Itamaraty, o diplomata Luís Felipe Lampreia, em entrevista ao *O Globo*, assegurava que os programas de cooperação com o Paraguai não sofreriam nenhuma descontinuidade e nem interrupções nos canais de diálogo.

Em uma das raríssimas vezes que o jornal publicou posições contrárias à Itaipu, eis que nesta página temos uma matéria com o ex-presidente da Eletrobrás, engenheiro Octávio Marcondes Ferraz, que embora tenha ocupado o cargo máximo da estatal durante o governo Castelo Branco, sempre foi crítico ao projeto Itaipu. Marcondes Ferraz foi um dos grandes vultos ligados ao setor elétrico brasileiro, sendo responsável pela elaboração do projeto básico e pela condução das obras da usina hidrelétrica de Paulo Afonso I.

Inaugurada em janeiro de 1955, a usina foi considerada na época o maior empreendimento da engenharia brasileira até então executado. É oportuno lembrar também que o escritório de Marcondes Ferraz foi o responsável pela elaboração dos primeiros projetos de aproveitamento energético do potencial hídrico do Rio Paraná e ele defendia a implantação de pequenas usinas de menor capacidade de geração de energia. A questão da ciclagem interessava ao engenheiro, pois foi sob sua gestão na Eletrobrás que os sistemas remanescentes brasileiros

de 50 hertz – até então existentes nos estados da Guanabara, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Rio Grande do Sul – foram unificados, adotando o padrão norte americano de 60 hertz⁶⁷.

Na reportagem, Marcondes Ferraz diz que Itaipu foi um projeto mal elaborado e por isso a polêmica da dupla ciclagem foi uma consequência disso. Além do mais, a decisão que implicou na dupla conversão da energia de Itaipu não era tecnicamente uma solução aceitável e também não era a mais econômica, embora não deu detalhes sobre o assunto, como o próprio jornal enfatizou. A matéria continua com o engenheiro dizendo que tudo o que ele pensava sobre Itaipu já havia sido dito em suas conferências no Clube de Engenharia do Rio e *O Globo* finaliza sua participação trazendo ao texto o reforço de sua postura opositora ao projeto e o fato de ser favorável à entrega do setor elétrico para a iniciativa privada.

Nossa hipótese é que esta postura crítica trazida pelo *O Globo* não representa uma ruptura do jornal com sua narrativa, mas ao contrário, vem para reforçar sua imagem de veículo imparcial, mesmo sendo favorável ao projeto Itaipu. Marcondes Ferraz foi filiado ao ARENA⁶⁸ até agosto de 1976 e antes disso era membro da UDN, partido que *O Globo* sempre foi simpático. Também devemos levar em conta o fato de Marcondes Ferraz ser favorável ao aproveitamento do potencial energético do Rio Paraná, pois conforme consta em sua biografia disponível no Acervo Memória da Eletricidade (s.d, n.p) foi sua empresa – o Escritório OMF, a primeira firma especializada do país na área de projetos, consultoria, planejamento e perícias sobre energia elétrica e tecnologias conexas – que elaborou os primeiros projetos de construção de hidrelétricas no curso do rio. Por conta disso, acreditamos que crítica de Marcondes Ferraz era muito mais um desacordo na forma e uma certa anuência com o conteúdo. Portanto, era uma postura crítica aceitável para aparecer nas páginas do jornal, pois tratava-se de alguém que comungava de modo geral com os ideais do II PND da ditadura militar.

⁶⁷ Acervo Memória da Eletricidade. Verbete: Octávio Marcondes Ferraz, s.d, n.p

⁶⁸ idem

Figura 18: Página de O Globo sobre Itaipu e os detalhes da dupla ciclagem

30 • ECONOMIA

O GLOBO
Sexta-feira, 11/11/1977

2º CLICHE

2º CLICHE

Itaipu vai gerar energia em dupla ciclagem

Turbinas vão operar em 50 e 60 ciclos

Nota do Ministério das Minas e Energia divulgada sobre a Brasília informa que a solução adotada para a instalação de Itaipu consistirá em duas turbinas operando na frequência de 60 ciclos e outra operando em 50 ciclos.

A nota, no entanto, é reservada.

O Ministério das Minas e Energia informou que, tendo em vista as condições naturais do sítio, a solução adotada para a instalação de Itaipu consistirá em duas turbinas operando na frequência de 60 ciclos e outra operando em 50 ciclos.

A nota, no entanto, é reservada.

BRASILIA (O GLOBO) — Não era possível esperar mais, disse ontem ao GLOBO o Ministro das Minas e Energia, Edmar de Lencastre, ao informar que a posição do projeto de instalação de Itaipu está feita por sobre o governo de 60 ciclos e uma outra para 50 ciclos, frequência que atenda tanto a um como outro lado.

O Ministro explicou que houve a necessidade de se decidir logo o sistema de geração de energia elétrica a ser instalado no sítio, para dar dentro de cinco para um acionamento dos equipamentos geradores, o que deverá ocorrer em fevereiro, segundo informou o diretor-geral de Itaipu, General Carlos Cavalcanti.

Disse ainda que a energia gerada pelo Parana em 50 e 60 ciclos e não para o Brasil será transmitida para o lado brasileiro por meio de uma subestação convertidora e de uma subestação reatora.

Uma decisão de se adotar os dois tipos de geradores, com o sistema de transmissão de 50 e 60 ciclos, foi tomada pelo Conselho de Administração de Itaipu, em reunião realizada no Palácio do Planalto, a noite de ontem.

O Ministro Lencastre não fez mais muitas declarações e afirmou que o presidente da Comissão de Itaipu, General Carlos Cavalcanti, está viajando para o Rio de Janeiro, onde se encontra com o governador do Estado, General Carlos Augusto de Faria, e com o governador do Estado, General Carlos Augusto de Faria.

Costa Cavalcanti: Está concluída uma das etapas

ASSINADO (O GLOBO) — Está concluída uma das etapas da construção de Itaipu. Assim, a obra está sendo feita e a licitação internacional para a compra de equipamentos elétricos de 500 MW e 600 MW, General Carlos Cavalcanti, presidente da Itaipu Binacional, sobre a decisão de Itaipu de adotar duas frequências de transmissão de energia elétrica.

Costa Cavalcanti disse que a decisão de Itaipu de adotar duas frequências de transmissão de energia elétrica em 50 e 60 ciclos, não é uma decisão definitiva, mas sim uma decisão que será tomada em função da conclusão de uma das etapas da obra.

Costa Cavalcanti disse que a decisão de Itaipu de adotar duas frequências de transmissão de energia elétrica em 50 e 60 ciclos, não é uma decisão definitiva, mas sim uma decisão que será tomada em função da conclusão de uma das etapas da obra.

Geisel abriu questão para facilitar acordo

BRASILIA (O GLOBO) — No último encontro que teve com o Presidente Afonso Gusmano, o Presidente da Comissão de Itaipu, General Carlos Cavalcanti, afirmou que o Brasil está disposto a aceitar a decisão de Itaipu de adotar duas frequências de transmissão de energia elétrica em 50 e 60 ciclos, desde que o Brasil seja beneficiado com a instalação de uma subestação convertidora e de uma subestação reatora.

Geisel abriu questão para facilitar o acordo com o Brasil, desde que o Brasil seja beneficiado com a instalação de uma subestação convertidora e de uma subestação reatora.

Paraguai pretendia prolongar negociações

BRASILIA (O GLOBO) — O Paraguai não pretendia prolongar as negociações de Itaipu, mas sim uma decisão que será tomada em função da conclusão de uma das etapas da obra.

O Paraguai não pretendia prolongar as negociações de Itaipu, mas sim uma decisão que será tomada em função da conclusão de uma das etapas da obra.

Solução vai exigir dois conversores

A nota de Itaipu vai operar em dupla ciclagem, com as duas turbinas operando em 50 e 60 ciclos e uma outra para 50 ciclos, frequência que atenda tanto a um como outro lado.

A solução vai exigir dois conversores para a transmissão de energia elétrica em 50 e 60 ciclos.

Itamaraty: uma decisão política bem adequada

BRASILIA (O GLOBO) — Para o Itamaraty, a decisão adotada para a instalação de Itaipu é uma decisão política bem adequada.

O Itamaraty considera a decisão de Itaipu de adotar duas frequências de transmissão de energia elétrica em 50 e 60 ciclos, uma decisão política bem adequada.

Diplomata nega influência da Argentina contra Brasil

BRASILIA (O GLOBO) — O Paraguai não sofreu nenhuma influência da Argentina, mas sim uma decisão que será tomada em função da conclusão de uma das etapas da obra.

O Paraguai não sofreu nenhuma influência da Argentina, mas sim uma decisão que será tomada em função da conclusão de uma das etapas da obra.

Nova diretoria do CIRJ é empossada

Com mudança que se estendeu até 1980, o Conselho Interamericano de Recursos Jurídicos (CIRJ) foi empossado em Brasília, a nova diretoria do Conselho Interamericano de Recursos Jurídicos (CIRJ) foi empossada em Brasília.

Horacio Nieto Moreno

Horacio Nieto Moreno, presidente do Conselho Interamericano de Recursos Jurídicos (CIRJ), foi empossado em Brasília.

Participação do Estado

No passado, quando os dois integrantes do Conselho Interamericano de Recursos Jurídicos (CIRJ) foram empossados em Brasília, a participação do Estado foi uma decisão política bem adequada.

Ex-presidente da Eletrobrás acha projeto mal elaborado

Ex-presidente da Eletrobrás, General Carlos Augusto de Faria, acha o projeto de Itaipu mal elaborado.

Ueli diz que a decisão tomada é igualmente boa para Brasil e Paraguai

TURICUM, A Itaipu Binacional não tem por que se preocupar com a decisão tomada em Brasília, disse Ueli, chefe de missão do Paraguai em Brasília, ao afirmar que a decisão tomada em Brasília é igualmente boa para o Brasil e o Paraguai.

Alteração dos planos não vai atrasar o cronograma da obra

A alteração dos planos de Itaipu não vai atrasar o cronograma da obra, afirmou Ueli, chefe de missão do Paraguai em Brasília, ao afirmar que a decisão tomada em Brasília é igualmente boa para o Brasil e o Paraguai.

Kok diz que cada conversor de energia custa US\$ 500 milhões

SÃO PAULO (O GLOBO) — O custo de cada conversor de energia elétrica em 50 e 60 ciclos é de US\$ 500 milhões, afirmou Kok, chefe de missão do Paraguai em Brasília, ao afirmar que a decisão tomada em Brasília é igualmente boa para o Brasil e o Paraguai.

Ex-presidente da Eletrobrás acha projeto mal elaborado

Ex-presidente da Eletrobrás, General Carlos Augusto de Faria, acha o projeto de Itaipu mal elaborado.

Participação do Estado

No passado, quando os dois integrantes do Conselho Interamericano de Recursos Jurídicos (CIRJ) foram empossados em Brasília, a participação do Estado foi uma decisão política bem adequada.

Ex-presidente da Eletrobrás acha projeto mal elaborado

Ex-presidente da Eletrobrás, General Carlos Augusto de Faria, acha o projeto de Itaipu mal elaborado.

Esta página inteira sobre Itaipu nos leva a algumas conclusões. A primeira delas, da qual nos referimos anteriormente como hipótese, é o alinhamento do jornal ao governo manifestado na defesa intransigente de suas ações econômicas, expressas no II PND, das quais para levar adiante seriam necessárias as ações técnicas, burocráticas e, mais ainda, diplomáticas e políticas.

Defender Itaipu era defender o II PND, pois é inegável que esta obra representava uma parte considerável do programa econômico brasileiro por atender uma demanda significativa da classe industrial, logo não se tratava apenas de um ponto de interesse focal ou como mais uma obra em curso, mas de um compromisso do jornal com a política econômica da ditadura militar brasileira.

A segunda diz respeito justamente ao apoio e ênfase dada pelo *O Globo* na narrativa de negação da influência política nas questões da ciclagem da energia. Vimos ao longo das reportagens analisadas que, a todo tempo, o ônus e o bônus da decisão sobre a ciclagem eram jogados no colo dos técnicos. É importante lembrar que a forma de encarar a Política neste período tinha suas peculiaridades típicas de um regime que fazia política para o povo, mas não com o povo, e, conforme apresentou Carlos Fico (1997, p. 127-129), a comunicação da ditadura por meio da Aerp/ARP se travestia de uma linguagem aparentemente despolitizada, numa tentativa de ampliar as atenções para os “valores brasileiros” e os “sentimentos nobres”, ao passo que a representação da tecnização da política era o que mais transparecia. A participação do povo não se dava pela participação política nos moldes da concepção democrática que esta expressão hoje representa – ou que representava antes do golpe de 1964 –, mas pela participação do projeto desenvolvimentista dos militares e não em seu gerenciamento (idem, p.130). Assim, nas matérias d’*O Globo*, ficava clara esse clima de aprovação das decisões e rumos que os militares iam traçando, com as decisões sempre tomadas pelos “técnicos” e sem qualquer influência política, ou de políticos.

A terceira e última diz respeito ao apoio dado à posição diplomática brasileira adotada pelo governo Geisel, sendo que n’*O Globo* a representação mais usada era a de um Brasil cordial com seus vizinhos sul-americanos, sempre buscando o diálogo ao enfrentamento, procurando o acordo ao tensionamento e quando o clima estava abertamente instável, a ideia era de um país que sabia realizar concessões, sem perder sua soberania, recuar sem abandonar posições e facilitar os laços entre os países, uma vez que o II PND, em suas páginas 76 e 77, expressavam tais protocolos colaborativos a serem adotados na política externa do Brasil, grafadas como

“atuação em áreas prioritárias”, com claras vistas ao desenvolvimento dos interesses econômicos do país por meio de sua postura diplomática.

O tema ainda repercutiu nas edições seguintes, especialmente na edição de 12 de novembro, com matérias na mesma linha argumentativa, apresentando a decisão não como a melhor para o Brasil, mas como a mais viável, onde o não aumento significativo dos custos e a manutenção do cronograma da obra eram exaltados como trunfo da escolha brasileira pela dupla ciclagem (O GLOBO, 12/11/1977, p. 20, sessão de Economia). Nessa mesma página, chama a atenção um editorial intitulado “O longo caminho das negociações”, onde um histórico diplomático é apresentado ao leitor, sendo até mesmo rememorado o infame incidente de disputa fronteira de 1966 (governo Castelo Branco) envolvendo a ocupação de tropas brasileiras na região de Sete Quedas e a assinatura da “Ata das Cataratas” passando pelos demais tratados relacionados à Itaipu nos anos seguintes e, por fim, terminando com a decisão da dupla ciclagem, como se o jornal estivesse tomando a questão como o final de um ciclo.

Na edição de 13 de novembro, a capa de *O Globo* trazia a chamada “Itaipu recebe solução com alívio”. As atenções, depois de muito tempo, se voltavam para o canteiro de obras anunciando que “Os 15 mil trabalhadores que no momento estão concretando o canal de desvio do Rio Paraná, para que seja possível levantar a barragem de Itaipu, receberam com satisfação a notícia de que o problema da ciclagem da hidrelétrica foi resolvido” (O GLOBO, 13/11/1977, p. 30, sessão de Economia). Como dissemos nos parágrafos acima, a participação política do povo em geral, e neste caso especificamente dos trabalhadores, se dava de modo distante e o texto da reportagem bem ilustra o que registramos em nossas análises:

“Quinze mil homens (...) estão trabalhando atualmente nas obras civis da hidrelétrica de Itaipu. Embora em nenhum momento tenham se envolvido nas discussões, a solução do problema da ciclagem foi recebida com satisfação, explicada por engenheiros ontem no canteiro de obras como resultado do alívio pela conclusão das negociações entre Brasil e Paraguai. Os técnicos envolvidos na obra não escondem a preocupação de destacar que, durante as discussões entre os dois países, o problema da ciclagem não os afetou diretamente, o porque o atual estágio das obras – construção do canal de desvio do rio Paraná – não tem qualquer vinculação com a ciclagem, mas não escondem o alívio pelo encerramento das discussões pois o fato representa para eles a ‘tranquilidade e a certeza de que o trabalho prosseguirá dentro de absoluta normalidade’ (O GLOBO, 13/11/1977, p. 30, sessão de Economia)

Esta passagem claramente vai de encontro com a preocupação comunicacional da Aerp/ARP, ou seja, na tentativa de se construir uma identidade nacional em torno do grande projeto hidrelétrico em curso. Essa construção vem no sentido de união, como se todos estivessem preocupados com algo “maior”. Apesar das incertezas quanto a ciclagem e a continuidade ou não das obras, aqueles trabalhadores teriam mantido o ritmo de trabalho, o que

levaria ao otimismo destacado anteriormente. Esse ponto de vista também aparece na obra de Fico (1997, p. 130), ao apontar as estratégias da Aerp/ARP em promover e estimular a vontade coletiva para o esforço nacional de desenvolvimento, onde todos eram chamados a participar do desenvolvimento, sendo o trabalho a maneira ideal dessa participação. O que não faltava em Itaipu, era justamente trabalho e *O Globo* conseguiu em suas páginas expressar bem essa orientação da Aerp/ARP com a dinâmica do canteiro de obras.

A reportagem trazia ainda informações sobre a concretagem da base das colunas que formam a estrutura de controle do canal de desvio com seus milhares de metros cúbicos de concreto ali despejados e segue apresentando os números impressionantes das escavações de Itaipu, naquele momento atingindo a marca de 18 milhões de toneladas de terra e 15 milhões de toneladas de rocha. Está claro que essa representação dos trabalhadores barrageiros dá sentido ao que dissemos anteriormente sobre a visão da ditadura sobre a participação do povo no projeto do “Brasil Grande”, isto é, afastados do fazer política, ou como escreveu o jornal, “em nenhum momento tenham se envolvido”.

No mês de dezembro, *O Globo* destacou a 9ª Reunião de Chanceleres da Bacia do Prata, que naquele ano ocorreu na cidade de Assunção e, naturalmente, Itaipu iria aparecer nos debates sobre o aproveitamento do potencial hidro energético do rio Paraná, principalmente por conta da compatibilização com Corpus. A reunião, incluindo seus preparativos e sistematização, ocorreu entre os dias 06 e 08 de dezembro. Todos esses dias de reunião foram noticiados pelo jornal, que dava ênfase à posição da chancelaria brasileira de ater-se aos temas na pauta e Itaipu não estava entre eles⁶⁹, embora foi um dos “temas quentes” que apareceram no discurso do chanceler argentino, Oscar Antônio Montes, mas não foi nem sequer citada no discurso do chanceler brasileiro, Azeredo da Silveira, o qual *O Globo* fez questão de publicar na íntegra na edição do dia 07/12/1977, p. 08.

Um dos delegados da comitiva brasileira, que em entrevista ao jornal preservou seu nome, disse que “Para o Brasil, a questão de Itaipu é irreversível. O projeto está pronto, as obras em andamento e as dúvidas sobre ciclagens já não existem. Não existe também problemas quanto a opinião pública brasileira, que reconhece a importância do empreendimento”. É oportuno destacarmos aqui a referência à “opinião pública” citada pelo integrante da comitiva brasileira, em uma clara tentativa de incorporar “o povo” – ou pelo menos sua aprovação – na

⁶⁹ A edição d’*O Globo* do dia 02 de dezembro, p. 24, sessão de Economia, já havia noticiado as pautas que seriam tratadas e citado que Itaipu não estava entre elas. O argumento principal que o jornal levantou foi que Itaipu era assunto de interesse de apenas três países que integravam a Bacia do Prata (Brasil, Paraguai e Argentina), sendo Uruguai e Bolívia países que não tinham nada a debater sobre o tema, o que não impedia que os três chanceleres interessados no pleito mantivessem conversas sobre o assunto.

decisão tecnocrata quanto ao projeto Itaipu. Por outro lado, na mesma coluna, era reforçada a disposição do Brasil em dialogar com a Argentina sobre a UHE de Corpus.

No mesmo dia que começava a reunião dos chanceleres (06/12), *O Globo* trazia uma reportagem intitulada “Dezoito turbinas de Itaipu custarão US\$ 600 milhões”, na qual o general Costa Cavalcanti era entrevistado e dava alguns detalhes sobre a encomenda das turbinas e demais materiais necessários para a produção de energia, menos de um mês após o anúncio da decisão sobre a ciclagem, mostrando a urgência que se tinha na resolução desta situação (O GLOBO, 06/12/1977, p. 20, sessão de Economia). O general enfatizou a preferência de compra para aquele consórcio que apresentar os índices de nacionalização dos componentes, entre 70 e 80 por cento. Costa Cavalcanti ainda anunciava as principais fontes de financiamento das vultuosas quantias, citando os recursos oriundos da Eletrobrás, Banco Nacional de Habitação, Finame, Banco Central e Caixa Econômica Federal. Finalizava a entrevista anunciando os recentes recordes de produção e lançamento de centenas de milhares de metros cúbicos de concreto no canal de desvio e a impressionante marca da fábrica de gelo para o concreto, instalada no canteiro de obras, que estava operando a um ritmo de 40 toneladas de gelo produzidas por hora.

Em nossa opinião, o ato de publicar essa matéria no mesmo dia em que se iniciava as prévias da IX Reunião de Chanceleres da Bacia do Prata é um sinal claro de que a narrativa da irreversibilidade da obra sempre seria evocada quando, ao menor sinal de contrariedade, Itaipu fosse o tema de qualquer reunião. Não podemos deixar de mencionar que a narrativa da irreversibilidade sempre trazia consigo o fenomenal arsenal de números astronômicos, que tentavam refletir em palavras e algarismos o gigantismo real de Itaipu. A narrativa precisava desta estrutura organizativa para atingir seu efeito, pois ao mesmo tempo se coadunava com o discurso do “Brasil Grande”, algo que, em nossa opinião, uma obra de porte mais modesto não conseguiria canalizar com a mesma intensidade.

Dezembro ainda traria algumas reportagens relatando os avanços nas negociações tripartites entre Brasil, Argentina e Paraguai sobre a compatibilização de Itaipu e Corpus, sendo noticiado na edição do dia 18 de dezembro que o Brasil tinha a disposição de abaixar a cota de Itaipu para atender a demanda argentina, que por sua vez, segundo a reportagem, admitia que sua UHE consorciada ao Paraguai só seria construída se fosse economicamente rentável e que o país “(...) só tem a perder com a protelação de uma decisão, pois a cada mês, 15 mil metros cúbicos de concreto colocados na barragem de Itaipu tornam ainda mais consolidada a obra brasileiro-paraguaia” (O GLOBO, 18/12/1977, p. 06, sessão O País).

Porém, a última reportagem relevante sobre Itaipu nas páginas d'*O Globo* neste ano seria no dia 20 de dezembro, intitulada “Geisel: cronograma de Itaipu deve ser cumprido com rigor”. Nesta reportagem, um ardiloso estratagema foi usado pelo jornal para vincular a autoridade de Geisel com o andamento da obras de Itaipu, pois a reportagem estava toda focada na troca de embaixadores da Líbia e do Paraguai em Brasília, que em cerimônia foram apresentar suas credenciais ao presidente brasileiro e na conversa com o novo embaixador paraguaio – José Antônio Moreno Ruffinelli, que substituíra o antigo embaixador, contra-almirante Wenceslao Benites – Geisel teria dito que o tamanho e o dispêndio de Itaipu exigiam que Brasil e Paraguai cumprissem a todo custo o cronograma da obra (O GLOBO, 20/12/1977, p. 05).

A segunda parte da reportagem trata da conversa de Geisel com o embaixador da Líbia, cujos temas giraram em torno das relações comerciais entre os países. Chamamos a atenção para o fato que a maior parte da reportagem em si tratava de um tema totalmente diverso da chamada do título, mas por se tratar de uma fala do presidente, o jornal coloca no título da matéria o trecho que lhe interessou para atrair a atenção do leitor, ou dar um recado aos grupos contrários à Itaipu, ou, por que não, para atender a ambos os casos.

Parecia que, agora sim, “ninguém segura este país”. Com a proximidade do fim do ano de 1977, pareciam também estar próximos do fim os desentendimentos com a Argentina, afinal a reunião tripartite entre Brasil, Argentina e Paraguai aconteceria em fevereiro seguinte. Também no ano seguinte era ano de Copa do Mundo de futebol, competição que ocorreria no país platino e da qual Brasil e Argentina participariam. Superadas também as questões da ciclagem da energia, cuja expectativa era que se resolvessem em abril daquele ano, porém o desfecho só foi estourar em novembro. Outro estouro, no sentido literal do termo, seria o tema que iria dominar as notícias sobre Itaipu no ano de 1978, pois a conclusão do canal de desvio estava prevista para aquele ano e a abertura de suas estruturas (ensecadeiras) seriam feitas a partir da dinamitação. O ano de 1978 prometia!

- 3.2.5 - 1978: Itaipu é irreversível e inevitável - a abertura do canal de desvio.

Como no ano anterior, Itaipu seria tema de notícia logo nos primeiros dias de janeiro, pois agora, mais do que nunca, a obra estava em seu ponto decisivo que iria sacramentar o que já era sabido por todos: a conclusão do canal de desvio do rio Paraná era o elemento maior do discurso adotado em 1977, ou seja, que a obra era irreversível. O ano de 1978 foi o último ano de Ernesto Geisel no poder. A sucessão presidencial será um dos temas que irão fazer parte do

noticiário de modo geral e veremos que, em determinado momento, serão relativamente constantes nas páginas d'*O Globo* as menções ao general João Figueiredo bem como o aumento de sua aparição em fotografias com Geisel. É importante também perceber como Itaipu será utilizada em alguns momentos dessa passagem do bastão do poder, período que, tanto a obra quanto o regime estavam chegando em seus momentos finais.

Na primeira semana do ano, entre os dias 03 a 06 de janeiro, as matérias relacionadas a nossa pesquisa que circularam n'*O Globo* trataram da reunião tripartite que iria ocorrer entre Brasil, Argentina e Paraguai, encontro, aliás, visto com muita expectativa e otimismo. Nestes dias, *O Globo* novamente traz às suas páginas (edição de 05/01/1978, p. 10, sessão O País) a referência de matéria veiculada em um de seus concorrente sul-americanos, especificamente o jornal *Hoy* do Paraguai, que trazia um editorial negando as acusações de que o Paraguai praticava a diplomacia pendular, ora tendendo ao Brasil, ora tendendo a Argentina, para, ao final, tirar vantagens de ambos. Possivelmente um alerta ao Paraguai, no sentido de dizer que sua estratégia diplomática estava nitidamente sendo percebida?

Em sua obra, Alfredo Mota (1987, p. 130) indica que essa forma diplomática de agir era de certo modo inteligente, dada as condições paraguaias em relação a seus vizinhos maiores para obter benefícios, porém o autor alerta que “em certos momentos não foi bem calibrada” e toda vez que era aventada a tese da diplomacia pendular, os paraguaios (no caso, a imprensa e setores políticos do Paraguai) valiam-se de antigos e conhecidos argumentos para acusar o Brasil de sua aspiração imperialista na América do Sul⁷⁰ e que ao final o país estava defendendo seus interesses. “Certo ou errado, esta foi a maneira que os paraguaios encontraram para dar valor à sua parceria e, até certo ponto, é uma maneira inteligente para contrabalancear outros aspectos negativos para eles, como a balança de comércio, neste relacionamento” (idem, p. 130).

Na tradição cultural católica brasileira, o dia 06 de janeiro é o dia dos Santos Reis, mas quem brilhou neste dia não foram os reis, mas sim um general. Na edição deste dia, o general João Batista Figueiredo entra em cena como um dos atores a participar desta etapa histórica da atuação das três ditaduras militares na Bacia do Paraná/Prata. A matéria d'*O Globo* com o título

⁷⁰ A obra de Júlio Chiavenato (1980), por exemplo, desenvolve um pouco mais estes argumentos do sub imperialismo brasileiro e vai além ao apresentar fatos relacionados as manobras cambiais dos empréstimos de dólares, por parte do governo brasileiro ao Paraguai, para entrar com sua parte em dinheiro na construção de Itaipu, e o retorno destes dólares ao Brasil, por conta do acordo em atender aos índices de nacionalização das compras de serviços e componentes para serem usados na obra, revelando dados a partir do que se sabia sobre estes acordos e contratos, que na época segundo o autor, eram tomados como complexos e “que nem sempre são divulgados e se conhecem apenas cláusulas esparsas, não havendo interesses dos países em divulgá-los, o que dificulta sua compreensão” (p. 144-145).

em garrafais letras “Garantia de continuidade vai fortalecer Geisel no exterior” (O GLOBO, 06/01/1978, p. 04, sessão O País) trazia a informação, conseguida junto a assessores do Palácio do Planalto, que a indicação do General João Batista Figueiredo era uma garantia de que as conquistas do governo Geisel teriam continuidade com seu sucessor.

O otimismo ainda tinha fôlego, ao menos na perspectiva do jornal. Vimos que um dos pilares do II PND era assegurar o desenvolvimento do plano energético do Brasil e o acordo nuclear para construção das usinas de Angra e a construção de hidrelétricas (sendo Itaipu a maior e mais importante). Eram, nesse aspecto, a cereja do bolo que precisava primeiro crescer para depois ser dividido. Nesta matéria, *O Globo* não deixa dúvidas de seu apoio a Figueiredo por meio deste parágrafo que identificamos sintetizar a importância do general para com a continuidade do II PND:

“Por força de suas funções no Serviço Nacional de Informações, o General Figueiredo tem conhecimento de aspectos importantes da política externa do governo, especialmente no que se refere ao acordo nuclear firmado com a República Federal da Alemanha e à construção da hidrelétrica de Itaipu, empreendimento que se realiza em sociedade com o Paraguai” (O GLOBO, 06/01/1978, p.06.)

De fato, os relatórios sobre Itaipu que tivemos acesso no repositório do Arquivo Nacional dos quais usamos em partes de nossa pesquisa com o carimbo de “confidencial” ou “secreto” estampado em suas páginas (ver.: cap. 3.1), eram endereçados ao SNI de Figueiredo e à Presidência da República, portanto, não era apenas um aforismo d’*O Globo* ao enquadrar o (quase certo) sucessor como um homem detentor de muitas informações estratégicas sobre o governo; ele de fato possuía e coordenava um dos serviços mais importantes para a sustentação da ditadura militar brasileira que, dentre outros fatores, o credenciava para o cargo.

Com a proximidade da reunião tripartite para definir a compatibilização de Corpus e Itaipu, *O Globo* trouxe duas grandes reportagens nas edições dos dias 15 e 16 de fevereiro tratando a visita do chanceler paraguaio, Alberto Nogues, ao Brasil, onde se encontrou com o Ministro das Relações Exteriores, Azeredo da Silveira. Estas reportagens que foram divulgadas, segundo nossa percepção, bem denotam uma possível tentativa de enlace promissório do Paraguai com a posição brasileira. A reportagem do dia 15 de fevereiro trazia o título “Brasil e Paraguai chegam a um entendimento”, descrevendo os pormenores do encontro em Brasília (ocorrido no dia anterior), que contou com a presença dos dois principais dirigentes da Itaipu Binacional, general Costa Cavalcanti e engenheiro Enzo Debernardi, que estampam sorridentes a fotografia que ilustra esta matéria (O GLOBO, 15/02/1978, p. 07).

Já a reportagem do dia 16 de fevereiro vinha com a chamada “Paraguai se alinha ao Brasil na questão de Corpus”, na qual era noticiada a decisão comum que fora tirada entre os dois chanceleres, a qual seria posta na reunião tripartite com os representantes argentinos (O GLOBO, 16/02/1978, p. 08, sessão O País). Embora não tenha ficado claro na reportagem qual seria essa decisão comum a ser apresentada na reunião, pois como a reportagem dizia “havia uma grande discrição sobre esses entendimentos”, o texto dava alguns indícios. Primeiro, citava que o Brasil mantinha firme e irredutível sua posição em prosseguir com Itaipu, o que indicava a manutenção da altura (cota) original do projeto. Segundo, dava entender que se exigia do Paraguai uma definição quanto a sua participação ou não no empreendimento da usina de Corpus.

Na reportagem, foi publicada a íntegra de uma entrevista coletiva com o chanceler paraguaio e o brasileiro para a imprensa e as perguntas feitas pelo *O Globo* corroboram com nossa suposição de tentar um enlace promissório, que ao final, renderam respostas um tanto quanto evasivas do chanceler:

- **O Paraguai está preocupado com a viabilidade econômica da usina de Corpus? É indispensável para o Paraguai participar de Corpus?** – perguntou O Globo a Nogues.
- Evidentemente. É uma iniciativa argentina que nós estamos considerando.
- **Considera tão importante quanto participar de Itaipu?**
- Há que ver primeiro as dimensões físicas de cada um dos empreendimentos. Não há comparação, mas este também é um empreendimento importante para o meu país. Poderia ser um empreendimento importante.
- **É indispensável, portanto?** – insistiu O GLOBO.
- Não sabemos... Porque se você calcula as necessidades futuras, para 50 ou 100 anos, talvez possa ser indispensável. Mas agora?
- **Mas, tem que haver uma decisão agora sobre Corpus.**
- Se verá. Se verá.
- Ele não pode dizer agora – comentou Silveira rindo – Vocês façam a futurologia no meio de vocês...” (O GLOBO, 16/02/1978, p. 08)

Aqui vemos o jornal atuando enquanto um agente político, rememorando as palavras de Barros (2022, p. 596-597). A grande imprensa e sua produção de discursos ligados a projetos de intervenção na sociedade nos desautorizam a vê-los como meros veículos de informação. As perguntas do jornalista d’*O Globo* pressionando o chanceler paraguaio a assumir posições – que, sabemos, não cabiam somente a ele – demonstram isso. Até meados de março, as notícias concentraram-se na expectativa gerada em torno da reunião entre os três países, prevista para ocorrer no dia 14 daquele mês em Assunção. Praticamente eram furos ou informações obtidas pelos jornalistas em contato com pessoas do Itamaraty, sempre na linha indicativa de

aproximação com a Argentina, mesmo em momentos mais tensos nos quais parecia que não seria possível acordo.

Do mesmo modo que aconteceu com o problema da ciclagem do Paraguai no ano anterior, a reunião entre os três países fazia com que as atenções se voltassem para a chancelaria, e não para o canteiro de obras, mesmo porque todas as informações oficiais que vinham das atividades realizadas em Itaipu eram favoráveis. Como dissemos antes, a chegada do maquinário mais pesado de escavação, notavelmente a colossal escavadeira Bucyrus 195B, fez com que o cronograma das escavações melhorasse sensivelmente. É o que informa o Relatório de Atividades de 11 de agosto de 1978, o qual relata as várias ações desenvolvidas durante o primeiro semestre daquele ano. A escavação em solo comum apresentava um ligeiro avanço em relação ao previsto – o relatório indicava 20 417 000 m³ realizados contra 18 971 000m³ programados –, ao passo que as escavações em rocha apresentavam um leve atraso entre o previsto e o executado – no relatório, 21 840 000m³ realizados e 22 985 000m³ previstos. As diferenças do atraso e do avanço acabavam não afetando o cronograma global. O Relatório frisa que as escavadeiras Bucyrus 195B eram transferidas de uma margem para outra conforme a demanda das escavações, mostrando uma certa dinâmica do canteiro de obras para atingir o cumprimento dos prazos. A Figura 08 é uma fotografia obtida no acervo digital do projeto Memória Rondonense⁷¹, a qual dá uma dimensão do tamanho desta máquina e, como podemos supor, sua igualmente enorme capacidade produtiva.

A constante citação desta máquina nos dá a dimensão da importância destas gigantes de aço. Com uma capacidade de remoção de 10m³ em sua pá mecânica, é inegável que mantivesse um ritmo constante de trabalho para que os números indicados acima fossem atingidos. Esta máquina também aparece em fotos na edição comemorativa do jornal empresarial da UNICON (Informativo UNICON, 1978, p. 04), lançado em outubro de 1978, em razão da abertura do canal de desvio, justamente na sessão onde eram citados os recordes numéricos da obra. Também no já citado Relatório Anual de atividades do ano de 1976, esta máquina ilustra a capa do documento.

Por falar em máquina, nas fotografias que pesquisamos nos acervos digitais, notamos que é muito comum a aparição destes enormes equipamentos e a representação delas bem parece se inserir nesse contexto de narrativa heroica, onde tudo que é grande tem que ser

⁷¹ A fotografia obtida no acervo digital do projeto Memória Rondonense – mantido pelo historiador HArto Vitek – entretanto, não possui informações mais detalhadas. Não há referências de quem é o trabalhador que aparece em frente à máquina e nem do fotógrafo que a realizou. A única informação que consta é que foi tirada no canteiro de obras de Itaipu, que de acordo com as informações que levantamos nesta pesquisa, a chegada deste modelo de escavadeira aconteceu no final de 1976, o que nos autoriza a supor que a fotografia deve ser entre 1976 a 1978.

exaltado, afinal, é a “maior represa do mundo”, a “maior obra do mundo”. Não à toa, o caminhão super-pesado Wabco (vide Figura 09), de capacidade de 75 toneladas, recebeu dos barrageiros o apelido de “Sansão”, dada sua surpreendente força de carregamento. Este caminhão aparece em diversas imagens, – e como vimos, também nas reportagens d’*O Globo* – juntamente com os menores, porém ainda gigantes, Terex de 50 toneladas.

Os adjetivos seguiam sempre esta linha para representar os “trabalhos de Hércules” em curso no longínquo e fronteiro rio Paraná, onde a impressão é que tudo aquilo que é pequeno deveria ser desprezado. Talvez por isso a figura humana seja secundarizada nestas fotografias onde aparecem as máquinas. Afinal, conforme pontua Peter Burke (2004, p. 27) sobre o trabalho de contextualizar fotografias, nem sempre é fácil “uma vez que a identidade dos fotografados e dos fotógrafos é muitas vezes desconhecida e as próprias fotografias, originalmente – em muitos casos ao menos – parte de uma série, foram separadas do projeto ou álbum original no qual eram inicialmente mostradas ...”. Daí decorrem duas dificuldades para o pesquisador historiador que toma as imagens como fontes de pesquisa histórica, sendo a primeira delas, explicitada por Burke, o próprio desafio de identificar o autor da imagem, de qual órgão ou departamento ele pertencia e quais as finalidades com a foto e a segunda é a identificação das pessoas que aparecem ali, se a cena foi combinada ou espontânea, qual o objetivo da cena em ser combinada ou ser espontânea entre outras interrogações possíveis para se descobrir a narrativa visual que essas imagens nos traz (idem, p. 30).

Exemplo disso são estas duas fotografias que trouxemos. A primeira imagem, da escavadeira (*Figura 19: Fotografia 11 – Máquinas de Itaipu: escavadeira Bucyrus 195B*), não tem qualquer referência quanto à identidade do barrageiro que ali aparece, onde nos resta apenas fazer suposições a partir da imagem. Por outro lado, temos um pouco mais de informações sobre a segunda fotografia (*Figura 20: Fotografia 12 – Máquinas de Itaipu: caminhão Wabco 50t, o “Sansão” (Figura 20)*), muito pelo fato de ter sido retirada de um acervo cuja finalidade é dar voz a estes trabalhadores; sabemos que se trata do motorista Domingos Martins de Souza e foi tirada em 1978. O que ambas têm em comum é a preocupação em mostrar a máquina, deixando a figura humana apequenada, ou quase invisível. Mesmo no caso em que vemos o sr. Domingos, o enquadramento dele ficou na sombra da caçamba do Wabco e seu corpo está com a metade para dentro da cabine, tornando sua visualização um foco secundarizado aos olhos do espectador.

Figura 19: Fotografia 11 – Máquinas de Itaipu: escavadeira Bucyrus 195B



Fonte: acervo digital Memória Rondonense, 2023 – adaptado

Figura 20: Fotografia 12 – Máquinas de Itaipu: caminhão Wabco 50t, o “Sansão”



Fonte: acervo digital Espaço do Barrageiro, 2024 – adaptado

Na edição do dia 31 de março, dia do aniversário da “Revolução de 1964”, na p. 23, sessão de Economia, era anunciado a conquista de um empréstimo vultoso de 175 milhões de dólares junto a um consórcio de bancos, liderados pelo americano CityBank, cujos valores começariam a ser pagos dentro de 10 anos. Como é possível imaginar, Itaipu e as manobras econômicas para garantir seu financiamento contribuíram para que as dívidas externas do país crescessem talvez até mais depressa que o bolo da famosa frase atribuída ao ministro Antônio Delfim Neto⁷².

Fato é que para o bolo da economia crescer, precisava do ingrediente principal, que era o Capital, mas este ingrediente não tínhamos à disposição, daí a necessidade de emprestar. Ao

⁷² A frase “Primeiro precisa fazer o bolo crescer, para depois dividi-lo” é comumente atribuída ao economista e ex-ministro da Fazenda do governo Médici, Antonio Delfim Neto. A frase possui algumas variações e não há dados de quando e onde foi dita, sabe-se, entretanto, que remonta ao período do “milagre econômico”. O Próprio Delfim, em entrevista ao *O Globo* em 2014, comenta a respeito desta frase, que segundo ele não foi dita por ele, mas se trata de uma interpretação de algo parecido que ele disse. Delfim explicou que “Esta frase nunca passou pela minha boca. Disse que não se pode distribuir o que você ainda não produziu, a não ser que você tome emprestado”. (O GLOBO, 23/03/2014, p. 25).

analisar o salto que a dívida externa brasileira sofreu durante a ditadura militar, o professor e economista Rubens Penha Cysne (1994, p.14) analisa a questão da tomada de empréstimos realizada pelos governos, principalmente no seu direcionamento para os investimentos estatais. De acordo com as análises de Cysne, “a estratégia de endividamento e o aumento inusitado dos juros internacionais, que se torna particularmente relevante quando os empréstimos são contratados (como passou a ocorrer já no final da década de sessenta) com cláusula de juros flutuantes” foi um dos fatores que faziam a dívida brasileira crescer mais que o bolo da economia nacional e, não bastasse isso, também a abocanhar uma parte considerável desta.

Grande parte deste dinheiro era injetado nas indústrias nacionais, por conta das metas a serem cumpridas com os índices de nacionalização dos componentes a serem adquiridos. Já mostramos acima, baseados na obra de Domingues (2009, p. 84-85), que os processos de industrialização e fomento à produção industrial dos países latino-americanos contaram com a ajuda de seus governos onde “o papel do Estado em gerar demanda agregada combinou-se com sua participação na construção de infraestrutura para o desenvolvimento industrial.”

Em sua análise, Boris Fausto (2000 p. 496-497) vai trazer a hipótese de que o governo, para fazer cumprir o II PND, teria exigido a nacionalização dos itens e componentes usados pelas estatais em decorrência dos tecnocratas terem apostado na capacidade ociosa das empresas, ou seja, um potencial industrial produtivo já existente no parque fabril brasileiro. Contudo, devido à insuficiência da poupança interna, os recursos vieram de credores internacionais via empréstimos. Essa hipótese de Fausto é verificável quando nos deparamos com a notícia examinada a seguir.

A icônica edição de 19 de abril, vinha com praticamente metade da página 27 trazendo duas reportagens, sendo que uma delas era dedicada a um encontro de aspecto econômico, mas com clara intenção política, entre o Ministro do Planejamento, Reis Velloso e ninguém menos que Carlos Villares, o presidente da Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Base – Abdib (O GLOBO, 19/04/1978, p. 27, sessão de Economia).

Nesta reportagem era anunciado uma perspectiva de encomendas de equipamentos que o Governo faria às empresas de bens de capital de Cr\$ 43,5 bilhões, aplicados nas mais diversas áreas da economia, sendo que as estatais de Minas e Energia (Petrobrás, Eletrobrás, Companhia Vale do Rio Doce, Nuclebrás e Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais) sozinhas consumiriam quase metade deste vultoso valor. E conforme fala publicada de Carlos Villares, “o setor de equipamentos passou a depender maciçamente das encomendas governamentais, tendo em vista a participação ainda irrisória da iniciativa privada na compra de equipamentos

que se agravou notadamente com a desaceleração imposta à economia brasileira”. Na outra reportagem, intitulada “Industria Nacional pronta para construção de Itaipu”, eram anunciados os estudos das propostas comerciais de fornecimento dos equipamentos eletromecânicos para a Itaipu Binacional. Os principais consórcios, formados por gigantes multinacionais e grandes empresas nacionais, eram citados por terem apresentado propostas para a UHE. Trata-se de uma típica matéria tendenciosa, de exaltação do setor industrial, principalmente por fazer claramente propaganda do grupo formado pela General Eletric do Brasil, consorciado com a Canadian General Eletric e a Dominion Engineering Works, todas norte americanas.

O restante dessa página era formado por propagandas, editais e avisos públicos. Em nossa opinião, está claro que esta página da sessão de Economia d’*O Globo* estava toda montada para promover os interesses do setor industrial junto ao governo. A fala do presidente da Abdib e a matéria sobre a General Eletric do Brasil, colocadas lado a lado, indicam um apoio ao governo e também aos empresários industriais que louvavam as encomendas estatais, cruciais para o andamento saudável de seus bilionários negócios.

Mas, por outro lado, como podemos verificar, ao expor a volumosa quantia que seria injetada na indústria nacional, fica visível como este setor era dependente das ações do governo por meio de suas bilionárias encomendas. Estas, por sua vez, estimuladas com a entrada de capitais estrangeiros, via empréstimos, faziam com que a economia se tornasse cada vez mais condicionada à massiva entrada destes recursos externos, em outras palavras, o industrial fica cada vez mais atrelado ao financeiro.

Dois dias depois, na edição do dia 21 de abril, uma informação iria estremecer as páginas d’*O Globo*. A hipótese levantada pelo engenheiro Júlio Aguirre Ruiz, diretor do Instituto Nacional de Prevenção Sísmica da Argentina, advertia a possibilidade de grandes terremotos de até 7,5 de magnitude na escala Richter quando o lago de Itaipu estivesse cheio (O GLOBO, 21/04/1978, p. 20, sessão de Economia). Vários exemplos ocorridos em hidrelétricas mundo afora são citados pelo engenheiro argentino, mesmo o próprio admitindo que a região não tinha antecedentes de abalos sísmicos.

Três dias depois, em outra reportagem o diretor geral adjunto da Itaipu Binacional viria a público rebater as afirmações de Ruiz, dizendo que “As teoria sobre o assunto são divergentes, não existe nenhuma precisão e não se demonstrou que as represas produzem terremotos”. Finalizou completando que se houver algum tremor em Itaipu, seriam micro movimentos, sem representar risco algum (O GLOBO, 24/04/1978, p. 20, sessão de Economia). É importante citar que a fala de Enzo Debernardi veiculada n’*O Globo* vem na esteira da fala de Ruiz.

Segundo o jornal, teriam sido publicadas no jornal *O Estado de São Paulo*. Esta hipótese bem se assemelha com outra teoria, supostamente levantada pela Argentina, que enquadra Itaipu como uma “bomba hídrica”, pois um eventual rompimento (acidental ou não) de suas barragens poderia causar uma devastação inominável a jusante, chegando a inundar Buenos Aires (CHIAVENATO, 1980, p.143).

Nesta mesma edição, e nas duas seguintes, *O Globo* havia preparado uma série de reportagens intituladas “Alternativas para Itaipu”, que foram publicadas nos dias 24, 25 e 26 de abril, esta última data, inclusive, era celebrado o 5º aniversário de assinatura do Tratado de Itaipu. Nestas reportagens eram apresentados detalhes sobre como o sistema elétrico nacional estava se estruturando para uma possível mudança nos planos iniciais de se extrair a enorme quantidade de energia da usina.

Também noticiaram a quarta reunião tripartite para discutir a compatibilização com a usina de Corpus ocorreria no dia 27 de abril, assim sendo, acreditamos que esta sequência de reportagens, todas ocupando uma página inteira das respectivas edições, poderiam funcionar como um recado às posições críticas à Itaipu, que já não mais conseguiam apelar para a reversibilidade da obra, mas miravam sua inviabilidade técnica.

Chama a atenção para análise a edição do dia 25 de abril, quando as atenções finalmente voltam-se ao canteiro de obras e o conhecido discurso que vimos anteriormente é resgatado para falar do andamento dos trabalhos nas obras do canal de desvio do rio Paraná, cuja finalização estava prevista para dali a seis meses. Como vimos acima, ao tratar do canteiro de obras, o jornal fazia questão de diferenciar os embates da chancelaria com a rotina das atividades do canal de desvio, tanto que um dos parágrafos da matéria diz que “No canteiro de obras nota-se que os acontecimentos diplomáticos que vem envolvendo a obra considerada ‘monumental’ pelo setor oficial brasileiro, passa despercebido” (O GLOBO, 25/04/1978, p.20, sessão de Economia).

A reportagem, com textos distribuídos em três colunas, contava com duas grandes fotografias, sendo uma mais panorâmica mostrando quase a totalidade do canteiro de obras e outra mais fechada nas obras do canal. A grandiosidade de Itaipu é exaltada a partir do número de trabalhadores envolvidos na obra, que o jornal noticia naquele momento com 22 mil operários, que estavam distribuídos em todas as frentes e 4 mil envolvidos diretamente nas escavações do canal.

O jornal relata um ritmo de trabalho intenso e usa as palavras de modo a evocar o “heroísmo” dos barrageiros em lugar de sua exploração intensa ao cumprir jornadas tão

extensas. Isso fica claro ao relatar que estes operários “trabalham as 24 horas, divididos em duas turmas que atuam de dez a doze horas, em alguns casos até 16 horas”. Como sabemos, o “Nicão” – a famosa escultura metálica⁷³ que recepciona os turistas no mirante central de Itaipu – é o único barrageiro de aço, pois todos os outros são seres humanos de carne e osso sujeitos à exploração laboral, cuja força de trabalho está condicionada à extração da mais-valia absoluta dentro de um período de 24 horas e, por conta disso, a reportagem trazia a informação que a UNICON pagava hora extra pela jornada excedente “com um acréscimo de 50%”. Segundo o jornal, os turnos iam de 7 às 18h e de 19 às 6h, com uma hora de intervalo (idem, p. 20).

Este intervalo apontado pelo jornal é referente ao momento de almoço dos trabalhadores, que conforme as fontes consultadas, tinha algumas peculiaridades que eram usadas para aumentar a produtividade do canteiro de obras. Como é de se imaginar, uma hora a mais de trabalho em um universo de milhares de trabalhadores representa um acréscimo na produtividade e conseqüentemente uma diminuição das etapas do cronograma.

No Relatório de Atividades do primeiro semestre de 1978 (p. 13), além de registrar o fato de Itaipu ter atingido os recordes sul-americanos de produção e concretagem de obras, também era descrita as principais atividades realizadas no período, sendo confirmada a informação veiculada na *O Globo* sobre as jornadas de trabalho estendidas com uso permanente de operários. Em se tratando da estrutura de controle do canal de desvio, cujo ápice de atividades se dava justamente entre os meses de abril a setembro (seu término e sua abertura, no cronograma das obras estava previsto para outubro) é possível ler que:

A montagem, na estrutura de desvio, das peças fixas para a guia das comportas e stop-logs, atingiu o máximo de atividade. Trabalha-se simultaneamente na montagem de todas as 12 adufas, o que, para evitar atrasos nos trabalhos de concretagem, exige um efetivo permanente de cerca de 400 homens. (ITAIPU, 1978, p.13)

Também no relatório é possível perceber um discurso de persuasão e convencimento dos trabalhadores diante dessa obra nacional grandiosa, o que exigia deles um esforço (quase) heroico. Nas páginas 13 e 14 do Relatório, temos um trecho que consideramos crucial e, embora longo, sua reprodução é oportuna para que o leitor entenda como o discurso do governo (e, claro, também dos dirigentes de Itaipu) se combinavam em alta medida com o discurso

⁷³ Segundo a reportagem realizada pelo jornalista Claudio Benetta, para o portal H2FOZ, a escultura “Homem de Aço” foi criada pelos próprios operários na década de 1980, para ser uma peça decorativa de uma olimpíada interna organizada pelo consórcio Unicon, daí seu nome “Nicão”, uma corruptela do nome do consórcio de empreiteiras. A reportagem traz o depoimento do ex-barrageiro Leomar Alves da Silva, um dos operários que juntaram peças de sucatas das máquinas para construir a escultura. (BENETTA, Claudio Dalla. Homem de Aço: de “Nicão” a símbolo de 40 mil barrageiros. Portal H2FOZ, publicado em 23/04/2019. Disponível em <https://www.h2foz.com.br/geral/homem-de-aco-de-nicao-a-simbolo-de-40-mil-barrageiros/> .

encontrado nas páginas d' *O Globo*, o que em nossa opinião pode ser visto como uma forma de mascarar a superexploração dos barrageiros por meio de um esforço patriótico:

Pode-se dizer que, em todos os setores de trabalho e principalmente nas atividades ligadas ao desvio do rio, os serviços estão em bom ritmo e dentro da programação. Está sendo executado conjuntamente pela ITAIP.U e empreiteiros um acompanhamento especial, abrangendo todas as atividades indispensáveis ao desvio do rio. Esse acompanhamento diário tem mantido um firme roteiro de trabalho, que exige a constante transferência de recursos de uma atividade para outra. De um modo geral, todo o pessoal que trabalha no Canteiro de Obras está conscientizado da necessidade de se desviar o rio em outubro próximo. O clima reinante na Obra é de entusiasmo, o que contribui para que se possa alcançar a meta perseguida. (ITAIPU, 1978, p. 13-14)

Embora saibamos que as palavras alimentam o espírito, elas não repõem a força de trabalho e estes quase 22 mil barrageiros necessitavam de alimento físico para seus corpos e *O Globo* dava a palavra ao engenheiro Rubens Viana, o superintendente de obras da Itaipu Binacional, que informava a inauguração do refeitório, “um dos mais modernos do país, cuja capacidade é para fornecer 12 mil refeições por hora. O restaurante é operado por nada menos que 400 pessoas” (O GLOBO, 25/04/1978, p.20, sessão de Economia).

O Relatório de Atividades do primeiro semestre de 1978, ao citar os números do restaurante, e como tudo em Itaipu parece que era grande, apontava o surpreendente consumo de mais de 16 toneladas diárias de alimentos, especificando a quantidade de cada um dos itens da dieta básica servida aos barrageiros (composta por arroz, feijão, carne, legumes, verduras e batatas), totalizando 43.500 refeições servidas diariamente, divididas em almoço, jantar, café, lanche e marmitas quentes (p. 171).

Ao analisar as relações de trabalhos e outras dinâmicas e arranjos existentes no canteiro de obras, a pesquisa de Odirlei Manarin (2008, p. 58) atesta que muitas vezes os trabalhadores optavam por fazer a chamada “hora-direta”, isto é, quando emendavam o horário de almoço com a jornada de trabalho para receber por esta hora trabalhada, normalmente se alimentando rapidamente em poucos minutos em algum local do próprio canteiro de obras.

O mesmo acontecia com os operários envolvidos nos transportes pesados (principalmente os motoristas dos enormes caminhões Terex e Wabco) que, conforme aponta o mesmo autor (2008, p. 86), aproveitavam para comer dentro da cabine da máquina, durante os minutos que o caminhão ficava parado sendo carregado pelas escavadeiras ou na fila de espera para adentrar no canal de desvio para ser carregado (ver.: • 3.2.1 - O Canal de Desvio do Rio Paraná: um olhar panorâmico.) .Baseado nas entrevistas realizadas com ex-barrageiros, a pesquisa de Manarin conclui que, para estes operários, o ato de sacrificar sua hora de almoço não era apenas em busca de um acréscimo salarial, mas também porque isso atendia ao perfil

de trabalhador que as empresas constituintes do UNICON almejavam, sendo um dos fatores ponderados na hora das promoções e das demissões (MANARIN, 2008, p. 140). Diante disso, vemos que o atendimento rigoroso ao cronograma não se trata unicamente de um ato patriótico reinante na obra, como pretende apresentar o Relatório de Atividades.

Também é importante citar que nestas reportagens é marcante a presença de um otimismo em relação a um acordo com a Argentina, tanto que na primeira reportagem da série a posição do jornal é colocada, esperando que ambos os países fizessem concessões para que saísse de uma vez o acordo. Caso o acordo não fosse possível e a altura da cota da usina Argentino-Paraguaia ficasse mesmo superior a 105m, a perda dos megawatts de potência de Itaipu seria compensada com a interligação do sistema, principalmente no ganho das usinas presentes no Rio Iguaçu – Salto de Osório, naquele momento já em operação e Foz da Areia e Salto de Santiago, ambas em construção e possibilidade de interligar ao sistema Sul⁷⁴.

A interligação dos sistemas energéticos no Brasil era uma preocupação do governo e parte de sua política para o setor. Ainda no ano de 1973 foram criados os Grupos Coordenadores para Operações Interligadas – GCOI – por meio da Lei nº 5.899/73, sendo os Sistema Sul e Sudeste regulamentados pelo Decreto nº 73.102/73. Dentre os objetivos deste GCOI, destaca-se o primeiro que era “A continuidade do suprimento de energia elétrica aos sistemas de distribuidores, de forma a atender plenamente aos seus requisitos de potência e energia e sob condições de tensão e frequência adequadas” (BRASIL, 1973). A edição d’*O Globo* de 26/04/1978, p.25, sessão de Economia, trazia essas informações, colocando em termos claros ao leitor que o governo agira antevendo a necessidade de interligar os sistemas de geração e distribuição com a finalidade de evitar o colapso energético do país.

Portanto, ao que dependesse das representações existente nas páginas d’*O Globo*, a visão de conjunto do cenário da história (Bacia Paranaica) e seu aproveitamento energético não deixariam dúvidas que *ninguém segurar este país*. Mas o acordo não viria desta vez. O impasse se manteve quanto à altura da barragem de Corpus, e enquanto os diplomatas argentinos e brasileiros se estranhavam na reunião que aconteceu nos dias 27 e 28 de abril, no canteiro de obras os operários paraguaios e brasileiros despejavam mais de 6.500 m³ de concreto por dia nas estruturas do canal de desvio.

O mês de maio começaria com uma típica matéria favorável a um determinado grupo econômico, o qual já havia aparecido anteriormente nas páginas d’*O Globo*, o que nos leva a

⁷⁴ Sistema Sul citado na reportagem, na época tratava-se do conjunto hidro energético formado pelas bacias hidrográficas que abastecem a região sul do Brasil, do qual Foz da Areia, Salto Osório e Salto Santiago faziam parte (N.d.A)

acreditar que o jornal tinha preferência pela escolha do grupo norte-americano General Electric (GE) para integrar o consórcio industrial para fornecer os equipamentos que integrariam as turbinas da Casa de Força de Itaipu.

A edição do dia 04 de maio apresentava ao leitor os avanços na nacionalização de componentes que integravam os equipamentos produzidos pela GE, desde sua instalação no Brasil no início da década anterior na cidade de Campinas/SP (O GLOBO, 04/05/1978, p. 24, sessão de Economia). Também exaltava a eficiência das turbinas da GE que equipavam a usina de Gran Coulle, nos Estados Unidos e sua distinção no atendimento ao cliente pós-vendas, sobretudo pelos serviços de manutenção e garantia. A matéria era ilustrada com uma fotografia dos rotores das enormes turbinas de Gran Coulle – localizada no rio Columbia, no Estado de Washington, no oeste americano – que naquele momento era a maior usina do mundo em operação.

A matéria finalizava dizendo que estes itens credenciavam a GE do Brasil a ser fornecedora para Itaipu. Fica claro a inclinação d’*O Globo* ao grupo industrial norte americano, pois não era a primeira vez que a GE aparecia nas páginas do jornal, com parágrafos escritos de maneira ampla e francamente favorável à empresa (idem, p. 24). Como dissemos e mostramos acima nas análises das propagandas das empresas envolvidas na construção de Itaipu, este é um texto jornalístico com trajes de anúncio publicitário.

Outro texto parecido, ainda mais apelativo, sairia na edição do dia 08, com o título “General Electric Otimista em relação a Itaipu” (O GLOBO, 08/05/1978, p. 19, sessão de Economia). Novamente exaltava a nacionalização dos processos de fabricação dos componentes elétricos produzidos na GE do Brasil em Campinas com uma longa lista de grandes encomendas que a GE do Brasil forneceu em usinas da América do Sul, como Colômbia, Venezuela, o próprio Brasil e, claro, novamente citando as enormes turbinas que giravam nas águas da Grand Coulle, nos EUA.

A matéria mostra o *lobby* da empresa de modo explícito e, em nossa opinião, com o apoio d’*O Globo*, pois, no mesmo período, não encontramos matérias do mesmo tipo relacionadas às demais empresas dos outros consórcios que estavam sob análise do governo. A matéria finalizava com um apelo direto ao governo para escolher o consórcio liderado pela GE: “O consórcio liderado pela GE do Brasil se afirma como o único no mundo, neste momento, com experiência em máquinas do tamanho exigido pela Itaipu Binacional. Certamente os técnicos governamentais levarão em conta o significado de credenciais desse tipo”. Também fica claro nesta matéria como os interesses do jornal nem sempre se coadunavam integralmente

com as pretensões do governo, embora naquele momento quase nada indicasse que a Ditadura Militar tinha preferências pelos consórcios europeus.

No momento em que o canal de desvio ainda estava sendo escavado, as atenções já começavam a se voltar para a compra das peças permanentes de Itaipu. Nos moldes do UNICON, formou-se o Consórcio Itaipu Eletromecânico (CIEM), que teve como ganhador a junção de indústrias paraguaias, brasileiras e europeias, hegemônicas pelas indústrias alemãs Siemens, Brown e Voith⁷⁵. Lembremo-nos que naquele momento estava em curso um acordo nuclear entre a ditadura militar brasileira com a Alemanha Ocidental, e também a forte oposição por parte dos Estados Unidos a esta parceria, além da pressão do governo norte-americano (sob a presidência do democrata Jimmy Carter) sobre países que violam direitos humanos, dos quais as ditaduras militares de Brasil e Paraguai bem se enquadravam, fato que gerou tensões diplomáticas entre o governo estadunidense e os regimes autoritários do Cone Sul. Diante disso, não nos furtamos de conjecturar sobre um favorecimento à vitória do consórcio europeu, motivado por questões políticas, embora este tema seria perfeito para uma outra pesquisa.

Outras matérias do mês de maio seriam referentes ao impasse entre Itaipu e Corpus e os indicativos de reuniões entre os chanceleres de Brasil e Argentina, em especial a matéria veiculada na edição do dia 07, intitulada “Impasse sobre Corpus não afetará Itaipu” (O GLOBO, 07/05/1978, p. 40, sessão de Economia). Na matéria reconhecemos um padrão adotado pelo jornal. Toda vez que algum impasse político-diplomático das negociações envolvendo Itaipu aparecia, entrava em ação a narrativa envolvendo a concretagem do canal, que já era citada muito mais que as escavações em si, uma vez que estas, em meados de 1978, já estavam atingindo seu momento final e a concretagem ainda estava em ascendência no cronograma. Foi assim com o imbróglio da ciclagem.

É importante considerar a insistência d’*O Globo* na citação das duas nacionalidades de trabalhadores, pois, na nossa opinião essa narrativa atingia um duplo efeito. O primeiro era uma forma encontrada pelo jornal de sutilmente enlaçar o Paraguai nas responsabilidades para com o projeto Itaipu. Portanto, quanto mais acelerados fossem os trabalhos no canteiro de obras, especificamente no canal de desvio, maior poder de pressão parecia ter o Brasil com a gigante Itaipu e mais se confirmava a narrativa da irreversibilidade da obra. O segundo, mais agradável, seria uma forma de construir um símbolo de “união” e “amizade” em torno do projeto, a

⁷⁵ Não faz parte do esforço do presente trabalho analisar a cobertura desta etapa da obra, mas recomendamos o artigo de Pedro Henrique Pedreira Campos “A construção da usina hidrelétrica de Itaipu durante a ditadura: violações de direitos e favorecimento a grandes grupos econômicos” (2023), onde o autor aborda como os dirigentes das empresas e de Itaipu Binacional direcionaram a escolha para os grupos europeus. O artigo está disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/8014127/mod_resource/content/1/A_construcao_da_usina_hidreletrica_de_It.pdf>

exemplo do que anteriormente já tinha sido explorado com a obra da Ponte da Amizade. De qualquer forma, parece claro que tal tipo de matéria está coadunado com o clima de otimismo reinante na forma oficial de se comunicar, ainda mais quando se tratava de uma questão envolvendo a política internacional de aproximação ao país vizinho.

Ao noticiar a demora da Argentina em responder a proposta brasileira de mais uma reunião tripartite para resolver a questão da compatibilização das usinas, a edição de 14/05/1978, sessão O País, destaca que “O Brasil não precisa da resposta argentina para prosseguir com Itaipu”. A matéria continuava afirmando que, até o final de maio, a compra das turbinas e demais maquinários eletromecânicos de grande porte iriam “(...) exigir especificações do projeto e o Brasil não terá como fazer concessões à Corpus e o projeto Itaipu seguirá seu traçado original”. Ou seja, ao observarmos o desenrolar dos fatos para o lado argentino, se antes Itaipu era inevitável, tornou-se irreversível e agora parecia se tornar incompatível.

A compra destes equipamentos ficaria para junho daquele ano, pois as análises do Departamento de Suprimentos da Itaipu Binacional sobre as propostas dos consórcios não ficaram prontas até o fim de maio, dando tempo para que a General Eletric do Brasil uma outra vez aparecesse nas páginas d’*O Globo* – mais especificamente, ocupando meia página! – na edição de 26 de maio, em uma matéria propagandística com todos os elementos já elencados anteriormente, ou seja, citando as vantagens ao governo em fechar acordo com a GE, pois esta possuía índices de nacionalização, know-how desejável e investimentos bilionários no Brasil (*O GLOBO*, 26/05/1978, p. 33, suplemento Panorama Econômico). A matéria era acompanhada por uma fotografia do enorme rotor da turbina de Grand Coulle, com a legenda dizendo que esta imensa peça possuía a capacidade de geração de 750 Kw, a mesma potência que as turbinas de Itaipu necessitaria.

Nos primeiros dias de junho daquele ano, a Copa do Mundo de Futebol aconteceu na Argentina iria dominar as chamadas das matérias de capa. Assim como na diplomacia, os dois países se bateriam, mas com as suas seleções se enfrentando em campo, especificamente na noite do dia 18 de junho, não obtendo mais que um empate de 0 a 0. Igualmente como a ditadura militar brasileira se aproveitou dos louros da vitória do campeonato mundial de 1970 para promover o regime junto ao povo, Videla também colheu os frutos de sua seleção de futebol, pois a Argentina seria campeã daquele torneio, vencendo a partida final contra a seleção da Holanda por 3 a 1. Dessa maneira, as matérias sobre a Copa do Mundo iriam concorrer com outros três temas sobre Itaipu envolvendo o país vizinho.

O primeiro deles era circunscrito aos acordos das chancelarias para uma nova reunião tripartite entre Brasil, Argentina e Paraguai, o que foi tema de reportagens nos dias 01, 02 e 03 de junho. Esta última edição, inclusive, veio com um editorial emoldurado na primeira página intitulado “Diplomacia cirúrgica e preventiva”, com uma feroz defesa da posição brasileira em adiar unilateralmente a reunião dos chanceleres prevista para ocorrer dia 08 de junho em Brasília. Essa decisão se deu por conta da recusa argentina em aceitar a proposta brasileira da altura máxima permitida da barragem de Corpus em 103m e, principalmente, por conta do país platino ter incluído na pauta a convocação de todos os países signatários do Tratado da Bacia do Prata – ressuscitando a tese da consulta prévia, rechaçada pelo Brasil – e da obrigatoriedade de construção de eclusas em Itaipu, Yaciretá e Corpus.

Este emblemático editorial dizia que esta manobra argentina se tratava de uma “emocionalidade nacionalista” e que fomentar impasses dessa grandeza só fazia com que Itaipu se consumasse ainda mais. Com palavras que até evocam um certo tom ameaçador, finalizava o editorial dizendo que caso houvesse perdas na capacidade de geração de energia de Itaipu por conta da altura da barragem de Corpus, elas seriam suportáveis dado o tamanho descomunal da UHE brasileira-paraguaia, ao passo que Corpus corria o sério risco de se tornar inviável, ou seja, o editorial d’*O Globo* estava dizendo que o resultado da intransigência do país vizinho seria um cenário em que o Brasil perderia pouco e a Argentina perderia tudo.

Como dissemos anteriormente, o jornal alinhava os temas dos editoriais com reportagens contidas em seu interior e comprova esta hipótese o fato que nesta edição de 03/06/1978, p. 21, sessão de Economia, trazia uma matéria com Costa Cavalcanti que conversou com o jornal após participar em Brasília de um seminário sobre alternativas Energéticas para o Brasil, promovido pela UnB. O general reafirmava que “as obras de Itaipu são irreversíveis e que se as negociações que estão sendo mantidas entre os três países chegarem a um acordo, tudo bem, se não as obras continuarão no mesmo ritmo”.

O segundo tema era sobre a compra dos equipamentos eletromecânicos que seriam instalados na casa de força da represa, que iria começar a ser construída tão logo que o rio Paraná fosse desviado, cuja data estava prevista para dali a quatro meses (outubro), embora o dia exato ainda não estivesse definido. Seria a edição de 21 de julho, que traria o anúncio do consórcio vencedor para fornecer as turbinas e geradores elétricos. As Indústrias Mecânicas

Bardella S.A (Brasil) em consórcio com as multinacionais europeias⁷⁶ foram as vencedoras, pertencentes ao consórcio “CIEM” (O GLOBO, 21/06/1978, p. 22, da sessão de Economia).

Interessante citar o fato que *O Globo* noticiou os possíveis motivos que fizeram o consórcio hegemônico pela norte americana General Eletric não ter sido a vencedora, haja vista que ficou claro o *lobby* feito por esta empresa por meio das matérias veiculadas no jornal. Sobre esta disputa entre as empresas fornecedoras, o já citado estudo realizado por Pedro de Campos (2023, p. 25-26) mostra como a General Eletric tentou questionar o contrato da Siemens, porém sem sucesso.

As edições de 23 e 24 de junho o jornal chegou a publicar matérias citando os questionamentos feitos pela indústria Westinghouse (líder do consórcio Internac) e da própria GE, pois esperava-se que a Diretoria Executiva da Itaipu Binacional adotasse uma postura semelhante àquela utilizada para constituir o UNICON, ou seja, formar um único grande consórcio, ou no limite, encomendar de vários fornecedores, mas não foi o que aconteceu. O Conselho de Administração da estatal ratificaria a decisão da Diretoria Executiva no dia 30 de junho, encerrando de vez esta etapa das encomendas das peças geradoras de eletricidade.

O Relatório Bimestral de Atividades de agosto de 1978 (ITAIPU, 1978, p. 16-19) relata detalhes desta escolha, que considerou os índices de nacionalização dos componentes, preço global apresentado, prazos de entrega, quantidades de peças entregues ao longo do tempo e condições de financiamento e, conforme vimos na análise jurídica do funcionamento da Binacional realizada por Betiol (2008, p.219), a estrutura da empresa favorecia a tomada rápida de decisões por seus órgãos de comando, o que impossibilitava que os temas em discussão, principalmente desta envergadura que envolvia nada menos que contratos da ordem de 700 milhões de dólares, se arrastassem para além da reunião do Conselho de Administração.

O terceiro tema era sobre as obras do canal de desvio propriamente dito. Destacamos a edição do dia 06 de julho, com uma pequena matéria com uma grande fotografia das obras do canal de desvio com o título “UNICON, recorde no Paraná”, a qual noticiava mais um recorde da construção civil: o maior volume de concretagem em um mês atingido em uma obra brasileira, qual seja, 162.500m³ de concreto lançado nas obras de Itaipu, sendo o maior volume deste total, claro, despejado na estrutura do canal de desvio (O GLOBO, 06/06/1978, p. 23,

⁷⁶ As empresas que formavam o Consórcio Itaipu Eletromecânico (Ciem) eram: a J.M Voith GMBH (Alemanha), Brown Boveri e Cie A.G (Alemanha), a Siemens Artingesellschaft (Alemanha), Scheneider (França), Societé Alshton Atlantique (França), Creusot Loire (França), Brown Boveri e Cie Ltd (Suíça); e suas filiais brasileiras: a Siemens S/A (Brasil) Industrias Elétricas Brown Boveri do Brasil, Voith S.A – Máquinas e Equipamentos

sessão de Economia). É importante localizar esta reportagem no contexto, isto é, dias após a polêmica troca de notas das chancelarias brasileira e argentina sobre o adiamento da reunião tripartite, afinal esta pequena reportagem assumia uma grande posição, possivelmente paga pela UNICON, mas com claro interesse tanto para o governo brasileiro, como para o Itamaraty e o próprio *O Globo*, pois era mais um alerta dado aos vizinhos argentinos sobre a latente irreversibilidade de Itaipu.

A dinâmica das reportagens sobre Itaipu no segundo semestre do ano será diferente, pois não havia nenhuma grande polêmica envolvendo a barragem, se não as já existentes. A reunião tripartite não tinha data para ser retomada e nas primeiras semanas de julho o jornal apenas tratou de abafar uma especulação surgida na imprensa paraguaia de que havia o interesse deste país em rever as cláusulas de compra e venda de sua parte na energia gerada pela UHE.

Na edição do dia 07 de julho, uma reportagem trazia a entrevista com Enzo Debernardi ilustrada com uma fotografia do diretor-adjunto de Itaipu e também presidente da estatal energética paraguaia, esclarecendo que o acordo firmado com o Brasil em 1973 (Tratado de Itaipu) não seria revisto (O GLOBO, 07/07/1978, p. 23, sessão de Economia). A matéria finalizava trazendo trechos do acordo, o qual dizia que qualquer alteração no tratado não teria efeito se tomado unilateralmente, sendo necessário, portanto, a aprovação de ambos os lados envolvidos. Como identificamos acima, a entrevista enquadra-se nas estratégias d'*O Globo* na rede de concorrências em que estava inserido. O objetivo era abafar qualquer realidade destoante daquela firmada entre as ditaduras paraguaia e brasileira em se tratando de Itaipu.

Antes do mês acabar, na edição do dia 28, *O Globo* iria retomar a questão com reportagem intitulada “Itaipu: Paraguai nega ter pedido revisão do acordo”. De modo mais enfático aborda a questão, novamente citando o diretor-adjunto Enzo Debernardi, que negou ter sugerido a revisão do tratado. Além disso, cita “fontes bem-informadas” do consulado paraguaio do Rio de Janeiro e até mesmo de Assunção negando qualquer ato oficial do governo de Stroessner sobre a revisão do tratado (O GLOBO, 28/07/1978, p. 26, sessão de Economia). Para além disso, *O Globo* acusa o jornal paraguaio *ABC Color* de defender a revisão dos valores da energia que o Brasil compraria do Paraguai. O periódico teria iniciado o debate envolvendo o próprio Debernardi, o qual teria manifestado apenas pessoalmente (e não enquanto autoridade) a modificação na forma de vender a energia. A (quase) polêmica se deu em razão da energia pertencente ao Paraguai ser muito superior ao que o país consumiria.

Apenas uma turbina, das nove que o país teria direito, daria conta de suprir as demandas energéticas paraguaias. O desafio apresentado pelo *ABC Color* era ou de se industrializar o

Paraguai em um espaço de tempo muito curto, ou fazer da sua energia excedente uma fonte de divisas para o país, daí a questão levantada em relação ao preço. Como vimos, o alinhamento d'*O Globo* ao governo militar brasileiro fazia com que este jornal se batesse com seus concorrentes na disputa pela narrativa, o que o leva a isentar Enzo Debernardi da culpa de ter iniciado a questão do preço da energia, jogando a responsabilidade para o *ABC Color*, como se este tivesse interpretado erroneamente as falas de Debernardi. Era uma forma de neutralizar o concorrente por meio da desmoralização.

Essa questão é observada na obra de Menezes (1987, p. 127-128) sobre como a imprensa paraguaia era atenta aos pormenores em se tratando de Itaipu:

Um assunto envolvendo Brasil e Paraguai ganha conotação toda especial no Paraguai. A imprensa, oposicionista ou situacionista, trata do assunto com profundidade e em termos bastante nacionalistas. É como se a soberania nacional estivesse em perigo. O preço da energia era outro daqueles assuntos ao qual a imprensa dedicava grande cobertura. (MENEZES, 1978, p. 127)

Também o livro de Chiavenato (1981, p. 144) aborda a questão do preço da parte da energia paraguaia vendida ao Brasil, apontando desvantagens ao país de Stroessner, uma vez que os empréstimos tomados do Brasil seriam pagos com a energia excedente paraguaia, porém, os empréstimos foram em dólares e a energia seria vendida em cruzeiros. A diferença da desvalorização do segundo e a alta do primeiro observada no período levou o autor a concluir que o Paraguai “engravidou” a dívida que tinha com o Brasil, isto é, ela se tornaria maior ao longo do tempo. Era isso que a imprensa paraguaia questionava quanto à obrigatoriedade de venda da energia pertencente à cota do seu país.

A edição do dia 19 de julho, a reportagem trazia as iniciativas de Itaipu junto às negociações de compra das turbinas, aventando a possibilidade de permitir ao consórcio vencedor subcontratar as empresas dos consórcios perdedores para fornecer equipamentos. Na mesma matéria, lemos a importante informação que os gerentes do UNICON e os dirigentes da Binacional visitaram as obras do canal de desvio. Após pareceres técnicos e a constatação do cumprimento do cronograma estabelecido, decidiram que a abertura do mesmo se daria em alguma data entre os dias 15 e 30 de outubro (O GLOBO, 19/07/1978 p. 26, sessão de Economia).

Mas a visita ao canteiro de obras que teria uma maior atenção d'*O Globo* seria aquela realizada pelo general João Figueiredo alguns dias depois, no dia 26 de julho. Dissemos nas linhas introdutórias que no ano de 1978 a figura do sucessor de Geisel iria aparecer com certa frequência nas páginas d'*O Globo*. No mês anterior, em 16/06/1978, um dia após ser entrevistado pelo telejornal *Painel* da *TV Globo*, Figueiredo aparece em reportagem com

fotografia no jornal, na qual cita Itaipu como parte do projeto de colocar o Brasil como uma potência emergente. Dedicaremos uma breve análise a esta reportagem, não apenas pelo fato do ex-chefe do SNI ser agora o candidato do governo à presidência e estar em evento oficial na maior obra da ditadura militar, mas por ser possível observarmos como o jornal representou os trabalhadores que conversaram com Figueiredo nesta visita e como a dinâmica do canteiro de obras do canal de desvio apareceu nestas linhas.

A reportagem publicada na edição do dia 27, trata da visita de campanha eleitoral de João Figueiredo ao Sul do país, com ênfase aos dias que ficou no Paraná e seus compromissos com as lideranças locais do ARENA (O GLOBO, 27/07/1978, p. 03). É oportuno lembrar as palavras de Aguilar (2012, p. 406) quanto ao posicionamento de fatos importantes nas páginas ímpares dos jornais, pois esta matéria, em especial, ocupa quase toda a página 03 desta edição de *O Globo*. No subtítulo “Visita a Itaipu”, a reportagem faz questão de citar até a cor da calça do general bem como o modelo de seu casaco com o qual chegou ao aeroporto de Foz do Iguaçu, onde foi recepcionado pelo general Costa Cavalcanti. Dali, seguiram para Itaipu, onde visitariam as centrais de britagem, o canteiro das escavações do canal de desvio e a concretagem das estruturas e encerrariam no refeitório recém-inaugurado. Ao chegar em Itaipu, Figueiredo foi levado para as plataformas elevadas da central de britagem, de onde, segundo o relato, dava uma ótima visão de conjunto de toda a extensão da obra. Seguiu-se então para o cais dos cabos aéreos e dali para a central de dobramento de ferro e, “antes de dirigir-se ao refeitório-central da hidrelétrica, ele esteve no canal de desvio do rio Paraná, onde conversou com três operários”.

Como vimos anteriormente, as reportagens de *O Globo* procuravam demonstrar um canteiro de obras alheio às querelas políticas, como aquelas que envolveram a decisão da ciclagem da energia paraguaia no ano anterior e a questão da compatibilização com a usina de Corpus no primeiro semestre do corrente 1978, dando espaço a uma narrativa na qual existia apenas trabalhadores empenhados na construção da UHE. Essa será mais ou menos a imagem representada dos operários que conversaram com Figueiredo, que nem sequer demonstra conhecê-lo. Esse distanciamento em relação à política nos revela alguns elementos marcantes presentes na ditadura militar brasileira, inclusive a contestação desta hipótese, pois pode ser que o distanciamento em relação aos políticos não signifique automaticamente ser um distanciamento em relação à política. Retomaremos essa reflexão um pouco mais adiante, mas antes é importante analisarmos as falas destes operários, que de certa forma entram no conjunto de elementos construtivos de como eram representados

A considerar as ocupações dos interlocutores, supomos que a conversa se deu durante a passagem de Figueiredo pela central de dobramento de ferro:

A Raymundo Lourenço Araujo, um trabalhador do setor de armação, Figueiredo perguntou quanto ganhava, quantas horas diárias dedicava à empresa e se ele não tinha queixas, inclusive quanto ao tempo de descanso e para almoço. Sem saber com quem estava falando, como confessou depois a imprensa, o trabalhador informou que estava tudo bem e que ganhava por hora Cr\$ 11,43. Como ele, Severino João dos Santos, o soldador, ouviu as mesmas perguntas e deu resposta semelhante, sem conhecer o seu interlocutor. Informado que se tratava do futuro Presidente da República, Severino disse que ouviu o nome de Figueiredo pela primeira vez, e que também desconhecia o nome do atual Presidente.

O terceiro operário com quem Figueiredo conversou – Joelson Souza Lima – mostrou-se mais desembaraçado e informado. Disse que ganhava Cr\$ 13.500,00 por mês, como fiscal de turma, e que os 24 mil operários brasileiros e dez mil paraguaios mantêm bom relacionamento entre si “Afinal todos somos operários” – comentou com os jornalistas. (O GLOBO, 27/07/1978, p. 03)

Esta longa, porém, necessária citação revela mais uma vez a tentativa d’*O Globo* de mostrar que nas obras de Itaipu “estava tudo bem”. As perguntas de Figueiredo tratando justamente de questões muito caras a qualquer trabalhador (como a jornada, o descanso, o salário, o almoço) e as sinalizações positivas dadas pelos barrageiros Raymundo e Severino – aliás, nomes muito comum entre homens nordestinos – nos fazem crer que eram direcionadas para que o clima de otimismo no canteiro de obras fosse minimamente tomado como verdade.

Ao enfatizar que os trabalhadores não sabiam quem era o interlocutor, tenta-se induzir a conclusão de que estes operários não responderam aquilo só porque estavam diante do futuro presidente, mas poderiam responder que “estava tudo bem” para qualquer pessoa que perguntasse. Supomos que a reportagem queria passar a ideia que não havia um direcionamento das respostas otimistas, pois Figueiredo não era conhecido nem por Raymundo(s) e nem por Severino(s). Ora, ainda que reconhecido seja o absurdo desta possibilidade, recusamo-nos a admitir que Figueiredo andou sozinho pelas obras. A tal comitiva que acompanhou o ex-chefe do SNI, citada no começo da reportagem, era formada por um séquito de pessoas, devia ter no mínimo os seus seguranças e assessores, o pessoal da imprensa que registrou tudo isso, as autoridades de Itaipu (o general Costa Cavalcanti estava entre os que acompanharam Figueiredo) e possivelmente os gerentes das empreiteiras. O trabalhador poderia não saber nominalmente quem era João Batista Figueiredo, mas com certeza ao menos desconfiou que aquele homem que desceu até as profundezas lamacentas do canal de desvio do rio Paraná não era um alguém qualquer.

Como vimos acima nas entrevistas dos ex-barrageiros colhidas para a pesquisa de Manarin (2008), os arranjos com horários de almoço, jornadas e outros “truques” no local de trabalho feitos pelos operários funcionavam em certo grau como uma forma de autoproteção e

não será estranho supor que as respostas destes dois trabalhadores, aparentemente homens mais simples, se enquadram como uma dessas formas de se proteger. Raymundo e Severino não iriam falar mal das condições de trabalho, da jornada, do salário, do almoço e do descanso para um homem desconhecido rodeado de repórteres, seguranças e assessores.

Quanto ao terceiro trabalhador façamos uma leitura um pouco diferente. Este revelou até mesmo seu salário ao futuro presidente, no valor de Cr\$ 13.500,00. Naquele ano, o Decreto nº 81615/78 fixava o salário-mínimo em Cr\$ 1.560,00, ou seja, por se tratar de um trabalhador que ocupava posição de comando, seus rendimentos quase batiam 10 salários-mínimos. A respeito dos outros trabalhadores, a partir da informação prestada sobre o valor da hora (Cr\$ 11,43), calculamos um salário de Cr\$ 2.743,20. O mesmo decreto estabelecia a hora-mínima de Cr\$ 6,50, ou seja, os salários, até os com vencimentos mais baixos, estavam com uma boa margem acima do mínimo nacional. Mas o que chama a atenção deste terceiro trabalhador não é apenas o jornal deixar transparecer essa informação de que os salários destes trabalhadores eram mais altos que a média nacional, mas sim a busca pela representação de um ambiente sem tensões, expressa no trecho da fala onde afirma que existe o bom relacionamento e a identificação de uma unidade entre os barrageiros – não enquanto classe social, mas enquanto indivíduo pertencente à *Nação* brasileira, irmanada com a paraguaia –, independentemente dos diferentes ofícios ou cargos de subordinados ou chefias que ocupavam. Como foi dito por este trabalhador fiscal de turma “(...) todos somos operários”.

Esse tipo de pensamento pode ofuscar as reais relações de poder existentes, por meio de falas desse tipo que, à primeira vista, parecem neutras. Como dissemos anteriormente, a Doutrina de Segurança Nacional buscava a dissipação de tensões sociais por meio desta unidade em torno de projetos desenvolvimentistas. Em sua obra, Carlos Fico (1998, p. 131) aponta essa representação da sociedade sem tensões sociais almejada pela ditadura militar, cuja divisão era dentro da aceitável diferença entre jovens e velhos, homens e mulheres e, no limite, repartições étnicas (brancos, negros, “índios”), sendo muito bem representada nas propagandas da Aerp/ARP que “evidentemente não se dividia[m] entre ricos e pobres, dominantes ou dominados ou algo do tipo” (idem, p.131)

A reportagem ainda citava a preocupação de Figueiredo com os acidentes de trabalho nas obras da UHE, ao qual Costa Cavalcanti respondeu que estavam abaixo da média nacional, afirmando que, em Itaipu, acontecia 1 acidente para cada 150 trabalhadores, enquanto no Brasil essa média era de 1 para 100. Embora não faça parte do escopo da presente pesquisa, recomendamos sobre este assunto os apontamentos relativos a acidentes de trabalhos e

violações de direitos dos trabalhadores nas já citadas obras de Odirlei Manarin (2008) e Pedro de Campos (2023).

Em agosto, as páginas d'*O Globo* basicamente noticiarão as tentativas de Brasil e Argentina de se reaproximarem para uma reunião tripartite. As edições dos dias 02, 03, 05, 06, 10, 12, 15, 16, 17, 21 e 24 de agosto irão tratar do tema, ora com recuos e endurecimentos de uma parte ou outra, mas sempre representando um Brasil disposto ao diálogo e uma certa simpatia pela aproximação com a Argentina, haja vista a quantidade de matérias veiculadas sobre o assunto.

A última delas, do dia 24 de agosto, intitulada “Brasil aceita tripartite sem recuo argentino”, noticiou que o Itamaraty se mostrava disposto a discutir o Rio Paraná, mesmo sem a Argentina ter retirado suas condições (O GLOBO, 24/08/1978, p. 23, sessão de Economia). Parece-nos viável supor que, na política diplomática da tríplice fronteira, a postergação em resolver polêmicas parece ser parte da resolução delas. Se em outros momentos o Paraguai demorou para se decidir sobre a ciclagem e a Argentina demorava em decidir a altura da UHE de Corpus, agora parece que foi o Brasil que demorava em sinalizar quando seria a retomada das negociações tripartites, mas parece que não foi sem uma razão.

Já apontamos outras vezes que, a cada dia, o andamento das obras em Itaipu avançava no quadro geral do cronograma e, desde o cancelamento da reunião tripartite, prevista para início de junho, até esta sinalização para retomada dos diálogos já na última semana do mês de agosto, foram-se quase 90 dias ou, em termos práticos, como o próprio jornal com frequência expressava, foram milhares de metros cúbicos de concreto despejados na estrutura de controle do desvio, milhares de metros cúbicos de rocha retirados do canal, milhares de metros cúbicos de solo escavados no canal e no vertedouro, além da celebração do contrato com o consórcio Ciem para a compra milionária dos equipamentos eletromecânicos das turbinas.

Como diria o antigo ditado: o tempo passa e nada para. Ou seja, será que o Brasil usou o expediente da protelação para ganhar tempo e fazer de Itaipu uma obra consumada definitivamente? Não seria tão estranho conjecturar que o adiamento da reunião por parte do Brasil seria para que

Acrescenta-se a isso o fato mais importante noticiado em agosto: a edição do dia 09 de agosto (p.09, O País) dizia que haveria um encontro entre Geisel e Stroessner na fronteira dos dois países em razão da mudança do curso do Rio Paraná. Os protocolos de tal encontro seriam acertados pelos dois países e, vinte dias depois, na edição do dia 29 de agosto (p. 09, O País), era anunciado n'*O Globo* o encontro dos dois presidentes no dia 20 de outubro para acionarem

juntos o painel de comando das dinamites que explodiriam as ensecadeiras do canal de desvio, mudando o curso do Rio Paraná e possibilitando a construção da barragem propriamente dita. É oportuno registrar que, em nossas pesquisas nos relatórios confidenciais da Assessoria Especial de Segurança e Informações de Itaipu (disponíveis no acervo digital do Arquivo Nacional), consta no documento datado de agosto de 1978 o relato das atividades do período.

Em sua página 72 podemos ler os preparativos para a cerimônia de abertura do canal de desvio, informando inclusive os trabalhos de uma equipe chamada de “Destacamento Precursor”, composto de representantes do Cerimonial do Palácio do Planalto e do Itamaraty que estiveram em Foz do Iguaçu e nas obras da própria Itaipu Binacional. O relatório dizia que esta visita foi uma “ocasião em que foi feita uma primeira verificação do programa da cerimônia.” Logo na sequência vinha mais um detalhe interessante que para nós indica que era o governo brasileiro que estava na dianteira dos preparativos protocolares, ao menos neste primeiro momento, para a abertura do canal de desvio, sendo que o governo paraguaio participaria após um arranjo prévio organizado por estes profissionais brasileiros: “Esse Destacamento Precursor voltará à região de ITAIPU no início de outubro para acertar os detalhes finais, então em estreita ligação com os representantes do Cerimonial do Governo paraguaio.” (ITAIPU, 1978, p. 72)

Chamou-nos também a atenção para este caso o fato de que o relatório não tem a data exata em que foi escrito, por isso supomos que tenha sido confeccionado após o mês de agosto de 1978, ou no limite, nos últimos dias deste mês. A surpresa, portanto, reside no fato das ações deste tal Destacamento Precursor constarem em um relatório da Assessoria Especial de Segurança de Itaipu com o carimbo de “confidencial”, o que não impediu *O Globo* de noticiar o início dos trabalhos protocolares de preparação do evento no final de agosto. Seria esta mais uma prova das proximidades e laços tão estreitos do jornal com os agentes do poder? Ou será que havia por parte do próprio governo o interesse de espalhar a notícia, para que a ideia de consumação da obra ganhasse ainda mais força?

Somente na edição do dia 04 de setembro é que será confirmada oficialmente pelo próprio general Costa Cavalcanti a presença dos presidentes no evento que estava sendo considerado “um dos principais marcos da construção da hidrelétrica de Itaipu.” (O GLOBO, 04/09/1978, p. 07). Na mesma reportagem, o general afirmava que o projeto original de Itaipu não seria mais modificado, o que não impediria a compatibilização com a usina de Corpus. Além disso, Costa Cavalcanti também deixou subtendido que continuaria à frente da Binacional após Figueiredo assumir o comando do país, embora tenha tangenciado qualquer afirmação

mais séria “mesmo por que o general Figueiredo ainda não está tratando disso”. O mês não traria novidades nas páginas d’*O Globo* sobre Itaipu, que naquela altura dos acontecimentos era fato consumado, irreversível, inevitável.

A retomada da reunião tripartite com a Argentina ocupou algumas páginas naquele mês, do qual registramos as edições dos dias 07, 10, 13, 14, 17, 22 e 28 de setembro. Quando identificamos a inclinação d’*O Globo* a apoiar a aproximação com o país platino é possível perceber a forma como o texto é escrito e a quantidade de páginas dedicadas ao assunto, como por exemplo o editorial publicado na capa da edição do dia 14 de setembro, intitulado “Amizade acima das cotas”, o qual parece conter uma explicação para essa simpatia, que é evidente desde 1976 quando Videla assumiu o poder (O GLOBO, 14/09/1978, p. 01). O editorial defendia a irredutibilidade da posição brasileira, em não recuar quanto à cota máxima de Corpus em 103m, mas defendia uma diplomacia flexível, embora não apontasse claramente o que seria isso e como seria. O jornal apelava para a vocação integracionista da América do Sul pelas vias comerciais e sentenciava que “São numerosas as razões pelas quais a diplomacia brasileira deve trabalhar em favor da aproximação argentina, em vez de contribuir para que esse país vizinho e amigo mergulhe em alternativas ou amarguras isolacionistas no Continente”.

Em termos práticos, segundo o jornal, havia uma exigência posta ao desenvolvimento acelerado enfrentado pelos dois países, que era o poder industrial da região Centro-Sul do Brasil que reclamava não apenas a energia que viria de Itaipu, mas tão logo a existência de um mercado consumidor externo, porém próximo, e o mercado argentino, “com seu alto poder aquisitivo, surge como um encaminhamento natural das disponibilidades produtivas de São Paulo, Paraná, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul, nos diversos e qualificados níveis da moderna indústria nacional”. Essa pressão sobre a diplomacia brasileira não era, portanto, uma simpatia gratuita à Argentina e ia muito além da compartilhada ideologia anticomunista que unia *el stronato*, a ditadura de Videla e o regime militar brasileiro. As grandes indústrias nacionais e multinacionais com filiais no Brasil tinham interesse em expandir seus negócios para a América do Sul. Nas pesquisas realizadas nas páginas d’*O Globo* durante esse trabalho, pudemos constatar a grande quantidade de anúncios em praticamente todas as páginas do jornal. Grande parte desta miríade de publicidade é de produtos industrializados e/ou serviços industriais. É importante lembrar as palavras de Aguilar (2012, p. 407) e suas pesquisas sobre periódicos quando ela aponta os 14 espaços preferenciais para a editoração de uma página, isto é, as áreas onde quem monta o jornal coloca as principais matérias e também os anúncios, cuja intenção é atingir o leitor, entendido também como um potencial consumidor.

Na primeira semana de outubro, nas edições do dia 03 e 06, o jornal noticiara a probabilidade de um novo encontro tripartite ainda para o ano de 1978, embora os indicativos de data não fossem confirmados pelo Itamaraty. O jornal adiantara que o tema da compatibilização seria tratado pessoalmente por Geisel e Stroessner em uma reunião privada após a solenidade de abertura do canal de desvio, no dia 20 daquele mês (edição do dia 07/10/1978, p. 22). Também no dia 20 seria formalizado o acordo para a compra das 18 turbinas com o consórcio Ciem, noticiado na edição do dia como sendo o “o maior da história no gênero”. É importante destacar como a narrativa utilizada até aqui pelo *O Globo*, utilizando-se de palavras e expressões que remetem à grandeza e gigantismo, serão usadas à exaustão nas edições deste mês.

Não podemos deixar de levantar a hipótese que até mesmo a data escolhida para a abertura do canal de desvio tem contida em si um certo grau de simbolismo. Vimos que o início oficial das obras do canal de desvio aconteceu no dia 21 de outubro de 1975 – claro, não considerando o testemunho anteriormente apresentado, feito pelo engenheiro Ribas, da CBPO, que um dia antes, devido sua iniciativa de ligar as máquinas, iniciou extraoficialmente as obras com a derrubada da mata nativa no eixo da barragem – ou seja, a conclusão desta etapa dos trabalhos aconteceu um dia antes da obra completar exatos 3 anos!

O cronograma foi cumprido com a rigorosidade de ter se adiantado em um dia, o que para nós também deixa mais clarificado os motivos da pressão exercida sobre os trabalhadores para realizar horas-extras, hora-direta e outros expedientes para ampliar a produtividade. Embora esta nossa hipótese ainda careça de muitos aspectos comprobatórios, a precisão das datas nos autoriza a mantê-la, no mínimo, no campo da dúvida. Em termos mais amplos, o cumprimento do cronograma e o fato de tê-lo findado um dia antes da obra completar 3 anos pode ser visto também como uma estratégia de comunicação, ou uma forma de aparição do poder presente no viés tecnocrata que o governo ditatorial brasileiro possuía. Essa visão é abordada por Fico (1998, p. 158-159) ao examinar que os planejadores e tecno burocratas do governo se imbuíram do otimismo vigente onde o cumprimento de metas e prazos indicariam o acerto do planejamento, da técnica, da ciência e de tudo o mais que o autor chamou de “missão civilizadora” que os militares tomaram para si. Mais adiante, Fico (idem) destaca que o papel dos planejadores tinha forte ligação com o ideal de colocar o país no cenário de potência internacional, coadunado com a ideia síntese de “Brasil Grande”.

Nas linhas introdutórias havíamos dito que nos dias que precederam a abertura do canal de desvio, antes que as águas do rio Paraná inundassem as escavações da obra, o jornal *O Globo*

inundava suas páginas com notícias pró-governo. Era o momento de evidenciar o *Brasil Grande* e o grande aliado da ditadura militar teria um papel importante nesse momento. Ao analisar o “Anseio pelo Brasil Grande”, Fico (1998, p. 157-158) ressalta o papel que a imprensa também desempenhou nesse processo, pois “Milhares de imagens de canteiros de obras, de radicais intervenções na paisagem natural, de construção de usina, estradas e barragens foram divulgadas por todo o país (...) e colaboraram para a reinvenção do otimismo”. Por conta disso, é oportuno supor que o noticiamento deste momento máximo da abertura do canal de desvio não era só um compromisso do jornal para com o seu dever de ofício, mas um compromisso político com a classe política dirigente.

Na edição de sexta-feira, dia 13, *O Globo* publicou um suplemento especial sobre Itaipu, cuja primeira parte seria publicada nesta edição e a continuação, no dia seguinte (O GLOBO, 13/10/1978, p. 20, sessão de Economia). Matéria longa e bem escrita, por sinal, dedicando uma página inteira para tratar sobre a hidrelétrica, com publicação de fotografia do canal de desvio, um retrato do general Costa Cavalcanti e uma longa matéria tratando dos mais variados assuntos referentes a Itaipu. É deixado claro, a todo momento na reportagem, a pacífica convivência entre brasileiros e paraguaios. Alguns operários são, inclusive, entrevistados pelo jornal, que seleciona os trechos de fala destes trabalhadores elogiando a boa convivência com os seus colegas paraguaios. Até mesmo uma fotografia na parte inferior da página mostrando diversas pessoas em trajes esportivos – o que parece ser uniformes de time de futebol – com algumas bolas em frente à um ônibus, remetem a esse clima de integração humana, principalmente pela legenda que trouxe o texto “Nos domingos, operários, escriturários e técnicos de nível superior se juntam na prática do esporte” que bem expressa o que dissemos acima, ou seja, uma sociedade onde não há tensões nem divisões.

Chamou-nos a atenção o relato de alguns aspectos relacionados ao dia a dia do canteiro de obras, onde mais uma vez o excesso da jornada de trabalho desempenhada pelos operários é trabalhado pelas frases e palavras d’*O Globo* de forma que a exploração pareça (e apareça) como algo positivo e até mesmo necessário para que o projeto se realizasse e também como um dos motivos que fazia com que não houvesse conflitos no canteiro de obras entre os trabalhadores. Assim diz um dos parágrafos:

No canteiro de obras, onde chegam a fazer 60 horas-extras por mês, o ambiente é mais de trabalho do que de outra coisa. A vida é estritamente familiar; a falta de tempo e o cansaço das horas-extras de serviço não permitem uma atividade de lazer mais intensa. (...) No canteiro existem alguns meios de diversão, como salões de jogos, um cinema e um circuito fechado de televisão que exhibe a programação da Rede Globo”

A fotografia aérea no topo da página, mostrando toda a extensão do canal de desvio, ao lado do leito original do rio Paraná, é também emblemática, não apenas por ocupar um posição importante na página, conforme vimos nos espaços de interesse do leitor na pesquisa de Suzane Aguilar, mas por estar ao lado do retrato do diretor-geral da Binacional, em um enquadramento perfeito, ao qual de um lado está a natureza modificada e do outro, o homem, o ser responsável pela obra – literalmente olhando para ela.

Na edição seguinte, do sábado, a “Segunda Parte” do suplemento especial sobre Itaipu segue a mesma dinâmica de fotografias e textos combinados na mensagem (O GLOBO, 14/10/1978, p. 20, sessão de Economia). Os trabalhadores aparecem de costas, pois a intenção não era colocá-los em primeiro plano, mas sim como coadjuvantes do processo e nota-se em primeira vista a ênfase dada às máquinas, em primeiro plano um caminhão Mercedes-Benz e, logo atrás, o enorme GM Terex, ambos dentro do canal de desvio, como se pode identificar pelos pilares da ponte de serviços e o paredão de rocha basáltica ao fundo.

Na segunda parte da reportagem especial, o enfoque foi direcionado nos ganhos que o represamento do rio traria à Bacia Paranaica, evocando os discursos pré-Itaipu analisados no capítulo anterior (2.2 – UM RIO NO MEIO DO CAMINHO PARA O PROGRESSO DA NAÇÃO.). Seu alcance não se limitava, porém, à região onde estava instalada, mas era dada a palavra ao Ministro de Minas e Energia, Shigeaki Ueki, que explicava que, de imediato, toda a região Centro Sul do Brasil seria beneficiada pela geração de energia de Itaipu, além do resto do Brasil por meio da interligação do sistema.

A crise do petróleo, que provocou a alta dos preços do barril no cenário internacional, é apresentada na argumentação do ministro como um dos ganhos trazidos pela UHE, pois “Basta dizer que Itaipu sozinha vai gerar um volume de energia correspondente a 500 mil barris de petróleo, ou US\$ 2,5 bilhões, a preços vigentes”. Os ganhos econômicos são exaltados como uma contrapartida para alguns problemas sociais que a região estava enfrentando, como o aumento do custo de vida, o aumento demográfico e o surto de urbanização forçada que estava acontecendo. Mas, continua a reportagem, que por conta da tarifa barata que a eletricidade teria na região de Foz do Iguaçu e Puerto Presidente Stroessner, seriam atraídas para a região diversas indústrias e serviços, absorvendo a mão de obra que se tornaria excedente após a conclusão das obras na década seguinte. Isso acarretaria o aumento das receitas municipais, por isso seria necessário que “as autoridades locais criem outras motivações para que essa infraestrutura seja realmente aproveitada”.

Como não poderia deixar de ser, os números impressionantes de Itaipu são novamente apresentados ao leitor, usando de comparações como aquela em que se compara o volume de concreto lançado por hora no canal de desvio e suas estruturas (algo em torno de 1080 m³ por hora), o equivalente a se construir um prédio de 20 andares por dia.

Por falar em números e recordes, o texto ganha tonalidades políticas ao utilizar dos argumentos técnicos para rebater a resistência argentina à Itaipu. Esse trecho da reportagem começa dizendo que “O canal de desvio – um braço de rio construído pelo homem, com dois quilômetros de comprimento e 150 metros de profundidade – vai provar na prática aquilo que os técnicos brasileiros têm afirmado com números (...)” e, a partir daí, rememora a tese da Argentina utilizada em fóruns internacionais, notadamente nos encontros de chanceleres da Bacia do Prata e também nas tripartites, sobre a necessidade de consulta prévia para obras de grande intervenção em rios internacionais sucessivos para dirimir os impactos nos trechos a jusante das obras: “a ponderação argentina foi contornada pelo argumento de que não há necessidade de consultas prévias, quando são dadas todas as garantias de que as obras não trarão prejuízos sensíveis” (O GLOBO, 14/10/1978, p. 20, sessão de Economia).

Aquilo que o Itamaraty talvez não pudesse dizer em suas notas diplomáticas, *O Globo* dizia em suas reportagens pró-Itaipu. É importante citar que, naquele momento, *O Globo* estava entre os cinco jornais de maior tiragem do país, com 260.170 exemplares, sendo que a edição de domingo d’*O Globo* era a que possuía o maior número de leitores, com 1.726.000. Esses dados foram obtidos pela pesquisa divulgada na edição do dia 05/08/1978, p. 03, encomendada pela própria ARP, com base nos estudos do Instituto Verificador de Circulação e nas declarações das próprias empresas jornalísticas.

Em nossa opinião, este suplemento especial sobre Itaipu foi a reportagem mais importante do período, pois foi possível condensar os principais temas explorados pela narrativa do jornal ao longo deste tempo, como foi o caso de todas as tensões diplomáticas, a conquista dos recordes da construção civil, as ações do governo sempre representadas como certas dentro do cumprimento das metas contidas no II PND, além de retomar o discurso da monumentalidade que interessava à ideia síntese de *Brasil Grande*, não deixando de esquecer também que o jornal trazia essa nova fase caracterizada como um triunfo sobre as dificuldades enfrentadas. O suplemento também resgatava a narrativa de antes de 1975 – o rio representado como um problema – onde o que antes era um sonho, agora era uma realidade graças à superação da natureza pela técnica.

As figuras 20 e 21 mostram os enquadramentos de cada elemento, conforme o diagrama de Aguilar. Aplicamos as mesmas configurações usadas nas imagens analisadas anteriormente. Como nos casos anteriores, após aplicar a sobreposição do diagrama dos 7 espaços de interesse, mais uma vez temos as informações importantes em locais de destaques, principalmente as imagens principais, neste caso a obra do canal de desvio e o retrato de Costa Cavalcanti na edição do dia 13/10 e a imagem do canteiro de obras na edição do dia 14/10, confirmando a diagramação de Aguilar a partir da teoria de Lorenzo Vilches.

Figura 22 – Os 7 espaços de interesse em uma página do O Globo (V)

20 • ECONOMIA

1

2

3

4

5

6

7

'A estrutura de Foz do Iguaçu não estava preparada para as mudanças'

Assinada por [nome], a estrutura de Foz do Iguaçu não estava preparada para as mudanças. O projeto prevê a construção de uma nova estrutura de Foz do Iguaçu, com uma capacidade de 500 mil barris de petróleo por dia.

'Itaipu vai gerar energia correspondente a 500 mil barris de petróleo'

Itaipu vai gerar energia correspondente a 500 mil barris de petróleo por dia. O projeto prevê a construção de uma nova estrutura de Foz do Iguaçu, com uma capacidade de 500 mil barris de petróleo por dia.

Usina permitirá criação de um grande pólo de desenvolvimento econômico

A usina permitirá a criação de um grande pólo de desenvolvimento econômico em Foz do Iguaçu. O projeto prevê a construção de uma nova estrutura de Foz do Iguaçu, com uma capacidade de 500 mil barris de petróleo por dia.

Municípios terão que criar atividade para que aproveite a nova infra-estrutura que está surgindo

Municípios terão que criar atividade para que aproveite a nova infra-estrutura que está surgindo. O projeto prevê a construção de uma nova estrutura de Foz do Iguaçu, com uma capacidade de 500 mil barris de petróleo por dia.

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100

Fonte: O GLOBO, ed.: 14/10/1978, p. 20 – adaptado

Ainda no domingo, na edição do dia 15/10/1978, p. 25, sessão de Economia, encontramos uma nova reportagem, agora mais curta, porém com fotografia aérea do canal e ocupando o espaço de interesse 1, conforme o diagrama de Aguilar. É importante registrar o interesse nas fotos de tomadas aéreas. Em sua obra, Peter Burke (2004, p. 30) registra que a popularização deste tipo de fotografia se deu após as duas guerras mundiais, cujos objetivos iniciais eram de reconhecer o terreno, mas logo os fotógrafos perceberam suas aplicações nas comunicações, pois elas têm a capacidade de “registrar variações nas superfícies da terra que são invisíveis às pessoas que se encontram em terra ...” e isso aumenta o poder da veracidade narrativa, ao trazer elementos imperceptíveis ou escondidos ao campo de visão.

Ao selecionar esse tipo de imagem, *O Globo* tenta trazer ao leitor o cenário da história modificado pela ação humana dentro de sua visão daquela história. Burke (2004, p. 195), ao analisar formas de registros iconográficos mais recentes – séc. XX – atesta a existência de um processo de seleção de jornalistas, editores, diretores e até de historiadores, elegendo quais imagens facilitarão ao leitor acompanhar a história, sem, contudo, desprezar o fato de que este processo não é capricho individual do editor, mas que todos estão sujeitos a pressões externas, políticas ou econômicas. Importante também rememorar as palavras de Chartier (2002, p.180) ao analisar o surgimento das ilustrações em livros impressos, onde o autor aponta a importância destas na combinação com os textos, pois “as imagens vem ilustrar um texto já estabelecido e impresso, o que faz, aumentar a sua sedução, e torna também mais explícitos e decifráveis os seus contornos (...)”.

Nesse sentido, cumpre um papel relevante a capa da segunda-feira, dia 16/10/1978, com a notícia e fotografia da eleição do general Figueiredo pelo colégio eleitoral e a conquista do Campeonato Carioca pelo Flamengo, com o time comemorando em campo, ambos fatos ocorridos no domingo, 15 de outubro. Na edição seguinte, 17/10/1978, terça-feira, a capa traz a imagem do novo Papa da Igreja Católica, eleito em Roma, um dia após a escolha Figueiredo no Brasil. O Cardeal polonês Karol Wojtyla aparecia estampado na capa d’*O Globo* com as mãos levantadas em sinal de bênção e, logo abaixo, as fotografias dos sorridentes generais Geisel e Figueiredo. Ambas as imagens, no diagrama de Aguilar, ocupam os lugares de interesse 1 e 2, respectivamente.

A capa d’*O GLOBO* do dia 17, da qual reproduzimos para melhor visualização do leitor, reunia vários elementos presentes no ideário da época que bem ilustram a combinação de imagens na representação da uma dada realidade. O texto do editorial intitulado “A Igreja

universal” é eivado de um certo anticomunismo religioso, onde o arcebispo da Cracóvia, Karol Wojtila, eleito Papa pelo colégio sacerdotal, é representado como alguém que defendia o cristianismo para além das fronteiras tradicionais conhecidas, qual seja, “aquela do mundo eslavo e dos países subjugados pelo comunismo soviético”. Também o texto da legenda da foto de Geisel e Figueiredo, eleito pelo colégio eleitoral, informava as primeiras ações do general, que foi uma reunião no gabinete presidencial com Geisel e vários ministros.

Nesta capa (Figura 12) estão presentes elementos que representam a fé, a autoridade, o anticomunismo, o Estado, a Igreja, o cristianismo, o poder temporal e o espiritual, entre outros possíveis de verificação, conforme o escopo da análise que se queira lançar para esta fonte. Observemos que, no momento em que a maior denominação cristã do mundo, o Catolicismo Apostólico Romano – que naquele momento, no Brasil, era também a maior religião em número de fiéis – fazia seu sucessor, também o governo brasileiro fazia seu sucessor. Por uma destas ironias do destino, ambos tinham o mesmo nome, João. Como apontamos um pouco mais acima, parece que até a posição em que foi colocada a foto do Papa corrobora para a impressão que este esteja abençoando Geisel e Figueiredo.

Importante citar que a análise desta capa tem muito mais relação com os métodos utilizados de leitura de imagens e análise da imprensa como fonte de pesquisa histórica do que com o tema de nossa pesquisa, pois o Jornal não trouxe referências a Itaipu nesta capa em específico. (Sobre o método, ver.: 3.1 - BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O NOSSO MÉTODO)

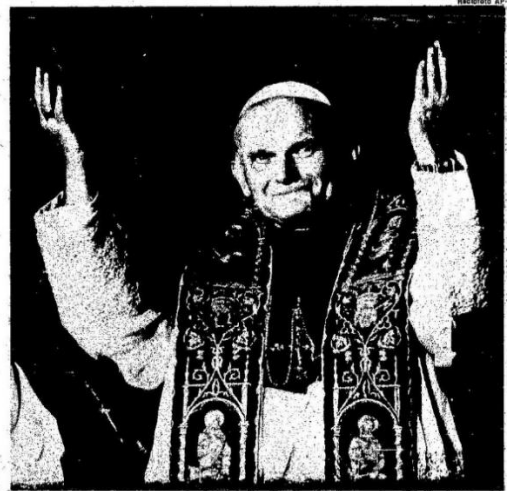
Figura 23: Capa de O Globo (III): Eleição do Papa e eleição de Figueiredo.

Karol Wojtyla eleito no sétimo escrutínio

CARDEAL POLONÊS É PAPA JOÃO PAULO II

O Cardeal polonês Karol Wojtyla, de 58 anos, Arcebispo de Cracóvia, tornou-se ontem o Papa João Paulo II ao ser eleito no sétimo escrutínio do conclave iniciado sábado. Em sua primeira mensagem — dirigida a 300 mil pessoas que o aplaudiam na Praça de São Pedro — o Papa, com a voz embargada, quase em lágrimas, disse que tinha medo da escolha, mas a aceitara "por espírito de obediência a Nosso Senhor Jesus Cristo e de confiança na Virgem Santíssima". Hoje às 8h30m (5h30m no Rio) João Paulo II falará novamente, após concelebrar missa na Capela Sistina. Karol Wojtyla, o mais jovem Papa deste século, é o primeiro não-italiano a assumir o Pon-

tificado em 455 anos, segundo o documento "Liber Pontificalis", reconhecido oficialmente pelo Vaticano. Filho de pais operários, o novo Papa foi elevado ao cardinalato em 1967. É poeta e escritor e fala seis idiomas. O trabalho pastoral que exerceu, apesar do regime comunista de seu país, foi, segundo fontes do Vaticano, uma das principais razões de sua eleição. O Governo polonês considerou a escolha de Karol Wojtyla "especialmente importante para uma nação que viveu o inferno da Segunda Guerra e assistiu às transformações vividas em todos os seus domínios". O Presidente Ernesto Geisel enviou mensagem de felicitações ao Papa. (Págs. 17, 18, 19, 20 e 37)



Do balcão principal do Palácio Apostólico, o Papa João Paulo II agradece as aplausos da multidão

Emenda Montoro é rejeitada

Por falta do quorum necessário (212 votos), a emenda constitucional apresentada pelo Senador Franco Montoro (MDB-SP) — testeeleitoral eleições diretas para governadores e senadores, foi rejeitada ontem pelo Congresso. Votaram favoravelmente 185 parlamentares, dos quais 168 do MDB e 16 da Arena. Apesar de o Partido ter fechado quatro, cinco deputados do MDB não compareceram para votar. (Página 6)

Garoupa opera ainda este mês

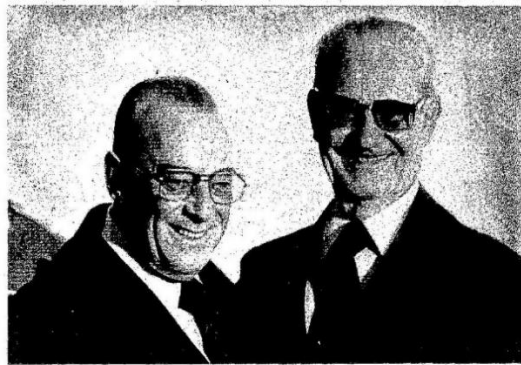
O sistema de Garoupa começará a produzir cinco mil barris de petróleo por dia, até o fim deste mês, anunciou ontem o presidente da Petrobrás, Araken de Oliveira. Esta produção será fornecida por apenas um peca, acrescentou. Nos próximos meses, os oito poços restantes serão ativados gradualmente, até que o sistema esteja produzindo 45 mil barris diários. Esta semana poderá chegar ao Brasil um carregamento de um milhão de barris de petróleo, enviado pela República Popular da China, a título experimental, em troca de um embarque de minério de ferro enviado pela Vale do Rio Doce. No dia 26, uma missão brasileira vai à China negociar a venda de minério de ferro em troca de petróleo e carvão. Deixá participação o Ministério das Minas e Energia, Shizueki Ueki, e o presidente da Vale, Joel Rennó. (Página 23)

ANO LIV — Rio de Janeiro, terça-feira, 17 de outubro de 1978 — Nº 16.438

O GLOBO

FUNDAÇÃO DE IRINEU MARINHO

Diretor-Redator-Chefe: ROBERTO MARINHO
Diretor-Secretário: RICARDO MARINHO
Diretor-Substituto: ROGERIO MARINHO



Geisel recebe seu sucessor

O General João Baptista de Figueiredo teve ontem seu primeiro encontro com o Presidente Geisel, depois de eleito no Colégio Eleitoral. A entrada do gabinete presidencial, Geisel e seu sucessor

abracaram-se longamente (foto), seguindo-se uma conversa reservada de cinquenta minutos. Ao final da audiência, o General Figueiredo esteve com o Chefe do Gabinete Civil da Presidência, General

Golbery do Couto e Silva, com o Chefe do Gabinete Militar, General Moraes Rego, e o Chefe do SNI, General Olívio Aguiar de Menezes, retirando-se sem revelar o teor das conversas mantidas. (Página 2)

Karpov e Korchnoi decidem o título

Será disputada hoje a trigésima-terceira partida do match pelo título mundial de xadrez, entre o campeão Anatoli Karpov e o desafian- te Viktor Korchnoi. Quem vencer fica com o título. (Página 29)

Padrasto deixava menino acorrentado

ESTÁ EDIÇÃO
O País 20 e
Correio da Manhã 14
O Mundo 15 e 20
Folha de São Paulo 21 e 27
Jornal da Tarde 24
História 39
Sábado 40 e 41
Folha de São Paulo 42

Classificados: 10 páginas
Anúncios: 12 páginas
PREÇO DE VENDA: R\$ 1,00
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

O tempo no Rio: nublado com chuva; amanhã: mais nublado e chuva à tarde. Temperatura máxima: 18°C; mínima: 12°C.

Achada pasta do empresário assassinado

Em buscas feitas ontem pela manhã no Morro do Carcedor, policiais da 1ª DP encontraram, a alguns metros do Mirante Dona Marta, parte da pasta pertencente ao empresário Fernando Cunha Lima, assassinado em 25 de setembro último; a pasta foi jogada no local um dia após o crime por José Alves Ferraz, que aludiu nas buscas. Preso na 1ª DP, José Carlos Ferraz, principal acusado do assassinato, disse ontem que "ainda não é hora de falar". Ele e Ferraz foram denunciados ontem por homicídio qualificado pelo promotor do 4.º Tribunal de 1ª Instância. (Página 12)

Pierre Cardin: uma etiqueta sem fronteiras

O Império Pierre Cardin parece não ter limites: sua mais recente assinatura foi para um jato comercial avaliado em US\$ 48 milhões — ele projetou os interiores. Cardin começou trabalhando com moda e, hoje, investe nos mais variados setores, de alimentado a especulação imobiliária, passando pela construção de habitações populares. Mas insiste que, de coração, permanece estilista. (Página 4)

Boas maneiras nem sempre seguidas

Judith Martin, jornalista americana que tem uma coluna de etiqueta social no "Washington Post", é uma conselheira sul-genera em matéria de boas maneiras: embora admitido que o comportamento à antiga é ainda o melhor, a colunista afirma que "distante das maus modas do mundo moderno, nada como responder a altura e manter firme a cabeça". (Página 33)

A Igreja universal

SUPERANDO a escolha de João Paulo I em meados de março, a eleição do novo Papa sucedeu-lhe no ofício e ao mesmo tempo foi marcante reinado traz um corpo de impactos que vai desde a relativa demora da decisão do Sacro Colégio ao fato raro da nacionalidade não italiana de João Paulo II e, finalmente, à circunstância de representar ele o Igreja de uma outra fronteira católica, aquela do mundo eslavo e das países subjulgados ao comunismo soviético.

VIVENDO num Estado comunista, cuja intolerância religiosa nunca foram totalmente desativadas, o Arcebispo de Cracóvia tem sabido dosar a sua posição de severas críticas ao regime com uma serena habilidade no diálogo. Esse poder de diálogo, mesmo nos mais desfavoráveis circunstâncias, haveria de pesar nas avaliações do Sacro Colégio e fim de que a Igreja possa encontrar o equilíbrio no confronto interno entre tradicionalistas e progressistas. João Paulo I, o Papa da humildade, parecia, pelas suas virtudes humanas e religiosas, uma escolha bastante feliz em relação ao problema de conciliar as duas correntes. Dada a esperança que consolidou o obra de João XXIII continuado pelo Papa Paulo VI, sem participação de outras e talvez arcaicas estruturas.

O CARDEAL de Cracóvia, Karol Wojtyla, vem de uma terra de santos e de mártires, onde um indomito e invencível cristianismo teria que enfrentar a adversidade política e religiosa até mesmo nos dias da civilização contemporânea; terra de um catolicismo puro e fundamentalmente arraigado na formação do povo, expressão, inclusive, em elevado índice de vocação sacerdotal.

A DOCTAR o nome de João Paulo II, o Cardeal de Cracóvia, também da origem pobre e operária, traduziu entusiasmado o seu propósito de realizar o obra de unidade e de universalização católicas que todos esperavam do infante sucessor. O nome preferido, por si só, firma um compromisso.

AS EXPECTATIVAS mundiais, entretanto, estavam desproporcionadas para o eleição de um Papa polonês, e disto não poderia haver melhor testemunho do que a audiência do Cardeal de Cracóvia das listas de candidatos ao Trono de São Pedro, ouvidos os grandes especialistas em assuntos da Vaticano. Se alguma novidade pudesse ocorrer, não se situaria em algum nome buscado no Terceiro Mundo ou em qualquer das países da Ocidente.

A COMUNIDADE católica pode agora novamente rejubilá-la, depois do hiato de aguardamento, tristezas e desolação provocadas pela morte súbita do Cardeal Albino Luciani, levando consigo a sua sorriso e a sua doçura. Pois não há somente um novo Papa na catedral de Pedro como há esperanças justamente renascentes no triunfo da unidade do catolicismo sobre as ameaças de crise que o rodeiam. Triunfo sem dúvida fundamental para o missão evangelizadora e pastoral da Igreja, mas decisivo também para o desenvolvimento espiritual do homem e para o paz do mundo.

A DECISÃO tomada pelo conclave do Capela Sistina, todavia, não ostentou o ser assimulado nos seus aspectos de intelectual, reúne os requisitos para todos considerados importantes para o amplia e pesadas tarefas pontificais que o aguardam: é um Pontífice jovem (58 anos), tem completa experiência pastoral, uma capacidade de comunicação reforçada pelo domínio de mais dízimo de idiomas universitários, ecumenistas, conspícuo insuperável da própria razão de ser do catolicismo, destinado a um mundo laico e inspirado pelo fé.

Na edição de quarta-feira apenas uma única notícia digna de nota, na p. 02, trazia a confirmação da presença de Figueiredo na cerimônia de abertura do canal de desvio do rio Paraná e o registro da nota de congratulação enviada por Alfredo Stroessner ao presidente eleito, com votos de “crescente progresso e bem-estar para a nobre Nação brasileira, na segurança de que a amizade paraguaio-brasileira continuará se fortalecendo para o bem de nossos povos”. Um resumo do cerimonial a ser executado pelos presidentes Geisel e Stroessner também aparecia no texto, iniciando com o encontro de ambos na Ponte da Amizade, ida ao canteiro de obras, descerramento de placas, explosão dos diques de contenção do canal, assinatura do contrato de compra das primeiras 18 turbinas, almoço e retorno à Brasília.

Na edição d’*O Globo* de 19/10/1978, quinta-feira, a manchete era “Geisel e Strossner assistem amanhã ao desvio do Rio Paraná”, com texto trazendo números recordes sobre escavações, extensão do canal, volume de terra movimentada e quantidades de dinamites utilizadas para a explosão, além de citar o emblemático protocolo de encontro dos presidentes Geisel e Strossner sobre a Ponte da Amizade. O mesmo aconteceu na edição de sexta, dia 20/10/1978, o grande dia da abertura do canal de desvio.

A começar pela capa, com uma enorme foto de Geisel, tirada na véspera, quando o presidente discursou na ocasião da inauguração do Campus Universitário da Fundação de Ensino Polo Geo-Educacional do Vale do Itajaí, no estado de Santa Catarina. Ainda na capa d’*O Globo*, a chamada “Paraná será desviado hoje”, com foto tirada em Foz do Iguaçu, mostrando Figueiredo e vários ministros de Geisel sentados em uma mesa, como se estivessem reunidos. Esta edição tem muitos anúncios das empresas envolvidas na construção de Itaipu, alguns deles ocupando quase meia página. As páginas 09, 10 e 11 da sessão O País vieram especialmente dedicadas à Itaipu, e cada uma destas páginas trazendo, além das matérias favoráveis ao empreendimento, as propagandas das empresas de engenharia, transportes, metalurgia e elétrica que trabalharam na obra que examinaremos mais a frente. .

Chama a atenção a fotografia aérea do canal de desvio na página 20, sessão de Economia, com detalhes desenhados sobre a figura, representando os arcos dos diques que seriam dinamitados e outras linhas informativas representando outros elementos da barragem, com suas respectivas legendas. Após análise visual realizada por nós, constatamos que essa foto d’*O Globo* é a mesma que está presente no Relatório Sobre a Visita a Obra de Itaipu, datado genericamente como “de outubro de 1978”. A única diferença de uma foto a outra está na

legenda, que no relatório é bem mais simplificada, com uma escrita espartana, atendo-se ao óbvio ao passo que, no jornal, está mais detalhada.

Diante dessa observação, suscitou-nos uma dúvida: como que *O Globo* conseguiu essa foto? Se o tal Relatório data de outubro de 1978, supomos que tenha sido escrito ao final deste mês ou, no limite, nos dias imediatamente após o fim do mês, porém a foto saiu n' *O Globo* na edição do dia 20/10/1978. Uma explicação seria que o jornal cedeu a foto para os dirigentes de Itaipu escreverem o relatório usando-a. A outra explicação seria que *O Globo* conseguiu a foto por algum meio de contato com a Binacional, o que é também estranho, uma vez que esse Relatório Sobre a Visita a Obra de Itaipu de outubro de 1978 está numa juntada de relatórios com o carimbo de "SECRETO". Não é possível saber quem forneceu a foto a quem, mas isso mostra como o jornal tinha acesso ou trocava informações com os agentes do poder. O caso desta foto é um elemento que bem ilustra isso.

O grande dia seria mesmo noticiado no sábado, edição do dia 21/10/1978, quando vemos a imagem de capa (Figura 11) com uma foto do momento da explosão, tendo logo abaixo a imagem de Geisel discursando, ladeado por Stroessner e Figueiredo. A imagem do evento é acompanhada pelo título "Rio Paraná é desviado para a construção de Itaipu". Ambas as fotografias ocupam o espaço de interesse 1, do diagrama de Aguilar. Afinal, a intenção d' *O Globo* era que a mais importante notícia ocupasse o mais destacado local da capa. Mas não apenas essa notícia estampou o otimismo presente na capa. Além da chamada sobre a inauguração do novo estádio do Botafogo, time para o qual torcia o presidente Geisel, também havia o discurso do presidente indicando os albores da abertura política.

Além disso, a notícia, mais abaixo, informando que o recém-eleito Papa João Paulo II manteria relações com todos os países e o reatamento de relações da Santa Sé com a Polônia comunista e, o mais importante, um longo editorial destacado e emoldurado, intitulado "Energia Compartilhada", cujo texto estava belamente escrito e com a já citada irretocável verve vocabular que se dedicava para os editoriais que tinham interesses em defender o Projeto Itaipu.

Assim começava o editorial: "Itaipu viu consagrado ontem, com um acontecimento técnico de repercussão mundial, o grande marco de sua irreversibilidade." E complementava a chamada do editorial dizendo que "A maior usina hidrelétrica já projetada pelo homem, ergue-se de uma prodigiosa composição de vontades e esforços entre dois países, o Brasil e o Paraguai, que decidiram ganhar o desafio do desenvolvimento". Após longo texto resgatando o histórico do empreendimento, o editorial arremata quase em tons proféticos:

Os resultados associativos conseguidos em relação ao Paraguai, desde a Ata das Cataratas, chegam a ser modelares para a experiência internacional, conforme

acentuou o Presidente Geisel. Restará somente aprofundar o espírito associativo do gigantesco projeto, a partir de concessões técnicas que sem jamais ferirem os limites da soberania nacional, proporcionem uma universalização de benefícios à altura do milagre do engenho humano que será, e já é, a realização de Itaipu. (O GLOBO, 21//10/1978, p. 01)

Esta edição também foi marcada por grandes espaços destinados a propagandas das empresas que atuaram na construção do canal. Tal como na edição da véspera, é possível encontrar anúncios destas empresas exaltando sua participação e a própria obra em si. O primeiro grande anúncio que encontramos nesta edição, por exemplo, é do consórcio eletromecânico Ciem, que tinha assinado os contratos na véspera. Em um quadro ocupando mais da metade da página 11, os logotipos de todas as empresas integrantes do consórcio apareciam saudando o feito do desvio do rio Paraná dizendo que participar de Itaipu era “Um grande desafio, sem dúvida, que estamos preparados para vencer. A maior Usina Hidrelétrica de todo o mundo será equipada com 18 unidades de 700.000KW cada uma”.

Assim também foi com a Indústria de Material Bélico do Brasil – IMBEL, que forneceu as cargas explosivas que no dia 20 de outubro dinamitaram os diques de contenção, abrindo o canal, mas que durante as obras foram usadas para explodir as milenares rochas do derrame basáltico que aconteceu no imemorial Cretáceo, que como vimos, formaria o futuro substrato da Bacia Paranaica. A propaganda da IMBEL ironizava: “Desculpem o barulho. Ele foi necessário para as mudanças que irão ocorrer.”

Conseguimos identificar que, em comum, todas essas propagandas, tanto as do dia 20 quanto as do 21, exaltavam *a)* a grandiosidade da obra – ou seja, a representação de uma grandeza não apenas ideal ou de palavras, mas um monumento físico como prova; *b)* a capacidade técnica dos trabalhos que a empresa ofereceu durante a obra – sejam as transportadoras, as fornecedoras de insumos, as integrantes do UNICON, as fabricantes dos caminhões, as fabricantes dos mais diversos itens que compuseram a obra do canal de desvio e outras frentes de trabalho no canteiro e, *c)* a representação do triunfo sobre a natureza – onde a representação do rio como uma força natural a ser conquistada se expressava nas fotografias, quase sempre colocando a oposição entre o meio natural e o meio artificial.

Este último elemento, inclusive, aparece com destaque na propaganda da fabricante das comportas da estrutura de controle do canal de desvio, a Ishibras, que dizia em seu espaço de propaganda, em letras garrafais e com fotos de seus imensos produtos de aço: “Hoje o Rio Paraná corre livre por um caminho aberto pelo homem para desviar seu curso. Amanhã será a vez de domá-lo em seu leito original”. O primeiro parágrafo da propaganda dizia “Mais uma

vez a mão do homem está corrigindo a natureza, para colocar a sua força a serviço do desenvolvimento e do progresso.”

É importante rememorarmos as palavras da filósofa Vandana Shiva sobre como os leitos d’água em seu curso natural são retratados como certa negatividade ou, no mínimo, como “desperdícios” de recursos. Fica claro nestas propagandas o importante papel desempenhado pelas grandes empresas de vários setores da economia que sempre envolvem cifras bilionárias neste cenário de construção de grandes barragens e posterior controle sobre elas – embora não foi este o caso de Itaipu que continuou como uma empresa pública binacional. Finalizando, Shiva (2006, p. 69-70) alerta que se trata de uma junção das ações do Estado com grandes corporações, ocasionando a dicotomia dos “custos públicos com ganhos privados”.

Com a abertura do canal de desvio, percebemos que a narrativa *d'O Globo* sobre Itaipu mudaria em sua forma, mas continuaria com sua essência. A forma, caracterizada pela narrativa quase heroica de relatar os fatos em determinadas reportagens, principalmente nas especiais ou naquelas mais longas, que trazem combinações de reportagens, entrevistas e fotografias. As grandes polêmicas do atraso nas obras, da ciclagem, da compatibilização com Corpus já estavam superadas. Não faz parte de nosso esforço de pesquisa, mas uma grande polêmica pós-construção do canal de desvio, já sob o governo Figueiredo, seria a formação do lago artificial com o fechamento das comportas e os problemas dele advindos, entre os quais, a submersão do Parque Nacional de Sete Quedas.

A essência seria caracterizada pela continuidade intransigente de defesa do projeto e pelo alinhamento ao governo, principalmente no acordo aos dispostos no II PND. Importante citar que o III PND, lançado por Figueiredo em 1980, não cita Itaipu em suas 108 páginas, ao passo que o II PND cita nominalmente a barragem em dois importantes pontos de seu texto, no Capítulo V–II - Política de Energia, p. 84 e no Capítulo IX- Desenvolvimento Urbano, estratégias regionais específicas na região Sul, p. 88.

Ainda relacionado à hidrelétrica, teria a polêmica entre Itaipu e Corpus, que seria desanuviada juntamente com outros temas relacionados à aproximação diplomática com a Argentina. Se antes, ainda que remotamente, Itaipu era uma possibilidade ou desafio a ser vencido, agora já era fato consumado. Ia-se pensar em como seria o funcionamento da UHE e não mais na perspectiva “se” ela iria funcionar.

Essa nova percepção já se fará sentir nas edições seguintes, até mesmo quanto ao tamanho ocupado por reportagens do tipo, embora observamos que continuavam sendo publicadas majoritariamente no sessão de economia. A edição do dia 24/10/1978, p. 20 desta sessão, por exemplo, informava que o Itamaraty desmentia a falsa notícia de que a Argentina teria entregue oficialmente uma nota ao presidente Geisel propondo uma cota de 108m para Corpus (muito acima dos 103m proposto pelo Brasil e dos 105m admitidos anteriormente) ao passo que a edição do dia 26/10/1978, p. 23, sessão de Economia, trazia as possibilidades de se implantar mais duas turbinas em Itaipu, sem que isso alterasse a vazão do Rio Paraná, o que então não prejudicaria a usina de Corpus a jusante.

Na edição do dia 27/10/1978, é publicada uma reportagem sobre a reunião ocorrida no Itamaraty, com representantes das chancelarias brasileira e paraguaia e da Eletrobrás e da ANDE, que tomaram decisão conjunta em ampliar Itaipu para vinte turbinas, sendo 18 originais em operação e 2 acrescidas como “reservas” (O GLOBO, 27/10/1978, p. 21, sessão de

Economia). Apesar de registrar o desagravo da Argentina com a decisão, a notícia foi veiculada como mais um trunfo para o Brasil, pois, conforme a reportagem, também atendia às pretensões do Paraguai que, caso novamente questionasse no futuro o valor pago pela sua energia excedente, teria uma turbina de 700.000KW a mais para negociar em sua cota.

Os desafios da natureza intocada aparentemente foram superados pelas atividades incessantes das máquinas e homens empregados no trabalho de Hércules que foi o desvio do rio Paraná. Das diversas fotografias que procuramos nos acervos para retratar aspectos flagrantes dos trabalhos dos barrageiros, notamos que o fotógrafo tinha grande interesse em mostrar ou as máquinas ou o canteiro de obras perspectivado, sendo raros os closes em barrageiros. As fotos que aparecem destes seres humanos estão longe e não conseguimos ver seus rostos, é difícil identificar características mais detalhadas e não sabemos se estão chorando ou sorrindo para a foto, pois tudo que o jornal publicou sobre eles nas linhas que lhes concederam indicava que “estava tudo bem”. A situação é um pouco diferente no caso do acervo digital do “Espaço do Barrageiro”, onde, junto com a colaboração de ex-barrageiros e os familiares destes, temos uma grande variedade de fotografias que identificam e nos dão detalhes destes seres humanos e alguns aspectos de seus cotidiano de trabalho.

Por óbvio, as trocas de notas entre chancelarias não seriam reportadas da mesma forma que as explosões, as movimentações de terras recordes de solo e rocha, mas ainda assim o canteiro de obras continuaria sendo noticiado a cada novo recorde de concretagem que era atingido pelos barrageiros e também, já na década de 1980, com a chegada e entrada em operação dos enormes equipamentos eletromecânicos permanentes. Estes eventos posteriores fogem ao escopo de nosso esforço e, por conta disso, de modo singelo, no momento em que o canal de desvio do rio Paraná se abre, fechamos nossa pesquisa.

CONCLUSÕES

I

Faz-se do movimento uma represa,
Da agitação faz-se um silêncio
Empresarial, de hidrelétrico projeto.
Vamos oferecer todo o conforto
Que luz e força tarifadas geram
À custa de outro bem que não tem preço
Nem resgate, empobrecendo a vida
Na feroz ilusão de enriquecê-la.

(Adeus a Sete Quedas, trecho, por Carlos Drummond de Andrade, 1982)

II

Pedra que canta é o meu nome
Nasci na terra Caingangue e Guarani
Hoje aqui estou repleta,
Sou montanha de concreto
Feita com sangue, suor e lágrima.
Aqui houve canto. Aqui houve pranto.

(A Pedra que Canta, trecho, por José Alexandre de Oliveira, o *Tio Bahia*, poeta e ex-barrageiro de Itaipu⁷⁷)

Dois poetas cantam a natureza alterada pela ação humana, cada um à sua maneira, cada um a sua percepção. O primeiro canta o fim de Sete Quedas, cujos dias estavam contados a partir de, e ainda mais, quando Itaipu tornou-se irreversível. O segundo canta sua própria experiência em ter feito parte daquela que não era apenas a maior barragem do mundo, mas muito maior do que a maior barragem existente no mundo naqueles anos. No trecho de Drummond, comovemo-nos com as perdas naturais de Sete Quedas; no trecho de Tio Bahia, emocionamo-nos com as vidas humanas. E com estes dois poetas iniciamos estas linhas conclusivas com um chamado para essa dicotomia sobre perdas e ganhos.

Quando nos propusemos a estudar o período de “Itaipu antes de ser Itaipu”, por meio das representações desta fase da obra nas páginas do jornal *O Globo*, logo surgiu-nos o desafio de decidir se seria oportuno realizar um trabalho mais analítico que descritivo ou se a realização de um texto mais descritivo do que analítico responderia às indagações apresentadas em nossas linhas introdutórias. Não bastava apenas apresentar a constatação de que o grupo empresarial *O Globo* estava com armas e bagagens ao lado do governo militar no apoio à Itaipu. Queríamos

⁷⁷ Extraído do trabalho de Josiane Nava “Migração, memória e literatura: lembranças de um barrageiro de Itaipu”, 2018, ONIOESTE.

demonstrar *como* este apoio se deu e por isso recorremos à utilização de uma combinação de observações descritivas e analíticas, a partir das quais procuramos expor o máximo possível da fonte histórica (o jornal, em si) confrontando-o com a bibliografia pesquisada, enquadrando *O Globo* como fonte e também como objeto da nossa pesquisa histórica. Para além disso, buscamos o confronto entre outras fontes do mesmo período e assim recorremos aos relatórios de atividades e até fragmentos de testemunhos orais, buscando dar ao leitor uma amplitude de distintas formas como o canteiro de obras do canal de desvio era percebido em uma e outra fonte. Assim, temos a convicção de que o aprofundamento da parte analítica nos daria a resposta do *porquê* este apoio se deu, que ao longo do texto procuramos demonstrar com os exemplos de peças publicitárias, matérias tendenciosas e reportagens, ora de afagos ora de pressões sobre os atores da cena política, interferindo ou ajudando a interferir em determinadas decisões políticas cujo fim teria o atendimento a interesses econômicos dos grandes grupos envolvidos no projeto.

Ao colocarmos o estudo da Bacia do Rio Paraná como ponto de partida, não o fizemos por mero capricho literário para localizar espacialmente o leitor ou para que se ficasse restrito a uma notação geográfica que comprova o potencial energético de suas águas em razão de sua formação geológica ao longo das eras. Os relevantes trabalhos clássicos e contemporâneos de geologia sobre a formação da Bacia do Rio Paraná nos revelaram que a natureza proporcionou a combinação de uma enorme quantidade de águas correndo a uma velocidade e vazão que possibilita a movimentação de turbinas para gerar energia. Caberia ao ser humano não apenas saber, mas tomar proveito disso. Estas preocupações são de cunho didático e, embora importantes, não podem ter um fim em si mesmas. Para muito além disso, nossa intenção com este assunto foi retomar a geohistória como possibilidade teórica de pesquisa ao escrever sobre a intervenção humana em uma região de fronteira que abriga uma das maiores bacias hidrográficas do mundo, colocando este cenário como um agente da história, provocando o leitor a refletir sobre como as ações das condições físicas do meio agem sobre os fatos sociais.

Procuramos demonstrar isso sob a ótica de que a natureza não é uma força neutra que condiciona as ações humanas, marcada pela fatalidade mecânica, ao contrário, usamos a natureza como um fator explicativo das diversas manobras utilizadas pelos agentes históricos envolvidos, utilizando o rio Paraná, ora como elemento de aproximação, ora como elemento de tensionamento, ora representado como um problema a ser resolvido, ora apresentado como a solução de todos os problemas, mostrando um breve fragmento da história humana em suas relações profundas com a Terra. Dessa forma, ainda que pareça uma força que determina as

condições dos homens, a natureza se humaniza e deixa de ser neutra quando um ou mais lados dos atores em cena manipulam o cenário da história a seu favor. Uma dessas formas de manipular a força da natureza se dá ao enquadrá-la nos discursos e nas representações e, principalmente, na modificação do cenário natural, de forma agressiva ou não, para harmonizar-se aos interesses dos seres humanos, sendo entendida como “coisa a ser domada” e, por isso também, silenciada nas narrativas hegemônicas.

Para que as colossais estruturas da usina de Itaipu subissem em direção ao céu, foi necessário descer bem profundo através das escavações na Bacia do Rio Paraná, primeiro no canal de desvio, depois na barragem principal. Mas também foi necessário construir, antes da usina, uma representação negativa do rio Paraná e uma narrativa otimista sobre o projeto, que naturalmente afetaria a vida de milhares – ou até milhões, se considerarmos os que receberiam a energia de Itaipu e tudo que dela adveio. Também uma engenharia política e diplomática e, como não poderia deixar de ser, jurídico-legislativa, até mesmo do ponto de vista internacional, como vimos, foram construídas, às vezes muito mais rapidamente do que o ritmo das escavações do canal, para dar cabo, na curta duração, dos processos históricos que mudam de aparência em períodos curtos de tempo. A dinâmica entre os acontecimentos das barrancas do Rio Paraná e os corredores palacianos de Brasília possuem esse ritmo histórico diferente, haja vista que houve momentos que as canetas e notas diplomáticas da chancelaria foram mais rápidas que as escavadeiras Bucyrus e os enormes caminhões Wabcos que transitavam pelo canteiro de obras. Em outros momentos, a protelação de algumas decisões indicam que as escavadeiras e caminhões, às vezes, fossem mais rápidos. Isso também nos faz lembrar as temporalidades aceleradas dos acontecimentos decisivos onde semanas parecem dias e meses parecem semanas, pois como vimos, o tempo dos homens é bem mais rápido que o da natureza.

São mais de três anos de trabalho em um ritmo acelerado e com alto volume de produção, que tentamos selecionar entre as centenas de entradas para o termo “Itaipu” que os motores de busca do acervo digital d’*O Globo* traziam aos nossos comandos. E esse triênio de intenso trabalho deve ser considerado em circunstâncias bem adversas, em um país que já estava há 10 anos sob um regime de exceção, sob a pressão de um sistema político cujo tacão autoritário naturalmente iria representar, e fazer representar, os envolvidos neste processo em um formato que coubesse dentro das perspectivas otimistas das campanhas da Aerp/ARP, ou seja, uma trama de conceitos em redes foram usados para que surgisse a imagem da Nação unida em torno da construção do *Brasil Grande*, que iria superar as dificuldades e desafios impostos pela natureza, afinal *ninguém segura este país*. Os barrageiros nas páginas d’*O Globo*

aparecem como integrantes coadjuvantes de uma narrativa na qual os heróis pareciam estar em outros lugares que não no canal de desvio, salvo exceções de visitas que ganhavam as capas do jornal. O heroísmo dos barrageiros parece ser de menor monta. A menos que os capacetes e botinas dos operários não ficassem tão bem nas fotografias quanto os ternos e medalhas dos generalíssimos, esse silenciamento das vozes – e imagens – dos trabalhadores barrageiros se inserem como um flagrante silenciamento de outras narrativas possíveis. Eles estão nas fotografias, mas não são mostrados por elas. As imensas máquinas que tanto o jornal, quanto os relatórios oficiais alardeavam eficiência e potência, eram muitas vezes operadas por um indivíduo que se espremia com seu alimento entre o banco e o volante para repor sua força de trabalho, vendendo seu momento de almoço para ganhar um pouco mais no fim do mês. Uma narrativa feita por homens. Até mesmo esse conceito de “homens” podemos questionar, afinal, onde estavam as mulheres trabalhadoras de Itaipu? Muito pouco encontramos sobre elas, se não fotografias nos Relatórios Anuais da Binacional nas quais há o vulto do que parecem algumas trabalhadores dos serviços de saúde, embora o acervo do arquivo do Espaço do Barrageiro tenha várias menções à mulher barrageira. Como vimos nas análises da escrita jornalística (em voga na época, e de certa monta, ainda hoje), as mulheres são, junto com o meio natural, um dos grupos excluídos das grandes narrativas hegemônicas.

Assim, a narrativa deixa claro sua intenção mais profunda, mais profunda do que as rochas de basalto encontradas nas escavações do canal de desvio. A necessidade de obter energia para suprir a alta demanda da industrialização que o país estava passando em sua inserção na modernidade ocidental é um dos fatores que levaram o grupo empresarial *O Globo* a apoiar o projeto Itaipu. Qual o interesse do grande jornal em apoiar a construção de mais uma usina hidrelétrica? Apenas o alinhamento ao governo ou a simpatia pelo projeto não explicam tudo. O nobre apoio do jornal para a geração de empregos também soa de uma ingenuidade que escapa a qualquer exame histórico. Os sábios povos ribeirinhos têm um ditado que nos ensina que “depois da curva do rio, tem mais rio para se ver”, então vejamos!

A proximidade com os grandes anunciantes pertencentes ao bilionário ramo da construção civil indicam o acréscimo de um dado interessante à resposta que buscamos, pois embora não fazia parte de nossas pesquisas, devemos citar aqui que o número de propagandas imobiliárias, condomínios e loteamentos e empreendimentos residenciais e comerciais nas páginas d’*O Globo* é impressionante. O pesquisador que analisar estas propagandas terá um vasto campo de interrogações, além, claro, de lidar com uma fonte de pesquisa muito bonita do ponto de vista visual, com um design de encher os olhos, dado o capricho com que os grandes

empreendimentos imobiliários eram retratados nas propagandas d'*O Globo*. Parece que quanto mais luxuoso o prédio, maior o tamanho do anúncio na página.

Praticamente todas as edições citadas na presente pesquisa traziam em suas páginas várias propagandas do mercado imobiliário, não apenas do Rio de Janeiro. É fato que este mercado, ou melhor dizendo, esta cadeia produtiva da construção civil, demanda um grande consumo de energia, tanto no processo de construção e implantação destes empreendimentos, quanto no posterior funcionamento e manutenção destes novos grandes edifícios. Logo, o apoio à política de produção e distribuição de energia atendia a esses interesses bilionários, que todos os dias estavam nas páginas do jornal, às vezes ocupando todos os espaços de interesses de leitura, o que naturalmente supomos ter um valor de anúncio bem caro.

Mas devemos destacar outro ramo em franca expansão, que era a popularização dos aparelhos elétricos domésticos e também equipamentos e serviços industriais. Observamos uma enorme quantidade de propagandas destes equipamentos nas páginas do jornal (tanto anúncios dos próprios fabricantes destes aparelhos quanto das lojas onde se vendiam estes equipamentos) e empresas que prestavam serviços para indústrias. A possibilidade de racionamento de energia não interessaria ao produtor, ao vendedor e nem ao consumidor destes. Não só isso, ousamos ir um pouco além: o grupo de comunicação de Roberto Marinho, que no período analisado já estava consolidado, era formado, além do jornal impresso *O Globo*, também pela *Rádio O Globo* e a *TV Globo*, inseridos na dinâmica do capitalismo brasileiro. Se o primeiro deles precisa de grandes impressoras para funcionar e confeccionar o jornal para ter leitores, os outros dois precisam de aparelhos de rádio e televisão para terem ouvintes e espectadores. Mais rádios e mais televisores nas casas, comércios e instituições representariam um público maior de consumidores para seus anunciantes. Portanto, apoiar a expansão do mercado de eletrodomésticos era, em última instância, apoiar a expansão da tecnologia que iria favorecer a difusão, via rádio e TV, do próprio grupo. Os anunciantes do impresso também poderiam ser anunciantes do rádio e da televisão, desde que houvesse equipamentos para o público ouvir e assistir. Tudo isso, claro, precisa de muita energia elétrica para funcionar. Por isso o apoio d'*O Globo* à Itaipu é explicável devido ao alinhamento ao regime, mas também em virtude de seus próprios interesses econômicos. É importante lembrar que fizemos questão de citar não apenas a página onde as notícias apareciam, mas também o sessão onde estas páginas estavam e, como o leitor pôde verificar, o sessão de Economia foi o que mais trouxe notícias sobre Itaipu, seguido da sessão O País.

O governo não estava, portanto, sozinho na construção da narrativa sobre Itaipu. O seu II PND, suas cartilhas e filmetes de campanhas institucionais objetivando construir um Brasil Grande encontravam boa reverberação na grande mídia e, em particular, n' *O Globo*, que como procuramos demonstrar por meio de seus textos, capas, editoriais e fotografias, não se furtou em dar lastro a essa narrativa quase única, embora houve questionamentos ao Projeto Itaipu desde a primeira hora que este foi apresentado, entretanto, não coube a esta nossa pesquisa a análise dessas vozes contrárias à narrativa hegemônica.

O filósofo italiano Humberto Eco, ao escrever sobre como se faz uma tese, dizia elegantemente que, antes de mais nada, deveríamos tomar a tarefa como diversão, com uma certa satisfação esportiva de como quem está caçando um texto que não se encontra ou um charadista que encontra a resposta de um enigma até então insolúvel. De fato, há um contentamento em chegar ao final e ver o quanto se fez, embora, por outro lado, pesa-nos o fato de que há um outro tanto que gostaríamos de ter feito, aproximando-nos da humildade socrática de ter a certeza de que o pouco que sabemos é tão ínfimo como o nada. Queremos abrir um caminho para que as questões aqui levantadas se tornem pontos de partida para novas pesquisas.

Cabe aos pesquisadores das mais diversas áreas das ciências sociais – e, por que não, de todos os outros campos dos saberes – fazerem que estas outras versões sejam descobertas, historicizadas e contadas. Bem verdade muito tem-se feito neste sentido, vide a bibliografia sobre Itaipu que o presente trabalho e os demais trabalhos que utilizamos lançaram mão em suas pesquisas. De qualquer modo, acreditamos que ainda há muito a se “escavar” neste tema. Itaipu é um assunto fascinante que tem muito a oferecer para os pesquisadores, principalmente se olharmos a obra no nível mais da escala humana, com menos heroísmo e grandiosidade ufanista, ainda que essas outras narrativas não hegemônicas, num primeiro momento, pareçam ter sido soterradas pela avalanche de concreto e aço que, ao represar o rio e formar o tal lago artificial, calou muitas dessas vozes ao silenciar a “pedra que canta”.

REFERÊNCIAS

Acervos

Acervo Digital do Jornal *O Globo*. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/acervo/>>

Arquivo Nacional. Disponível em: <<https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br>>

Espaço do Barrageiro. Acervo Digital Disponível no Facebook em: <
<https://www.facebook.com/espacodobarrageiro/> >

FUNAG. Fundação Alexandre de Gusmão. Centro de História e Documentação Diplomática (CHDD).

Ministério das Relações Exteriores. Acervo digital disponível em < <https://www.gov.br/funag/pt-br/chdd> >

Memoria da Eletricidade. Acervo. Disponível em < emoriadaeletricidade.com.br/acervo >

Memoria Rondonense. Acervo digital. Disponível em: <https://memoriarondonense.com.br/galeria-single/itaipu-binacional-em-fotos/24/>

Legislação consultada

Decreto-lei nº 5.458, de 5 de maio de 1943 - Declara inexistente a dívida de guerra do Paraguai para com o Brasil. Disponível em: < <https://shre.ink/D8Gy> >

Decreto nº 60.417, de 11 de Março de 1967 - Aprova o Regulamento para a Salvaguarda de Assuntos Sigilosos. Disponível em: < <https://shre.ink/D8GP> >

Decreto-Lei nº 314, de 13 de Março de 1967 - Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social e dá outras providências. Disponível em: < <https://shre.ink/D8G6> >

Decreto-Lei nº 898, de 29 de Setembro de 1969 - Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências. Disponível em: < <https://shre.ink/D8GJ> >

Decreto nº 73.102, de 7 De Novembro De 1973 - Regulamenta os artigos 12 e 13 da Lei nº 5.899, de 5 de julho de 1973, que dispõem sobre a coordenação operacional dos sistemas elétricos interligados das Regiões Sudeste e Sul. Disponível em: < <https://shre.ink/D8j1> >

Decreto-lei nº 1.450, de 24 de março de 1976 - Concede isenção dos impostos de importação e sobre produtos industrializados incidentes nos bens destinados à construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu e dá outras providências. Disponível em: <<https://shre.ink/D8jU>>

Decreto nº 81.615, de 28 de Abril de 1978 - Fixa novos níveis de salários-mínimos para todo o território nacional. Disponível em: < <https://shre.ink/D8Gi> >

Lei nº 6.620, de 17 de Dezembro de 1978 - Define os crimes contra a Segurança Nacional, estabelece a sistemática para o seu processo e julgamento e dá outras providências. Disponível em: < <https://shre.ink/D8GO> >

Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980 - Regulamenta a Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, que dispõe sobre a Faixa de Fronteira. Disponível em: < <https://shre.ink/D8G4>>

Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983 - Lei de Segurança Nacional. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências. Disponível em: < <https://shre.ink/D8GR> >

Tratado de Amizade e Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai. Portal do Itamaraty. Disponível em: < <https://shre.ink/8pg0> > . Acesso em 07/01/2024.

Edições do Jornal O Globo pesquisadas e consultadas:

1964

O GLOBO; Goulart e Stroessner Debateram em Mato Grosso a Construção da Usina no Salto das Sete Quedas. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 21/01/1964, p. 12. 1ª Sessão.

O GLOBO; A Nação Unida às Forças Armadas. O Globo, Rio de Janeiro, ed.31/03/1964, p. 01. Capa

1965

O GLOBO; Paraguai e Brasil mais unidos pela ponte da Amizade. O Globo, Rio de Janeiro, ed., 29/03/1965, p. 01. Capa

O GLOBO; A ponte Brasil-Paraguai reitera a confiança e amizade de dois povos O Globo, Rio de Janeiro, ed. 29/03/1965, p. 03.

1970

O GLOBO; Brasil e Paraguai Levantam Potencial de Sete Quedas. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 27/10/1970, p. 02

O GLOBO; O Grande investimento hidrelétrico do Governo do Estado de São Paulo. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 27/11/1970, p. 39. Caderno Especial “Brasil do Desenvolvimento”

1971

O GLOBO; Para Brasil e Paraguai a decisão já está tomada. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 01/08/1971, p. 11

O GLOBO; Sete Quedas poderá ter sua construção iniciada em 1972. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 05/10/1971, p. 18

1972

O GLOBO; Eletrobrás como fator de desenvolvimento econômico. O Globo, Rio de Janeiro, 17/03/1972, p. 150. Suplemento especial “Panorama Econômico”

GLOBO; Médici recebe na 3ª feira projeto sobre Sete Quedas. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 05/10/1972, p. 16. Sessão Economia

1973

O GLOBO; Represamento em Itaipu vai abrir o Paraná à navegação. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 13/04/1973 p. 1 Capa

O GLOBO; Fim das Sete Quedas é uma derrota para Guaíra. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 16/04/1973, p.02

O GLOBO; Stroessner hoje no Brasil para acordo sobre Itaipu. O Globo, Rio de Janeiro, ed.25/04/1973, p.01.

Capa

O GLOBO; Tratado cria a empresa de Itaipu. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 27/04/1973, p.01. Capa

O GLOBO; Brasil e Paraguai assinam o tratado de Itaipu. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 27/04/1973, p.10

O GLOBO; Tratado de Itaipu é inalterável. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 28/04/1973, p. 01. Capa

O GLOBO; Projeto de Itaipu não será revisto, diz Sapeña Pastor. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 28/04/1973, p. 06.

1974

O GLOBO; EMFA recebe teses sobre redivisão territorial. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 22/04/1974, p. 03

O GLOBO; Geisel promete medidas para melhorar previdência. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 02/05/1974, p. 10.

O GLOBO; Amazônia pode explorar madeira com raio laser. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 14/08/1974, p. 06

O GLOBO; Paulinelli: abastecimento e divisas. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 28/09/1974, p. 06.

1975

O GLOBO; Chanceler paraguaio vem em fevereiro assinar dois acordos. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 03/01/1975, p. 03. Sessão O País.

O GLOBO; Brasil e Paraguai querem desenvolvimento rápido. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 09/01/1975, p. 03. Sessão O País.

O GLOBO; Itaipu: vai começar o desvio do Rio Paraná. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 22/06/1975, p. 06. Sessão O País.

O GLOBO; Só hoje Itaipu julga concorrência para desvio do Rio Paraná. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 02/07/1975, p.02 Sessão O País.

O GLOBO; Itaipu faz hoje em Assunção a proposta de consórcio único. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 09/07/1975, p. 02. Sessão O País.

O GLOBO; É o desenvolvimento integral que produzirá a distensão. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 02/08/1975 , p. 01. Capa

O GLOBO; Equipamento nacional supera 80% na hidrelétrica de Itumbiara. O Globo, Rio de Janeiro, ed.20/09/1975, p. 19. Sessão Economia.

O GLOBO; Itaipu adquire os primeiros equipamentos ainda este ano. O Globo, Rio de Janeiro, ed.29/09/1975, p. 20. Sessão Economia.

O GLOBO; Itaipu vai assinar seu primeiro grande contrato 2ª-feira. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 04/10/1975 p. 04. Sessão O País.

O GLOBO; Canal de desvio de Itaipu começa ser aberto em 15 dias. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 05/10/1975, p. 08. Sessão O País.

O GLOBO; Mirante. O Globo, Rio de Janeiro, ed.06/10/1975, p. 21. Sessão Economia.

O GLOBO; Assinado contrato para início imediato de Itaipu. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 07/10/1975, p. 04. Sessão O País.

O GLOBO; Itaipu Binacional terá U\$ 2 bilhões. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 31/10/1975, p. 18. Sessão Economia
O GLOBO; Bhering: Itaipu poderá ter turbinas nacionais. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 16/11/1975, p. 47. Sessão Economia.

O GLOBO; Amizade com o Paraguai. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 04/12/1975, p. 01. Capa.

O GLOBO; Brasil poderá devolver troféus ao Paraguai. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 04/12/1975, p. 06. Sessão O País.

1976

O GLOBO; Potência de Itaipu pode ser elevada. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 04/01/1976, p. 18. Sessão Economia.

O GLOBO; Editais de Convite. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 15/01/1976, p. 28. Sessão Economia.

O GLOBO; Geisel visita obras de Itaipu. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 21/03/1976, p. 01. Capa.

O GLOBO; A primeira visita de Geisel a Itaipu não estava no programa. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 21/03/1976, p. 02. O País.

O GLOBO; Construtor de Itaipu pode importar com isenção do IPI. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 25/03/76, p. 20. Sessão Economia

O GLOBO; Coesão das Forças Armadas garante a obra revolucionária. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 01/04/1976, p. 01. Capa

O GLOBO; Adalberto vai hoje ver obras de Itaipu. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 20/05/1976, p. 06. O País.

O GLOBO; Minas consolida a sua liderança na fabricação de guindastes especiais. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 04/07/1976, p.36. Sessão Economia

O GLOBO; Anúncio publicitário da Firestone. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 07/07/1976, p. 07. Sessão o País

O GLOBO; Anúncio publicitário da FAÇO-MONTREAL. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 09/07/1976, p. 07. Sessão O País.

O GLOBO; Anúncio publicitário da ISOMONTE-PEINER. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 11/07/1976, p.32. Sessão Economia.

O GLOBO; Stroessner faz visita a Itaipu. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 05/09/1976 p. 05. Sessão O País.

O GLOBO; Paraguai: Itaipu não será negociada. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 09/09/1976, p. 31. Sessão Economia.

O GLOBO; Construção de Itaipu não terá atraso. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 28/09/1976, p. 31. Sessão Economia

O GLOBO; Paraguai teme que inflação atrase as obras de Itaipu. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 29/09/1976, p. 22. Sessão Economia

O GLOBO; Camargo afirma que ARP não pretende imitar o velho DIP. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 01/10/1976, p.05. Sessão O País

O GLOBO; Itaipu: obras só serão adiadas em último caso. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 19/10/1976, p. 30. Sessão Economia.

1977

O GLOBO; Geisel dirige mensagem de Ano Novo ao Paraguai. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 02/01/1977, p. 02. Sessão O País.

O GLOBO; Ministro diz que Itaipu é integração. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 12/01/1977, p. 21. Sessão Economia.

O GLOBO; Itaipu financia levantamento. 26/01/77, p. 06. Sessão O País

O GLOBO, Chega a Itaipu equipamento da BARBER-GREENE para a Central de Britagem. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 26/01/77, p. 22. Sessão Economia.

O GLOBO; Anúncio publicitário da BARBER-GREENE. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 27/01/77, p. 07. Sessão O País

O GLOBO; “Clarín” acha boas relações entre Brasil e argentina. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 08/02/1977, p. 05. Sessão O País

O GLOBO. Itaipu: desvio do Rio Paraná deverá estar pronto em 1978. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 04/03/1977, p. 22. Sessão Economia

O GLOBO. Brasil e Argentina tratam de tática para água. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 13/03/77, p. 06. Sessão O País.

O GLOBO. Reunião de Águas: debate sobre Itaipu será técnico. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 14/03/1977, p. 05. Sessão O País

O GLOBO. Argentina defende sua posição sobre Itaipu. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 17/03/1977, p. 20. Sessão Economia.

O GLOBO. Paraguai nega desinteresse por Itaipu. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 23/03/1977, p. 25. Sessão Economia.

O GLOBO. Conferência da Água recomenda consultas. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 26/03/1977, p. 07. Sessão O País.

O GLOBO. Geisel convoca Conselho de Segurança Nacional e fala à Nação hoje a noite. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 01/04/1977, p.01. Capa

O GLOBO. O Discurso do Presidente. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 11/04/1977, p. 05. Sessão O País.

O GLOBO. Corpus, o tema dos dois Presidentes. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 12/04/1977, p. 01. Capa

O GLOBO. Geisel e Stroessner debatem projeto de Corpus. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 12/04/1977, p. 06. Sessão O País

O GLOBO. Stroessner visita obras no Rio. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 13/04/1977, p. 01. Capa

O GLOBO, Posição do Paraguai pode mudar Itaipu. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 13/04/1977, p. 06. Sessão O País.

O GLOBO; Videla e Stroessner: Corpus e Itaipu. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 21/04/1977, p.01. Capa

O GLOBO. Videla trata no Paraguai da utilização dos rios. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 21/04/1977, p.07. Sessão O País.

O GLOBO. Governo não desacelera hidrelétricas, diz Ueki. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 21/04/1977, p. 19. Sessão Economia

O GLOBO. As usinas e o diálogo. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 25/04/1977, p. 01. Capa.

O GLOBO. Paraguai pode desistir de Corpus para salvar seus recursos internos. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 02/05/1977, p. 05. Sessão O País.

O GLOBO. Ciclagem de Itaipu está em estudos. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 05/05/1977, p. 31. Sessão Economia

O GLOBO. Energia de Itaipu terá ciclagem mista, diz Ueki. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 08/05/1977, p. 30. Sessão Economia

O GLOBO. Paraguai decide-se sobre a ciclagem de Itaipu até julho. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 12/05/1977, p. 26. Sessão Economia

O GLOBO. Itaipu assina contrato para 2º estágio de obra. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 18/05/1977, p. 24. Sessão Economia

O GLOBO. Senador desmente depoimento atribuído a Silveira. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 24/05/1977, p. 22. Sessão Economia

O GLOBO. Águas pacificadas. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 25/05/1977, p.01. Capa

O GLOBO. Indústria paraguaia se opõe a mudança de ciclagem no país. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 25/05/1977, p. 22. Sessão Economia

O GLOBO. Itaipu: Paraguai vai mudar ciclagem. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 01/06/1977, p.01. Capa

O GLOBO. Paraguai define ciclagem para Itaipu essa semana. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 07/06/1977, p. 23. Sessão Economia

O GLOBO. Ministros paraguaios continuam a debater política para Itaipu. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 08/06/1977, p. 22. Sessão Economia

O GLOBO. Governo paraguaio decide se muda ciclagem do país. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 11/06/1977, p. 22. Sessão Economia

O GLOBO. Eletrobrás apreensiva com negociações sobre Corpus. O Globo, Rio de Janeiro, ed.15/06/1977, p. 24. Sessão Economia

O GLOBO. Gualter se encontra com argentinos. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 13/07/1977, p.03. Sessão O País.

O GLOBO. Ueki afirma que ciclagem de Itaipu não atrasará a obra. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 21/06/1977, p. 21. Sessão Economia

O GLOBO. Ueki: Itaipu não atrasa por falta de dinheiro. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 23/06/1977, p. 20. Sessão Economia

O GLOBO. Henning nega existência de diplomacia militar paralela. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 21/07/1977, p.07. Sessão O País.

O GLOBO; Silveira: Paraguai sabe que Brasil é um país ético. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 24/08/1977, p. 06. Sessão O País.

O GLOBO; Atraso de Itaipu dá prejuízos. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 16/09/1977, p. 20. Sessão Economia

O GLOBO; Paraguai: este mês sairá decisão sobre a ciclagem de Itaipu. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 02/10/1977, p. 35. Sessão Economia

O GLOBO; Eletrobrás iniciará obras, apesar de corte de recursos. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 20/10/1977, p.26. Sessão Economia

O GLOBO; Hidrelétricas: Brasil e Argentina trocam dados. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 30/10/1977, p. 13. Sessão O País

O GLOBO; Energia de Itaipu será dividida entre 50 e 60 ciclos. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 11/11/1977, p. 01. Capa.

O GLOBO; Itaipu vai gerar energia em dupla ciclagem. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 11/11/1977, p. 30. Sessão Economia

O GLOBO; Plano de cooperação com Paraguai pode ser revisto. O Globo, Rio de Janeiro, ed.12/11/1977, p. 20, sessão Economia

O GLOBO; Solução da ciclagem tranquiliza obra de Itaipu. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 13/11/1977, p. 30, sessão Economia

O GLOBO; Dezoito turbinas de Itaipu custarão U\$ 600 milhões. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 06/12/1977, p. 20. Sessão de Economia

O GLOBO; Itaipu-Corpus terá uma nova reunião tripartite. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 07/12/1977, p. 08. Sessão O País.

O GLOBO; Brasil admite baixar cota de Itaipu. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 18/12/1977, p. 06. Sessão O País

O GLOBO; Geisel: cronograma de Itaipu deve ser cumprido com rigor. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 20/12/1977, p. 05. Sessão O País

1978

O GLOBO; Hoy nega que Paraguai tenha uma política pendular. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 05/01/1978, p. 10, Sessão O País.

O GLOBO; Garantia de continuidade vai fortalecer Geisel no exterior. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 06/01/1978, pp. 04 e 06, sessão O País.

O GLOBO; Brasil e Paraguai chegam a um entendimento. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 15/02/1978, p. 07. Sessão O País.

O GLOBO; Paraguai se alinha ao Brasil na questão de Corpus. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 16/02/1978, p. 08. Sessão O País.

O GLOBO; Panorâma Econômico. O Globo, Rio de Janeiro, ed.31/03/1978, p. 23. Sessão Economia

O GLOBO; Geisel no 14º aniversário de 31 de março: Revolução prepara-se para um grande passo a frente. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 01/04/1978 p.01. Capa

O GLOBO; A indústria nacional pronta para a construção de Itaipu. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 19/04/1978, p. 27, sessão Economia.

O GLOBO; Engenheiro da Argentina prevê terremoto no lago de Itaipu. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 21/04/1978, p. 20, sessão Economia.

O GLOBO. Acordo Itaipu-Corpus é fundamental para sistema energético brasileiro. 24/04/1978, p. 20, sessão Economia

O GLOBO; Em outubro, Rio Paraná vai ser desviado. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 25/04/1978, p.20, sessão Economia.

O GLOBO; Operações interligadas procuram evitar colapso. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 26/04/1978, p.25, sessão Economia.

O GLOBO; Benefício de Itaipu: maior nacionalização de equipamento. O Globo, Rio de Janeiro, ed., 04/05/1978, p. 24, sessão Economia

O GLOBO; Impasse sobre Corpus não afetará Itaipu. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 07/05/1978, p. 40, sessão Economia.

O GLOBO; Argentina chama seus embaixadores para debater Itaipu-Corpus. O Globo, Rio de Janeiro, ed.08/05/1978, p. 19, sessão Economia.

O GLOBO; Itaipu: silêncio da Argentina atrasa acordo. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 14/05/1978, p. 06. Sessão O País.

O GLOBO; Itaipu: chanceleres vão se reunir dia 8 de junho. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 26/05/1978, p. 33. Suplemento especial Panorama Econômico.

O GLOBO; Itaipu assinará contrato para compra de turbinas até dia 15. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 03/06/1978, p. 21. Sessão Economia.

O GLOBO; UNICON, recorde no Paraná. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 06/06/1978, p. 23. Sessão Economia.

O GLOBO; Figueiredo defende regime de livre-imprensa. O Globo, Rio de Janeiro, ed.16/06/1978, p. 03. Sessão O País.

O GLOBO; Paraguai vai vender ao Brasil energia de Itaipu. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 07/07/1978, p. 23. Sessão Economia.

O GLOBO; Itaipu começa negociação para compra de turbinas. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 19/07/1978 p. 26. Sessão Economia.

O GLOBO; Bardella e grupo europeu ganham contrato de Itaipu. O Globo, Rio de Janeiro, ed., 21/06/1978, p. 22. Sessão Economia.

O GLOBO; Figueiredo diz no Paraná que não tem tempo de ver Frente – Visita a Itaipu. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 27/07/1978, p. 03. Sessão O País.

O GLOBO; Itaipu: Paraguai nega ter pedido revisão do acordo. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 28/07/1978, p. 26. Sessão Economia.

O GLOBO; Camilión não considera Itaipu fato consumado. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 05/08/1978, p. 03. Sessão O País.

O GLOBO; Encontro de Stroessner com Geisel é provável. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 09/08/1978, p. 09. Sessão O País.

O GLOBO; Brasil aceita Tripartite sem recuo argentino. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 24/08/1978, p. 23. Sessão Economia.

O GLOBO; Itaipu reúne Geisel e Stroessner em outubro. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 29/08/1978, p. 09. Sessão O País.

O GLOBO; Geisel e Stroessner irão ao desvio do Rio Paraná. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 04/09/1978, p. 07. Sessão O País.

O GLOBO; Amizade acima das cotas. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 14/09/1978, p. 01. Capa

O GLOBO; Itamaraty não confirma data para reunião tripartite. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 07/10/1978, p. 22. Sessão Economia.

O GLOBO; Desvio do Rio Paraná marca o início da grande barragem. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 13/10/1978, p. 20, sessão Economia.

O GLOBO; Usina permitirá criação de um grande polo de desenvolvimento econômico. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 14/10/1978, p. 20. Sessão Economia.

O GLOBO; Itaipu, agora a fase decisiva. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 15/10/1978, p. 25. Sessão Economia.

O GLOBO; Figueiredo eleito propõe a reconciliação nacional. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 16/10/1978, p. 01. Capa

O GLOBO; Geisel recebe seu sucessor. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 17/10/1978, p. 01. Capa

O GLOBO; Geisel e Stroessner assistem na 6ª feira ao desvio do Rio Paraná. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 18/10/1978, p. 02. Sessão O País.

O GLOBO; Geisel e Stroessner assistem amanhã ao desvio do Rio Paraná. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 19/10/1978, p. 01. Capa.

O GLOBO; Tanto quanto o Rio, falam os números. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 20/10/1978, p. 09.

O GLOBO; Em torno da obra, um novo polo de desenvolvimento. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 20/10/1978 p.11. Sessão O País

O GLOBO; Barragem de Itaipu começa com desvio do Rio Paraná. O Globo, Rio de Janeiro, ed, 20/10/1978 p.24. Sessão Economia.

O GLOBO; Rio Paraná é desviado para construção de Itaipu. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 21/10/1978, p. 01. Capa.

O GLOBO; Itamaraty nega proposta argentina sobre Corpus. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 24/10/1978, p. 20. Sessão Economia.

O GLOBO; Itaipu: regime de operação não será alterado. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 26/10/1978, p. 23, sessão de Economia

O GLOBO; Itaipu terá 18 turbinas operando e 2 de reserva. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 27/10/1978, p. 21. Sessão Economia.

2014

O GLOBO; Entrevista Delfim Neto. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 23/03/2014, p. 25.

Bibliografia consultada

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo, Martins Fontes, 2003

AGUILAR, Susana Rodriguez. **Constantes y variantes em la generación y publicación de la fotografía periodística. Instrumento de investigación.** Revista de Historia Regional y Local ISSN: 2145-132X [vol 4, No. 8] ju-i231 diciembre de 2012.

AGUILAR, Susana Rodriguez. (2012). **La mirada crítica del fotorreportero Pedro Valtierra, (1977-1986).** (Tesis de Maestría). Universidad Nacional Autónoma de México, México. Recuperado de <https://repositorio.unam.mx/contenidos/78197>

ALMEIDA, Fernando Flávio Marques de. (2017). **O planalto basáltico da Bacia do Paraná.** *Boletim Paulista De Geografia*, nº 24, ano 1957, pgs. 3–34. Recuperado de: <<https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/1293>>. Acesso em 26 de dezembro de 2023.

ALMEIDA, Fernando Flávio Marques de. (2017). **Relevo de “cuestas” na bacia sedimentar do Rio Paraná.** *Boletim Paulista De Geografia*, nº 3, ano 1949, pgs. 21–33. Recuperado de <<https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/1408>> Acesso em 26 de dezembro de 2023.

ARAÚJO, Christine Veloso Barbosa. **O (des)envolvimento da América Latina: crescimento como imperativo de inclusão e modernidade.** VI Congresso em Desenvolvimento Social “Desafios à Democracia, Desenvolvimento e Bens Comuns”. UNIMONTES-MG, 2018. ISSN: 2358-3991

ARP- Agência de Relações Públicas da Presidência da República. **O Brasil que os Brasileiros estão fazendo.** Cartilha de propaganda institucional. Brasília, 1978

BARROS, José D’Assunção. **Considerações sobre a análise de jornais como fontes históricas, na sua perspectiva sincrônica e diacrônica.** Revista de História Unisinos, vol. 26, nº3, Setembro/Dezembro 2022. Unisinos. DOI: <https://doi.org/10.4013/hist.2022.263.15>

BARROS, José D’Assunção. **Sobre o uso dos jornais como fontes históricas – uma síntese metodológica.** Revista portuguesa de História, p. 397-419 – ISSN: 0870.4147. DOI: https://doi.org/10.14195/0870-4147_52_17

BARROS, L. E. P. **Os saltos da discórdia: o impasse entre Brasil e Paraguai em torno das Sete Quedas (1962-1966).** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Dourados, MS : UFGD, 2012.

BARROS, L. E. P. (2017). **Porto Coronel Renato em manchete: o litígio fronteiriço entre Brasil e Paraguai nos periódicos de ambos os países.** Revista Eletrônica História Em

Reflexão, 11(22), 97–120. Disponível em: <https://doi.org/10.30612/rehr.v11i22.7939> Acesso em 16 de julho de 2023.

BENETTA, Claudio Dalla. Homem de Aço: de “Nicão” a símbolo de 40 mil barrageiros. Portal H2FOZ. Reportagem publicada em 23/04/2019. Disponível em <https://www.h2foz.com.br/geral/homem-de-aco-de-nicao-a-simbolo-de-40-mil-barrageiros/> Acesso em 16 de fevereiro de 2024.

BETIOL, Laércio. **Itaipu: modelo avançado de cooperação internacional na Bacia do Prata**. 2ª Edição, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

BRANCO, Pércio de Moraes. **Breve História da Terra**. SGB – Serviço Geológico do Brasil / Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM. Brasil, Ministério de Minas e Energia, 2016. Disponível em: <http://www.cprm.gov.br/publique/SGB-Divulga/Canal-Escola/Breve-Historia-da-Terra-1094.html> Acesso em 20 de fevereiro de 2023.

BRAGA, Fernanda de Souza. **A ditadura militar e a governança da água no Brasil - Ideologia, poderes político-econômico e sociedade civil na construção das hidrelétricas de grande porte**. CRC Press, Netherlands, 2020.

BRASIL. **Plano Nacional de Desenvolvimento**, 1975-1979. Brasília, 1974.

BRASIL. Biblioteca da Presidência da República. Mensagem ao Congresso Nacional remetida pelo Presidente da República na abertura da Sessão Legislativa de 1964. Disponível em: <http://bit.ly/3PXrqY1> - Acesso em 16 de julho de 2023.

BRASIL. Arquivo Nacional (Brasil). **Os presidentes e a República: Deodoro da Fonseca a Dilma Rousseff**. Arquivo - 5ª ed. Revista e ampliada. - Rio de Janeiro: O Arquivo, 2012. 248p

BRANCO, Hugo José Ribas. **Memória - Há 40 anos, iniciava-se a obra da usina de Itaipu, épico da Engenharia brasileira**. Entrevista à Revista Grandes Construções. Ed. Associação Brasileira de Tecnologia para Construção e Mineração. Nov/Dez 2015, p. 68-69.

BRAUDEL, Fernand. **História e Ciências Sociais**. Tradução de Carlos Braga e Inacia Canelas. Editorial Presença, Lisboa, 1972.

BUENO, Bruno Bruziguessi. **Os Fundamentos da Doutrina de Segurança Nacional e seu Legado na Constituição do Estado Brasileiro Contemporâneo**. Revista Sul-Americana de Ciência Política, v. 2, n. 1, 47-64. Disponível em <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/rsulacp/article/viewFile/3311/3482>

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales 1929-1989. A Revolução Francesa da Historiografia**. Trad.: Nilo Odalia. São Paulo: Fundação Editora Unesp, 1997

BURKE, Peter. **Testemunha Ocular: história e imagem**. Trad.: Vera Maria Xavier dos Santos. Revisão: Daniel Aarão Reis Filho. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

CAMPOS, P. H. P., & BRANDÃO, R. V. da M. (2023). **A construção da usina hidrelétrica de Itaipu durante a ditadura**: Violações de direitos e favorecimento a grandes grupos econômicos. Projeto História : Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História, 77, 7–34. <https://doi.org/10.23925/2176-2767.2023v77p7-34>

CABRAL, Raquel.; SALHANI, J. **Jornalismo para a paz: conceitos e reflexões**. E-Compós, [S. l.], v. 20, n. 3, 2017. DOI: 10.30962/ec.1371. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/1371>. Acesso em: 23 janeiro de 2024.

CABRAL, Raquel; SALHANI, Jorge; SANTOS, Heloisa dos;. “**Uma perspectiva feminista ao jornalismo para a paz**”. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 28, n. 3, e61625, 2020.

CAMPOS, P. H. P. **Empreiteiros e imprensa: a atuação dos empresários da construção pesada junto aos veículos de comunicação antes e durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1988)**. Revista de História, [S. l.], n. 177, p. 01-22, 2018. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.2018.128512. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/128512>. Acesso em: 20 jun. 2022.

CAPELATO, Maria Helena R. **Imprensa e História no Brasil**. São Paulo: Edusp, 1988.

CASTRO, Lucas Amorim Poyares. **A diplomacia militar como um instrumento da política externa brasileira: estudo da superação da rivalidade brasileiro-argentina na crise de Itaipu**. Dissertação de Mestrado. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2021.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural. Entre práticas e representações**. Col.: Memória e sociedade. Alges, Portugal. Difel, 2002.

CHIAVENATO, Júlio José. **Strossner: Retrato de uma ditadura**. São Paulo/SP: Editora Brasiliense, 1980.

CORREA, Amanda. **Cataratas do Iguaçu – Formação Geológica**. Portal Igeológico. Publicado em 16/12/2019. Disponível em <<https://curtlink.com/5kRHNNM>> Acesso em 03 de junho de 2023

COSTA, Edwaldo. **A Ditadura Brasileira no tempo: um estudo dos discursos no jornal O Globo em 1964/1985 e 2014**. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Pulo. . São Paulo, 2014.

CYSNE, Rubens Penha. **A Economia Brasileira no Período Militar** - Versão Revisada. EPGE – Ensaio Econômicos n° 277. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

DOMINGUES, José Maurício. **A América Latina e a Modernidade Contemporânea. Uma interpretação sociológica**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. FEBVRE, Lucien. **O Reno: história, mitos e realidades**. Tradução: Eliana Aguilar. Rio de Janeiro, RJ : Civilização Brasileira, 2000

DORATIOTO, Francisco Garcia. **O Brasil no Rio Prata (1822-1994)**. Coleção Em poucas palavras. Brasília (DF): FUNAG, 2014.

DORATIOTO, Francisco Garcia. **Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

ECO, Humberto. **Como se faz uma tese**. Trad.: Gilson César Cardoso de Souza. 15ª Edição. São Paulo: Editora Perspectivas S.A., 1999.

FARINA, Bernardo Neri. **El Último Supremo. La crônica de Alfredo Stroessner**. 3ª Edición. Assunción- Paraguay. Editora: El Lector. 2003

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 8ª Edição – São Paulo: Editora Universidade de São Paulo: FDE - Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 2000

FERRETTI, Federico. **Annales, geo-história e socialismo**. Terra Brasilis, 7, 2016, Disponível em: <<http://journals.openedition.org/terrabrasilis/1818>> DOI: <https://doi.org/10.4000/terrabrasilis.1818>. Acesso em 22 de fevereiro de 2023

FICO, Carlos. **Reinventando o Otimismo**. Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FONTANA, Josep. **História: Análise do Passado e Projeto Social**. Trad.: Luiz Roncari. Bauru, SP: EDUSC, 1998

FONTANA, Josep. **Introdução ao estudo da História Geral**. Trad.: Heloisa Reichel. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

FUJITA, Rafaela Harumi. **Geomorfologia e evolução quaternária da Calha do Alto Rio Paraná, no segmento livre de barramentos, entre os reservatórios de Porto Primavera e Itaipu**. Tese de Doutor–do - Universidade Estadual Paulista (UNESP) Instituto de Geociências e Ciências Exatas Orientador: José Cândido Stevaux Rio Claro, 2014

GERMANI, Guiomar Inez. **Expropriados. Terra e água: o conflito de Itaip^a**. 2a. ed. Salvador: EDUFBA:ULBA, 2003.

HOBBSAWM, Eric J. **Nações e Nacionalismos desde 1780** trad. Maria Celia Paoli e Ana Maria Quirino. Rio de Janeiro/RJ: Paz e Terra, 1991.

HOBSBAWM, Eric J. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006

ITAIPU BINACIONAL. Portal na internet. Acervo de publicações oficiais. Disponível em <https://www.itaipu.gov.br/>.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. **Sociedade e política na Primeira República**. São Paulo - SP: Editora Atual, 1999. Coleção Discutindo a História do Brasil. Coord.: Maria Ligia Prado / Maria Helena Capelato.

JORNAL O GLOBO. **Acervo digital**. Disponível em acervo.oglobo.globo.com

LUCA, Tania Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, C. B. (org.) Fontes Históricas. São Paulo; Contexto, 2005

LIMA, Solange Ferraz. CARVALHO, Vânia Carneiro. **Fotografias. Usos sociais e historiográficos**. In: O Historiador e suas fontes. PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (Orgs.). São Paulo: Contexto, 2009.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado – contribuição à semântica dos tempos históricos**. Trad.: Wilma Patrícia Maa, Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto. Ed. PUC-Rio, 2006

KOSELLECK, Reinhart. **Uma História dos conceitos: problemas teóricos e práticos**. In: Estudos Históricas. Rio de Janeiro-RJ, v. 5, n. 10, 1992, p. 134-146. Trad. Manuel Luís Salgado Guimarães.

MANARIN, Odirlei. **Peões da barragem. Memórias e relações de trabalho dos operários da construção da Hidrelétrica de Itaipu 1975 a 1991**. 2008. 157 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2008.

MARINGONI, Gilberto. Pérez, Carlos Andrés. Portal Contemporâneo da América Latina e Caribe. 2006. Disponível em <<https://sites.usp.br/portalatinoamericano/espanol-perez-carlos-andres>>. Acesso em 30 de junho de 2023.

MARTINS, Ana Luiza. LUCA, Tania Regina de. (orgs) **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008

MATIELLO, Catiane . **Práticas e representações da ditadura militar na propaganda de desapropriação da Itaipu Binacional**. ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História – Londrina, 2005 – Disponível em: <https://bit.ly/3rxWIbs>

MENEZES, Alfredo da Mota. **A Herança de Strossner: Brasil – Paraguai, 1955-1980**. Campinas, SP: Paurus, 1987.

MILANI, E. J. et al. A Bacia do Paraná. Boletim de Geociências – v. 15, n. 2, p. 265-287. Petrobras, Janeiro, 2007 – Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/265291564_Bacia_do_Parana > Acesso em 09 de março de 2023.

MILANI, E. J. **Comentários sobre a origem e a evolução tectônica da bacia do Paraná.** In: MANTESSONETO, V. BARTORELLI, A., CARNEIRO, C.D.R. e BRITONEVES, B.B., Orgs. Geologia do Continente Sul-Americano: evolução da obra de Fernando Flávio Marques de Almeida. São Paulo, Ed.Beca, p.265-229. 2004

NAVA, Josiane. **Migração, memória e literatura: lembranças de um barrageiro de Itaipu.** 2018. 95 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, 2018.

PEREIRA, Osny Duarte. **Itaipu: prós e contras – ensaio sobre a localização, no Brasil, da maior barragem do mundo e suas implicações em nossa política continental.** Série: Estudos sobre o Brasil e América Latina. Vol. 22. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro/RJ, 1974

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história.** Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. RIBEIRO JR. João. O que é Positivismo. Coleção Primeiros Passos. 7ª Ed. Brasiliense, São Paulo, 1988.

RIBEIRO JR. João. **O que é Positivismo.** Coleção Primeiros Passos. 7ª Ed. Brasiliense, São Paulo, 1988.

SANTANA, Carlos Ribeiro. O aprofundamento das relações do Brasil com os países do Oriente Médio durante os dois choques do petróleo da década de 1970: um exemplo de ação pragmática. Revista Brasileira de Política Internacional. Nº 49, dez. 2–06 - Centro de Estudos Globais da Universidade de Brasília – UnB, 2006. Disponível em <<https://tinyurl.com/2awr5bmr>> Acesso em 30 de junho de 2023.

SCHMITT, Renata da Silva; SILVA, Evania Alves da. **A história do supercontinente Gondwana em três partes.** DERIVA CONTINENTAL. Sociedade Brasileira de Geologia (S–G) - Atualizado em 30 out 2022, 10–19 - Publicado em 28 out. 2022, 19h21. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/coluna/deriva-continental/a-historia-do-supercontinente-gondwana-em-tres-partes/> > Acesso em 05 de fevereiro de 2023 às 23:33.

SHIVA, Vandana. **Guerras por Água. Privatização, poluição e lucro.** Tradução: Georges Kormikiaris. - São Paulo: Radical Livros, 2006.

SILVA, P. R. & DIAS JÚNIOR, W. de A. **O “progresso” e a “falta”: representações e relações Brasil-Paraguai no jornal O Globo durante a construção da Ponte da Amizade (1956-1965)**. Revista Territórios E Fronteiras, 12. Disponível em <<https://doi.org/10.22228/rt-f.v12i2.934>> Acesso em 10 de março de 2023.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos**. 3ª edição. – São Paulo: Contexto, 2013.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**, 2ªed. Col. Retratos do Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

SONTAG, Susan. **Ensaio sobre a fotografia**. Rio de Janeiro: Ed. Arbor, 1981.

SÓRIA, Miguel Augusto Zydan . **Usina de Itaipu - integração energética entre Brasil e Paraguai: uma síntese histórica da Itaipu Binacional**. Curitiba, PR: UFPR, 2012.

SOUZA, Bruno Mattos Cardoso de. **Nacionalismo energético: o caso mexicano**. Revista Brasileira de Direito do Petróleo, Gás e Energia, v,5, n.1, p. 144-161, 2018 – UERJ, Rio de Janeiro. Disponível em: < <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rbdp/article/view/33620>> . Acesso em 30 de junho de 2023.

SPONVILLE, André Comte-. **Dicionário Filosófico**. Tradução: Eduardo Brandão – São Paulo: MARTINS FONTES, 2003.

STEVANUX JC. **O Rio Paraná: geomorfogênese, sedimentação e evolução quaternária de seu curso superior** (região de Porto Rico, PR).São Paulo, SP, 1993. 242 f. Tese (Doutorado) - Instituto de Geociências, Universidade de São Paulo.

TAVARES, Frederico de Mello Brandão. VAZ, Paulo Bernardo Ferreira. **Fotografia jornalística e mídia impressa: formas de apreensão**. Revista FAMECOS, nº 27 - Porto Alegre/RS, agosto de 2005.

WASMOSY, Juan Carlos. Entrevista de historia oral para el proyecto “¿Pax Brasiliana? Um Estudio de la Actuación Brasileña en las Crisis Constitucionales y Políticas en América Latina (1990-2015)”, Oliver Stuenkel, 23 de octubre de 2018. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10438/24918>>.